

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

Índice

Carbono à brasileira – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 01/10/2007.....	11
Quem perde e ganha no jogo do clima? - The Economist – No Valor Econômico – Internacional - 01/10/2007.....	12
A razão do lero-lero sobre o pós-Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 02/10/2007.....	13
Marina admite cana na Amazônia - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007.....	15
Mineradoras tentam mudar fama de poluidoras - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007.....	15
Após atritos com Marina, Stephanes recua sobre cana - Iuri Dantas e Mari Tortato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/10/2007.....	17
Feira Nacional estimula o desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 03/10/2007.....	19
O crédito de carbono – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/10/2007.....	21
Mangabeira pretende discutir Amazônia - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 04/10/2007.....	22
ONGs lançam pacto para salvar floresta – Estado de São Paulo – Vida & - 04/10/2007.....	24
Brasil pressiona a OMC pelo etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007.....	24
Mundo não acabou com a crise e agora vem o álcool - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007.....	25
ONGs propõem zerar desmate em 7 anos – Angela Pinho e Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2007.....	27
ONGs propõem fundo de R\$ 2 bi para a Amazônia - Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 04/10/2007.....	29
Amazônia pode acabar em 40 anos - Ian Sample – Estado de São Paulo – Vida & - 05/10/2007.....	30
Pacto pela Amazônia – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 05/10/2007.....	31

Nova lei deve reduzir os conflitos ambientais – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	32
Canaviais e queimadas já desafiam Amazônia - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	33
Embrapa analisa áreas para produção de álcool – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	35
'O Brasil incomoda, no bom sentido' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007.....	36
A força da agricultura brasileira – Reinhold Stephanes – Folha de São Paulo – Opinião – 07/10/2007.....	38
Entubando Gaia – Johann Hari – Folha de São Paulo – Ciência – 07/10/2007.....	40
Brasil: potência ambiental – Abram Szajman – Folha de São Paulo- Dinheiro – 07/10/2007.....	42
Governo quer conter cana em florestas – Marta Salomon e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007.....	43
Aumenta a exigência de "selo verde" para negócio ambiental – Julio Wiziack – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007.....	45
Imagem do certificado está ameaçada – Julio Wiziack - Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007.....	47
Selo não vai resolver tudo, afirma FSC – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007.....	48
Amazônia nacionalizada - Liana Melo*- O Globo – Economia – 07/10/2007.....	48
Em Tocantins, casca de arroz queima nos fornos em vez da tradicional lenha - Liana Melo* - O Globo – Economia – 07/10/2007.....	50
Outros estados alteram matriz energética – Liana Melo - O Globo – Economia – 07/10/2007.....	51
IV Feira consolida tema Sustentabilidade e Diversidade – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2007.....	51
Terra Madre Brasil prega agroecologia como futuro do campo – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2007.....	53

Novas reflexões sobre nossa agenda ambientalista (I) - Bernardo Kucinski – Agência Carta Maior – 08/10/2007	54
Desenvolvimento territorial sustentável - Philippe Bonnal – Agência Carta Maior – 09/10/2007	56
Angelina Jolie roubou a cena, mas rio Pirai ganhou apoio – DC – Valor Econômico – Empresas - 09/10/2007	59
Empresas 'adotam' áreas verdes - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007	60
O desconforto do clima – O Globo – Ciência – 11/10/2007	62
Incrá cria nono projeto sustentável amazonense deste ano – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007	63
MMA participa de debate sobre redução de emissões do desmatamento, em Washington – Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA – 11/10/2007.....	63
ONU reforça críticas ao avanço da cana na Amazônia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/10/2007.....	64
'Produção de etanol precisa ser bem planejada' – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007	65
Brasil rejeita cana na Amazônia, afirma Dilma - João Domingos e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007	66
IPCC faz alerta a Brasil, China e Índia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007.....	67
Painel da ONU e Al Gore dividem o Nobel da Paz – Folha de São Paulo – Mundo – 13/10/2007	69
Prêmio é golpe duplo nos cétricos – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Mundo – 13/10/2007	70
Luta contra aquecimento global leva Nobel da Paz – O Globo – Capa – 13/10/2007	71
Reforço à luta ambiental – O Globo – Mundo – 13/10/2007	72
'O aquecimento virou um tema estratégico' – Carlos Albuquerque – entrevista com José Marengo - O Globo – Mundo – 13/10/2007.....	73

A verdadeira verdade inconveniente - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 15/10/2007	74
Olhar para a frente dá Nobel a ambiente – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Mundo – 15/10/2007	76
Consciência ecológica e criação de riqueza – Paulo Guedes – O Globo – Opinião – 15/10/2007	78
Encontro debate participação social na gestão ambiental – Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 15/10/2007	79
Segunda Quinzena	
CARTA DE BERLIM - Flávio Aguiar – Agência Carta Maior – 16/10/2007.....	79
Desmatamento volta a crescer e faz governo rever plano para Amazônia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007	82
MMA e ONGs avaliam emendas a Código Florestal – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007	83
Derrubada em MT cresce pelo quarto mês – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007	84
Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007	85
O Nobel da Terra – O Globo – Opinião – Editorial – 16/10/2007.....	86
China agora prega modelo sustentável – O Globo – Capa – 16/10/2007	87
Por uma China sustentável – Gilberto Scofield – O Globo – Mundo – 16/10/2007	87
Marina Silva defende integração entre ambiente urbano e recursos hídricos _ Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 16/10/2007	88
Agricultura e conservação: incentivo ou punição? - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/10/2007	89
50% do desmate é em área pequena - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007	91
NEAD estabelece parcerias na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007	91

Projeto altera código florestal - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007	92
Crédito de carbono atrai japoneses - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 17/10/2007.....	93
'Mundo deve ajudar a salvar Amazônia' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007	94
Adiado exame de lei sobre florestas - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007	96
Greenpeace é 'sitiado' por madeireiros no Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007.....	97
"Preservação cabe a ricos", diz Nobel – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo –Brasil – 18/10/2007	98
Desmatamento cresce 8% na Amazônia – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2007.....	99
Votação adiada – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 18/10/2007.....	102
A agenda internacional do meio ambiente - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/10/2007	102
Inpe vê clara tendência de aceleração do desmatamento na Amazônia - Simone Menocchi – Estado de São Paulo – Vida & - 19/10/2007	104
PF descobre venda ilegal de madeira - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007.....	105
Alerta amazônico – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 19/10/2007.....	106
A agenda do clima – Luiz Felipe Lamprea - O Globo – Opinião – 19/10/2007.....	107
'Salvação da lavoura' pode estar no cerrado brasileiro - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios - 19/10/2007.....	108
Cana ameaça a Amazônia, afirma integrante do IPCC _ Maurício Simionato – Folha de São Paulo – Ciência – 20/10/2007.....	110
Projeto de lei reduz proteção à Amazônia, afirmam ONGs – Folha de São Paulo – Ciência – 20/10/2007.....	111
Desmatamento em alta – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 21/10/2007.	112

Brasil terá 1º crédito de carbono por plantar mata nativa _ Fabíola Salani – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/10/2007.....	113
Potencial desperdiçado - Mirelle de França e Liana Melo – O Globo – Economia – 21/10/2007	114
Energia eólica poderia atrair por ano US\$ 2 bi de investimentos privados - Letícia Lins e Isabela Martin – O Globo – Economia – 21/10/2007	116
AMAZÔNIA AMEAÇADA – Maurício Thuswohl - Agência Carta Maior – 22/10/2007	118
Desmatamento avança ao norte de MT - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007	120
Marcelândia tenta conter aumento da pecuária – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007	122
Relatório sobre a região será levado a Lula - Tânia Monteiro – estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007.....	123
Cassol sugere fundo para a Amazônia – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2007	124
Modelo econômico e degradação ambiental – Gilberto Dupas – Folha de São Paulo – Opinião – 23/10/2007	125
Verba para energia limpa precisa dobrar – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007.....	127
Biocombustível é aprovado com ressalvas – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007.....	128
Concentração de CO2 é recorde – O Globo – Ciência – Capa – 23/10/2007.....	129
Projeto de Lei que altera Código Florestal avança no Congresso – Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 23/10/2007	130
Nem tudo o que brilha é verde - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 24/10/2007	132
Cientistas querem o dobro do investimento atual em energia limpa - The New York Times, Nova York – Estado de São Paulo – Vida & - 24/10/2007	134
Expansão agrícola do País será 'espetacular' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007.....	134

Marina Silva destaca participação da sociedade na formulação de política pública – Sítio Eletrônico do MMA – 25/10/2007.....	136
A Amazônia vai a Bali - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/10/2007	137
Governo estuda metas para reduzir desmatamento na Amazônia - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 26/10/2007	139
Aquecimento global preocupa e rende premiação – Estado de São Paulo – Vida & - 26/10/2007	140
Sarkozy anuncia pacote ambiental para a França – Folha de São Paulo – Mundo – 26/10/2007	141
Kyoto não será totalmente cumprido, diz vice do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência – 26/10/2007	142
IPCC: ações locais contra aquecimento - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 26/10/2007	143
Desenvolvimento territorial agiliza concessão de créditos em SE – Sítio Eletrônico do MDA – 26/10/2007.....	144
Oficinas estimulam parcerias para Corredores Ecológicos – Sítio Eletrônico do MMA – 26/10/2007	145
MMA discute ações para incrementar combate ao desmatamento com ministérios – Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA – 26/10/2007	145
EUA deverão ajudar a reduzir emissão de gases poluentes, espera vice do IPCC - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2007	148
Ruralistas assumem projeto de reserva legal - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 28/10/2007.....	149
Governo planeja ações na Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & - 27/10/2007....	150
Força Nacional agirá contra a devastação – Marta Salonon - Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2007.....	150
'Preço das commodities é teste para a Amazônia' - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007.....	151
Marina vence batalha e cana será proibida na Amazônia e no Pantanal - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007	154

Cana avança agora na terra do zebu - João Domingos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007.....	156
Cana não atrapalha a produção de alimentos, afirma CNA – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007.....	158
A guerra pós-Kyoto – Folha de São Paulo – Opinião – Editoriais – 28/10/2007	159
Carbono inorgânico – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 28/10/2007.....	160
Desmatamento volta a crescer na Amazônia – Sítio Eletrônico da CONTAG – 29/10/2007.....	161
ONGs e empresas fazem aliança pelo Cerrado – Estado de São Paulo – Vida & – 29/10/2007.....	163
Parques fluviais – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 30/10/2007.....	164
Destacados desafios para o desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 30/10/2007.....	165
Minas Gerais ganhará mais dois territórios rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 30/10/2007.....	167
Iluminando o roteiro para o pós-Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 30/10/2007.....	167
Mudança na Amazônia é a que mais preocupa – Valor Econômico – Agronegócio - 30/10/2007.....	169
Polêmica sobre reserva legal volta à tona - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 30/10/2007.....	170
Santa Catarina experimenta uma nova técnica para recuperar área degradada - Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 30/10/2007.....	171
Ameaça à proteção do consumidor e das águas - Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman Benjamin e Fabio Feldmann – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/10/2007.....	173
UE quer desenvolvidos cortando 20% do CO2 – Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007.....	175
Noruega doa € 17 mi para Amazônia - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007.....	176

Iisenção de imposto para área conservada – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007	176
Guia de bons negócios na Amazônia - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/10/2007.....	176
Transformando a verdade inconveniente – Luiz Flavio Borges D’Urso – Folha de São Paulo – Opinião – 31/10/2007.....	178
Territórios goianos aprovam projetos de infra-estrutura 2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 31/10/2007.....	179
Oficina prepara documento-base preliminar sobre o MacroZEE Brasil – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 31/10/2007.....	182
Seminário vai debater integração de sistemas hídricos e urbanos - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 31/10/2007.....	183

País é quarto colocado no faturamento de créditos previstos no Protocolo de Kyoto; matriz energética limita projetos nacionais

O LEILÃO pioneiro de créditos de carbono realizado na quarta-feira, na Bolsa de Mercadorias e Futuros, marca uma nova etapa desse mercado no Brasil, onde suas perspectivas de ampliação, no entanto, são limitadas. Os R\$ 34 milhões pagos pelo banco belgo-holandês Fortis à Prefeitura de São Paulo não inauguraram a coleta de receita com as emissões evitadas no aterro sanitário Bandeirantes, mas pela primeira vez isso ocorre em um pregão.

Os créditos se baseiam no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto pelo Protocolo de Kyoto. O instrumento busca incentivar reduções na emissão de gases do efeito estufa em países menos desenvolvidos, cuja contribuição para o aquecimento global cresce de modo acelerado. A premissa é que custa menos diminuir emissões nesses países.

Os projetos certificados têm permissão para emitir um bônus financeiro. Os compradores desses papéis podem ser países desenvolvidos com dificuldade de reduzir suas emissões domésticas ou empresas em busca de um selo "verde" -por exemplo para neutralizar os gases do efeito estufa que a sua atividade produz. Até especuladores à espera da valorização desses títulos são seus compradores potenciais.

A idéia do MDL, portanto, é simples. Todos que estabeleceram uma meta de redução dos gases que contribuem para o aquecimento global, em vez de cumpri-la autonomamente, podem pagar para quem o faz. O comprador do crédito do aterro Bandeirantes, por exemplo, terá o direito de abater de suas metas o equivalente a 808 mil toneladas de CO₂, quantidade que o projeto evita que seja lançada na atmosfera.

Por ora o mercado de MDL é dominado por quatro países, Índia à frente. A China deve ultrapassá-la logo, pois 53% dos créditos de projetos em preparação vêm de lá. O Brasil tem participação no MDL proporcional a seu porte econômico, mas sai prejudicado por ter matriz energética mais limpa, que dá menos oportunidades de reduzir emissões. Três quartos do carbono que lançamos na atmosfera provêm de desmatamento, cuja redução não gera créditos no MDL.

O governo federal pretende ser remunerado por esse serviço ambiental planetário, mas resiste a fazê-lo por mecanismos de mercado e a adotar metas obrigatórias de redução das emissões. Está mais do que na hora de rever tal posição.

Quem perde e ganha no jogo do clima? - The Economist – No Valor Econômico –
Internacional - 01/10/2007

Em qualquer encontro de cúpula sobre mudanças climáticas, não demora muito tempo para que algum político declare o quanto é "urgente" ou "vital" ou "imperativo" impedir o superaquecimento do planeta. Apesar disso, poucos estão dispostos a atacar, eles próprios, o problema. Na prática, o que eles em geral querem dizer é que é urgente e vital que todos os países, exceto o deles, enfrentem as mudanças climáticas.

Isso é natural. Afinal, todos os países desfrutarão os benefícios de um clima estável, tenham eles contribuído ou não para produzir o cenário desejado. Assim, um governo capaz de persuadir outros a reduzir suas emissões de gases-estufa sem fazê-lo ele próprio obtém o melhor de dois mundos: esquiva-se de incorrer em todos os custos envolvidos, mas consegue escapar à catástrofe. Os "caronas" mais evidentes nessa categoria são EUA e Austrália - os únicos países ricos que se recusam a limitar suas emissões. Mas eles estão longe de ser os únicos transgressores: a maioria dos países pobres também se empenha em jogar a responsabilidade nos ombros dos ricos.

O problema é que, se todos estão contando que os outros ajam, ninguém o fará. E as conseqüências poderão ser muito piores do que se todos fizessem sua parte. Estudiosos da teoria dos jogos têm um nome para uma versão simplificada desse cenário: "dilema do prisioneiro". Dois acusados de um mesmo crime estão em celas separadas, sem comunicação. Os guardas tentam convencer cada um a acusar o outro. Se nenhum deles fizer isso, ambos receberão sentença de um ano. Se um deles aceitar a proposta e o outro mantiver-se calado, então o "dedo-duro" será libertado, ao passo que o "trouxa" será condenado a dez anos. E se os dois denunciarem-se, ambos serão sentenciados a cinco anos.

Se o primeiro prisioneiro está planejando ficar calado, o segundo terá razões para denunciá-lo e sair livre, em vez de passar um ano na prisão. Se o primeiro prisioneiro planejar trair o segundo, então o segundo ainda se sairia melhor entregando o primeiro, e assim seria condenado a cinco anos, em vez de cumprir dez anos. Em outras palavras, uma pessoa racional e interessada em seu bem-estar deveria sempre trair seu "colega". Mas essa atitude fará com que os dois morram na prisão por cinco anos, quando poderiam penar apenas um ano se ficassem calados.

Pessimistas assumem que a atitude internacional diante das mudanças climáticas se encaixam no modelo do dilema do prisioneiro. Líderes racionais sempre negligenciarão o problema, presumindo que outros o solucionarão, fazendo de seu país um carona bem-sucedido, ou deixarão a coisa toda degradingolar, tornando a causa perdida. Assim, o mundo está condenado a lenta fritura, apesar da possibilidade de evitar o aquecimento mundial se todos cooperassem.

Mas, numa análise de Michael Liebreich, da empresa de pesquisas New Energy Finance, a teoria dos jogos pode levar a uma conclusão oposta. A dinâmica do dilema do prisioneiro, diz ele, muda se os participantes souberem que irão jogar mais de uma vez. Nesse caso, terão motivação para cooperar, com o objetivo de evitar ser punidos em rodadas subseqüentes.

O estudo cita uma análise sobre o tema empreendida por um acadêmico americano, Robert Axelrod, que argumenta que a estratégia mais bem-sucedida, quando o jogo é repetido, contém três elementos: primeiro, os jogadores devem iniciar cooperando; segundo, devem dissuadir traições punindo o transgressor na rodada seguinte; e, terceiro, não devem guardar ressentimentos e começar a cooperar com jogadores traiçoeiros depois

de aplicar a punição apropriada. O resultado dessa estratégia pode ser cooperação sustentada.

Liebreich acredita que tudo isso traz lições para os negociadores envolvidos com os problemas do clima, num momento em que a ONU tenta que seus membros negociem um sucessor para o Protocolo de Kyoto, que vale só até 2012. Muitos temem que o esforço sofrerá um colapso, a menos que os retardatários possam ser persuadidos a aderir. Mas o documento argumenta que os países racionais não serão dissuadidos pelos "caronas". Os racionais continuarão a conter suas emissões, enquanto concebem sanções para os que não o fizerem.

O Protocolo de Kyoto já incorpora alguns desses elementos. Países que não cumprirem seus compromissos, por exemplo, deverão ser punidos com exigências de redução ainda maior de suas emissões na rodada seguinte. Mas Liebreich argumenta que, em vez de tentar formular um acordo agradável a todos, os países mais entusiastas deveriam simplesmente seguir em frente com a formulação de um sistema capaz de receber a adesão futura dos recalcitrantes.

Para ele, o regime mundial sobre mudanças climáticas deveria também ser revisto mais freqüentemente, para permitir que o jogo avance mais rapidamente. Assim, em vez de estipular grandes cortes de emissões num prazo de cinco anos, os negociadores poderiam considerar a adoção de metas anuais. Os governos dispostos a cooperar saberão que não poderão ser "explorados" por muito tempo, ao passo que os "caronas" poderão ser punidos e os penitentes trazidos de volta ao concerto.

Há falhas na analogia, evidentemente. Mas, se as coisas se agravarem o suficiente, então, com alguma sorte, todo mundo participará do jogo. **(Tradução de Sergio Blum)**

A razão do lero-lero sobre o pós-Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 02/10/2007

É sólido o consenso entre cientistas de que será loucura deixar que a temperatura global aumente dois graus centígrados (2° C) além de seu nível pré-industrial. Vários dos riscos de relar nesse teto estão calculados: entre 0,7 e 4,4 bilhões de pessoas sofreriam de crescente falta de água; haveria queda de rendimentos agrícolas em muitos países pobres; as florestas amazônicas seriam irreversivelmente comprometidas; de 15% a 40% das espécies se extinguiriam; geleiras desapareceriam; o derretimento da placa de gelo da Groenlândia aceleraria a elevação do nível do mar; e o permafrost siberiano exalaria seu imenso estoque de metano (CH₄), gás-estufa bem mais furioso que o dióxido de carbono (CO₂).

Como o processo de aquecimento é em grande parte determinado pela concentração desses gases na atmosfera, há 50% de probabilidade que o marco de 2° C seja evitado se ela for estabilizada abaixo de 450 partes por milhão em equivalentes de dióxido de carbono (450 ppm CO₂e). Ao contrário, se essa concentração não for freada, passará dos atuais 430 para 550 ppm CO₂e em cerca de três decênios. Neste caso, a probabilidade de que o aquecimento ultrapasse os 2° C fica superior a 77%. Pior: com esses de 550 ppm CO₂e, a chance de que o aumento da temperatura exceda 3° C é de 30% a 70%, e a de que exceda 4° C cerca de 24%. Saltos com impactos imprevisíveis, mas tão calamitosos quanto seria o colapso de inúmeros ecossistemas.

Não é difícil perceber, portanto, que o tragicômico Protocolo de Kyoto precisa ser substituído por um acordo que tenha por meta central a fixação de um limite inferior a 450 ppm CO₂e para a concentração de gases-estufa. Lamentavelmente, não é a proposta que mais ganha corpo nos debates internacionais, graças ao sedutor argumento de que o custo anual do combate à mudança climática seria de irrisório 1% do PIB global. O influente relatório de Sir Nicholas Stern, cujos principais alvos são os governos dos EUA e da Austrália, toma por baliza esse temerário horizonte de 550, em vez de 450 ppm CO₂e (além das questões metodológicas aqui assinaladas em 15/5, como o de ter optado por ínfima taxa de desconto).

Saída passa pela superação da dependência de fontes fósseis de energia, daí a importância de acordos internacionais para acelerar pesquisas

Impossível, portanto, haver o menor lampejo de otimismo sobre o regime pós-Kyoto que poderá emergir no final do ano em Bali, apesar das rápidas e profundas mudanças de percepção e de consciência a respeito do maior dos problemas ambientais. Problemas que precisarão ser seriamente enfrentados se a humanidade não quiser acelerar o processo de sua própria extinção. Mas que também poderão ser apenas temporizados caso predomine a preferência por uma estadia mais curta no planeta, e repleta, claro, de felicidades, regalias e privilégios para as fatias de cada geração que mais puderem se locupletar.

Como a segunda dessas opções é infinitamente mais provável do que a primeira, nada autoriza supor que as efetivas soluções surgirão de negociações entre governos. Como, por exemplo, a adoção do regime de austeridade exigido pela pretensão de impedir que a elevação de temperatura média da época industrial ultrapasse 2° C. E mesmo que por milagre tal propensão se manifestasse, não haveria sequer meios para executá-la. Afinal, sempre esbarram em algum obstáculo os cálculos de bons samaritanos convictos de que já existam soluções tecnológicas para minimizar as emissões que mais contribuem para o aquecimento.

Não há melhor exemplo do que o livro "Heat - How to Stop the Planet Burning" (Penguin, 2007), redigido por George Monbiot com a assistência do pesquisador Matthew Prescott. Nessa obra, o já célebre especialista do jornal britânico Guardian tenta mostrar que países ricos como a Grã Bretanha poderiam, sem regredir, cortar 90% de suas emissões de gases-estufa até 2030. O livro talvez até persuada parte dos leitores nos capítulos sobre os anacrônicos padrões da construção civil, assim como das cadeias industriais que lhe fornecem cimento, eletricidade e calor. Ou mesmo nas avaliações do comércio varejista e dos sistemas de transportes terrestres. Mas Monbiot se viu liminarmente obrigado a reconhecer que viagens aéreas são simplesmente incompatíveis com o objetivo de controlar a mudança climática. E não encontrou melhor maneira de fechar esse capítulo do que acusar seu leitor de assassinato ("If you fly, you destroy other people's lives").

Não há qualquer sinal de que as sociedades contemporâneas se inclinem a abdicar desse conforto que ínfimas minorias desfrutam há tão pouco tempo. Por isso, exercícios como o de Monbiot só podem reforçar a idéia de que não haverá saída sem efetiva superação revolucionária da dependência de fontes fósseis de energia. E como a fusão nuclear dificilmente será obtida neste século, a grande incógnita é o tempo necessário para a viabilização de outras fontes de energia livres de carbono. Daí ser de crucial importância que acordos internacionais sirvam ao menos para acelerar pesquisas de fronteira. Desde o

aproveitamento de ondas, marés, e ventos de altitude elevada, até a viabilização de nanobaterias solares ou satélites que irradiem para a Terra energia solar coletada do espaço profundo, passando provavelmente por alguma viabilização do hidrogênio.

Mas tudo isso continuará sonho se a emissão de carbono não encarecer. Mesmo que como prêmio de consolação, um bom começo para 2012 seria uma taxa de US\$ 9 ou 10 por tonelada de CO₂e, acrescida de US\$ 0,50 ao ano até outra rodada de negociações. Mas um arranjo desse tipo nem será debatido em Bali, porque é bem freqüente que homens com poder de decisão política ajam contra a razão, e até contra seus próprios interesses. Foi essa a constatação que levou a historiadora americana Barbara W. Tuchman a lançar em 1984 "A Marcha da Insensatez - de Tróia ao Vietnã", best seller cuja tradução brasileira felizmente já chegou à 7ª edição (RJ: José Olympio, 2005). Estivesse viva, com certeza já teria inserido apêndice sobre o Iraque, e certamente estaria preparando um sucedâneo global com o subtítulo "de Kyoto a Bali".

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br artigo.

Marina admite cana na Amazônia - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, referendou ontem, em Curitiba, as informações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que o zoneamento agrícola da cana deverá permitir o plantio na Amazônia. Essa possibilidade era negada pelo governo. '(O zoneamento) vai dizer quais as áreas de restrição completa para plantio da cana, quais aquelas que podem viabilizar com cuidados especiais e aquelas em que já acontece', disse a ministra. Na preparação do zoneamento, previsto para 2008, trabalham os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e de Ciência e Tecnologia. 'Não nos interessa que os biocombustíveis brasileiros sejam identificados com práticas ambientais e sociais incorretas', afirmou.

Mineradoras tentam mudar fama de poluidoras - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

Grandes empresas mostram que não degradam mais o ambiente

A mineração brasileira conviveu durante anos com o estigma de ser uma atividade poluidora e de deixar muitas áreas degradadas quando a exploração das jazidas termina. Mas a evolução das tecnologias de exploração, a legislação ambiental e as pressões do próprio mercado estão contribuindo para mudar esse quadro.

'Foi-se o tempo em que as mineradoras exploravam as áreas à exaustão. A mineração feita com responsabilidade ajuda a recompor as áreas após sua exploração', afirma Walter Cover, diretor de meio ambiente da Companhia Vale do Rio Doce. A companhia, que tem previsão de investir US\$ 7,3 bilhões em projetos de mineração até o final do ano, também tem um ambicioso plano de preservação ambiental, que prevê o plantio de 346 milhões de árvores até 2010.

A estratégia vai permitir recompor áreas impactadas pela mineração e também preservar regiões de mata nativa. De acordo com Cover, o projeto de mineração em Carajás, no Pará, pode ser considerado um exemplo. Após a abertura da mina - de onde já foram extraídos cerca de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro - a região passou por significativo desmatamento, com queimadas e extração ilegal de madeira. 'Ainda assim, nos últimos 27 anos, conseguimos, em parceria com o Ibama, preservar 1,2 milhão de hectares de áreas de florestas no entorno de Carajás', diz.

O Estado do Pará deverá concentrar a maior parte dos plantios anunciados: cerca de 343 milhões de mudas. E um milhão de mudas irão recompor áreas na Nova Caledônia e Indonésia, onde a empresa está iniciando atividades.

COMUNIDADES - Mas não basta compensar os danos provocados ao meio ambiente. As próprias mineradoras admitem que o grande desafio é lidar com as comunidades, que muitas vezes vêem os empreendimentos de mineração com maus olhos. A própria Vale foi obrigada pela Justiça Federal a indenizar os índios Xikrin, do Pará, pelos impactos provocados pela exploração de minério de ferro em Carajás - embora a Vale diga que fez o que estava ao seu alcance.

'Os aspectos sociais e o convívio com as comunidades tradicionais são nosso desafio, é onde precisamos aprender mais', reconhece Maurício Macedo, gerente de sustentabilidade e assuntos institucionais da multinacional Alcoa.

A empresa está implementando um complexo de mineração de bauxita na região de Juruti (PA), em que prevê a extração de 2,6 milhões de toneladas de anuais. Ao mesmo tempo, se vê às voltas com intervenções do Ministério Público, que já chegou a pedir a anulação da licença ambiental do empreendimento. Um motivo seria a preocupação das comunidades quanto aos impactos da mina. A empresa se defende. 'Estamos ouvindo as lideranças locais e vamos criar um fundo para desenvolver a região pelo ecoturismo, piscicultura e agricultura sustentável.' Macedo afirma que a empresa investe R\$ 50 milhões em infra-estrutura para a região, em obras como asfaltamento de vias, construção de hospitais e de aterro sanitário.

'A imagem da mineração é pior que sua atividade', diz Juliana Rehfeld, gerente de desenvolvimento sustentável da Anglo American Brasil, que atua nas áreas de mineração de níquel, nióbio e produção de fosfato. Para o projeto de produção de ferroníquel em Barro Alto (GO), com investimento previsto de US\$ 1,2 bilhão de dólares, 10% do orçamento será destinado a ações de preservação e recuperação de áreas.

Para Paulo Gustavo Prado, diretor de política ambiental da ONG Conservation International, as mineradoras estão começando a mudar suas atitudes, mas ainda falta avançar do discurso para a prática. 'O setor pode ser sustentável, desde que saia da abordagem clássica, que é recompor áreas degradadas, para um caminho de integração com as comunidades e criação de alternativas econômicas para as populações impactadas.'

OS PROJETOS

Preservação ambiental: A Vale do Rio Doce prevê o plantio de 346 milhões de árvores, num total de 300 mil hectares de reflorestamento, no Brasil e no exterior. Uma parceria com o Ibama está permitindo conservar uma área de 1,2 milhão de hectares no entorno da mina de Carajás

Desenvolvimento regional: Também no Pará, onde a Alcoa está construindo um complexo para mineração de bauxita, está sendo traçado um plano entre iniciativa privada, governo local e entidades sociais para desenvolver alternativas econômicas para que a região não fique dependente da mineração. A idéia é criar um fundo para subsidiar o fomento a atividades como ecoturismo e piscicultura

Gestão ambiental: As grandes empresas adotam certificações de gestão ambiental, como a ISO 14001, para atender à legislação e reduzir o consumo de água, energia e matéria-prima, além de diminuir a geração de resíduos

Créditos de carbono: A Anglo American aguarda aprovação de projetos que vão possibilitar a venda de créditos de carbono no mercado internacional. Entre eles, estão iniciativas de reflorestamento, eficiência energética e co-geração nas fábricas

Após atritos com Marina, Stephanes recua sobre cana - Iuri Dantas e Mari Tortato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/10/2007

Ministro diz que foi "mal interpretado" sobre liberação de plantio em áreas da Amazônia - Para Marina, não interessa ao governo se tornar alvo de críticas no exterior devido a "práticas incorretas" na produção de biocombustível

Após queixas públicas da ministra Marina Silva (Meio Ambiente), o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, recuou sobre permitir e incentivar o plantio de cana em áreas degradadas da Amazônia, do Pantanal e da mata atlântica.

Em entrevista à **Folha**, Stephanes afirmou que "foi mal interpretado", quando citou Roraima como uma possibilidade de plantio de cana. Nessa área a que ele se referia, segundo o próprio ministro, haveria apenas savana. "Há milhares de anos."

"Deram uma interpretação diferente. Falei em incentivar plantio em áreas e pastagens degradadas, não no bioma", disse. Na quinta-feira passada, Stephanes mencionou essas chamadas áreas degradadas em uma entrevista concedida para fazer um balanço de seus seis meses à frente do ministério.

Naquela entrevista, explicou que o zoneamento agrícola para a cana-de-açúcar que o governo prepara para o ano que vem iria permitir o plantio em áreas onde não há mais floresta. "A idéia-força é usar áreas desmatadas", disse, na ocasião.

Ontem, afirmou que a proibição da cana nos biomas mais complexos será uma "premissa básica" do zoneamento agrícola. Grupos ambientais brasileiros e internacionais vêm manifestando preocupação sobre a possibilidade de uma maior demanda por biocombustíveis acabar resultando no plantio de cana nas regiões de floresta.

De acordo com Stephanes, serão elaborados quatro mapas como base para o zoneamento: o primeiro com os locais onde já há plantação; outro com as regiões onde há condições propícias para o plantio; um diagrama com as áreas de restrição e um último com pontos de incentivo à produção de cana.

Práticas incorretas - Em Curitiba, Marina Silva afirmou ontem que não interessa ao governo estimular críticas internacionais à obtenção de biocombustível por meio de "práticas incorretas". "Não nos interessa, em hipótese nenhuma, que os biocombustíveis brasileiros possam ser identificados com práticas ambientais incorretas e práticas sociais incorretas", disse.

O interesse do governo em afastar críticas de práticas incorretas tem o objetivo de evitar que mercados tradicionais como Europa e Estados Unidos boicotem o álcool brasileiro. Para evitar problemas, o governo lançou a idéia de um selo socioambiental, para atestar boas práticas trabalhistas, ambientais e sociais. O selo será concedido e fiscalizado por empresas privadas.

Segundo ela, seu ministério já tem prontas as áreas de restrição de plantio para proteção da biodiversidade, os mapas dos biomas e as áreas de risco para incluir no zoneamento.

Feira Nacional estimula o desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA - 03/10/2007

Este ano, a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Brasília pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enfocará o desenvolvimento rural aliado ao respeito ao meio ambiente. A quarta e maior edição da Feira, cujo tema é Sustentabilidade & Diversidade, foi organizada tendo por base o conceito dos 3Rs – reduzir, reaproveitar e reciclar os materiais.

O evento acontece desta quinta-feira (4) a domingo (7) no Pavilhão ExpoBrasília, no Parque da Cidade. Uma das novidades é que este ano os estandes dos expositores estarão agrupados por biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa.

Os visitantes também observarão que, da decoração do espaço físico aos copos descartáveis utilizados durante o evento, a preocupação é uma só: utilizar os bens naturais de forma sustentável. Alguns estandes apresentarão tecnologias alternativas e ecológicas de construção, como telhas, tijolos e pisos.

Seqüestro de carbono - A principal iniciativa em relação ao desenvolvimento sustentável será a recuperação do gás carbônico liberado no meio ambiente antes e durante a Feira. Esse processo, mais conhecido como seqüestro de carbono, ocorrerá por meio do plantio de 7,3 mil mudas de árvores distribuídas pelo MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As mudas serão plantadas no bioma Cerrado por assentados da reforma agrária, que receberão treinamento para realizar a plantação e o futuro manejo sustentável dessa floresta.

Além disso, todos os veículos usados para fazer o transporte terrestre dos expositores e mercadorias da Feira utilizam biodiesel nos tanques de combustível. A maioria dos agricultores e assentados selecionados para participar do evento deste ano já trabalha com o conceito de agroecologia em suas terras.

Linha de crédito - Em junho deste ano, durante a divulgação do Plano-Safra 2007/2008, foi lançada a linha ECO do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa nova modalidade financia a implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável (energia solar e eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e a substituição de tecnologias de combustíveis fósseis para renováveis nos equipamentos e máquinas agrícolas, além de outras tecnologias ambientais.

O Pronaf ECO – aliado ao Pronaf Agroecologia, que financia a implantação de sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, e ao Pronaf Floresta, que investe na criação de projetos de silvicultores, sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável – é exemplo do estímulo do MDA para fortalecer a produção agroecológica em todo o País.

Outras propostas ecológicas - Os arranjos decorativos da Feira foram confeccionados com tecido reciclado, que tem 50% de sua composição a partir de garrafas PET. Todo o material descartável que será utilizado durante o evento, como os copos, as sacolas para embalar mercadorias, a folheteria de promoção e os crachás dos expositores e trabalhadores de apoio serão feitos de papel passível de reciclagem ou reciclado. As garrafas de água distribuídas aos expositores serão de material de uso permanente.

Durante a Feira, haverá coleta seletiva. O espaço de realização do evento terá lixeiras específicas para lixo seco e orgânico. O material seco, depois de passar por triagem, separação e enfardamento, será encaminhado para a reciclagem.

A Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop.DF), entidade ambiental e de economia solidária formada por 15 associadas que somam 3,5 mil catadores, vai receber o material passível de reciclagem recolhido. A Centcoop.DF orientará visitantes, expositores e os trabalhadores de apoio do evento sobre a importância de se separar o lixo adequadamente.

Para reforçar essa idéia, o MDA produzirá uma cartilha de educação ambiental em papel reciclado que abordará vários pontos sobre preservação do meio ambiente, como coleta seletiva e recuperação da emissão de gás carbônico.

Essa publicação será entregue aos visitantes da Feira por 50 monitores ambientais da Centcoop.DF. Eles estarão aptos a tirar dúvidas sobre o conteúdo das cartilhas e trabalhar no processo de conscientização do público em relação ao desenvolvimento sustentável.

Ensinando a reciclar - Outra novidade desta edição da Feira é a realização de três oficinas interativas de reciclagem. A proposta é oferecer ao público a possibilidade de desenvolver atividades ancoradas na sustentabilidade econômica e ambiental a partir do aproveitamento do lixo.

A idéia é envolver os participantes em todas as etapas da produção dos objetos de material reciclado. As técnicas para construção de móveis com garrafas PET e para fabricação de bolsas, porta-lápis e porta-retratos com papel-jornal também serão repassadas por monitores Centcoop.DF. As pessoas que participarem das oficinas de reciclagem receberão como brinde o utensílio utilizado para reciclar óleo de cozinha.

O espaço usado para as oficinas servirá ainda para expor e comercializar produtos da reciclagem. Entre as mercadorias que serão vendidas estão: pufes de garrafas PET, com capacidade para suportar até 150 quilos; bolsas, porta-lápis e porta-retratos elaborados com papel jornal.

“Dá muito trabalho, é cansativo, mas vale a pena porque a gente sabe que não está causando nenhum prejuízo à natureza”, avalia Janilson Santana Andrade, 38 anos, e que há 17 faz trabalhos de reciclagem. Ele começou como catador de lixo e, atualmente, é diretor-geral da Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção (Cortrap), uma das associadas à Centcoop.DF. Por mês, cada cooperado recebe um salário mínimo pelo seu trabalho.

Mais atrações - A quarta edição do evento terá Rodada de Negócios de produtos da agricultura familiar; protótipos demonstrativos de biodiesel e de elaboração da erva-mate, do chocolate e da castanha-de-baru (fruto típico do Cerrado); shows e atrações culturais; praça de alimentação com comidas típicas de diferentes partes do País.

Simultaneamente IV Feira, será realizado o primeiro encontro de Slow Food – movimento internacional que segue o conceito de ecogastronomia – no Brasil, o Terra Madre.

IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Onde: Pavilhão ExpoBrasília – Parque da Cidade, em Brasília

Quando: de 4 a 7 de outubro

Horário: quinta-feira, das 17h às 22h; sexta-feira, sábado e domingo, das 10h às 22h

Entrada: gratuita

Mais informações: 0800 728 7000 ou www.mda.gov.br

O crédito de carbono – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/10/2007

A Prefeitura de São Paulo conseguiu bom resultado no primeiro leilão público de créditos de carbono no mercado à vista ocorrido no mundo, organizado por uma bolsa de commodities e realizado nos termos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecido no Protocolo de Kyoto. Por meio desse instrumento, países desenvolvidos, signatários do protocolo, que se comprometeram a reduzir determinada porcentagem das suas emissões de dióxido de carbono e outros gases que provocam o efeito estufa, podem, em vez disso, comprar créditos de carbono gerados por países que tenham abatido suas emissões domésticas.

Através da Bolsa de Mercadorias e Futuros, a Prefeitura colocou à venda 808.450 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que correspondem a 1,6 milhão de toneladas de gás metano, produzidas pelo Aterro Sanitário Bandeirantes, em Perus, que deixaram de ser lançadas na atmosfera. O banco holandês Fortis Bank NV/SA pagou 16,20 a tonelada de carbono equivalente, com ágio de 27,5% sobre o preço inicial fixado pela Prefeitura. Os créditos podem ser usados pelo banco ou para cumprir metas de redução de emissão de gases de efeito estufa ou para venda no mercado internacional, onde o preço dos certificados já ultrapassa os 20,00.

Os R\$ 34 milhões arrecadados pela Prefeitura serão aplicados em oito projetos de melhorias urbanas e ambientais no entorno do Aterro Bandeirantes. Entre eles estão a instalação de três parques lineares, ciclovias, viveiro, hospital veterinário, novas praças, programas de coleta seletiva de lixo e educação ambiental. Conforme as autoridades municipais, essa será a compensação para a comunidade que, entre 1979 e 2006, suportou os transtornos da poluição provocada pelo depósito de lixo.

O orçamento estimado para o conjunto de obras é de R\$ 48,1 milhões, dos quais R\$ 34 milhões já foram garantidos nesse primeiro leilão. O restante deverá vir de novas ofertas

de créditos de carbono que a Prefeitura pretende realizar até o ano que vem. O aterro já produziu, no primeiro semestre deste ano, 300 toneladas de dióxido de carbono, que estão em fase de certificação pela ONU, e poderão ser leiloadas até dezembro.

O material orgânico presente no lixo se decompõe lentamente, formando biogás rico em metano, um dos mais nocivos ao meio ambiente por contribuir intensamente para a formação do efeito estufa. No Aterro Bandeirantes, foi instalada, no ano passado, a Usina Termoelétrica Bandeirantes, uma parceria entre a Prefeitura e a Biogás Energia Ambiental. (É o segundo maior projeto em volume de carbono do País, atrás apenas de um empreendimento da Rhodia.) Lá, 80% do biogás é usado como combustível para gerar 22 megawatts, energia elétrica suficiente para atender às necessidades de 300 mil famílias.

O Aterro Bandeirantes atingiu a sua capacidade máxima em março. Desde então, parte das 15 mil toneladas diárias de lixo produzidas na capital passou a ser depositada num aterro particular, em Caieiras, e o restante, no Aterro São João, no bairro de São Mateus, onde também se iniciou, em junho, operação de queima de metano similar à do Bandeirantes. As usinas termoelétricas instaladas nos dois depósitos sanitários permitirão que São Paulo reduza em 20% a emissão de carbono equivalente na atmosfera. A Prefeitura espera que, em 2008, 10% da energia elétrica consumida nas casas paulistanas seja suprida pela energia gerada a partir do lixo urbano.

Até 2012, o Bandeirantes produzirá 8 milhões de toneladas de carbono e o Aterro São João, 6 milhões de toneladas. Os créditos de carbono são divididos igualmente entre a Prefeitura e a Biogás. Ao realizar leilões no mercado internacional, São Paulo dá o exemplo a outras cidades brasileiras de como transformar os aterros, de fontes de poluição e de encargos onerosos para as finanças municipais, em fontes de receitas, inofensivas ao meio ambiente. A capital dá exemplo também às empresas privadas controladoras de pequenas centrais elétricas e de projetos de biomassa, que poderiam se enquadrar nesse sistema, fortalecendo a presença do Brasil no mercado de créditos de carbono.

Mangabeira pretende rediscutir Amazônia - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 04/10/2007

Futuro ministro defende projeto de gestão territorial ou zoneamento econômico e ecológico, com ações específicas para cada microrregião

Brasília - Ainda sem pasta, mas falando como ministro, o professor e filósofo Roberto Mangabeira Unger disse que a questão da Amazônia é um dos pontos de avaliação do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, pasta que será criada para abrigá-lo novamente no governo. Em sua primeira aparição pública após os ajustes no órgão que cuidará do planejamento de longo prazo e das críticas dos parlamentares, ele disse, na Câmara, que há duas imagens da Amazônia. Uma é a da região como um grande parque para deleite da humanidade, sem atividade econômica. Outra é a de que vai ser tomada pela

cultura da soja e pela pecuária. “Essas duas idéias devem ser rejeitadas; não podemos aceitá-las.”

Na semana passada, uma rebelião do PMDB levou o Senado a rejeitar a Medida Provisória 377, que criava a Secretaria Especial de Planejamento de Longo Prazo, ocupada pelo filósofo desde junho. A saída encontrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi criar o 37º ministério para acomodar Mangabeira - que em 2005 classificou o atual governo de “o mais corrupto da história nacional” e pregou seu impeachment.

Ontem, Mangabeira não quis comentar se a extinção da secretaria atrapalharia seu trabalho. “Minha função é ajudar a formatar e discutir uma proposta que atenda ao desejo mais forte do País: elaborar um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação do crescimento econômico e da inclusão social.”

Ele disse que o desafio é encontrar uma maneira de transformar economicamente a Amazônia, preservando a “enorme” riqueza local. O ponto de partida, afirmou, é a elaboração de um projeto de gestão territorial ou zoneamento econômico e ecológico, além do desenvolvimento de projetos produtivos para cada uma das microrregiões. “Com isso, conseguiremos construir uma relação íntima ou orgânica entre o imperativo da produção e da preservação ambiental.”

Mangabeira classificou o potencial energético da Amazônia de “imenso”. Ele lembrou das disputas entre engenheiros e ambientalistas sobre o assunto. “Quando colocada essa discussão, eu garanto que os engenheiros acabarão ganhando.”

Para Mangabeira, o principal problema do País não é de natureza política nem econômica. “É nossa disposição para obedecer, para aceitar o formulado, o que nos impõe ou recomendam de fora”, criticou. “Audácia e imaginação, disposição para revelar-se. É o que eu quero ver instalado no Brasil.”

Ele contou que chegou a algumas constatações. A primeira é que não adianta formular projetos conceituais abrangentes. “Seria peça de museu.” Outra foi a de que o País está sob ameaça de ficar imprensado entre as economias de trabalho barato. “Não queremos escapar pelo lado baixo, de aviltamento do trabalho. O Brasil não tem futuro como uma China com menos gente.”

Uma terceira constatação é a de que “não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa”. Ele disse que está trabalhando com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e com as Forças Armadas na formulação de estratégia para ação em hipóteses de paz e de guerra.

ONGs lançam pacto para salvar floresta – Estado de São Paulo – Vida & - 04/10/2007

ONGs em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara lançam hoje um pacto pela valorização da floresta e fim do desmatamento na Amazônia. A iniciativa inédita procura estabelecer um compromisso que permita adotar ações para garantir a conservação da floresta Amazônica.

Brasil pressiona a OMC pelo etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007

Proposta é que o combustível entre na lista de bens ambientais para que tarifa de importação seja eliminada

Genebra - O Brasil apresentou uma proposta à Organização Mundial do Comércio (OMC) com a qual espera incluir definitivamente o etanol em um acordo de liberalização de tarifas de importação em todo o mundo.

O Itamaraty sugeriu que cada país apresente uma lista de bens ambientais que teriam as tarifas reduzidas a zero. Hoje, o que existe é apenas uma lista de cerca de 350 produtos identificados pelos países ricos como bens ambientais, que fariam parte das negociações. Nessa lista, o etanol é a única energia renovável que não está incluída.

Hoje, as exportações de etanol do Brasil pagam altos impostos para entrar tanto no mercado europeu quanto no americano. Em negociações bilaterais, o Itamaraty não tem conseguido convencer Washington e Bruxelas a reduzir as taxas.

Na OMC, o debate até agora apenas patinou. Isso porque os países ricos se recusam a incluir o etanol na lista de bens ambientais que teriam as tarifas eliminadas. A classificação, porém, inclui energia solar, tecnologia para o tratamento de água e até iate e bicicletas, que supostamente seriam bens que não poluem.

O Brasil já deixou claro que não aceitará a lista feita pelos países ricos na OMC e sugere que cada governo faça a sua oferta do que está disposto a liberalizar e apresente uma lista de setores que gostaria de ver incluído nas negociações. A sugestão brasileira provocou polêmica, principalmente entre os países ricos.

No debate realizado nos últimos dois dias em Genebra, delegações de governos europeus voltaram a questionar até que ponto o etanol seria de fato um produto ambientalmente correto. Os suíços, por exemplo, apontam que estão internamente debatendo quais seriam as condições adequadas para a produção do etanol.

O Brasil reagiu aos comentários alegando que não poderia haver uma lista de bens ambientais na OMC sem a inclusão do etanol. Diplomatas do Itamaraty revelam ainda que estão trabalhando ao lado do Ministério do Meio Ambiente para analisar quais seriam os setores em que o Brasil estaria disposto a abrir seu mercado. O objetivo da avaliação é não eliminar as tarifas para uma área em que um programa nacional esteja sendo desenvolvido, como no caso da energia solar.

“Vamos ver quais são exatamente as tecnologias que não temos e nos interessa eliminar tarifas e quais vamos manter para não acabar matando um programa de desenvolvimento local que esteja já ocorrendo”, explicou um negociador do Itamaraty.

A proposta brasileira apresentada à OMC ainda sugere que produtos agrícolas orgânicos também possam ser comercializados livre de tarifas de importação em todo o mundo no futuro. Mais uma vez, alguns países desenvolvidos contestaram o projeto, alegando que seria difícil identificar esses produtos. O Brasil, em contrapartida, defende que uma classificação seja estabelecida.

Outra idéia sugerida na mesma proposta brasileira é para que se garanta que cada produto considerado bem ambiental possa se beneficiar da transferência de tecnologia.

Mundo não acabou com a crise e agora vem o álcool - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2007

O tema desta coluna é motivado pela onda de e-mails que recebi dos ambientalistas fanáticos. Eles condenam, com veemência inusitada, a defesa que fiz do etanol como fonte limpa de geração de energia em substituição parcial do petróleo - altamente poluente e com preços estratosféricos controlados por uma dúzia de países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

CRISE PASSOU, SENHORES - Antes, porém, quero acalmar o leitor e fazer um balanço sobre como anda o mundo hoje, em meio ao contraste doloroso entre progresso no mundo ocidental e violência em algumas regiões populosas onde o povo vive prisioneiro de regimes totalitários.

Paradoxo? Não. Apenas distorções que punem uma parte considerável da população mundial, mas não afetam o crescimento econômico.

Mas será que não seria também distorção estarmos levando em consideração apenas o crescimento econômico sem desenvolvimento e integração social? De novo, não, leitor.

É por meio do crescimento econômico, hoje cada vez mais abrangente, que se terá menos miséria. É a economia que nos levará, num futuro bem próximo, a distribuir riqueza.

Isso não se dará pela imposição autoritária e violenta de governos inspirados em doutrinas pseudosociais há décadas superadas.

Os mercados financeiros acalmaram, as bolsas batem recorde em cima de recorde e só recuam porque todos voltaram a ganhar, vendendo na alta. A crise que não era nenhuma tragédia, está indo embora e a vida volta a ser como antes.

US\$ 1 BILHÃO POR MÊS!!!

E agora, ao etanol dos meus raivosos leitores ambientalistas. Alguns não entenderam bem a última coluna. Há dois aspectos da mesma questão:

1 - O subsídio dos países desenvolvidos, Estados Unidos e Europa, ao plantio de milho, beterraba e cana-de-açúcar para produzir etanol. Esse subsídio tem um duplo efeito nocivo. Primeiro, estimula o plantio de cana, milho e beterraba para produzir etanol. Segundo, como consequência, reduz a área destinada à produção de alimentos, o que provoca uma alta dos seus preços.

2 - O subsídio indireto, sob a forma de imposição de taxas na importação de etanol produzido pela cana-de-açúcar em outras regiões a custos menores. Isto é, temos um subsídio ao 'custo' da produção e um subsídio disfarçado ao 'preço' final para proteger cultivos e comercialização menos produtivos.

Só subsidiando fortemente os preços é que o etanol de milho, cana-de-açúcar e beterraba dos países desenvolvidos pode competir com o etanol importado produzido em áreas e climas mais favoráveis.

O correspondente do Estado em Genebra, Jamil Chade, informa à coluna:

1 - Estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - que congrega as 30 nações mais ricas do mundo - confirma que esse países gastam US\$ 1 bilhão por mês, US\$ 333 milhões por dia (!!!) em subsídio ao plantio e comercialização de cana-de-açúcar, milho e beterraba destinados à produção de etanol;

2 - Só nos Estados Unidos, US\$ 7 bilhões por ano;

3 - A União Européia impõe uma tarifa de proteção para tornar o seu etanol economicamente menos inviável de, acreditem, 70%. E isso mesmo sabendo que o etanol de cana-de-açúcar custa apenas US\$ 35 e o de milho, US\$ 65!

AGORA OS AMBIENTALISTAS - Aos meus caros leitores revoltados, deixo a pergunta: os senhores querem, que os Estados Unidos, a Europa e, mais gravemente, a China continuem poluindo tremendamente a atmosfera com toneladas de gás carbônico por minuto, num inapelável cenário de catástrofe, ou que se continue plantando cana-de-açúcar?

Um plantio muito mais facilmente controlável do que impedir que os vários milhões de veículos que entram em circulação a cada ano continuem destruindo o ar que respiramos e provocando o catastrófico aquecimento ambiental?

É isso o que os senhores querem??? Podem mandar mais e-mails se tiverem argumentos. Mas, por favor, e-mails civilizados e não ferozes como os que tenho recebido.
*E-mail: at@attglobal.net

ONGs propõem zerar desmate em 7 anos – Angela Pinho e Claudio Angelo - Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2007

Frear destruição da Amazônia, que coloca o Brasil entre os 5 maiores poluidores do mundo, exigiria R\$ 1 bilhão ao ano

Pacto apresentado ontem é o 1º a estabelecer meta de contenção da fronteira agropecuária, e tem apoio até do governador de MT

Área de floresta desmatada para agricultura no município de Feliz Natal, norte de Mato Grosso

O desmatamento na Amazônia pode ser zerado em sete anos se o governo federal redefinir suas políticas para a região e colocar R\$ 1 bilhão por ano num fundo destinado a compensar financeiramente os produtores rurais que abrirem mão de cortar árvores. A proposta foi feita ontem em Brasília por um grupo de nove organizações ambientais e tem a adesão de três governadores amazônicos.

Batizado de Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia, o plano estabelece, pela primeira vez, metas de redução da expansão da fronteira agrícola: o ritmo de desmatamento seria cortado 25% no primeiro ano, 25% no segundo, 30% no terceiro ano e assim por diante até os 100%, a partir da taxa atual, de 14.000 km².

O raciocínio é que a agricultura brasileira pode se manter competitiva só com as terras que já foram desmatadas -cerca de 600.000 km²- e que o desmatamento é um mau negócio em termos de produtividade e também de estratégia: as 200 milhões de toneladas de carbono emitidas anualmente pelo corte raso na Amazônia agravam o aquecimento global e colocam o Brasil na posição de quarto maior poluidor.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, nas Nações Unidas, que o Brasil está produzindo um plano nacional de combate à mudança climática. "O objetivo é que o pacto contribua para que o Brasil possa ter um plano", disse à **Folha** Paulo Adário, do Greenpeace. "Estamos vivendo um momento na Amazônia que permite ousadias desse tipo. Se não agirmos agora, podemos perder esse momento."

Adário se refere à queda na taxa de desmatamento em 2005, 2006 e provavelmente 2007; e, principalmente, ao debate sobre aquecimento global influenciado pela publicação do último relatório do IPCC (o painel de climatologistas das Nações Unidas), neste ano. Ao lado de Adário, ontem na Câmara dos Deputados, estava Blairo Maggi -um dos maiores sojicultores do mundo, que o Greenpeace chamava de "estuprador da floresta".

"Eu sei que, algum tempo atrás, a figura do governador Blairo Maggi era ligada ao desmatamento; eu já fui dado como um Nero da Amazônia. Mas sempre tive a consciência tranqüila e sou parceiro deste movimento." Ele disse que vai assinar o pacto e pediu ajuda da União para aumentar o número de fiscais no seu Estado.

Também presentes estavam o governador do Amapá, Waldez Góes, e o secretário do Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana.

Cide ambiental- A proposta das ONGs se baseia em um estudo encomendado a uma equipe independente de economistas, que propõe a criação de um Fundo Amazônico de Governança.

O fundo seria usado para compensar produtores rurais que mantiverem a floresta em pé, por exemplo. "Se um produtor tem o direito de desmatar 20% de sua propriedade e só desmata 5% ele poderia se candidatar a receber recursos desse fundo", explica Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). O projeto prevê que 70% do dinheiro -ou R\$ 700 milhões por ano- venha do Orçamento da União. A contribuição dos Estados da Amazônia Legal também aumentaria, com a criação de uma Cide ambiental (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Ambiental) - tributo que incidiria sobre atividades que prejudicam o ambiente, como o agronegócio e a indústria madeireira- e com o comprometimento de um ponto percentual a mais do ICMS para a redução do desmatamento.

A proposta prevê também recursos privados para atingir o montante de R\$ 7 bilhões. Eles viriam, principalmente, do mercado de carbono: o IPCC considera a redução do desmatamento uma solução barata para a crise do clima e países ricos poderiam pagar para que países com florestas reduzissem seu desmatamento. O governo brasileiro propôs criar um pagamento voluntário pelo carbono que deixa de ser emitido por essa redução. O BNDES entraria com a estruturação de um fundo de doações, nacionais e internacionais, e de um que antecipe a receita de créditos de carbono. Segundo o presidente do banco, Luciano Coutinho, uma das áreas em que o órgão poderá atuar é no incentivo a atividades econômicas que se sobreponham a atividades que desmatam a floresta.

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) se comprometeu a analisar o projeto. Porém, mostrou-se reticente em relação ao estabelecimento de metas anuais de desmate.

ONGs propõem fundo de R\$ 2 bi para a Amazônia - Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 04/10/2007

Pelo projeto, governo pagaria a proprietários para não desmatar

BRASÍLIA. Nove grandes organizações não-governamentais apresentaram ontem, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, proposta de criação de fundo de cerca de R\$ 2 bilhões por ano para estimular proprietários rurais a não fazer novos desmatamentos na Floresta Amazônica. O fundo seria formado por doações, recursos do Orçamento da União e pela criação de taxa específica para empresas que atuam na extração e no comércio de madeira. Pela proposta, a criação do fundo seria a base do Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia.

Pela proposta, o governo federal pagaria aos donos de terras até R\$ 150 por ano por hectare não desmatado. O valor corresponde ao que cada proprietário rural da Amazônia fatura anualmente por hectare. Ou seja, o fazendeiro teria o mesmo lucro só com o compromisso de não abrir novas pastagens ou áreas de plantio. As despesas seriam custeadas pelo fundo.

Para ministra, pacto é avanço na política ambiental

As sugestões foram bem recebidas pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, até recentemente o inimigo público número um dos ambientalistas. Segundo a ministra, o pacto sugerido pelos ambientalistas indica um avanço na política de proteção ambiental.

Segundo ela, até então as medidas de preservação da floresta estavam centradas na repressão ao desmatamento ilegal.

O eixo agora é a criação de incentivos para que proprietários não destruam a floresta.

— É um movimento legítimo e importante, que vai nos ajudar a viabilizar o que a sociedade quer. Ações de força não são suficientes. São necessários mecanismos adicionais — disse Marina.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, disse que o banco ajudará na criação do fundo, que poderá ser abastecido também com recursos internacionais a partir do crédito carbono — recursos que governos de países ricos devem investir para compensar o desmatamento causado pela industrialização.

Para Blairo Maggi, é importante a criação de incentivos financeiros que tornem as florestas intactas mais rentáveis para os proprietários rurais que pastagens ou plantações.

Impacto global de integração de infra-estrutura teria sido mal-avaliado

Um grupo preservacionista alertou, no início desta semana, que a Amazônia corre risco de sofrer danos sem precedentes em decorrência de um ambicioso projeto para melhorar a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia na região. Os projetos de desenvolvimento foram elaborados para fomentar elos comerciais entre dez pólos econômicos no continente, mas ameaçam trazer ampla destruição para a maior floresta tropical do mundo, segundo a ONG Conservação Internacional (CI).

Planos para melhorar o transporte rodoviário e fluvial combinados à construção de barragens e à instalação de um extenso cabeamento para transmissão de energia elétrica e para comunicações abrirão trechos antes inacessíveis da floresta tropical, elevando risco de um desmatamento generalizado. Em último caso, pode levar à perda de toda a floresta amazônica em 40 anos, afirma a entidade.

Tim Killeen, um cientista que trabalha para a CI, analisou os projetos da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul, financiados por vários governos. Ele concluiu que o impacto isolado de cada obra sobre o ambiente foi bem avaliado, mas o do conjunto das obras não foi devidamente considerado. Parte das melhorias planejadas envolverá rodovias dos Andes, atravessando o Rio Amazonas e o cerrado, ligando o Pacífico ao Atlântico.

“A falha em prever o impacto total dos investimentos, particularmente no contexto de mudança climática e mercados globais, produzirá uma combinação de forças que poderá levar a uma tempestade perfeita de destruição ambiental”, denuncia Killeen.

CONSELHOS - Por isso, a CI conclama os governos que estão respaldando o projeto a assumir mais responsabilidade pelo impacto ecológico das obras.

Se os países amazônicos concordassem em reduzir o desmatamento em 5% ao ano durante três décadas, a floresta salva iria, potencialmente, qualificar-se como forma de redução das emissões de gases de efeito estufa e gerar mais de R\$ 11 bilhões ao ano, calcula Killeen.

Já a plantação de cana-de-açúcar para geração de biocombustível poderia ser feita nos 65 milhões de hectares de terra que já foram desmatados na região, afirma.

ONGs apresentam plano pragmático para zerar em 7 anos a taxa de desmate, ao custo anual de R\$ 1 bi; governo promete avaliar

POUCOS brasileiros defenderiam o desmatamento da Amazônia. Como todo consenso, este também começa a esgarçar-se quando deixa a praia das boas intenções rumo ao pântano dos custos e sua repartição. Nenhum dono de terras da região aceitará abrir mão do direito de desmatar 20% da propriedade, assim como povos indígenas não admitirão sem compensações o alagamento de terras demarcadas para encher um reservatório de hidrelétrica.

Com alguma criatividade e empenho, porém, é possível desenhar soluções de desenvolvimento regional em que muitos saiam ganhando com a preservação da floresta. Como o desflorestamento representa 75% da contribuição brasileira ao aquecimento global, e o tema vem ganhando destaque no debate público, o momento parece propício para dar um passo concreto, como a adoção de metas de redução de desmatamento.

Foi o que propuseram anteontem nove organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras: um Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia. Com pragmatismo, estimaram que zerar a devastação demandará um prazo de sete anos. Exibindo disposição para falar a linguagem dos empresários, as ONGs encomendaram a economistas um estudo sobre a conta da preservação almejada. Teve grande peso no cômputo o custo de oportunidade da terra, ou seja, o que agricultores deixam de ganhar ao manter a terra florestada, em vez de cultivá-la. O cálculo indicou o máximo de US\$ 1,33 por tonelada de CO₂ que deixa de ser emitido quando a mata permanece de pé (após a derrubada, madeira, folhas e raízes acabam em parte convertidas, por queima ou apodrecimento, em CO₂, engrossando o "cobertor" que mantém a atmosfera aquecida).

O estudo projeta ainda o investimento anual necessário (R\$ 1 bilhão) para obter reduções sucessivas nas taxas de desmatamento. Mais que isso, elenca várias fontes para custear tal inversão, do Orçamento da União à comercialização no mercado livre internacional de créditos de carbono gerados com a economia de emissões de CO₂. O dinheiro amealhado constituiria um fundo que as nove ONGs pretendem ver sob a alçada do BNDES. Parte dos recursos angariados seria destinada aos Estados cumpridores das metas de redução, para compensar agricultores que renunciassem ao desmate.

Outra parte serviria para melhorar a ação de fiscais ambientais, ou para manter unidades de conservação, como parques e estações ecológicas. Sinal de que a semente do pacto pode ter caído em solo fértil foi seu lançamento no Congresso Nacional, na presença de figuras públicas que ocupam campos opostos no debate, como a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o governador sojicultor de Mato Grosso, Blairo Maggi. Ambos evitaram comprometer-se com o plano, mas elogiaram a iniciativa. É um começo.

Nova lei deve reduzir os conflitos ambientais – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

O emaranhado judicial em torno das licenças ambientais, apontado como um forte empecilho para os investimentos, deve ser fortemente reduzido depois que for aprovado o Projeto de Lei Complementar 388, que divide a responsabilidade de avaliação entre União, Estados e municípios. A avaliação é do relator do projeto na Câmara, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA). A proposta integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pelo desenho proposto pelo relator, os Estados serão os responsáveis pela maior parte dos licenciamentos. Ao Ibama ficarão restritos projetos que tenham impacto ambiental em mais de um Estado ou estejam em áreas de fronteira, reservas indígenas, unidades federais de conservação ou, ainda, na plataforma continental.

'É preciso dar clareza na legislação para os conflitos judiciais serem reduzidos ao máximo', disse o deputado. 'Os empresários precisam saber para onde encaminhar seu pedido de licenciamento, ou serão desestimulados a empreender.'

A confusão existe porque a Constituição diz, em seu artigo 23, que o licenciamento ambiental é responsabilidade de União, Estados e municípios. Diz, também, que a divisão de atribuições será fixada em lei complementar - exatamente essa que é relatada pelo deputado, 19 anos após a promulgação da Carta.

A divisão proposta pelo relator é a que já vem sendo usada pelo Ibama. Porém, como ainda não há regulamentação, pipocam ações na Justiça contestando licenças ambientais por causa do órgão que a emitiu.

Segundo o presidente do Ibama, Bazileu Margarido, o Ministério Público costuma usar um critério diferente, que é o de domínio. Por ele, caberia ao governo federal avaliar o impacto ambiental de todas as ações que afetassem biomas importantes, como a Amazônia ou a Mata Atlântica. Os Estados, por sua vez, usam outro critério, pelo qual a União seria responsável pela análise só dos projetos localizados em fronteiras. 'Por um conceito, teríamos de licenciar praticamente tudo, pelo outro não licenciariamos quase nada', diz Bazileu. 'Nós usamos um conceito intermediário.'

Nilson Pinto propõe que sejam criadas comissões de arbitragem para dirimir dúvidas quando não estiver claro a qual esfera de governo cabe o licenciamento. 'Elas vão decidir quem é o responsável, sem levar a questão à Justiça.' As comissões, uma em cada Estado, se reuniriam quando fosse necessário e teriam prazo para se manifestar.

O deputado acha que o projeto de lei não envolve grandes polêmicas e por isso a tramitação será fácil. Mas ele próprio informa que retirou algumas mudanças introduzidas no texto quando este passou pela Comissão de Agricultura da Câmara.

Lá, os ruralistas propuseram que unidades de conservação, como parques nacionais, só podiam ser criadas após aprovação de lei pelo Congresso. Hoje, basta um decreto

presidencial. Nilson Pinto retirou a exigência da lei e manteve o decreto. A comissão também havia criado uma indenização pela área que os donos de terra são impedidos de utilizar na atividade produtiva por exigência de conservação. 'Isso ia criar uma indústria, por isso retirei', afirma o relator.

Canaviais e queimadas já desafiam Amazônia - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

Usina parceira da Coca-Cola tem 4 mil hectares de cana na floresta

A indústria sucroalcooleira, que assumiu a tarefa mundial de curar o planeta do 'vício do petróleo', continua a avançar rumo ao Norte. Nascida no planalto paulista e no Nordeste brasileiro, a cultura da cana já encontra fôlego para levar seus tentáculos para além da fronteira agrícola, no coração da maior floresta do mundo, a Amazônica. O plantio de cana para produção de açúcar e álcool, apesar de ainda modesto, recorre ao desmatamento e às queimadas e usa 65% da força manual para a colheita.

A cana desafia a Amazônia. Mais do que isso, a ousadia humana já encontrou formas de driblar a hostilidade do ambiente. Somado ao ciclo de prosperidade do álcool combustível no Brasil e no mundo, tem não só ressuscitado projetos do Proálcool como atraído dinheiro para novas usinas, tanto na gigante Amazônia Legal quanto na frágil e exuberante área do bioma amazônico, região que cobre cerca de 4% do planeta e de onde se conhece apenas 50% das espécies que ali vivem.

O tema é a mais nova batalha entre os integrantes do governo Lula. A definição de um zoneamento agroecológico que indique vocações no País no próximo ano pôs em choque o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A pasta da Agricultura admite a produção de cana-de-açúcar em escala na Região Amazônica. A ministra reagiu e parece disposta a não ceder.

A velocidade dos investimentos em produção de cana e derivados na região está longe de ser equivalente aos programados para o Centro-Sul do Brasil, área que até o final do primeiro biênio da próxima década deverá receber US\$ 17 bilhões, o suficiente para erguer 90 usinas de etanol.

Além de projetos no norte de Mato Grosso, a Região Amazônica tem planos de produção de álcool no Acre (que pode começar a operar em 2008 e alcançar 3 milhões de toneladas) e no Pará. Há dois novos projetos previstos para Roraima. Mas a prova de que a Amazônia, apesar de tudo, tem condições de produzir cana está em Presidente Figueiredo, 100 quilômetros ao norte de Manaus, localizada às margens da BR-174, que liga a capital do Amazonas a Boa Vista, capital de Roraima. A estrada, de piso novo, corta a mata fechada. O clima é úmido ao extremo, em alguns momentos acima de 80%.

A chuva é freqüente, principalmente a partir de agora. Mas quis a natureza que o céu desaguasse mais a partir de agosto. 'Este ano choveu demais. Os canaviais ficaram encharcados, não havia como colher. Teve dia que a usina ficou parada', diz Waltair Prata Carvalho, superintendente da Agropecuária Jayoro, em Presidente Figueiredo. Em toda a Amazônia, é o projeto que mais desafia o ambiente. E, apesar das apostas de que é um projeto inviável, tem conseguido sobreviver.

A reportagem do Estado esteve na área, uma imensidão de 59 mil hectares, 4 mil deles cobertos com cerca de 8 variedades de cana mais adaptadas às condições. 'Apesar de todas as dificuldades de se produzir cana na região, o projeto sobrevive, já encontrou o equilíbrio econômico-financeiro e precisa somente ampliar a escala para alcançar rentabilidade', assegura Carvalho.

A Jayoro é a parceira da Coca-Cola e só está de pé graças a um acordo assinado pelos controladores e a multinacional, em 1996. Todo o açúcar usado pela Recofarma, a indústria responsável pela produção da base da Coca-Cola, localizada em Manaus, sai da cana produzida naquelas glebas. Sai de lá também todo o extrato de guaraná que a companhia utiliza para a produção do refrigerante Kuat.

A Jayoro é a maior agroindústria do Amazonas. Emprega, neste momento, período de safra, 900 trabalhadores, tanto na usina quanto na colheita manual e mecânica da cana. A Jayoro tem cinco colhedoras de cana que rasgam os canaviais às margens da imensidão da floresta. 'Já vi onça, veado, todo o tipo de bicho nesse canavial', diz Osvaldino Santos de Oliveira, o operador de uma das máquinas há oito safras.

Criada no final da década de 70, a agroindústria surgiu no Proálcool. Tinha uma missão: levar o novo combustível para Manaus. O desconhecimento do ambiente, os custos elevados de manutenção e o declínio do programa no fim da década de 80 transformaram a Jayoro numa mera produtora de cachaça. O novo ciclo do etanol, referendado agora pelo mundo, reacendeu expectativas e pode, em pouco tempo, fazer a Jayoro elevar em mais de 50% a capacidade de produção, de 300 mil toneladas por ano para 450 mil.

'Não vamos derrubar uma árvore. Toda a produção de cana até agora ocorreu rigorosamente no mesmo espaço desmatado na década de 70. E assim continuará a ser', garante Arislando Prado, diretor da empresa contratada pela família Magid (controladora do projeto) para gerir o negócio.

A polêmica entre a ministra Marina Silva e seu colega Reinhold Stephanes reverberou na floresta. 'Essa discussão nos preocupa. Não podem proibir o plantio de cana aqui. Não vamos tomar nenhuma decisão sobre expansão sem saber o que o governo vai decidir sobre a cana na Amazônia', explica Prado.

Uma área de 2,6 mil hectares, no limite da imensa gleba da Jayoro, pode se tornar uma opção para o plano de expansão. Ali, um pasto degradado descansa sob os olhos da Amazônia. Como no resto do País, é uma área candidata a se tornar um canavial, apesar de o endereço ser 'bioma amazônico'.

Embrapa analisa áreas para produção de álcool – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

A palavra final sobre a viabilidade ou não do plantio de cana-de-açúcar na grande Região Amazônica será dada só no segundo semestre de 2008. Porém, há claras indicações de que o governo pode liberar a implantação de projetos agroindustriais em áreas da Amazônia, apesar da polêmica com o Ministério do Meio Ambiente.

'Há áreas de cerrado na Amazônia Legal. O bioma amazônico também não é uniforme. O zoneamento que será feito pelo governo dirá quais são as regiões proibidas e aquelas liberadas, e, dentre essas, informará onde há competitividade de produção de etanol para exportação ou para o atendimento de demandas locais', diz Frederico Durães, chefe-geral da Embrapa Agroenergia.

O trabalho começou pelas áreas tradicionais de produção de cana-de-açúcar, como em São Paulo, e nas áreas de expansão, como Triângulo Mineiro e Centro-Oeste. Nas áreas mais remotas, como a Amazônica, o estudo pretende - além de considerar as condições de solo e clima - dar ao setor privado informações sobre as condições econômicas e de logística da produção de cana ou de matérias-primas para a produção de biodiesel.

Enquanto na Região Amazônica cada hectare produz cerca de 80 toneladas de cana-de-açúcar (semelhante à Região Nordeste), no Sudeste essa produtividade chega a 110 toneladas. E cada tonelada rende no máximo 90 quilos de açúcar na Amazônia, enquanto no Sudeste são 135 quilos por tonelada. Com a produtividade reduzida e o transporte caro, resta como fator positivo apenas o custo da terra, cujo viabilidade de plantio não está definida.

MAPEAMENTO - Durães afirma que o governo está empenhado em, finalmente, criar um ordenamento agroecológico no Brasil a partir do qual o setor privado poderá se basear para tomar suas decisões de investimento. Por enquanto, isso não existe, e o que ocorre em todo o País é a escolha de áreas única e exclusivamente a critério de quem investe.

Daí a razão do embate entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Se o zoneamento encontrar razões - nos mapas de clima e de solo e nas informações de satélites - de assegurar o acesso de áreas como a Amazônia para o plantio de cana, fica referendado qualquer empreendimento.

O WWF-Brasil, uma das organizações ambientalistas envolvidas na discussão sobre ordenamento da atividade da agroenergia no País, avalia que o problema não é exatamente elaborar um grande mapa do País no qual se definam as vocações locais, mas fazer com que esse imenso trabalho de fato subsidie a formação de uma política nacional para o setor e garanta a implementação.

A ONG também considera falsa a versão do setor sucroalcooleiro, de que é totalmente inviável a produção de cana em Região Amazônica. 'A questão, definitivamente, não é essa. O problema é mercadológico e logístico. Não acho que o avanço da cana na

Região Amazônica vai ocorrer com vigor neste momento. Mas o problema, definitivamente, não está na inviabilidade agrícola. O que freia o avanço é uma mera questão mercadológica e logística. Se isso for equacionado, não tenho dúvida de que a região se tornará uma opção para a produção de álcool e de açúcar', diz Luiz Fernando Laranja, coordenador do Programa Agricultura e Meio Ambiente do WWF-Brasil.

'O Brasil incomoda, no bom sentido' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/10/2007

Parlamentar ataca exigência para o etanol brasileiro na UE: 'Por que não temos certificação para o petróleo?'

O Brasil terá de enfrentar um dos lobbies mais organizados da Europa para conseguir acesso ao mercado da UE para o etanol. Em entrevista ao Estado, uma das principais deputadas do Parlamento Europeu na questão do clima e ex-ministra de Meio Ambiente de Portugal, Elisa Ferreira, denuncia uma resistência em relação ao etanol importado, liderada por empresas de petróleo e outros grupos de interesse. 'O Brasil está incomodando, no bom sentido.' Ela ainda ataca a decisão da UE de montar um sistema de certificação para a entrada do etanol: 'Por que é que não temos uma certificação para o petróleo que importamos?' A seguir, os principais trechos da entrevista.

Observamos na Europa uma crescente reação contra o etanol por motivos ambientais e sociais. Como a sra. avalia isso?

A percepção na Europa é muito equivocada. A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Comissão Europeia (há dois meses) para falar de etanol quebrou muitos tabus. Mas quando há lobbies tão fortes sempre vão arrumar argumentos para se opor ao etanol.

Quem são esses grupos?

Há interesses instalados na refinaria de petróleo e há uma hábito de relação com os países exportadores de petróleo.

Esses grupos estariam ligados a certos parlamentares europeus?

Não imagino que seja uma questão de corrupção. Seria mais uma hábito de ser influenciado por certos argumentos. No momento em que os temas ambientais ganham projeção, se tornou normal falar que a cana-de-açúcar é plantada em zonas de floresta e destrói a Amazônia. Está claro nos últimos meses que as zonas usadas pela cana não estão na Amazônia. O novo argumento então surgiu dizendo que o problema, de fato, era que a cana estaria deslocando a soja do Centro-Oeste para a Amazônia. O argumento vai se ajustando. Por isso é que precisamos reuniões de esclarecimentos. Posso dizer que há um

grupo de parlamentares que não quer que o discurso volte à estaca zero na Europa e estamos atentos a esses novos argumentos. Mas precisamos receber informações do governo brasileiro para que possamos defender a posição do País no Parlamento Europeu.

Mas essa estratégia de usar informações incorretas não teria a finalidade exatamente de manter certas barreiras?

Claro que sim. Mas isso é normal quando uma preferência a um grupo será afetada. Nesse momento, a Europa não conta praticamente com carros flex fuel e é evidente que está garantido o mercado para os produtores de petróleo. Não faz sentido que as marcas de veículos da Europa tenham carros flex fuel no Brasil e não na Europa. Por isso é que precisamos desmontar esses argumentos baseados em informações equivocadas para que possamos ir até o fundo das questões. O que não podemos é deixar que a verdade seja substituída por uma verdade artificial. O Brasil incomoda, no bom sentido.

A Europa, porém, já deixou claro que terá de importar uma certa parcela de seu consumo de etanol até 2020 para atingir sua meta de ter 10% dos carros movidos ao biocombustível. Ao mesmo tempo, prevê-se a criação de uma certificação ambiental para esses produtos. Com isso será feito?

Teremos de importar. Mas, curiosamente, hoje se colocam questões que não foram debatidas em relação ao petróleo. Alguém já viu alguém pensando em certificação sobre refinarias? Temos de dizer as coisas como são. Na Europa não produziremos biocombustíveis de forma competitiva.

Qual é o papel hoje do Brasil na Europa ?

A presidência portuguesa da UE colocou estrategicamente o Brasil na agenda e conseguiu um espaço bom. O Brasil nesse momento é uma das grandes potências emergentes. Não fazia sentido a Europa não ter uma relação privilegiada. Causou até perturbação interna na Europa, inquestionavelmente. Sempre que se mexe no statu quo, há ressentimentos. A máquina estatal da Europa estava montada numa relação com a América Latina canalizada pelos países de língua espanhola. Essa relação com o Brasil agora precisa ser consolidada, para o bem da Europa.

PRECONCEITO e desinformação costumam andar lado a lado, um sustentando o outro e justificando a origem de ambos. É o que se depreende quando analisamos recentes artigos publicados na imprensa européia sobre a expansão do cultivo da soja e de outras culturas no Brasil.

Muitos insistem em ignorar que o crescimento se deve, em grande parte, à eficiência de pesquisadores e de produtores em encontrar plantas mais produtivas. Sem falar no sucesso crescente de sistemas de industrialização e comercialização, apesar da ainda deficitária infra-estrutura logística, em especial no Centro-Oeste brasileiro.

No entanto, há muita confusão entre a área ocupada pela floresta amazônica e a chamada Amazônia Legal, esta criada para fins de planejamento econômico a pedido dos Estados, englobando, além do território da floresta, biomas diversos em Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.

A parte brasileira da floresta amazônica representa 36% do território, e o bioma amazônico abrange 50% do país. Para ter uma dimensão do bioma amazônico, vale dizer que poderia envolver 20 países europeus.

Já a Amazônia Legal ocupa 60% do Brasil e, por ser ainda mais abrangente, contém parte do bioma cerrado, que se assemelha, em geral, à savana, com gramíneas, arbustos e árvores esparsas.

Na Amazônia Legal, que não significa apenas a floresta amazônica, mas sim vários outros biomas e nove Estados, vivem 23 milhões de brasileiros -cerca de um terço da população francesa. Lá estão, além de emprego e renda, os bons índices de qualidade de vida medidos pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), da ONU, que são superiores à média nacional.

Da formação original, estimada em 600 milhões de hectares, o Brasil mantém preservados 440 milhões de hectares, ou seja, 60% da área primitiva. Essa área corresponde a 28% do total de florestas do planeta, atualmente. Enquanto isso, a maioria dos países devastou suas florestas. Na Europa, por exemplo, o índice de floresta original é inferior a 0,5%.

No Brasil, as áreas com florestas protegidas são as indígenas, com 108 milhões de hectares, e as de conservação federais e estaduais, com 111,6 milhões de hectares. São mais de 219 milhões de hectares, ou seja, 25,9% do território. Além disso, leis rígidas obrigam a criação de áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Afirmações como "a soja vai sufocar a Amazônia" desconsideram que os 70 mil km² -ou seja, 7 milhões de hectares- que são utilizados para o plantio na região representam menos de meio ponto percentual (0,26%) do bioma amazônico. Tampouco se

leva em conta o esforço do governo Lula para a redução do desmatamento, em declínio nos últimos anos.

Além disso, registramos ações positivas da iniciativa privada e medidas como a moratória da soja, em que o cultivo responsável beneficia as agroindústrias que não compram soja proveniente de floresta desmatada desde 2006.

Seria mais útil ao desenvolvimento sustentável do planeta o debate sobre a necessidade de reduzir o protecionismo de países desenvolvidos sobre os produtos que competem com os de países em desenvolvimento, como o Brasil. Essa realidade faz com que tenhamos dificuldades em diversificar e agregar valor ao que produzimos. Para fazermos chegar nossos produtos, a maior parte de commodities, ao mercado exterior, nos submetemos a rígidas restrições tributárias e a tarifas altíssimas, como 310% para carne suína (Japão); 167% para o açúcar (EUA); 177% para carne bovina (UE); 95% para frango congelado em partes (UE). São tarifas que proíbem o Brasil de plantar mais milho, por exemplo, e de beneficiar carnes para obter remuneração adequada.

Ao eleger a soja como inimiga número um da floresta amazônica, deixa-se esquecido que o Brasil tem vocação para o desenvolvimento sustentável, possuindo uma matriz energética em que 45% dos recursos provêm de fontes renováveis. Isso nos coloca entre os poucos países com oferta de energia limpa e renovável, com capacidade de se tornar um grande fornecedor nessa área.

No entanto, o Brasil produz, primeiramente, para alimentar 190 milhões de brasileiros, e da soja se extrai a proteína mais barata do mundo, que, além de suprir as necessidades alimentares da população, auxilia na dieta de bovinos, suínos e ovinos dos rebanhos europeus e asiáticos.

Esses fatos incontestáveis, mas pouco abordados, mostram que está na hora de os conceitos sobre o Brasil serem revistos e de o respeito ao povo brasileiro ser mais exercitado.

REINHOLD STEPHANES , 67, economista, deputado federal licenciado (PMDB-PR), é o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi ministro do Trabalho e Previdência Social (1992-1995) e da Previdência e Assistência Social (1995-1998).

James Lovelock entra na onda da geoengenharia e propõe instalar grandes canos no mar para combater o aquecimento global

Geoengenharia soa como um termo suave e técnico, mas na verdade é um movimento messiânico para salvar o mundo do aquecimento global, usando para isso poeira, ferro e minúsculos espelhos no espaço. Também é o último dos tabus verdes. Os ambientalistas, por instinto, se recusam a discuti-lo. O público geral, por instinto, acha que é loucura.

Mas há alguns dias o tabu foi quebrado. James Lovelock, um dos pais do ambientalismo moderno, propôs uma maneira de amenizar o aquecimento global sem precisar cortar o consumo de nenhum combustível fóssil.

Os geoengenheiros acreditam que a humanidade deveria deliberadamente alterar o ambiente do planeta de modo a contrabalançar os efeitos do aquecimento global. Ken Caldera, especialista em geoengenharia do Instituto Carnegie, EUA, diz: "Nós já estamos "engenheirando" o clima ao emitir tantos gases-estufa. Só não queremos admiti-lo".

Os grandes projetos de geoengenharia se dividem em dois tipos. O primeiro tenta aumentar a capacidade dos oceanos de absorver carbono do ar. A proposta mais simples é polvilhar grandes quantidades de ferro sobre a superfície dos mares mundo afora. Isso criaria as condições ideais para um pico de proliferação do plâncton, os microrganismos amigáveis que "comem" o carbono enquanto estão vivos. Ao morrer, eles afundam e se depositam no fundo do mar, levando com eles o carbono -que fica aprisionado.

Experimentos de pequena escala dessa fertilização foram feitos no litoral das ilhas Galápagos e, de fato, fizeram com que mares "mortos" fervilhassem de plâncton. Entra em cena James Lovelock, com uma proposta parecida. O autor da famosa hipótese Gaia - segundo a qual a Terra se comporta como um imenso organismo vivo- sugere outra maneira de estimular os oceanos a seqüestrar quantidades maciças de dióxido de carbono. Seu plano é construir grandes tubos verticais nos oceanos. Eles bombeariam água do fundo do mar - rica em nutrientes, mas desprovida de plâncton- até a superfície. Essa água mais rica seria o habitat ideal para organismos comedores de carbono, como algas. A sugestão foi apresentada em forma de uma carta, na edição de 27 de setembro da revista "Nature". Segundo Lovelock, ela é um "tratamento de emergência para a patologia do aquecimento global".

A segunda escola de geoengenharia busca meios de refletir uma quantidade maior de radiação solar de volta para o espaço. Por exemplo, sabemos que, quando os vulcões explodem, eles lançam enormes quantidades de partículas de enxofre na atmosfera, que funcionam como uma "capa" e conseguem ajudar o planeta a se resfriar. Cientistas como o Nobel Paul Crutzen têm sugerido que nós simulemos artificialmente esse efeito, ao espalhar enxofre na alta atmosfera. Na prática, isso equivale a combater poluição com poluição.

A Academia Nacional de Ciências dos EUA foi ainda mais longe, sugerindo que 55 mil espelhos colocados na atmosfera seriam suficientes para anular cerca de metade do impacto do aquecimento.

Então por que os verdes relutam em discutir tais soluções? Para entender, é preciso ouvir o filósofo Edmund Burke. No século 18, ele argumentou que o funcionamento da sociedade é tão complexo que a mente racional humana não poderia compreendê-lo totalmente.

Se você tomasse uma decisão por motivos impecavelmente racionais, acabaria descobrindo que ela incorre também em muitas conseqüências não previsíveis, possivelmente indesejáveis. Burke estava enganado sobre sociedades humanas -mas, ironicamente, sua abordagem se aplica bastante bem ao ecossistema da Terra.

Pense novamente nos projetos de geoengenharia que estamos discutindo e você verá por que. Planos de fazer o plâncton e as algas "comerem" carbono para nós entram em conflito com uma conseqüência não-intencional. Matéria orgânica demais afundando toda de uma vez desencadeia a liberação de metano, o mais forte gás-estufa. E bombear enxofre na atmosfera? Caldera explica: "Um dos problemas é que isso destruiria a camada de ozônio".

Esses projetos não lidam também com o outro grande problema causado por nossas emissões: elas estão tornando os oceanos mais ácidos. Mesmo que controlemos o aquecimento global, o aumento de carbono na atmosfera ainda mataria os oceanos e arruinaria nossas fontes de alimento.

Não obstante, a indústria de combustíveis fósseis deve lançar o marketing da geoengenharia como "A Solução", uma alternativa aos cortes de emissões. O cientista Josh Tosteson apresenta a reação necessária ao perguntar: "Nós temos mesmo a capacidade de entender sistemas complexos bem o suficiente para fazer perturbações conscientes que resultem apenas em conseqüências desejadas, e nada mais?"

Continuar a emitir gases-estufa na esperança de poder usar a geoengenharia é o mesmo que dizer a um alcoólatra para não parar de beber e optar por um transplante de fígado no futuro -um transplante feito com facas enferrujadas esquecidas numa garagem.

QUAL O futuro da espécie humana na Terra? Essa pergunta começa a ser feita por um número cada vez maior de pessoas, especialmente políticos e empresários. Os modernos meios de comunicação e transporte e a construção de cidades com residências dotadas de todos os confortos oferecidos por aparelhos cada vez mais automatizados ameaçam exaurir os recursos naturais. E provocam os problemas de poluição global, regional e local que transformaram as questões ambientais em um dilema crucial: ou a degradação é detida ou a vida no planeta estará ameaçada.

O problema ambiental, porém, não pode ser corretamente entendido nem solucionado de forma isolada dos aspectos econômicos e sociais que condicionam a história da humanidade e da civilização. Quando o homem se fixou na terra gerando um excedente na produção agrícola, surgiu ao mesmo tempo o comércio, em seguida o dinheiro e, mais recentemente, a produção industrial e o capital financeiro. Esses fatores nunca foram distribuídos de maneira equitativa e a desigualdade provocou abissais diferenças não apenas entre classes sociais mas também entre os povos.

O padrão de acumulação individual que privilegiou uma elite social e de países, excluindo amplas maiorias da população mundial dos benefícios do desenvolvimento econômico e dos avanços tecnológicos, mostra-se hoje tão esgotado como a utilização predatória dos cada vez mais escassos recursos naturais.

Mesmo as classes mais favorecidas dos diferentes países adquirem a consciência de que sua tranqüilidade não estará assegurada enquanto milhões de seres humanos forem privados dos meios básicos de sobrevivência.

Para romper esse círculo vicioso em que desigualdade social e destruição ambiental encontram-se e alimentam-se de modo recíproco, a ação dos governos e de organismos como a ONU é fundamental, mas não é o bastante. A responsabilidade ambiental e social tornou-se um dever de todos e, sobretudo, daqueles que estão à frente dos processos econômicos: os empresários, de todos os portes e setores.

É nessa encruzilhada da humanidade, entre preservação ou destruição do planeta e entre civilização ou barbárie, que o Brasil e os empresários brasileiros precisam assumir suas responsabilidades e proceder a uma dupla escolha.

Acredito que nosso país pode reencontrar o rumo do crescimento econômico transformando-se numa potência ecológica e ambiental que se credencie, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável, a receber os créditos de carbono que os países e as empresas poluidoras têm que pagar para compensar o estrago que fazem. Essa opção deve ser acompanhada por outra: responsabilidade social.

Além do respeito aos direitos dos trabalhadores urbanos, não é mais possível ignorar, por exemplo, a função social da propriedade da terra. O latifúndio improdutivo está

na raiz de metrópoles ingovernáveis e de nossa triste liderança na desigualdade da distribuição de renda.

Finalmente, o Brasil potência ambiental e social que vislumbramos pode apresentar taxas de crescimento menores, mas certamente serão mais sustentadas.

Grandes empresas já descobriram que responsabilidade ambiental e social pode ser um diferencial competitivo. Em breve, aquelas que persistirem em desrespeitar a natureza ou seus próprios trabalhadores sofrerão a mais severa das punições: o desprezo do consumidor.

Governo quer conter cana em florestas – Marta Salomon e Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

Medidas emergenciais seriam adotadas antes da divulgação de zoneamento agroecológico, que deve demorar dez meses

Onda dos biocombustíveis fez área com cana crescer 12,3% neste ano em relação a 2006; média histórica de avanço variava de 8% a 10%

O governo estuda a adoção de medidas emergenciais para conter o avanço desordenado de culturas destinadas à produção de álcool em áreas de florestas antes da divulgação do zoneamento agroecológico, com limites para esse tipo de plantio, e que só deverá ficar pronto daqui a dez meses.

Embalada na onda dos biocombustíveis, a área plantada de cana-de-açúcar neste ano cresceu 12,3%, ou 7.600 quilômetros quadrados, em relação à safra passada. A média histórica de crescimento variava de 8% a 10% ao ano. E, diferentemente do que ocorre agora, o avanço era concentrado no Estado de São Paulo.

Para evitar que o zoneamento agroecológico encontre mais desmatamento ou a monocultura de cana-de-açúcar em algumas regiões como fatos consumados, o Ministério do Meio Ambiente avalia a oportunidade de adotar limites imediatos à expansão do álcool por meio de resolução do Conama, informou à **Folha** o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke.

"É natural que os produtores busquem áreas mais férteis, e o zoneamento ainda demora para dar resposta", avaliou o secretário, embora considere "inexpressiva" a pressão dessas culturas sobre a Amazônia.

Está em jogo a palavra empenhada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde que começaram as pressões internacionais contra a expansão da cana sobre áreas de florestas ou atualmente destinadas ao cultivo de alimentos, Lula e a ministra Marina Silva

(Meio Ambiente) reiteram que haveria mais de 50 milhões de hectares de terras disponíveis no país para o plantio destinado à produção de álcool.

Esse volume de terras seria quase suficiente para o país alcançar a marca de 30 bilhões de litros de álcool. Só ficariam faltando 3 milhões de hectares, contabilizou a ministra.

Zoneamento - O temor no Meio Ambiente é que a expansão das culturas destinadas ao álcool não se dê em áreas já desmatadas. E o zoneamento agroecológico, coordenado pelo Ministério da Agricultura, só deverá ser anunciado em junho de 2008, segundo previsão do governo. O zoneamento terá força de lei, proibirá o cultivo de cana-de-açúcar em determinadas regiões e fixará as punições para os infratores. O zoneamento também criará incentivos às plantações em áreas degradadas fruto de uso intensivo, desmatamento ou pastagens. O governo elabora ainda mapas específicos para culturas destinadas ao biodiesel. A maior preocupação do governo com o avanço da cana-de-açúcar está na região Centro-Oeste. Os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concentram o ritmo mais acelerado de expansão dos projetos de cultivo para a produção de álcool. Goiás tinha 15 usinas até o ano passado, já conta com 18, tem mais 9 em construção e pelo menos mais 10 em fase de projeto. Em Mato Grosso do Sul, há 11 usinas em funcionamento e outras 37 devem estar funcionando no prazo de quatro a cinco anos, segundo previsão do governo local.

Dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) indicam que a área de cana cresceu 19% em Goiás, 32% em Mato Grosso do Sul, 42% no Tocantins e 26% no Paraná na safra plantada neste ano em comparação à safra semeada em 2006. Em São Paulo, que responde por 52,7% da área plantada e 58,2% da produção nacional de cana, houve avanço de 11% no mesmo período.

Por ora, o governo conta com medidas adotadas pelos Estados para limitar o avanço desordenado das plantações.

Em Goiás, um ato do governador condicionou, há três meses, a concessão de incentivos fiscais a uma distância mínima de 50 quilômetros entre usinas. Em Mato Grosso do Sul, medida semelhante foi aprovada pela Assembleia Legislativa, estabelecendo 25 quilômetros de distância entre usinas.

Em Mato Grosso, um protocolo de intenções firmado em abril entre o governo do Estado e o sindicato da indústria sucroalcooleira pretende reverter o cultivo de cana em áreas de proteção permanente, que representariam 4% do total.

Segundo o coordenador da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Edson Ustulin, "é preciso ter muito cuidado" com zoneamentos ou restrições de plantio porque isso pode gerar concentração de mercado. "É um assunto complexo e polêmico, precisamos aprofundar muito a discussão."

Aumenta a exigência de "selo verde" para negócio ambiental – Julio Wiziack – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

Por força de regra internacional, bancos condicionam crédito à exploração responsável - Florestas devem gerar R\$ 7 bi por ano até 2010; carteira de clientes deve ter apenas madeireiros que respeitem normas

De olho na floresta amazônica, grandes bancos estão colocando em prática um plano para liberar mais recursos a empresas que pretendem explorar a mata de forma responsável.

Uma das exigências é que os candidatos aos créditos tenham o "selo verde" - atestado de que a exploração florestal é feita de forma responsável.

O ABN-Amro fechou uma parceria com o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) para convencer os madeireiros a cumprir as regras.

"Hoje não há dinheiro para quem age sem responsabilidade com o ambiente", afirma Christopher Wells, superintendente de risco socioambiental do ABN-Amro, que cortou 22 madeireiros da carteira de clientes nos últimos cinco anos.

Para melhorar essa atuação, o banco e o Imazon querem ensinar os madeireiros a ganhar dinheiro sem estragar a floresta ou poluir o ambiente.

Quem aceitar o negócio não terá como enganá-los porque suas atividades serão monitoradas via satélite. "Qualquer intervenção na floresta deixa rastros, e iremos investigá-los", diz Paulo Amaral, pesquisador do Imazon responsável pelo projeto com o ABN.

O Basa (Banco da Amazônia), com o JBIC (Japan Bank for International Cooperation), está selecionando 11 projetos que receberão US\$ 100 milhões ainda neste ano. A primeira exigência: ter o "selo verde". O holandês Rabobank, especializado em crédito para investimentos no setor agrícola, também faz questão do certificado.

O Itaú está se preparando para entrar com mais força nesse setor. A instituição abriu consulta pública para implementar uma nova política de crédito ambiental. Qualquer projeto destinado à área ambiental -e particularmente os projetos relacionados à exploração florestal- acima de R\$ 5 milhões seguirá padrões mais rigorosos.

Sem mercado paralelo - A iniciativa dos bancos acontece no momento em que o governo federal implementa um projeto de expansão do setor madeireiro legal.

Estimativas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) revelam que 80% da madeira consumida no Brasil é extraída de forma predatória. Esse índice é mais alto no comércio realizado entre as cidades -

principalmente nos Estados da região Norte- e baixa para cerca de 60% nas compras realizadas entre governos.

Segundo Antônio Carlos Hummel, diretor de florestas do Ibama, o índice de legalidade só passa dos 90% entre os exportadores, que trazem US\$ 3,3 bilhões em divisas por ano ao país. "A maior parte dos importadores só compra de quem tem o selo", afirma Hummel. "Europeus e americanos são mais exigentes nesse quesito."

Acontece que a imagem do selo no país está ameaçada. Há casos de empresas certificadas denunciadas pelo MPF (Ministério Público Federal) e multadas pelo Ibama por infrações ambientais. Mas, na opinião dos especialistas, não é o caso de dispensar o selo. "Ele não é um instrumento perfeito, mas um mecanismo de controle", afirma Marcelo Marchesini, especialista do Greenpeace. "Sem ele, seria pior ainda."

Os bancos concordam, mas continuam cada vez mais atentos ao histórico das empresas antes de abrir o caixa. "Uma multa ambiental não significa, necessariamente, que a empresa agiu de má-fé", explica Wells. "Se fosse assim, teríamos de fechar a carteira para as madeiras."

Potencial - Para os bancos, a ampliação dos negócios nesse ramo não pode ser um dilema. Embora boa parte deles tenha assinado os Princípios do Equador -um conjunto de políticas do Banco Mundial que proíbe a liberação de recursos a empresas "inimigas do verde"-, essas instituições não querem perder as oportunidades de um mercado que deverá movimentar anualmente cerca de R\$ 7 bilhões.

É quanto as florestas estarão gerando até 2010, segundo cálculos de Tasso Azevedo, diretor-executivo do SFB (Serviço Florestal Brasileiro).

Essa cifra leva em conta as atividades relacionadas ao corte e à transformação de madeira em florestas públicas, áreas que o governo está licenciando às empresas interessadas em planejar o corte respeitando o ciclo de crescimento e reprodução das árvores. Essa prática, conhecida como manejo, prevê cortes em intervalos que variam de 20 a 30 anos em florestas nativas da Amazônia. As florestas plantadas estão sob critérios diferentes.

A primeira licitação do gênero foi aberta há 20 dias. Foram 90 mil hectares concedidos na Floresta Nacional do Jamari (RO). Até 2008, outras seis áreas deverão ser licenciadas.

Quem ganhar o direito de exploração não será o proprietário das terras, mas responderá por elas. Também pagará royalties ao governo, que prevê arrecadar R\$ 150 milhões por ano em 2010. Os bancos não querem perder essa chance.

Imagem do certificado está ameaçada – Julio Wiziack - Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - Um dos atestados mais confiáveis de procedência dos produtos madeireiros e exigência dos bancos para a aprovação de créditos a empreendimentos florestais, o "selo verde" enfrenta ameaças contra sua reputação no Brasil.

No Pará, o MPF (Ministério Público Federal) investiga duas madeireiras que têm o "selo". Autuada pelo Ibama, uma delas explora a floresta. A outra compra madeira para a fabricação de compensados.

Uma das primeiras a obter o "selo" no país, a multinacional suíça Precious Woods - que atua no Amazonas e no Pará- foi investigada pelo MPF, que moveu uma ação em 2006. "Para obter a certificação, a Precious Woods alegou ter documento de propriedade das terras no Pará, mas verifiquei que elas são públicas", afirmou o procurador Marco Antonio Delfino de Almeida.

O acordo foi fechado recentemente. A multinacional Precious Woods obteve licença do governo para continuar na área por dois anos pagando retroativamente pelo uso da floresta. Depois, terá de vencer uma licitação que decidirá o futuro da companhia. Segundo o Imaflora, o instituto que certificou a Precious Woods no Pará, entre 2002 e 2006, ela foi multada quatro vezes. Os motivos: transporte irregular de madeira e venda de toras sem autorização.

O diretor-executivo da Precious Woods, Leandro Guerra, diz que a companhia recorreu das multas na Justiça e aguarda a decisão. "Foram infrações questionáveis." Guerra afirma que madeireiros ilegais invadiram a área certificada para derrubar árvores. "Não podíamos reagir. O confronto tiraria nosso selo."

De acordo com o FSC (Forest Stewardship Council) -que regula a emissão do "selo verde" no país-, quem tem o certificado não pode permitir a extração ilegal. Também deve manter boa relação com as comunidades locais e não se envolver em conflitos. No Brasil, seis institutos concedem o "selo" que pode custar até R\$ 100 mil. Para obtê-lo, as empresas têm de se adequar aos critérios e se submeter a, pelo menos, uma inspeção anual. A cada cinco anos, uma nova avaliação é feita para decidir a renovação do atestado. (JW)

Selo não vai resolver tudo, afirma FSC – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/10/2007

A diretora-executiva do FSC, Ana Yang, afirma que a instituição só define as regras para a emissão do selo. "A certificação é feita por empresas e elas responderão por irregularidades que tenham cometido. Casos como o da Precious Woods abalam a reputação do selo mas chegaremos a uma solução adequada. É preciso lembrar que a certificação não é a solução de todos os problemas. É uma ferramenta que depende das partes envolvidas."

Amazônia nacionalizada - Liana Melo*- O Globo – Economia – 07/10/2007

Governo busca verba para assumir 100% de projeto científico que tem dinheiro da Nasa

Enviada especial • PALMAS, Tocantins

O governo decidiu nacionalizar um projeto na Amazônia que tem verba da Nasa (a agência espacial americana) e é o maior programa de cooperação científica do mundo na área ambiental. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA, da sigla em inglês), que completa dez anos em 2008, envolve cerca de dois mil pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Muitas vezes acusado de ferir a soberania nacional, o LBA passará a contar exclusivamente com recursos brasileiros — e o governo está atrás de financiamento, pois tem pouco mais de um terço do necessário.

A Nasa, que financiou 15 torres de observação espalhadas atualmente pelas regiões Norte e Centro-Oeste, é, hoje, o principal parceiro financeiro.

Em Tocantins, as pesquisas já influenciaram a economia local: o setor de cerâmica começa a promover uma mudança na sua matriz energética.

Além da nacionalização, o Brasil vai criar uma convergência entre todos os projetos científicos desenvolvidos na região amazônica, o que inclui o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A decisão foi tomada na quarta-feira, numa reunião liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ficou acertado também que o novo projeto — que informalmente já vem sendo chamado de Programa Amazônia — vai abranger todas as áreas de pesquisa científica, e não apenas as de base ambiental. Falta decidir a que ministério ficará subordinado.

— Gostaríamos que ele ficasse no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Mas admito que, pela abrangência e importância do programa, será necessário negociar com todas as pastas, inclusive com a Casa Civil e o Ministério da Defesa — admitiu o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCT, Luiz Antonio de Castro.

Governo precisa de R\$ 10 milhões anuais

O secretário está convencido de que a sinergia entre os projetos na Amazônia é fundamental e urgente, até porque alguns deles são considerados conflitantes, enquanto outros são vistos como redundantes.

Castro fez questão de frisar que a nacionalização do LBA não foi uma decisão motivada por qualquer movimento em defesa da soberania nacional. Ele admitiu que, em muitas ocasiões, esse questionamento ocorreu sim, até porque a Nasa chegou a ser intransigente em muitas negociações. Só que preferiu não entrar em detalhes.

— A neurose da soberania ficou totalmente sem sentido no mundo de hoje — comentou o secretário, informando que, recentemente, recebeu imagens da Amazônia, tiradas pelo satélite da China, em altíssima resolução.

Cálculos preliminares dão conta de que a Nasa já teria investido cerca de US\$ 60 milhões no LBA, dos US\$ 100 milhões consumidos desde o nascimento do projeto, em 1998. O LBA é fruto de acordos internacionais de cooperação científica — tem também investidores europeus — e está sob a responsabilidade do MCT e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) gerir seu banco de dados.

Ao nacionalizar o LBA, o governo será obrigado a investir R\$ 10 milhões por ano — mas conta apenas com R\$ 3,6 milhões. Além de recursos do próprio Plano Plurianual (PPA), pretende lançar mão do suporte financeiro de alguns fundos setoriais, que têm dinheiro da iniciativa privada. As negociações já começaram. O Fundo Setorial do Agronegócio foi o primeiro a ser abordado, e o próximo alvo será o Fundo Setorial de Biotecnologia.

Já está decidido que todos os ativos do LBA, como as torres da Nasa e os equipamentos, serão absorvidos pelo governo.

A maior preocupação é dar uma aplicação prática aos resultados das pesquisas.

— Muitos dos dados que embasaram os relatórios do Painel Intergovernamental em Mudança do Clima (IPCC) levaram em consideração as conclusões de algumas pesquisas feitas pelo LBA — comenta o coordenador do programa, Antonio Manzi.

Mas, afinal, para que serve o LBA? As imagens captadas pelas torres ajudam a explicar, por exemplo, como a mudança no uso da terra, as queimadas e a expansão da fronteira agrícola vêm afetando o clima regional e global. E como as mudanças climáticas globais, por sua vez, afetam a sobrevivência da floresta e de outros ecossistemas, como o cerrado e o pantanal.

Entre as muitas descobertas feitas pelos pesquisadores, está o fato de a capacidade de resistência da Amazônia à seca ser bem maior do que se supunha. Essa conclusão contradiz, em parte, a tese recorrente de que, se parasse de chover por um tempo prolongado, o efeito sobre a floresta seria imediato.

Isso não significa, no entanto, que a iminência de “savanização” de algumas regiões da Amazônia — o que já foi alertado pelo IPCC — esteja totalmente descartada. O risco existe, mas a floresta tem condições de reagir a pelo menos um ano de seca.

O resultado da pesquisa foi publicado na revista “Science”

Nasa monitora reações da floresta

Foi do alto de uma torre de 42 metros de altura, fincada na Ilha do Bananal, em Tocantins, numa região onde convivem três ecossistemas — floresta tropical, cerrado e pantanal —, que os pesquisadores do LBA conseguiram chegar a essa conclusão, depois de observarem o comportamento da natureza. A Ilha do Bananal, considerada a maior ilha flutuante do mundo, é uma das cinco áreas úmidas brasileiras protegidas pela Convenção de Ramsar, da Organização das Nações Unidas.

— Temos percebido que os eventos climáticos estão ficando cada vez mais intensos. Em 2006, choveu 1.500 milímetros durante todo o ano. Até setembro deste ano, já tínhamos detectado um índice pluviométrico de 1.700 milímetros — calcula o polonês Dariusz Kurzatowski, que trabalha no Centro de Pesquisa Cangaçu, um dos parceiros locais do LBA, em Tocantins.

Ele passa o dia embrenhado na floresta manejando equipamentos que medem desde a quantidade de carbono captada pelas folhas até a velocidade dos ventos, passando pela capacidade de absorção de água pelas raízes das árvores. Isso sem falar nas inúmeras vezes em que sobe e desce a torre para coletar os dados captados num raio de 200 metros quadrados. O levantamento de informações é feito a cada dez segundos. Todo esse material acumulado nestes dez anos já se constitui num dos maiores bancos de dados sobre Amazônia. (*) **A repórter viajou a convite do Instituto Ecológica**

Em Tocantins, casca de arroz queima nos fornos em vez da tradicional lenha - Liana Melo* - O Globo – Economia – 07/10/2007

Velocidade de uso da madeira chamou a atenção dos pesquisadores

Enviada especial PALMAS, Tocantins.

Prestes a completar 20 anos de existência, o estado de Tocantins virou alvo fácil de uma combinação bombástica. Para atender ao aquecimento repentino da demanda local por material de construção, os empresários adotaram as queimadas e o desmatamento como prática para alimentar seus fornos. Só que a velocidade com que a madeira vinha sendo queimada chamou a atenção dos pesquisadores do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA, da sigla em inglês).

Mudar a matriz energética do setor de cerâmica era a única opção à vista, e a escolha recaiu sobre a casca de arroz. A troca foi triplamente rentável.

Os custos foram reduzidos à metade. A casca do arroz, que estragava a céu aberto, emitindo gás metano, agora tem serventia.

E há a possibilidade de investir no mercado de créditos de carbono, que pode se tornar uma das mais importantes commodities do mundo. Em sete anos, a Milenium — uma fabricante de médio porte local, com uma produção mensal de um milhão de peças — vai faturar R\$ 3,4 milhões com a venda de 240 mil toneladas em créditos de carbono.

Por esse mecanismo, empresas que adotam tecnologias limpas convertem a redução de emissão de gás carbônico em créditos de carbono, vendidos a companhias poluentes.

— Foi uma das boas tacadas deste ano — diz Ezequiel de Souza, dono da Milenium.

O projeto de substituição adotado em Tocantins é fruto da parceria entre o Instituto Ecológica e o Sebrae. Tudo começou há três anos, com o Arranjo Produtivo da Cerâmica Vermelha (APL, que define a aglomeração de empresas com a mesma especialização operando num mesmo local).

O avanço das empresas sobre a floresta e o cerrado vinha devastando Tocantins. Num universo de 65 empresas de cerâmica incluídas no diagnóstico do instituto, um quarto vinha consumindo mensalmente 7.500 metros de lenha. Para zerar esse passivo ambiental, seria necessário o plantio de 45 mil árvores anualmente. Só que a reposição florestal, como foi diagnosticado, é uma prática sonogada. Uma única empresa de cerâmica consome, em média, 900 hectares de cerrado por ano.

A São Judas, outra cerâmica de médio porte, está vendendo créditos de carbono, num volume total de R\$ 3 milhões, apenas com a substituição da lenha pela casca de arroz.

Outros estados alteram matriz energética – Liana Melo - O Globo – Economia – 07/10/2007

Modelo já foi adotado por 12 fábricas de cerâmica no Pará PALMAS, Tocantins. Não é só Tocantins que está adotando uma mudança de matriz energética no setor de cerâmica. O presidente do Instituto Ecológica, Stefano Merlin, já percorreu, no último ano, 17 municípios no entorno do Arco do Desmatamento (região da Amazônia Legal), para replicar a experiência em outras empresas do setor. Somente no Pará, o modelo já foi adotado por 12 fábricas de pequeno e médio portes. Outros estados que estão aderindo são Rio Grande do Norte, Ceará, Rondônia, Alagoas e São Paulo.

Merlin está convencido de que a adesão das empresas de cerâmica pode melhorar o desempenho do Brasil no mercado de carbono. O país vem perdendo espaço para a China e a Índia. Dos 2.382 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Acordo de Kioto, o Brasil detém 10%, enquanto a China e a Índia dominam, com 31% e 30%, respectivamente. No começo do ano, o Brasil detinha 30%.

Como o desmatamento é considerado a segunda maior fonte de emissão de gases de efeito estufa que provocam a mudança do clima, Merlin está convencido de que a troca da matriz energética em Tocantins pode contribuir para reduzir os reflexos do aquecimento global regionalmente. O efeito da mudança do clima na região já é evidente: as chuvas estão mais intensas e a estiagem, mais longa.

Além do mais, como o desmatamento vinha atingindo uma velocidade de cruzeiro, em cinco anos, calcula Merlin, as empresas de cerâmica local entrariam em colapso financeiro, já que a madeira estava ficando cada vez mais distante e cara. (Liana Melo, enviada especial)

IV Feira consolida tema Sustentabilidade e Diversidade – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2007

Além de ser uma oportunidade de conhecer e experimentar os sabores, a moda, o artesanato e as culturas de vários lugares do Brasil, a IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária consolida entre os visitantes o tema Sustentabilidade e Diversidade, mote escolhido para marcar o evento deste ano. Durante este domingo (7), você ainda poderá conferir a riqueza da produção rural brasileira no Pavilhão ExpoBrasília, no Parque da Cidade, na capital federal.

Dona Lori Assis, 55 anos, é gaúcha e mora desde 1975 em Brasília. Ela soube da realização da Feira em Brasília pelo noticiário da TV. A professora aposentada veio para o evento disposta a comprar produtos típicos do Rio Grande do Sul. Trouxe, inclusive, o carrinho de feira de casa.

“Menina do céu, já comprei lingüiça nas versões tradicional e defumada, salame, copa, cracóvia e ainda vou levar cuca e erva mate”, exclama mostrando o carrinho abarrotado de artigos alimentícios.

Além do bom humor no trato com os expositores dos estandes por onde passou, Lori também é ecologicamente correta. Ao comprar as mercadorias, ela dispensa as sacolas de plástico. “Não quero embalagem plástica para não acumular”, ressalta.

O italiano Urbano Casadei, 61 anos, está no Brasil e em Brasília desde 2002, mas, é a primeira vez que visita a Feira. “Está muito bem organizada e os preços são justos”, afirma Casadei referindo-se ao evento. Ele levou para casa salame, bucha vegetal e castanhas de caju e do Brasil. “Ainda volto com a minha esposa para ela escolher as peças de artesanato”, garantiu.

Preocupado com a preservação do meio ambiente, Casadei também levou para casa uma muda de pau-brasil que ganhou ao visitar a Feira. “Soube que essa árvore está em extinção, então, vou tentar preservá-la”, observou.

O funcionário público, José Maria Zacarias, 47 anos, testou e aprovou a qualidade dos produtos comercializados durante a Feira. “É a segunda vez que venho, essa exposição está melhor que a Expotchê”, falou ele.

Zacarias vem à Feira em busca de artigos diferenciados e alimentos específicos para pessoas com dificuldade de ingestão de lactose (tipo de açúcar presente no leite). Segundo ele, muitos produtos adquiridos durante o evento não são encontrados em Brasília. Ele comprou farinha de banana e de castanha-do-Brasil, bala de banana e doce de leite sem lactose.

De acordo com Edit Silveira Mendes, 49 anos, extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Minas Gerais, a Feira é excelente e representa uma oportunidade de negócio para as agricultoras familiares. Ela veio até Brasília para acompanhar um grupo de artesãs de Nova Porteirinha, município situado no norte de Minas Gerais.

Para se tornar uma multiplicadora dos princípios de reciclagem, Edit está participando de todas as oficinas que estão sendo realizadas no evento. “Isso é para eu transmitir para minhas agricultoras”, explica a extensionista.

Ela já aprendeu técnicas para reciclar papel e fazer artigos de decoração em papel jornal. Incansável, Edit ainda vai aprender a confeccionar os pufes feitos a partir de garrafas PET. “Vou mobiliar e decorar a casa desse povo”, fala com um sorriso nos lábios.

IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Onde: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), na capital federal

Quando: até domingo(7)

Horário: das 10h às 22h

Entrada: gratuita.

Terra Madre Brasil prega agroecologia como futuro do campo – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2007

Gastrônomos, produtores e estudiosos da produção e do consumo dos alimentos frisaram a importância da ecogastronomia para o futuro do desenvolvimento agrário em todo o mundo. As declarações ocorreram neste domingo (7), durante o encerramento do I Terra Madre Brasil, evento realizado simultaneamente à IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. A atividade contou com a fala de parte dos 350 participantes que, através de versos e avaliações, manifestaram a importância do evento.

O secretário executivo do Movimento Slow Food Internacional, Silvio Barbero, destacou o mérito do reconhecimento do homem do campo para a valorização dos produtos limpos, justos e de qualidade. “Temos a certeza de que estamos do lado certo desta luta pela qualidade de vida e pela preservação de uma alimentação saudável. Precisamos agora difundir esta idéia para toda a sociedade de forma que possamos começar a semear esta mudança”, destacou Barbero.

Já o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Humberto Oliveira, saudou a organização do evento e salientou o reconhecimento do Governo Federal para a valorização da produção tradicional do trabalhador rural. “Este governo reconhece a importância do produtor brasileiro e quer ver o homem do campo cada vez mais protagonista de seu destino. Queremos combater a pobreza não apenas dando um prato de comida, mas valorizando culturalmente e economicamente as atividades do campo”.

América Latina - Apesar de ser voltado para o Brasil, o Terra Madre contou com 26 chefs gastronômicos, dentre eles, três provenientes do Peru, Cuba e Uruguai. A gourmet uruguaia da cidade de Punta del Diablo, Elisabeth Rodrigues, destacou a importância do evento não só para o Brasil, mas também para toda a América Latina. “Foi um encontro muito enriquecedor, devido à riqueza étnica e cultural não só do Brasil, mas de todos os participantes.” Ela acredita que o encontro pode ajudar a difundir a filosofia da ecogastronomia e a valorização dos produtores rurais, sobretudo, nos países da América Latina, onde os governos não chegam em determinadas regiões.

IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Onde: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), na capital federal

Quando: até domingo(7)

Horário: das 10h às 22h

Entrada: gratuita

Novas reflexões sobre nossa agenda ambientalista (I) - Bernardo Kucinski – Agência Carta Maior – 08/10/2007

Outro dia, a ministra Marina Silva referiu-se a um “ambientalismo romântico”, que deveria ser superado. Creio que esse deveria ser o primeiro item de uma nova agenda ambientalista: rediscutir sua estratégia, seus objetivos e seus métodos.

Está lá no Estadão desta segunda-feira (8), com fotografia e tudo, a notícia que eu só esperava ver numa edição de primeiro de abril: “Melancia quadrada faz sucesso na Europa”. Além de fácil de transportar e guardar na geladeira, a tal melancia não tem sementes. A quadratura é conseguida à força. Assim que nasce, enfiam a coitada dentro de uma caixa. Já a eliminação das sementes não é explicada. A reportagem diz apenas que o método foi importado há dois anos da Coréia do Sul. Deve ser engenharia genética; uma melancia transgênica.

Estou esperando as reações. Algum procurador do meio ambiente, em parceria com alguma ONG ambientalista, certamente vai entrar na justiça com pedido de liminar, exigindo a suspensão imediata do plantio da melancia quadrada, se não forem realizadas antes as audiências públicas e os estudos prévios de biossegurança.

Foi assim que quatro ONGs conseguiram suspender a licença dada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNbio, para o plantio do milho transgênico Liberty Link, da Bayer. A liminar também proíbe a CTNbio de analisar qualquer outro pedido de liberação de milho transgênico, enquanto não criar normas de monitoramento para cada produto. Há seis variedades de milho, três de algodão e uma de arroz na fila dos pedidos. Essa do Liberty já espera há nove anos.

Enquanto nós demonizamos os transgênicos e por tabela desqualificamos os cientistas que emitem os pareceres técnico-científicos da CTNBio, vai se expandindo em todo o mundo o plantio das variedades geneticamente modificadas. A transgenia, diz o importante geneticista Francisco Salzano, em entrevista à revista Pesquisa, da Fapesp, é apenas mais uma técnica de melhoria das variedades importantes na alimentação humana e animal, entre tantas que o homem vem inventando desde que surgiu a agricultura. É mais sofisticada do que as anteriores e muito menos perigosa, por exemplo, do que a hibridação, diz ele.

As primeiras culturas de grãos aproveitáveis na alimentação humana, o trigo, a cevada e a ervilhas, foram domesticadas no Oriente Médio há onze mil anos a partir de variedades silvestres. Salzano pega pesado em alguns grupos opositores da transgenia e do uso de células-tronco. Acusa-os de não apenas ignorarem a ciência, também de hostilizá-la.

Vai ver que a melancia quadrada nem passou pela CTNbio. Entrei no site da Prefeitura de Icapuí, bonitinho, bem organizado, revelando uma Prefeitura moderna e dotada de uma Secretaria de Meio Ambiente ativíssima. Mas na lista de suas ações nada encontrei sobre a tal melancia quadrada, certamente um orgulho do município. Afinal, diz a reportagem do Estadão, de Icapuí já são exportadas 12 mil melancias quadradas por ano.

Na janela de busca coloquei a expressão melancia quadrada e também não recebi nenhuma resposta.

Além de demonizar o transgênicos, também conseguimos demonizar as hidroelétricas, que no meu tempo de imprensa alternativa e crise do petróleo eram consideradas a forma mais limpa e ecologicamente interessante de gerar energia. E as estradas que deviam ligar o Brasil ao Pacífico e integrar fisicamente a América do Sul? Um ambientalista, depois de admitir a contragosto na semana passada, no Estadão, que os projetos eram ecologicamente corretos, advertiu em tom dramático que, se forem construídas, em 40 anos a floresta vai desaparecer. Qual é então a solução se nem os projetos ecologicamente corretos podem ser realizados? Não construir as estradas, vitais para o acesso das populações pobres aos recursos da modernidade e até mesmo para o policiamento eficaz do meio ambiente? Não integrar a América do Sul?

Vejo também problemas nos métodos de mobilização do movimento ambientalista. Muito quebra-quebra de audiências públicas; muita obstrução e poucos argumentos. A oposição dos ambientalistas ao projeto do rio São Francisco, usando como argumento as ações predatórias do passado, é um atestado da fragilidade da atual razão argumentativa do movimento ambientalista.

Bandeiras que combatem projetos localizados são eficazes, fáceis de serem propagadas e necessárias, cada uma delas isoladamente, em alguma medida. Também são necessárias para que haja no Brasil um movimento forte contra-hegemônico, capaz de refrear a ganância de alguns grandes grupos econômico e pressionar nossos legisladores e nossos executivos.

Mas, no seu conjunto, nas prioridades escolhidas e no seu método, não são bandeiras suficientemente responsáveis e maduras num país que luta pelo desenvolvimento sustentável, que tem um governo democrático e agências reguladores e de controle ambiental legalmente constituídas.

Outro dia, a ministra Marina Silva referiu-se a um “ambientalismo romântico”, que deveria ser superado. Creio que esse deveria ser o primeiro item de uma nova agenda ambientalista: rediscutir sua estratégia, seus objetivos e seus métodos.

Bernardo Kucinski, jornalista e professor da Universidade de São Paulo, é colaborador da Carta Maior e autor, entre outros, de “A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro” (1996) e “As Cartas Ácidas da campanha de Lula de 1998” (2000).

Os novos paradigmas de ação social e intervenção do Estado nas áreas rurais partem de conceitos ainda em experimentação: Territorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento. Conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios?

A incorporação da territorialidade e da sustentabilidade nas políticas públicas brasileiras voltadas para o campo é, hoje em dia, uma realidade. Surgidas durante a década passada, essas noções foram se incorporando progressivamente nas agendas das políticas públicas, notadamente agrícolas e rurais, com uma aceleração marcada a partir da metade do primeiro governo Lula.

Esta realidade revela-se primeiramente pelo fato de que tais noções são adotadas, pelo menos de forma parcial, por um número cada vez mais expressivo de entidades governamentais nos níveis federal, estadual e municipal. Restringindo-se a observação ao nível federal, constata-se que vários ministérios implantaram ou ampliaram, no transcurso dos quatro últimos anos, importantes programas de abrangência nacional ou macrorregional, os quais se referem, de uma forma ou outra, à territorialidade e à sustentabilidade. Citaremos alguns desses programas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), é, sem dúvida, o programa de maior destaque, com o objetivo de melhorar os níveis de qualidade de vida dos agricultores familiares e comunidades agrárias, mediante o apoio às iniciativas dos atores locais organizados. Trata-se de induzir dinâmicas de desenvolvimento econômico e social via projetos empreendidos pelos atores locais. Este programa, fundamentado em acordos de cooperação entre entidades dos territórios e a administração pública, se destaca por conceber o território como um espaço construído em torno de uma “identidade” local – seja ela já afirmada ou ainda por ser construída – e da coesão social, cultural e territorial. A base dos acordos se encontra no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que congrega os elementos do diagnóstico territorial, as visões compartilhadas do futuro pelos atores locais e os projetos coletivos definidos em diferentes áreas: infra-estrutura, capacitação, apoio às associações e cooperativas, apoio às atividades comerciais e cooperação institucional. Assim sendo, o programa, de nível federal, é estruturado em torno da idéia de território construído, apesar de o recorte territorial ser realizado em nível estadual.

No Ministério do Meio Ambiente, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), implementado a partir da iniciativa dos movimentos sociais e que, depois de 2003, passou a ser um programa de política pública. Esse programa contempla a formação de pólos pioneiros, que são territórios definidos com a preocupação de promover sistemas de produção e atividades adaptados ao entorno ambiental, local com o intuito de melhorar a situação dos agricultores familiares e tornar desnecessária a invasão de novas áreas na Amazônia. Outras iniciativas,

tais como o Programa Gestão Ambiental Rural (GESTAR) ou Agenda 21 locais, também fazem fortes referências à territorialidade e particularmente à sustentabilidade ambiental.

No Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), destaca-se o programa de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad's), cujo objetivo é fomentar iniciativas na escala supramunicipal na forma de projetos de dinamização econômica, para garantir, localmente, a segurança alimentar. Herdeiro de um programa anterior, os Consad's baseiam-se numa perspectiva de desenvolvimento local, ativada em territórios de ação os quais são delimitados pela administração pública, e na implementação de projetos envolvendo organizações sociais locais.

Num enfoque mais amplo, ou seja, não restrito aos produtores familiares, nem mesmo ao setor agrícola, o Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio (MDIC) implementou o programa Arranjos Produtivos Locais (APL) para ajudar as pequenas e médias empresas, incluindo evidentemente aquelas do setor agropecuário, para usufruir vantagens de uma localização favorável e empreender processos de desenvolvimento local, com efeitos econômicos positivos para a coletividade.

Ainda mais significativa, é a experiência do Plano Safra Territorial, que vem constituindo uma ponte entre as políticas de crédito para agricultura familiar, as de desenvolvimento territorial e as de segurança alimentar, implementadas por dois ministérios diferentes, MDA e MDS.

A realidade desses programas de desenvolvimento territorial se manifesta ainda pela magnitude da população e da área rural atingidas. Segundo informações dos próprios ministérios, os programas mencionados anteriormente atingem mais da metade dos produtores familiares e mais de um terço do espaço nacional. Infelizmente, os recursos financeiros não seguem o mesmo patamar, o que também explica, às vezes, a modéstia dos resultados gerados por alguns projetos territoriais.

A emergência dessas novas políticas remete em primeiro lugar à evolução do referencial internacional sobre a ação pública, ocorrida durante os anos 1980 e 1990, referentes à redução do papel do Estado, à promoção da descentralização e da subsidiariedade, e à introdução da preocupação da sustentabilidade, que deu lugar a um sem número de experiências em diversos países. Assim sendo, trata-se de políticas ainda novas, caracterizadas por um forte componente de experimentação e aprendizagem. Em nível nacional, e em curto prazo, a promoção das noções de territorialidade e de sustentabilidade nas agendas públicas se justificam pela preocupação de reequilibragem territorial e social, fortemente presente nos dois governos Lula, a qual conforma o bojo do plano plurianual 2004-2007. Neste sentido, a territorialidade é frequentemente concebida como uma estratégia eficiente para incentivar o desenvolvimento econômico e social de regiões menos desenvolvidas. Em longo prazo, este novo enfoque de políticas públicas se insere dentro da dinâmica de revisão do papel do Estado na lógica do fortalecimento do modelo democrático-liberal que vem sendo implementado gradativamente, desde meados dos anos 1980.

Paradoxalmente, a atrelagem entre as noções de desenvolvimento, territorialidade, sustentabilidade e os objetivos de: combate à pobreza rural e de diminuição da desigualdade, pode constituir ao mesmo tempo a força e a fraqueza dos programas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. A força vem de que a relação entre essas diversas preocupações e objetivos confere a essas políticas uma identidade marcada que as diferencia das demais políticas específicas de índole econômico, social ou ambiental. A fraqueza vem do fato de que a realidade da dita relação é discutível e constitui o temário de reflexões permanentes entre científicos, gestores de políticas públicas e representantes dos órgãos da sociedade civil.

Foi precisamente o que aconteceu na oportunidade do colóquio internacional, celebrado em Florianópolis, nos dias 22, 23 e 25 de agosto passado e dedicado ao Desenvolvimento Territorial Sustentável. Este colóquio, organizado por entidades de pesquisa e ensino superior do Brasil, da França e do Canadá,² trouxe à tona alguns dos questionamentos que interpelam quem trabalha com os enfoques da territorialidade e da sustentabilidade. Sem pretensão nenhuma de querer resumir aqui as ricas apresentações e discussões que se realizaram neste evento, sublinharemos alguns dos debates contraditórios que nos parecem muito relevantes na observação das experiências brasileiras.

Um primeiro debate trata da relação entre a territorialidade e a sustentabilidade, notadamente no caso de experiências de desenvolvimento territorial, enfocadas numa perspectiva de desenvolvimento econômico, como é o caso do programa Arranjos Produtivos Localizados, ou, de forma mais geral, dos projetos territoriais de concentração econômica, construídos sobre o modelo dos distritos industriais italianos. Esses projetos territoriais objetivam geralmente dinamizar a economia territorial, utilizando, da melhor forma possível, os recursos locais – existentes ou construídos – para afirmar vantagens comparativas. A referência à sustentabilidade é, em forma geral, usada para caracterizar os efeitos positivos das atividades econômicas, que freqüentemente se limitam aos aspectos sociais (emprego, renda), ampliados pelo fato da economia territorial depender fortemente das relações sociais locais. Contudo, objetivamente, a sustentabilidade pode ser considerada como bastante desconectada das dinâmicas territoriais de desenvolvimento econômico.

O segundo debate é ligado ao papel do Estado nos processos de desenvolvimento territorial sustentável e a sua relação com os atores privados. Duas realidades se opõem. De um lado, atribui-se um papel de destaque ao Estado, encarregado, mediante políticas públicas, de orientar o comportamento dos atores locais (territoriais) para resolver problemas de sociedade. É notadamente o enfoque dos Consad's. A posição oposta é de quem considera que o desenvolvimento territorial sustentável nasça da preocupação dos atores sociais e constitua o resultado de um projeto coletivo. Neste caso, o Estado é considerado apenas como um ator, até secundário, cujo papel fundamental é de facilitar a ação coletiva.

Uma contradição pode aparecer quando o Estado espera resolver problemas de sociedade através do incentivo de ações coletivas, uma vez que os atores territoriais podem ter objetivos próprios que divergem do imaginado pelo Estado. Esta situação pode ser a do programa PDSTR, no que diz respeito à redução da pobreza e da desigualdade. Contudo, poder-se-ia considerar que se trata de um falso debate, gerado pelo uso da mesma

denominação “desenvolvimento territorial sustentável”, para designar dois processos distintos: a territorialização das políticas públicas, de um lado e, de outro, a construção social de território.

O terceiro debate trata do mecanismo do desenvolvimento sustentável. A oposição se dá entre, de um lado, quem concebe a sustentabilidade como uma preocupação dos gestores públicos e dos atores privados, para articular as atividades econômicas dentro de considerações sociais e ambientais e, de outro lado, de quem estima que o desenvolvimento sustentável implica numa redefinição fundamental do modelo produtivo. No primeiro caso, trata-se de melhorar o funcionamento das sociedades capitalistas, trabalhando as interfaces economia-sociedade e economia-meio ambiente, mediante a regulamentação, o melhoramento tecnológico e a “engenharia social”, ou seja, a organização e a mobilização dos diversos segmentos sociais. No segundo caso, estima-se que a sustentabilidade, implica numa revisão dos processos de produção, numa contestação da hegemonia da economia sobre os aspectos sociais e ambientais e na definição de uma economia solidária que permita tomar em conta novos desafios ligados a uma crise sócio-ambiental inédita.

Em guisa de conclusão, cabe sublinhar aqui, que o desafio levantado pela aproximação dos três termos “desenvolvimento” “territorial” “sustentável”, remete a dinâmicas diferentes e até contraditórias, tais como: mudança e conservação, modernidade e tradição, desenvolvimento econômico social e respeito ao meio ambiente. Essas contradições, justificadas pelo novo contexto da elaboração das políticas públicas, incitam a questionar e a renovar a noção atual de desenvolvimento.

*Philippe Bonnal é pesquisador do CIRAD e pesquisador-convidado do CPDA/UFRRJ e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA).

Angelina Jolie roubou a cena, mas rio Pirai ganhou apoio – DC – Valor Econômico – Empresas - 09/10/2007

Angelina Jolie, naturalmente, roubou a cena. Bastou a atriz aparecer no encontro anual do Global Clinton Initiative, o centro de sustentabilidade do ex-presidente Bill Clinton, que o frenesi tornou impraticável continuar seguindo no telão as discussões sobre florestas e mudanças climáticas. O drama das crianças que vivem em zonas de conflito, que a atriz tem se empenhado em tornar visível, se sobrepôs às ameaças à Amazônia e à Mata Atlântica. Mas mesmo com a concorrência estelar, Brian Smith, o presidente da Coca-Cola Brasil, saiu do evento levando debaixo do braço a chancela do instituto ao projeto de reflorestamento de matas ciliares da bacia do rio Pirai, em São Paulo. E com a perspectiva de conseguir parceiros para dividir o investimento de R\$ 27 milhões.

O evento foi há 15 dias, no Sheraton Nova York e reuniu empresários, chefes de Estado, ONGs e celebridades. Era o ponto alto do trabalho que a Coca-Cola Brasil desenha há três anos e que prevê o reflorestamento de três mil hectares das margens de rios da Serra do Japi que percorrem a região de Cabreúva, Itu, Salto e Indaiatuba. Serão 3 milhões de árvores de 80 espécies nativas. O seqüestro de carbono previsto é de 300 mil toneladas de CO2 nos primeiros cinco anos e mais de 3 milhões de toneladas em 30 anos. A parte

bancada pela empresa vem também da Femsa, maior engarrafadora da Coca no País, que fica em Jundiá mas não utiliza água do Piráí.

"Esta é a primeira oportunidade no Brasil de se abraçar uma bacia hidrográfica inteira", comemora Maria Luisa Ribeiro, coordenadora de recursos hídricos da Fundação SOS Mata Atlântica, a ONG que ajuda a Coca-Cola no projeto. "O volume de água do rio vem diminuindo drasticamente por conta do desmatamento nas cabeceiras e do uso difuso", diz ela. A grande importância do projeto, avalia, é a preservação de um manancial que está muito próximo das regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, que sofre pressão da especulação imobiliária e risco de contaminação.

No projeto há o aval de peso do Heinz Center, ONG presidida por Thomas Lovejoy, o famoso especialista em biodiversidade. A condução é feita pelo Instituto Coca-Cola Brasil, o braço sustentável da empresa. A consultoria Plant cuida de torná-lo elegível ao mercado de carbono, em acordo com o Protocolo de Kyoto. Não há, ainda, nenhum projeto de reflorestamento com direito a créditos de carbono aprovado no Brasil. Aliás, só há um no mundo, na China.

Com os eventuais créditos de carbono, a empresa espera dar retorno financeiro aos proprietários envolvidos no projeto. Ali há 23 fazendas grandes. A rigor, existe obrigação legal para dar jeito à degradação das terras - pelo Código Florestal, mata ciliar têm que ser preservada. Mas a iniciativa corre por rota menos impositiva e mais moderna, o de recompensar quem oferece serviços ambientais. (DC)

Empresas 'adotam' áreas verdes - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/10/2007

Iniciativa propõe a manutenção de florestas para reduzir a poluição

Grandes empresas começam a 'adotar' áreas verdes como forma de compensar a poluição que causam. A estratégia desses grupos é financiar pequenos e médios proprietários de terra para que mantenham intactas suas áreas de floresta. Com isso, podem obter ganhos de imagem, usando o marketing 'verde' para promover seus produtos e serviços.

Um projeto no Paraná, capitaneado há quatro anos pela ONG ambientalista Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), já permitiu a adoção, por parte de empresas e pessoas físicas, de uma área superior a 800 hectares. São remanescentes de mata de araucária que vêm sofrendo a pressão das madeiras, da especulação imobiliária e da agricultura. A possibilidade de financiar a conservação dessas áreas chamou a atenção de empresas como Grupo Positivo, Rigesa Papel e Celulose e Sun Chemical. Agora, novos parceiros, como o HSBC Seguros e a Posigraf - unidade gráfica do Grupo Positivo -, aderiram ao programa.

De acordo com Clóvis Borges, diretor da SPVS, a idéia é aproveitar a onda do 'carbono neutro' para sensibilizar as empresas e angariar fundos para a conservação das

áreas de floresta que ainda restam. 'De modo geral, as empresas não se engajam com frequência em programas de conservação. Mas, com as notícias sobre o aquecimento global, elas estão buscando meios de compensar suas emissões de carbono', diz.

A diferença, segundo Borges, é que o mote do programa não é o plantio de árvores, e sim evitar o desmatamento. 'A onda de plantar árvores pode demorar a surtir o efeito desejado, que é retirar carbono da atmosfera. Conservar áreas já existentes é uma ação mais imediata, prevista pelo Protocolo de Kyoto.'

No modelo proposto, as empresas pagam uma mensalidade para os proprietários das terras adotadas, que se comprometem a deixar as áreas intocadas. É o caso de Alba Campanholo, herdeira de uma área de 131 hectares numa localidade a 80 km de Curitiba, adotada pelo Grupo Positivo. Com os recursos obtidos com a preservação, ela faz a manutenção da propriedade e emprega dois funcionários. 'Recebemos inúmeras propostas para vender a área. Queriam derrubar araucárias de 300 anos e plantar batatas. Optamos pela preservação' diz. 'Minha família tem um santuário nas mãos.'

PRODUTOS 'VERDES' - O HSBC Seguros vai investir R\$ 3,5 milhões na adoção de áreas, ação vinculada a uma campanha de compensação das emissões de carbono dos seguros de veículos e residência. 'A cada contratação ou renovação de seguro, o cliente ganha um bônus para preservar uma área de mata nativa de 88 m², no caso de veículo, ou de 44 m², no caso de residência, pelo período de cinco anos', diz Marcelo Teixeira, diretor-superintendente do HSBC Seguros. Com uma carteira de 250 mil clientes, a expectativa do executivo é preservar uma área de 16 milhões de m² de mata nativa - o que se traduz em uma ferramenta de marketing de fácil comunicação para os clientes.

Para o Grupo Positivo, a manutenção de áreas verdes também é eficiente em termos de imagem. 'Para nós é importante manter essas áreas, pois servem tanto a propósitos educacionais quanto em retorno de imagem', diz Glem Guimarães, diretor da Posigraf.

De acordo com a SPVS, que atua nas regiões Sul e Sudeste, atualmente menos de 3% do território dessas regiões está ocupado por florestas. No Paraná, resta atualmente menos de 0,3% do território ocupado pela vegetação nativa.

COMO FUNCIONA - Adoção: Empresas interessadas em apoiar a conservação de áreas verdes podem adotar essas áreas, pagando aos proprietários uma mensalidade. No Paraná, a ONG SPVS (www.spvs.org.br) procura parceiros para adoção de novas florestas

Compensação do carbono: Com isso, as empresas podem, por meio de um cálculo científico, compensar parte das emissões de gases de efeito estufa

Marketing 'verde': Em vez de plantar árvores, como é a onda do momento, a iniciativa preserva as já existentes e garante às empresas associar sua imagem a projetos 'verdes'

O desconforto do clima – O Globo – Ciência – 11/10/2007

Enquanto boa parte dos esforços para conter o aquecimento global se concentra na redução das emissões de CO₂, um outro gás que contribui para o fenômeno pode estar em crescimento.

É o que indica um estudo, feito por cientistas britânicos, publicado hoje na revista científica “Nature”. A pesquisa mostra que a quantidade de vapor d’água aumentou por causa da atividade humana. Isso estaria fazendo com que a atmosfera se tornasse mais úmida, em um padrão que coincide com o previsto para as mudanças climáticas causadas pela ação humana. O aumento do vapor d’água seria capaz de amplificar o efeito estufa e ter impactos na saúde e no bemestar humanos.

Gás alimenta efeito estufa - pesquisadores da Universidade de East Anglia, na Inglaterra, autores do estudo, o aumento já ocorre em diversas partes do mundo e vai ao encontro das simulações feitas com a ajuda de computadores para avaliar os futuros impactos do aquecimento global.

O vapor d’água é um dos principais gases do efeito estufa. A elevação da concentração do vapor d’água foi um dos principais mecanismos causadores do aquecimento global identificados pelos relatórios publicados este ano pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês).

Pesquisas anteriores já haviam demonstrado que o aumento da umidade na Europa estava atuando como um amplificador da elevação das temperaturas.

O novo estudo, feito pelos pesquisadores ingleses, analisou dados com as medidas da umidade em diversos pontos do planeta. Essas informações foram recolhidas por estações meteorológicas, navios e bóias.

Os cientistas compararam então tendências globais e locais com projeções feitas em computador, que fazem uma estimativa das influências dos ciclos naturais e o aumento das concentrações de gases do efeito estufa, como o CO₂.

As mudanças provocadas pelo homem, de acordo com os pesquisadores, são o principal fator por trás do aumento global da umidade, verificado desde 1975.

A partir de 1976 e até 2004, a temperatura média na Terra aumentou em 0,49 grau Celsius. No mesmo período, a quantidade de vapor d’água na atmosfera teria aumentado em 2,2%.

— A confirmação de que a umidade e a temperatura estão aumentando, como era previsto, tem importantes implicações para a nossa saúde e bem estar — disse Peter Thorne, um dos autores do estudo.

Risco de tempestades - Segundo Thorne, o trabalho também pode ajudar a compreender a ocorrência de eventos climáticos extremos, como ciclones tropicais e tempestades. A umidade da atmosfera tem um papel chave na distribuição geográfica e na intensidade das chuvas e ciclones tropicais.

O aumento do vapor d’água foi observado em quase todas as regiões do planeta, com a exceção da Austrália e do Oceano Ártico, revela a pesquisa. Alguns dos participantes da equipe já haviam integrado um outro estudo, divulgado em julho, que mostrava que as mudanças climáticas provocadas pelo homem estavam por trás das alterações nos padrões de chuva em diversas partes do mundo.

Incra cria nono projeto sustentável amazense deste ano – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou mais um Projeto Agroextrativista (PAE) no Estado do Amazonas. O PAE Tupana Igapó Açu II é o nono Projeto criado pela Superintendência Regional do Instituto neste ano. Cem famílias serão beneficiadas com os 447.958 hectares que fazem parte do imóvel rural Tupana, localizado entre os municípios de Beruri e Tapauá.

Por meio do que estabelece a portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 24 de setembro, o Incra alcança o número de 1.410 famílias beneficiadas, até o momento, em 2007, com a criação de novos projetos e ampliação de projetos antigos.

Os Projetos criados em 2007, além do Tupana Igapó Açu II, são: PAE Rio Açuã e PAE Santa Maria Auxiliadora, no município de Canutama; PDS Realidade, PAE Novo Horizonte, PAE Urupiará, PAE Santa Fé, PAE Floresta do Ipixuna e o PAE São Joaquim, todos nas imediações da cidade de Humaitá.

Na lista de projetos ampliados estão: PAE Novo Jardim e PA Acará, em Autazes; PA Maniquiri e PDS Mandioca, em Maniquiri; PAE Purus, entre os municípios de Anoni, Beruri e Manaquiri; PAE Onças, em Manicoré; PA Espigão do Arara, em Careiro; e PAE Inajá, entre Manacapuru e Maniquiri.

As famílias beneficiadas com a criação de projetos vivem da extração sustentável de produtos da floresta, agricultura de subsistência e pesca de pequeno porte. Elas poderão receber créditos iniciais de R\$ 9.400,00 e assistência técnica, além de acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

MMA participa de debate sobre redução de emissões do desmatamento, em Washington – Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA – 11/10/2007

O Ministério do Meio Ambiente será representado num simpósio que o WWF - EUA promove nos dias 18 e 19, em Washington, sobre redução de emissões do desmatamento. O analista ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Adriano Santhiago de Oliveira, participará do evento que será aberto ao público em geral.

Ele apresentará, numa mesa-redonda sobre Perspectivas Políticas da Redução de Emissões do Desmatamento, a proposta brasileira que consiste na criação de um mecanismo de incentivos positivos para beneficiar países em desenvolvimento que reduzirem voluntariamente suas emissões provenientes do desmatamento. O Brasil defenderá a proposta na próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, a COP-13, que acontece em Bali, em dezembro. "Devido à simplicidade e à transparência, a proposta do Brasil exige uma ciência menos complexa do

que transações de crédito de carbono. Defendemos um arranjo diferente do mercado de crédito de carbono", explicou.

Ao lado do Brasil, participam da mesa-redonda um representante da África, outro do Ministério das Florestas da Indonésia e um congressista dos Estados Unidos. Segundo Adriano, a expectativa é de que os debates realizados durante o simpósio, um evento não-oficial, possam servir de inspiração para as discussões da COP-13.

ONU reforça críticas ao avanço da cana na Amazônia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/10/2007

Relator da ONU contra a Fome quer moratória de cinco anos para o etanol

O relator da ONU contra a Fome, Jean Ziegler, acusa o Brasil de estar “desmatando a Amazônia e acabando com o Centro-Oeste” com a plantação de cana-de-açúcar para a fabricação do etanol. Ontem, em Genebra, Ziegler convocou a imprensa internacional para denunciar os biocombustíveis como uma das principais ameaças ao direito à alimentação nos próximos anos no mundo e pedir uma moratória de cinco anos na produção do etanol.

“A transformação das terras agrícolas para o cultivo de produtos que servirão para o etanol é uma catástrofe”, disse. “Até 2010, as estimativas são de que 26 milhões de hectares de terras no mundo estejam plantadas com cana, milho ou outro produto usado para a produção de etanol”, disse.

No dia 25, Ziegler apresenta à Assembléia Geral da ONU sua avaliação sobre o etanol e uma votação sobre o documento poderá ocorrer. Além disso, o relator quer que o tema seja alvo da atenção mundial no próximo dia 16, quando a ONU comemora o dia internacional do direito à alimentação.

“O etanol não gerou desenvolvimento no Brasil nos últimos 30 anos”, afirmou. O governo já havia respondido às acusações, alegando que a tese de Ziegler não era correta. “Eu insisto: o etanol gera menos postos de trabalho que a agricultura familiar. Em um país que precisa desesperadamente criar empregos, portanto, o etanol não é a saída. Estamos criando um desastre com o oceano verde de cana que está sendo plantado no Brasil”, afirmou.

O problema, segundo ele, é que essas terras deveriam ser usadas para a produção de alimentos, hoje encarecidos supostamente por conta da inflação gerada pelo etanol. “O que vemos é a possibilidade de que a fome em muitas regiões seja agravada”, disse.

A idéia de Ziegler é que, com uma moratória de cinco anos, a área plantada com alimentos não seja afetada e que, durante esse período, uma segunda geração de

biocombustíveis seja criado. Segundo Ziegler, o número de famintos hoje no mundo chega a 854 milhões de pessoas. “Vinte e quatro mil pessoas morrem por dia”, afirma.

DISCUSSÃO - A polêmica sobre o plantio de cana na Amazônia ou no entorno da floresta crescerá ainda mais nos próximos meses, principalmente no Brasil. O governo federal decidiu criar um macrozoneamento agroecológico no País. O trabalho já começou e entre as missões está a de definir onde e qual a finalidade da produção de cana que ocupará a região amazônica.

Em reportagem no último fim de semana, o Estado mostrou que o plantio de cana já ocupa área de floresta no Estado do Amazonas. Apesar da pequena produção, o projeto financiado pela Coca-Cola - que compra parte da produção de açúcar do projeto Jayoro - tem conseguido alcançar sustentabilidade econômica. O governo diz que terá uma definição sobre a cana na Amazônia no segundo semestre de 2008.

'Produção de etanol precisa ser bem planejada' – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007

Órgão da ONU teme um descontrole e propõe que só terras já degradadas sejam usadas na expansão do biocombustível

O Brasil precisa garantir a proteção da Amazônia e impedir a “expansão descontrolada” do etanol. Em entrevista ao Estado, a secretária do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Renate Christ, deixou claro que a entidade acredita que a produção do etanol pode trazer benefícios para o combate à mudança climática. Mas sua produção precisa ser planejada. Eis os principais trechos da entrevista:

Qual é o recado que o IPCC pode dar hoje ao Brasil no combate à alteração climática? Pelas informações que temos até agora, sabemos que o grande problema no Brasil será a Amazônia. A previsão é de uma queda no volume de chuvas, o que afetará diretamente a floresta. Com esse risco em mente, precisamos trabalhar para obter informações mais detalhadas sobre a região e pedimos sempre a todos os governos que se concentrem na produção de conhecimento científico sobre áreas como a Amazônia. Nosso grande problema, e não é só com o Brasil, é o de construir um conhecimento para que possamos ter uma noção mais exata do que irá ocorrer a médio e longo prazos.

Estão sendo feitas cada vez mais acusações de que a cana-de-açúcar para a produção de etanol começa a ganhar a região de florestas. O IPCC está preocupado com essa tendência? Sim, nós estamos preocupados. O etanol por si só não é o problema. Ele pode produzir contribuições reais ao clima e já sabemos que os benefícios são claros. Mas isso depende de um planejamento.

Como deveria ser esse planejamento? Estamos alertando que tudo dependerá de quais terras serão usadas para cultivar os produtos usados nos biocombustíveis. Nossa idéia é a de que as terras usadas para a expansão do etanol sejam apenas aquelas já degradadas e com poucas chances de ser recuperadas. Nosso temor é pela expansão descontrolada do etanol, sem uma avaliação das conseqüências. Na Europa, por exemplo, pode haver ainda uma competição acirrada pela terra entre produtores de alimentos e de etanol. O mesmo pode ocorrer em outras partes do mundo - e não se descarta a possibilidade de que isso crie graves problemas sociais. Em algumas regiões, estamos alertando que até a fome pode aumentar e pode haver pressões sobre áreas de florestas.

Qual é a recomendação na formulação de políticas para o setor do etanol? Se existem metas de aumento da produção e do consumo de etanol, como ocorre na Europa, precisamos também saber de onde virão esses recursos e produtos importados. Não podemos criar um problema em outras regiões do mundo para tentar resolver um problema em outro lugar.

Brasil rejeita cana na Amazônia, afirma Dilma - João Domingos e Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007

Ministra diz que o País ‘não precisa de nenhuma área agricultável para produzir álcool’

As ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente, Marina Silva, reafirmaram ontem que o Brasil não vai usar áreas agricultáveis destinadas à produção de alimentos para o cultivo de plantas que produzem biocombustível, como a cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, após apelo do presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, para que a Floresta Amazônica seja preservada e áreas onde hoje são plantados alimentos não cedam lugar para o biocombustível. “Dizer que o governo é a favor do uso de terras da Amazônia para o plantio da cana-de-açúcar é um grande equívoco”, disse Dilma em São Gabriel da Cachoeira, 860 quilômetros a oeste de Manaus. “O governo é contra a produção de etanol na Amazônia.”

Sobre um eventual conflito entre etanol e alimentos, Dilma disse que esse risco não existe. “Menos de 1% de terras agricultáveis é usado para produzir etanol. O Brasil não precisa da Amazônia nem de nenhuma área agricultável para produzir álcool. A segurança alimentar e a energética caminham paralelamente no Brasil. Quem diz o contrário quer confundir essa questão.”

Marina Silva disse que o Brasil tem mais de 300 milhões de hectares de área agricultável, além de 50 milhões em repouso. “Para chegarmos a uma produção razoável de etanol, com garantia da segurança alimentar e ambiental, basta observar todos os critérios de zoneamento ambiental e agrícola e cumprir o que está estabelecido pelo Ministério da Agricultura - que não se vai produzir cana na Amazônia, nem abrir áreas no cerrado.”

Em relação à Amazônia, a ministra lembrou que o desmatamento foi reduzido em 50% nos últimos dois anos. “Se confirmarmos a previsão do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, chegaremos neste ano a 65%, o que representa meio bilhão de toneladas a menos de emissões de dióxido de carbono. Isso é 20% de tudo o que teria de ser reduzido pelos países ricos em dois anos. E criamos 20 milhões de hectares em unidades de conservação. Se for considerado que essas áreas ficarão de fato protegidas, é a garantia de um estoque de carbono que não será emitido na atmosfera”, afirmou.

O desmatamento é a maior fonte de gases do efeito estufa no Brasil, responsável por 75% das emissões nacionais de gás carbônico.

Marina concordou, no entanto, com Pachauri quando o indiano disse não ser a hora de criar teto de emissão de dióxido de carbono para países emergentes. “Ele se refere ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os ricos têm uma emissão histórica muito grande e os países em desenvolvimento, um emissão pequena. Mas hoje Índia, China e Brasil já têm emissão, que precisa ser tratada com toda a responsabilidade, para que em 50 anos não sejamos os responsáveis por uma grande emissão de CO₂”, disse Marina. Isso, no entanto, tem ser feito sem que o País abra mão de cumprir metas, disse. “Se para os países ricos é difícil mudar a matriz energética, para nós é difícil mudar o modelo de desenvolvimento.”

IPCC faz alerta a Brasil, China e Índia - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Internacional – 13/10/2007

Presidente indiano do comitê pede que os países não repitam erros de desenvolvimento cometidos por nações ricas

O presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, pelas iniciais em inglês), Rajendra Pachauri, pediu que Brasil, China e Índia não repitam os erros dos países ricos no desenvolvimento de suas economias nos próximos anos, mas afirmou que ainda não é o momento de estabelecer tetos de emissões de gás carbônico nos países emergentes. Numa entrevista por teleconferência, Pachauri ainda falou sobre a Amazônia, sugeriu a criação de um tratado internacional para garantir a cobertura florestal no planeta e alertou sobre os riscos que a degradação ambiental pode trazer para a paz.

“As responsabilidades devem ser diferentes para cada país. Ainda há muitas pessoas nesses países emergentes que nem têm acesso à energia. Temos de cuidar para que essas necessidades sejam supridas também”, afirmou Pachauri, respondendo a uma pergunta do Estado.

Questionado sobre as políticas do governo brasileiro na Amazônia, Pachauri evitou fazer críticas diretas. “Não vou comentar o que o governo brasileiro deve fazer, mas

florestas como a Amazônia são as maiores fontes naturais para a captação de carbono. No futuro, devemos ter políticas claras e mesmo um acordo internacional para garantir que a cobertura florestal aumente no mundo e não apenas que o desmatamento seja freado”, afirmou.

Sobre a questão do etanol, Pachauri disse que os governos precisam analisar com cuidado os efeitos da produção antes de embarcar no projeto. “Devemos analisar com cuidado os efeitos dos biocombustíveis e decidir quais são as melhores opções”, disse. Pachauri reconheceu que o etanol pode ter efeitos positivos para o clima, mas alertou é preciso garantir que não haja um conflito com a produção de alimentos.

As declarações de Pachauri sobre o Brasil foram contestadas pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim. “Da Índia é difícil receber recomendações, inclusive da Europa. Lembrem-se de que eles destruíram tudo”, disse Jobim. “Vamos cuidar da Amazônia porque ela é uma questão nossa. Os brasileiros sabem cuidar do que é seu”, declarou Jobim, reconheceu, entretanto, que a Amazônia tem impacto sobre o clima de todo o planeta (ler mais na pág. A10).

O debate sobre a responsabilidade dos governos está no centro da disputa diplomática em torno de um novo tratado ambiental. O Brasil e outros emergentes se recusam a aceitar obrigações de corte de emissões, alegando que, historicamente, os responsáveis são os países ricos. Para Alemanha, EUA e Japão, sem um teto nas emissões dos emergentes, o problema jamais será solucionado. Pachauri não propôs um teto já, mas disse que isso não significa que os emergentes não devam ter novas responsabilidades. “Os países emergentes não podem repetir o padrão de desenvolvimento dos países ricos nas últimas décadas”, ressaltou.

Na avaliação do indiano, está na hora de a comunidade internacional pensar num modelo de sociedade com menor emissão de gás carbônico. “Uma das idéias que defendemos é uma taxa sobre o carbono. Se isso for instaurado, as empresas verão o benefício de buscar tecnologias mais limpas e mudar seus padrões. Os consumidores também farão essa opção”, disse. Para Pachauri, a tendência é que as condições climáticas e ambientais afetem cada vez mais a estabilidade no mundo e, portanto, se tornem uma ameaça à paz internacional. “Vivemos num mundo muito desigual e injusto. Se além disso temos agora o impacto das mudanças climáticas, os efeitos serão sentidos na própria capacidade de certas populações se manterem vivas.” Pachauri disse que o Nobel recebido pela entidade deve ir para todos os 600 cientistas que participaram dos estudos sobre o impacto do clima no mundo. “O prêmio nos dá agora mais responsabilidades para que façamos mais e para que a ciência continue dando explicações”, disse.

Sobre a premiação de Al Gore, Pachauri afirmou que o americano teve um papel crucial em divulgar a mensagem sobre o clima ao público. “Seu compromisso é o de fazer com que o mundo tenha conhecimento do que está ocorrendo. Para nós, é um privilégio dividir o prêmio com ele”, afirmou o indiano. Pachauri afirmou ainda que Gore ligou para ele ontem para comemorar o prêmio e sugeriu uma reunião entre os dois para planejar como poderão trabalhar juntos.

Prêmio é reconhecimento da responsabilidade humana na crise climática

Ex-vice-presidente dos EUA é "indivíduo que mais fez pela compreensão global" do tema, diz comitê; IPCC "criou consenso amplo"

O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, pela sigla em inglês) e o ex-vice-presidente americano Al Gore são os vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 2007.

Nas palavras do Comitê Norueguês do Nobel, que ontem anunciou o prêmio, o grupo de cientistas reunido pela ONU e o político americano alçado à celebridade após virar um cruzado da causa ambiental foram condecorados devido a "seus esforços de ampliar e disseminar um conhecimento amplo sobre as mudanças climáticas provocadas pelo homem e por estabelecer as bases para reverter tais mudanças".

A premiação coroa um ano de triunfos para o "ex-futuro presidente dos EUA", que inclui o Oscar de melhor documentário a seu filme "Uma Verdade Inconveniente". "Esta é uma chance para elevar a consciência global", disse Gore. "Enfrentamos uma verdadeira emergência planetária. A crise climática não é uma questão política, é um desafio moral e espiritual para a humanidade."

"Esse prêmio também joga uma nova responsabilidade sobre os nossos ombros", disse o cientista indiano Rajendra Pachauri, que preside o IPCC, do Instituto de Energia e Recursos da Índia, em Nova Déli. "Há muito a percorrer."

É a segunda vez em quatro anos que o prêmio contempla a questão ambiental, cuja relação com guerras e paz torna-se mais e mais evidente em conflitos como o de Darfur -a guerra sudanesa, que já contabiliza mais de 300 mil mortos, começou como uma disputa por terras em regiões semidesérticas.

"Ao escolher Al Gore e o IPCC, o comitê chama a atenção para o fato de que a mudança climática é a maior ameaça individual à paz mundial que já enfrentamos", disse Wangari Maathai, a ambientalista que venceu o Nobel em 2004.

Trata-se, também, de uma mensagem política de peso -apesar da declaração de Gore e da do presidente do comitê, Ole Danbolt Mjoes, de que "o prêmio não deveria ser encarado como um recado ao presidente americano". George W. Bush é alvo freqüente de críticas pelos anos de inação ante o aquecimento global e pela não-adesão ao Protocolo de Kyoto, que fixa metas de corte dos gases causadores do fenômeno.

O IPCC, criado em 1988, produziu neste ano um dos mais amplos estudos sobre a mudança climática -resultado de um trabalho de seis anos de mais de 2.500 cientistas. A conclusão é a de que o aquecimento global é "inequívoco" e, com 90% de certeza, o

fenômeno é causado pelo homem. As emissões de gases, segundo o painel, têm de ser cortadas em 15% para frear conseqüências mais graves.

"Chute na canela" - Elevar a questão ambiental a tema de segurança por si só já seria um puxão de orelha no governo de Washington.

Mas o fato de um dos premiados ser o homem que derrotou Bush no voto popular nas eleições presidenciais de 2000 (e depois perdeu a disputa numa decisão da Suprema Corte envolvendo os votos na Flórida) parece um novo "chute na canela" -a expressão usada pelo ex-presidente do comitê do Nobel Gunnar Berge ao entregar o Nobel da Paz de 2002 ao ex-presidente Jimmy Carter, ferrenho crítico de Bush.

Gore anunciou que planeja doar sua metade do prêmio de 10 milhões de coroas suecas (R\$ 2,8 milhões) para a Aliança para a Proteção Climática, organização que divulga a urgência de conter a crise.

O prêmio foi criado em 1895 pelo industrial sueco Alfred Nobel visando contemplar esforços pela manutenção da paz e pelo desarmamento. Nos últimos anos, no entanto, têm sido contemplados aqueles que promovem direitos humanos, democracia e redução da pobreza, como o bengali Muhammad Yunus, vencedor em 2006. *Com agências internacionais

Prêmio é golpe duplo nos céticos – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Mundo – 13/10/2007

O Nobel da Paz para o IPCC e/ou Al Gore era dado como favas contadas por muitos. Não deixa de ser surpresa, contudo, que tenha saído para ambos. Claramente se trata de uma mensagem ao mesmo tempo política e científica.

Muita gente torce o nariz diante dessa mescla. Ciência não teria nada a ver com política, é comum ouvir. O filme que valeu um Oscar neste ano a Gore e agora o Nobel, "Uma Verdade Inconveniente", visto desse ângulo, seria o melhor exemplo de impertinência.

Nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Professores de Ciência recusou 70 mil cópias do DVD para uso em sala de aula. No Reino Unido, um pai de aluno levou o caso à Justiça por considerar que se tratava de "material político". Um magistrado negou o banimento do filme das escolas, contanto que professores apresentem as visões de Gore de modo crítico.

Há pontos discutíveis no trabalho, com efeito, e Gore precisa responder uma a uma as objeções. Assim funciona o campo científico no qual busca apoio para sua cruzada. Ele não precisava ter incluído as duvidosas neves do monte Kilimanjaro, por exemplo, até porque não são as únicas mostradas no filme.

Mas é pouco para negar que, no geral, a obra passa bem pelo escrutínio especializado: nove afirmações duvidosas, como contou o juiz, em 96 minutos de projeção, até que não fazem feio.

O Comitê Norueguês do Nobel lavrou um autêntico passa-moleque nos críticos de picuinhas. Calou a boca, ainda, daqueles que -como o estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg e o romancista americano Michael Crichton- se especializaram em inventariar exemplos do que consideram alarmismo climático de Gore e sua turma (sem conseguir, no entanto, convencer a maioria de que o balanço das evidências científicas favoreça a inação). Dando o prêmio também para o IPCC, o comitê desfere o segundo direto em seqüência nos chamados "céticos".

Existe um consenso científico, sim, produzido por centenas de pesquisadores de dezenas de países com base em milhares de conjuntos de dados compilados nos últimos 20 anos.

Isso não significa que o trabalho do IPCC não seja também ele político. Ao lançar a súmula científica de seu Quarto Relatório de Avaliação, em fevereiro, não precisava ter qualificado como "inequívoco" o aquecimento do sistema clima -mas o fez. É um uso ético e legítimo de retórica, pois lastreado não só em convicções e objeções, mas em toneladas de observações.

O Nobel para Gore e o IPCC quer dizer que seus adversários não têm nada de equivalente a mostrar. Nem mesmo no cinema.

Luta contra aquecimento global leva Nobel da Paz – O Globo – Capa – 13/10/2007

Al Gore e cientistas da ONU, entre eles nove brasileiros, ganham prêmio

O ex-vice-presidente dos EUA Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU foram agraciados ontem com o Prêmio Nobel da Paz de 2007, em reconhecimento por sua luta contra o aquecimento global. O comitê do Nobel ressaltou o papel crescente do meio ambiente como causa dos conflitos no planeta para justificar a premiação.

Nove brasileiros fazem parte do IPCC, que reúne cerca de 3 mil cientistas. O prêmio reacende a especulação sobre se Gore vai se candidatar à Presidência em 2008. Páginas 26 e 27

Reforço à luta ambiental – O Globo – Mundo – 13/10/2007

Al Gore e cientistas da ONU recebem prêmio por esforços contra aquecimento global

A luta contra o aquecimento global provocado pela ação humana deu ontem ao ex-vicepresidente dos EUA Al Gore e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) o Nobel da Paz. O prêmio, anunciado em Oslo, busca aumentar a consciência sobre o tema e pressionar governos a realizarem ações imediatas para conter o fenômeno. Para isso, decidiu premiar tanto o grupo de cientistas — entre eles nove brasileiros — como o político, cujas ações dos últimos anos foram consideradas pela

Fundação Nobel fundamentais para que o tema conquistasse popularidade.

— As mudanças climáticas importantes podem alterar e ameaçar as condições de vida de grande parte da Humanidade. Podem desencadear migrações em massa e criar uma feroz competição pelos recursos da terra — disse o presidente da comissão do Nobel, Ole Mjoes. — Podem representar um alto risco de conflitos e de guerras entre Estados e dentro deles.

A escolha de uma nova figura do Partido Democrata americano (o expresidente Jimmy Carter levou o prêmio em 2002) e de um tema que é rechaçado pelo presidente dos EUA, George W. Bush, deixou claro a postura política do Nobel deste ano.

— É preciso agir agora, antes que a mudança no clima saia do controle do homem. Quero que este prêmio faça com que todos, cada ser humano, se perguntem o que devem fazer.

O ex-coordenador de emergências da ONU, Jan Egeland, elogiou o tema escolhido para o prêmio.

— As guerras climáticas já estão ocorrendo, especialmente no Sahel — disse ele, referindo-se à região africana ao sul do Saara. — Nômades enfrentam camponeses porque existem cada vez menos terras disponíveis.

Ano passado, a ONU incluiu o fenômeno entre as “principais ameaças para a paz e a segurança”. A guerra em Darfur, no Sudão, é um dos exemplos mais citados deste tipo de conflito.

Prêmio para ciência e publicidade - Gore, autor do documentário ganhador do Oscar “Uma verdade inconveniente”, fez um alerta sobre a “emergência planetária”.

— É o mais perigoso desafio que já enfrentamos, mas também a maior oportunidade que já tivemos de realizar mudanças. Volto ao trabalho agora.

Este é apenas o começo — afirmou ele, que anunciou a doação de sua metade dos US\$ 1,5 milhão do prêmio à Aliança para Proteção do Clima.

O Nobel aumentou a pressão para que Gore entre na corrida pela Presidência dos EUA em 2008. A Casa Branca reagiu friamente. O porta-voz Tony Fratto disse que Bush não planejava telefonar para cumprimentá-lo. Fratto afirmou que Bush estava feliz por Gore pelo “importante reconhecimento”.

A notícia foi recebida com surpresa pelo presidente do IPCC, o indiano Rajendra Pachauri, e com pompa e circunstância por Gore. Em Nova Délhi, um sorridente Pachauri recebia abraços de cientistas, enquanto atendia dezenas de jornalistas e telefonemas.

— Não posso acreditar. Estou chocado — afirmou Pachauri. — Este é um reconhecimento (do trabalho) de todos os cientistas que contribuíram com o trabalho do IPCC e dos países que os auxiliaram neste trabalho.

O historiador da ciência Spencer Weart elogiou o prêmio, e ressaltou que o Nobel decidiu premiar a fundamentação científica por trás da luta contra o aquecimento global e a

pessoa que mais contribuiu para que o tema ganhasse notoriedade: — O Nobel está homenageando a ciência e a publicidade.

Muitos líderes internacionais elogiaram a premiação. Mas houve algumas críticas. O presidente da República Tcheca, Vaclav Klaus, que considera as mudanças climáticas um mito, disse que a relação entre as atividades de Gore e a paz mundial “não é clara nem manifesta”. Já seguidores do presidente da Bolívia, Evo Morales, criticaram a decisão por esperarem que ele ganhasse o prêmio.

'O aquecimento virou um tema estratégico' – Carlos Albuquerque – entrevista com José Marengo - O Globo – Mundo – 13/10/2007

O climatologista José Marengo, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/Inpe), é um dos representantes do Brasil no IPCC. Segundo ele, a premiação dá mais credibilidade ao painel e serve como mensagem aos céticos, que ainda não acreditam no impacto das mudanças climáticas.

O GLOBO: Qual a importância dessa premiação?

JOSÉ MARENGO: Ela mostra que as mudanças climáticas não são mais um tema restrito aos meios científicos e sim de interesse geral. Serve também como uma mensagem aos céticos, que não acreditam nos relatórios do IPCC e acham que seus integrantes manipulam os dados. O Nobel dá mais credibilidade ao nosso trabalho

O GLOBO: O que significa ganhar o prêmio ao lado de Al Gore?

MARENGO: O filme apresentado por ele mostra evidências que o IPCC já tem revelado ao longo dos anos. Algumas dos assessores de Gore são membros do IPCC. O filme tem ajudado a levar a mensagem do IPCC para o leigo, que não acompanha os noticiários de ciência. O painel é científico. O filme tem um lado hollywoodiano. Foi uma junção perfeita.

O GLOBO: O senhor acha que a premiação vai colocar mais pressão em George W. Bush e no seu sucessor, para que os EUA, enfim, ratifiquem o Acordo de Kioto e participem da elaboração do novo tratado?

MARENGO: Acredito que sim. Mas vale ressaltar que a maioria dos pesquisadores do IPCC é dos Estados Unidos. E eles já têm tido uma participação ativa em seu país. De qualquer forma, acho que o Nobel vai, sim, dar mais evidências para que Estados Unidos e também a Austrália se decidam a favor de um novo acordo, nos moldes de Kioto.

O GLOBO: Qual a ligação entre mudanças climáticas e a paz mundial?

MARENGO: O aquecimento global já deixou de ser um assunto meramente científico e está se tornando um tema estratégico. As mudanças climáticas podem causar problemas sociais, como os refugiados ambientais. Se não tomarmos medidas mitigadoras, poderemos ter problemas no futuro. Já lutamos por petróleo. Amanhã, poderemos lutar por água e alimentos. Isso significa uma coisa: guerra.

O GLOBO: E para os cientistas do Brasil que, como o senhor, integram o IPCC, qual o impacto desse prêmio Nobel? Vai servir para pressionar ainda mais o governo para que reduza os desmatamentos e combata as queimadas na Floresta Amazônica?

MARENGO: Sem dúvida. O Brasil já tem sido bastante ativo dentro do painel. E o governo brasileiro também tem trabalhado para reduzir o desmatamento. Mas ainda há muito a ser feito. Como disse, o prêmio serve para mostrar que os alarmes não são parte de uma conspiração política, mas de uma realidade que temos que enfrentar agora.

A verdadeira verdade inconveniente - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 15/10/2007

Sem mudanças efetivas, podem até dar a Al Gore o prêmio da Fifa de melhor jogador (ele já tem o Oscar e o Nobel) que não vai adiantar nada e nós seguiremos firmes na rota de colisão em que o atual sistema econômico colocou a humanidade e o planeta.

A concessão simultânea do Nobel da Paz ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês) foi recebida com muita festa pela grande mídia em todo o mundo e, em particular, no Brasil. O reconhecimento pelo Prêmio Nobel de que a luta contra o aquecimento global é um fator fundamental para garantir a paz planetária, afirmam a maioria dos artigos e reportagens, é mais um importante indicador de que o mundo se prepara para enfrentar e superar a crise ambiental.

Isso seria lindo, se fosse verdade. O problema é que, para além das inúmeras declarações de boa intenção ou dos anúncios de severas metas para deter o aquecimento global realizados por alguns governantes, muito pouco tem sido feito na prática. Nesse contexto, o Nobel para Gore e o IPCC e o decorrente oba-oba na imprensa mundial podem acabar engrossando ainda mais a espessa cortina de fumaça ideológico-propagandista que dificulta o verdadeiro enfrentamento do problema.

Gore e o IPCC têm seus méritos e, cada um a seu modo, cumpriram recentemente um papel relevante na divulgação da crise climática. O IPCC, criado há 19 anos no âmbito da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sempre foi solenemente ignorado pela sociedade e pela própria ONU. Os três relatórios que o painel de cientistas produziu em 2007, no entanto, coincidiram com a percepção mundial de que o aquecimento global já se faz sentir e tiveram o mérito de tirar a discussão sobre as mudanças climáticas do círculo restrito formado pela academia e pelo movimento socioambientalista.

O mesmo se pode dizer de Al Gore que, com seu filme “Uma Verdade Inconveniente”, fez aquela que talvez seja a mais bem-sucedida propaganda sobre os perigos do aquecimento global que já foi levada maciçamente ao conhecimento do cidadão médio, sobretudo o alienado cidadão médio de seu país. É, de fato, uma contribuição e

tanto, apesar de algumas falhas existentes em seu filme (que não pretendo comentar aqui). Além disso, não se pode chamar Gore de oportunista, pois desde que surgiu como senador no início dos anos noventa, ele teve na preocupação ambiental um dos pilares de seu discurso político.

Feitas essas ressalvas, vamos a outros fatos que merecem ser analisados. O primeiro deles é que a comissão julgadora do Nobel, mesmo sendo majoritariamente composta por europeus, se consolidou nos últimos anos como um pólo de combate ao governo de George W. Bush e à doutrina por ele difundida. Isso foi determinante para a inclusão de Gore na premiação, que inicialmente estava entre o IPCC e os monges budistas de Mianmar. Vale lembrar que a comissão do Nobel já havia dado uma bela bordoadada no governo republicano dos EUA ao conceder em 2002 o prêmio da paz ao ex-presidente Jimmy Carter, também do Partido Democrata.

Não é nenhum pecado bater no governo Bush, muito pelo contrário, mas cabe refletir se a premiação do Nobel da Paz este ano trará conseqüências concretas para além das próximas eleições nos Estados Unidos. É claro que uma mudança de orientação política na maior potência econômica mundial terá reflexos nas discussões multilaterais, mas a simples vitória democrata nas eleições presidenciais não assegura o fundamental, que é a mudança dos padrões de produção e consumo nos países mais ricos, EUA à frente.

Jogo de cena - Essa mudança é para ontem, mas, belos discursos à parte, ninguém parece se mexer muito para “salvar o planeta”. A engrenagem de discussões multilaterais ao menos está se movendo, com uma série de reuniões de cúpula realizadas este ano e a realização da 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP-13) que acontecerá em Bali (Indonésia) no mês de dezembro. O efeito prático dessas discussões que pretendem estabelecer uma agenda para a segunda fase do Protocolo de Quioto (após 2012), no entanto, ainda é uma incógnita.

Após uma semi-fracassada reunião do G-8 realizada em junho, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, anunciou em nome dos países mais industrializados a ousada meta de redução de 50% das emissões de gases provocadores do efeito estufa até 2050. Antes, a União Européia já havia anunciado a não menos ousada meta coletiva de 20% de redução até 2020. Tudo muito bacana, mas o diabo mora num detalhe: a maioria dos governos, seja no G-8 ou na UE, não aceitou que essas metas fossem vinculantes, ou seja, de cumprimento obrigatório. Assim sendo, o que existe por enquanto é um jogo de cena.

Ou não foi um mero jogo de cena o que fez Bush, ao convocar no mês passado uma “reunião de emergência” com os governos dos 16 países maiores emissores? Após três dias de blá-blá-blá, nenhuma proposta concreta foi apresentada. Falou-se muito em novas fontes de energia e na redução do uso de combustíveis fósseis, mas essa discussão se deu claramente no sentido de assegurar que os EUA poderão contar com os fiéis aliados de sempre na expansão da produção do etanol que, como Bush adora repetir, irá “dar segurança energética” à grande nação norte-americana nos anos vindouros.

É aí que mora o perigo, pois esse discurso, adotado tanto pelos republicanos quanto pelos democratas, prova que os EUA não estão dispostos nem mesmo a iniciar a discussão

sobre uma eventual modificação de seus modos de produção e consumo. Se essa mudança não acontecer, podem até dar a Al Gore o prêmio da Fifa de melhor jogador (ele já tem o Oscar e o Nobel) que não vai adiantar nada e nós seguiremos firmes na rota de colisão em que o atual sistema econômico colocou a humanidade e o planeta. Essa é a verdadeira verdade inconveniente. *Maurício Thuswohl é jornalista.

Olhar para a frente dá Nobel a ambiente – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Mundo – 15/10/2007

Para membro do comitê que concedeu prêmio da Paz a Al Gore e ao IPCC, preservação da natureza ajuda a evitar guerras - Aquecimento global acaba com recursos naturais, afetando a economia e favorecendo conflitos, diz o socialista Berge Furre

Quando escolheu o IPCC (o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU) e o ex-vice-presidente dos EUA Al Gore para premiar neste ano com o Nobel da Paz, o comitê norueguês deixou claro: está olhando para a frente, não para trás. Diante de um reequilíbrio de forças no planeta pós-Guerra Fria, o grupo tem contemplado cada vez mais aqueles que ajudam a evitar guerras. Para o historiador norueguês Berge Furre, um dos cinco responsáveis por decidir quem merece o prêmio, a questão ambiental hoje está ligada à paz. Afinal, o aquecimento global -cuja causa, provou o IPCC com chance de 90% de acerto, é o homem- acaba com recursos naturais, afeta a economia e detona migrações por terra. A **Folha** conversou com Furre -um membro do Partido Socialista de Esquerda da Noruega- sobre a ênfase do comitê no ambiente (o tema já fora contemplado em 2004 com a queniana Wangari Maathai).

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida por telefone, de Oslo:

FOLHA - Esta é a segunda vez em quatro anos que o comitê premia um ambientalista. Qual é a relação entre paz e ambiente?

BERGE FURRE - O comitê está sempre interessado no princípio da paz. Mas as relações no mundo mudam, e nos últimos anos o comitê tem ampliado seu cenário para se adaptar a essas novas relações. Temos nos concentrado mais em causas relacionadas aos direitos humanos, e a causa ambiental se relaciona com isso, em vez de contemplar uma relação mais direta com a paz. Na decisão deste ano, levamos em conta que a luta do IPCC e de Al Gore é uma luta pela paz, pois a mudança climática tem consequências para a paz.

FOLHA - O presidente do comitê disse que o prêmio não deveria ser encarado como uma mensagem para o governo Bush, mas é impossível que a correlação não seja feita. Qual é a mensagem a ser lida?

FURRE - Não queremos nos embrenhar nas disputas políticas dos EUA. Nosso objetivo é apoiar esse painel da ONU, que tem feito um trabalho muito importante para o mundo nos

últimos 20 anos, e o [ex-vice-presidente] Gore também tem feito um trabalho importante ao divulgar o problema.

FOLHA - Da última vez que conversamos, em 2003, havia uma expectativa no Brasil de que o presidente Lula fosse premiado, mas o nome dele não havia nem sequer sido submetido a tempo pelo comitê. Desta vez houve um movimento semelhante na Bolívia, onde deputados chegaram a dizer que o prêmio para Gore era injusto. O nome de Morales chegou a ser submetido ao comitê?

FURRE - Não posso falar de candidatos deste ou do próximo ano. Trabalhamos com uma lista de quase 200 nomes. O que eu posso dizer é que os nomes têm de ser apresentados até 1º de fevereiro, e que é muito fácil haver uma candidatura, pois qualquer membro de qualquer governo, qualquer parlamentar, além de outros grupos, podem apresentar candidaturas. Eu, pessoalmente, tenho simpatia pelo presidente Morales.

FOLHA - O sr. também já disse ter muita simpatia pelo presidente Lula e pela região latino-americana...

FURRE - Sim, é verdade, mas essa é a minha história. Não é a mesma história do comitê.

FOLHA - Ao decidir para quem vai o prêmio, o comitê parte do pressuposto de que quer chamar a atenção para um determinado tema ou o nome do vencedor é escolhido diretamente da lista, sem que a causa à qual ele está ligado o preceda?

FURRE - Isso faz parte do nosso segredo de trabalho (risos). Mas há discussões o tempo todo no comitê, desde que pegamos a lista. Começamos a discutir entre nós e a conversar com especialistas noruegueses. Muitas vezes consultamos também especialistas estrangeiros. Quando chega o verão [setentrional], nós conseguimos normalmente já reduzir a lista para um punhado de nomes. Aí trabalhamos em cima deles, consultamos especialistas e tomamos a decisão.

FOLHA - Houve consenso este ano?

FURRE - Sim, sempre é um consenso, até porque, quando um membro discorda, ele deixa o comitê. Foi assim em 1994 quando decidiram premiar Iasser Arafat, Shimon Peres e Yitzhak Rabin. Um dos membros não achava que Arafat deveria estar na lista e deixou o comitê.

FOLHA - O sr. está no comitê há quanto tempo?

FURRE - Este foi o quinto ano.

FOLHA - Então o ano que vem é o último?

FURRE - Sim, embora eu possa ser reeleito. Mas acho pouco provável, já estou com 70 anos.

Consciência ecológica e criação de riqueza – Paulo Guedes – O Globo – Opinião – 15/10/2007

O Nobel da Paz de 2007 premia a luta contra o aquecimento global provocado pela ação humana. Ocorre, ironicamente, ao fim de um período inédito de formidável crescimento econômico sincronizado a taxas acima de 5% ao ano.

Essa aceleração do ritmo de crescimento econômico global decorreu de um vetor estrutural, o mergulho de 3 bilhões de eurásianos no mercado de trabalho mundial, somado a um vetor conjuntural, a insistente tentativa de reflexão da economia americana nos últimos anos. A explosiva combinação causou extraordinárias pressões sobre os preços e o ritmo de extração dos recursos naturais.

O Nobel da Paz deste ano é, portanto, um brado de alerta à opinião pública e, simultaneamente, um estímulo à pesquisa e aos esforços de preservação do meio ambiente. Esse é um exemplo da extraordinária complexidade dos mecanismos de coordenação social em funcionamento na Grande Sociedade Aberta. De um lado, a criação de enorme riqueza material e a inclusão econômica experimentada por bilhões de miseráveis e, de outro, mudanças climáticas que podem ser devastadoras para a humanidade.

Nesse livre mercado de idéias, as que funcionam resistem, e os equívocos são gradualmente descartados.

Tudo é abordado por ângulos diversos: econômico, político, cultural. E nada escapa ao exame. O conhecimento científico e tecnológico sempre ajuda, mas não é o que define quando o problema envolve juízo de valor. Ontem, o recurso à energia nuclear em Hiroshima e Nagasaki.

Hoje, a legalização do aborto, da prostituição e do uso das drogas. Essas não são simplesmente questões técnicas, pois há uma dimensão adicional em julgamento: ética, religiosa ou de moralidade específica do avaliador. E agora o comitê do Prêmio Nobel destaca, emergencialmente, o problema do aquecimento global. O físico Fritjof Capra, em seu instigante livro “O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente” (1982), exige uma mudança de paradigmas científicos com críticas particularmente ferozes à biologia, à medicina e à economia. E diagnostica: “O preço que pagamos pelo hábito cultural do consumo supérfluo e excessivo é a contínua degradação do ar que respiramos, do alimento que comemos, do meio ambiente onde vivemos e das relações sociais que constituem a tessitura de nossas vidas.

A mais grave consequência do crescimento econômico desenfreado é o esgotamento dos recursos naturais do planeta: o carvão, o petróleo, o gás natural, as reservas minerais e florestais e até mesmo o oxigênio. Em nossa evolução ocorreu um descolamento crescente entre os aspectos biológicos e culturais da natureza humana. Nossa civilização modificou a tal ponto o meio ambiente, por força dessa evolução cultural, que perdemos o contato com nossa base biológica e ecológica. Há uma flagrante disparidade entre o conhecimento científico e o progresso tecnológico, de um lado, e a sabedoria, a espiritualidade e a ética, de outro.” Mas o conflito entre essa consciência ecológica e a criação de riqueza trazida pela globalização é apenas aparente, como sabem os bons economistas.

Encontro debate participação social na gestão ambiental – Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 15/10/2007

O Ministério do Meio Ambiente promove de 16 a 18, em Brasília, o Encontro Nacional de Colegiados Ambientais (Enca). A abertura do evento será nesta terça-feira (16), às 18h, no auditório do Parlamundi (Legião da Boa Vontade), com a presença de dirigentes do MMA e de representantes de órgãos colegiados na esfera nacional, estadual e municipal. O encontro busca fomentar o debate entre esses colegiados sobre a participação social na gestão ambiental. Mais de 500 representantes de órgãos de meio ambiente de todas as regiões do País participarão do encontro.

O Enca também tem como objetivo propor uma reflexão sobre as estratégias de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). O evento foi organizado por uma comissão formada por integrantes de várias áreas do MMA. Um dos responsáveis pela organização do Enca, o diretor do Conama, Nilo Diniz, conta que a idéia da realização do encontro surgiu há dois anos. "Estamos num momento de crescimento da temática ambiental. E os órgãos colegiados são o ponto de contato entre as estatais e a sociedade". Para Nilo, o encontro fortalecerá esses colegiados, considerados fundamentais para a inserção da sustentabilidade socioambiental no desenvolvimento do País.

A abertura do Enca contará com o show do grupo Choro Livre, às 21h. Para quarta-feira (17) haverá o painel "Os Colegiados e a Política Ambiental: participação, transparência e controle social", com as presenças de João Paulo Capobianco, secretário-executivo do MMA, e de Silvia Bava, do Instituto Polis.

Confira programação:
<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=122&idConteudo=6284>

CARTA DE BERLIM - Flávio Aguiar – Agência Carta Maior – 16/10/2007

O desafio de desafiar o meio ambiente

O embaixador especial para combate à fome da ONU, Jean Ziegler, anunciou que vai propor à Assembléia Geral em Nova Iorque, no próximo dia 25, uma moratória de 5 anos na produção de biocombustíveis. A moldura desse anúncio é uma cena europeia e norte-americana muito confusa e perturbada.

A cena europeia está bastante conturbada. Abaixo segue-se a enumeração de alguns componentes tanto da cena quanto da moldura que a enquadra.

1. É cada vez mais patente o fracasso das missões invasoras e controladoras no Iraque e no Afeganistão, vindas dos Estados Unidos e de países da União Européia, do centro e da periferia.

2. Cresce o isolamento dos Estados Unidos no plano geral e no governo Bush no plano internacional e interno. O governo norte-americano se decompôs em parte, restando no proscenio o presidente e Condoleeza Rice. Os próprios militares norte-americanos não confiam mais no seu governo, conforme análise do historiador Gabriel Kolko (autor de *The Anatomy of War* e de *The Age of War: the USA Confronts the World*) no *Der Spiegel*. O governo tenta agora romper esse isolamento lançando a proposta de uma reunião para estabelecer a paz no Oriente Médio entre Ehmud Olmert, o premiê israelense, e seu “colega” Mahmoud Abbas, do lado palestino. A reunião estaria prevista para 26 de novembro, em Annapolis, estado de Mayland, nos Estados Unidos.

3. Dois movimentos acresceram o isolamento dos Estados Unidos. O primeiro, que pode ser pontual, foi o reconhecimento oficial pelo Senado norte-americano do massacre dos armênios na Turquia, no começo do século XX. A resolução, que foi bem vinda por todas as organizações humanitárias e semelhantes, e que contou com a firme oposição de Bush, criou um contencioso com o governo turco, que agora se mostra disposto a intervir no norte do Iraque contra os curdos, o que desagradea sobremaneira Washington.

4. O segundo, mais duradouro, é o de que os Estados Unidos não conseguiram isolar o Irã. Pelo contrário, como desde antes da reunião do G-8, em junho, na Alemanha, os Estados Unidos através da OTAN deram demonstração de que continuavam a querer cercar a Rússia com bases de mísseis e de apoio para eles, o governo de Moscou passou a fazer o papel de contemporizador com o governo de Teerã. Este saiu pelo mundo, aportando até na Bolívia para celebrar acordos comerciais e de cooperação na questão energética. Ao invés de isolar seus “inimigos”, antigos ou não, Washington está conseguindo propor-lhes algumas frentes comuns, empurrando para a mesma bacia almas tão diferentes quanto as de Mahmoud Amadinejad, Vladimir Putin, Evo Morales e Hugo Chávez. Putin deve se comprometer com a criação de uma usina nuclear no Golfo Pérsico, para o Irã em sua visita a Teerã.

Neste contexto, em que a questão essencial por detrás ainda é o petróleo, as Nações Unidas vão receber no próximo dia 25 de outubro a proposta de seu embaixador especial para o combate a fome, o sociólogo suíço Jean Ziegler, no sentido de se criar uma moratória de 5 anos na produção de biocombustíveis alternativos ao fóssil. Em entrevista e em material divulgado, Ziegler esclarece que seu objetivo é dar tempo para que os cientistas do ramo desenvolvam biocombustíveis a partir de dejetos de produtos agrícolas, para não comprometer as fontes (terras aráveis e água) que poderiam ser utilizados para a produção de alimentos.

Segundo ele, o aumento da produção de biocombustíveis (como seria o do etanol, no Brasil) poderia intensificar o drama da fome no mundo, roubando áreas aráveis e causando o encarecimento da cadeia de produção alimentar, com conseqüências catastróficas para os países pobres, em particular os africanos.

Um exame mais de perto das declarações de Ziegler, feitas no dia 11 de outubro pp., permite ver que:

1) Ele mesmo admite uma contradição em seus argumentos, ao dizer que a morte pela fome ou razões conexas de cada criança “é um assassinato”, porque o mundo (citando dados da FAO) produz hoje alimentos suficientes para doze bilhões de pessoas, ou seja, o dobro da população mundial. O problema portanto não estaria na falta de produção mas na desigualdade da distribuição e da renda.

2) O foco de sua atenção é a África. Ao mesmo tempo em que vai falar da fome, Ziegler anuncia que vai pedir a revogação do “direito à deportação” por parte dos países europeus. Ou seja, Ziegler vai argumentar junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU que, se alimentar-se é um direito, e se as pessoas não tem condições de fazê-lo em seus países, elas têm o direito de buscar lugares onde possam se alimentar. De quebra, grande parte das catástrofes africanas são consequência de políticas européias ou de empresas sediadas na Europa. Para ele os países europeus não teriam o direito de negar asilo e acolhimento a essas populações, impondo políticas restritivas, como a maioria vem fazendo.

A moldura de guerra e o quadro de fome e de produção alternativa de energia aparentemente teriam uma ligação tênue entre si. Ou até mesmo se pode inverter a relação: moldura de fome e quadro de “retorno de uma nova Guerra Fria”, a quente em certas regiões.

Mas não é bem assim. A moldura e o quadro, seja qual for uma e o outro, mostram que em parte o cenário político mundial é visto sem esperança de transformação no curto prazo. As potências mundiais comportam-se como se estivessem na super-produção Os Últimos Dias de Pompéia, quero dizer, do Petróleo, numa batalha retórica e bélica cujo cenário é, no momento, o Afeganistão, o Iraque, o Irã e o Oriente Médio. Enquanto isso vai-se debater se convém assumir uma moratória de cinco anos para projetos que são vitais para o estabelecimento de alternativas energéticas, que terão também consequências – talvez positivas – no plano político. A maior questão da proposta de Ziegler é a de se a humanidade como um todo ainda tem cinco anos para protelar esses projetos, ou se já não será tarde demais, tanto do ponto de vista do meio-ambiente quanto do ponto de vista de intensificação do quadro (ou moldura) de guerra sem limites.

Desmatamento volta a crescer e faz governo rever plano para Amazônia - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007

Devastação em MT, por exemplo, saltou 107% na comparação de junho-setembro com mesmo período de 2006

O governo federal prepara uma ação emergencial para tentar conter a retomada da curva ascendente de desmatamento na Amazônia. Segundo dados independentes e oficiais, a derrubada - que foi controlada por três anos consecutivos - ganhou nova força em 2007 e, sem ações de controle, pode crescer ainda mais no próximo ano.

Informações preliminares do próprio governo, obtidas pelo sistema por satélite Deter, indicam que o desmatamento em Mato Grosso cresceu 107% entre junho e setembro deste ano, comparado ao mesmo período do ano anterior. Em Rondônia, o índice é de 53% e, no Acre, de 3%.

Já o Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), elaborado regularmente pelas organizações não-governamentais Imazon e Instituto Centro de Vida (ICV), mostram que o corte em Mato Grosso subiu pelo quarto mês consecutivo: 262 quilômetros quadrados, 147% a mais do que agosto de 2006.

Os índices destoam devido a diferenças de metodologia, porém a tendência de alta se mantém. O Estado é o que mais derruba na região e serve como termômetro da tendência a ser seguida pelos demais Estados amazônicos.

Frente aos números, o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, que passa atualmente por revisão para divulgação em 2008, foi desmembrado em três momentos. O primeiro, de curtíssimo prazo, prevê ações de comando e controle ainda neste ano, especialmente no Pará, em Mato Grosso e Rondônia.

“Esse é um fator de preocupação. Os sinais são de recuperação do mercado de commodities e, com a expectativa de lucro presente, as pessoas se arriscam mais”, disse o diretor de ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA), André Lima. “Além disso, em 2008 há eleições municipais, que normalmente são acompanhadas pelo crescimento do desmatamento.”

No ano que vem, a intenção do governo é trabalhar com os cerca de 30 municípios amazônicos que derrubam mais. Entre 2008 e 2010, o ministério promete lançar mecanismos - especialmente financeiros - que promovam a exploração sustentada da floresta, além de exigir uma participação maior dos poderes estaduais e municipais para controlar a derrubada.

Para o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, a volta da curva ascendente é um indicativo de que é preciso “acertar alguns controles e reformular algumas estratégias de fiscalização”, mas ela não fará com que o País apresente novamente taxas anuais positivas e elevadas de desmatamento. “Há sinais de que, em tese, está havendo um

reaquecimento do desmatamento e estamos trabalhando para que isso não se consolide”, afirmou.

PROVA - O governo federal tem comemorado a queda da taxa de desmatamento da Amazônia nos últimos anos, numa média de 30% em relação ao pico de 2004 - que atingiu 27.379 quilômetros quadrados, o segundo maior já contabilizado. Duas frentes principais do Plano de Combate ao Desmatamento, lançado há três anos, tiveram resultados positivos.

A primeira foram as ações de comando e controle, que desarticularam quadrilhas especializadas em grilagem e exploração ilegal da madeira. Isso segurou o corte indiscriminado e coibiu a prática. Outra foi a criação de unidades de conservação em áreas que sofrem grande pressão de grileiros e madeireiros, como a Terra do Meio, no Pará.

Especialistas e ambientalistas afirmavam que as medidas eram bem-sucedidas, porém de forma relativa. O lançamento do plano coincidiu com uma queda no preço das commodities, especialmente a soja, e com uma rejeição estrangeira ao gado brasileiro por causa da febre aftosa.

O governo, que negava a influência econômica, agora assume seu papel na dinâmica da retomada do desmatamento em 2007. Para Capobianco, o aumento dos preços das commodities é um dos motivos que transformaram este em um ano complicado - além da seca prolongada observada na região Norte, que estende o período propício para o corte e a queimada das árvores.

“O governo se beneficiou de uma conjuntura, mas algumas coisas estão deixando de ser favoráveis, como os preços da soja e da carne”, diz Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace. “Por enquanto, o crescimento é pequeno. Mas esta é uma tendência preocupante.”

MMA e ONGs avaliam emendas a Código Florestal – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e um grupo de organizações não-governamentais reuniram-se ontem, em São Paulo, para debater uma série de projetos de lei que tramitam no Congresso e visam a alterar o Código Florestal. Um exemplo é o PL 6424/2005, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que prevê o plantio de palmáceas (naturais ou não do Brasil) como forma de repor áreas que foram desmatadas de forma imprópria.

Hoje, a lei prevê que a recuperação seja feita com espécies nativas do mesmo bioma, ou seja, o que foi derrubado de mata atlântica deve ser recuperado com mata atlântica. Outros projetos buscam reduzir de 80% para 50% a área que deve ser mantida em pé na Amazônia e querem permitir a recuperação do que foi derrubado em outra bacia hidrográfica ou mesmo em outro bioma.

Para o diretor de ações na Amazônia do MMA, André Lima, o debate sobre a Amazônia deve avançar para uma flexibilização da lei nas áreas já desmatadas, desde que dentro de um zoneamento ecológico-econômico apropriado.

Derrubada em MT cresce pelo quarto mês – Estado de São Paulo – Vida & - 16/10/2007

Corte de florestas no Estado alcançou 262 quilômetros quadrados

O novo boletim do Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), editado mensalmente pelas organizações não-governamentais Imazon e Instituto Centro de Vida (ICV), mostra uma tendência de crescimento da derrubada em Mato Grosso pelo quarto mês consecutivo.

Segundo o SAD, que conta com informações obtidas por satélite, o corte no Estado alcançou 262 quilômetros quadrados. Isso representa um aumento de 245% em relação a julho e um crescimento de 147% em relação a agosto de 2006. A maior parte do desmatamento (75%) ocorreu em propriedades rurais. Menos de 3% foram registrados em assentamentos de reforma agrária e 22%, em áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação).

Os meses de outono e inverno no Sudeste são considerados “verão” na Amazônia. É quando as chuvas diminuem, o que permite a derrubada de grandes áreas e queimada. Neste ano, a seca que atingiu a região foi particularmente forte, o que permitiu a proliferação de ações predatórias.

CALOR - O SAD também mostra que o número de focos de incêndio cresceu em Mato Grosso neste verão amazônico. Nos meses de junho a setembro de 2007, foram registrados 44.621 pontos, um aumento de 72% com relação ao mesmo período do ano anterior, quando houve 25.938 focos de calor.

Como as queimadas são um indicativo de áreas desmatadas, o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Imazon, acredita que a tendência de desmatamento em Mato Grosso seguirá pelo menos por setembro. As imagens ainda estão sendo processadas.

“Maio, junho, julho e agosto mostraram crescimento da taxa de desmatamento. Setembro deve seguir o mesmo caminho. Se havia uma tendência de baixa, os números mostram que a curva mudou de direção”, afirma. “No caso de Mato Grosso, o papel do preço das commodities é muito importante na queda e na retomada do desmatamento. O próprio governador, Blairo Maggi, disse recentemente que ‘a fera acordou’.”

Outra informação presente no SAD é número ainda alto de ilegalidade envolvida na ação. Apenas 17% do desmatamento registrado em agosto deste ano ocorreu em propriedades rurais cadastradas na Secretaria de Meio Ambiente do Estado - 57% aconteceram em áreas fora do sistema.

Mesmo entre as cadastradas, o índice de irregularidade é alto. A grande maioria, 86% delas, não respeitou a reserva legal, área do terreno que deve ser preservada pelo Código Florestal (80% no caso da floresta amazônica e 50% no cerrado). Apenas 13,6% das propriedades registradas respeitaram a lei - o que representa somente 2,42% da área total desmatada em Mato Grosso durante agosto.

“O governo é o único que pode arbitrar o ganho em curto prazo com o corte”, diz Veríssimo. “Essa dinâmica não é interessante para o Brasil.”

FOGO - No mês estudado, os assentamentos no Estado desmataram 8 quilômetros quadrados, ou 2,8% do desmatamento total. Quanto às queimadas do início do ano até setembro, contudo, o número é alto: 5.405 focos de calor, ou 12% do período. As terras indígenas também contribuíram para elevar a taxa de queimada no período. Foram registrados 5.337 pontos (12%).

Fischer Boel admite 'descongelar' negociações para acordo Mercosul/UE - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2007

A comissária agrícola da União Européia (UE), Mariann Fischer Boel, admitiu ontem que as negociações para uma área de livre comércio entre o Mercosul e a UE estão congeladas, mas há intenção de retomar as discussões. “Elas (as negociações) estão congeladas a 30 graus abaixo de zero”, completou o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues.

Em reunião realizada ontem, Fischer Boel reconheceu o papel fundamental da UE para destravar a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Estamos mandando mensagens claras para mostrar nossos desejos. Estar no Brasil é importante porque este é o maior mercado da União Européia. Estamos engajados e espero que consigamos chegar a uma solução para as diferenças”, afirmou a comissária, segundo informações da assessoria de imprensa da CNA.

Fischer Boel também afirmou que é favorável à extinção da tarifa de importação imposta pelo bloco ao etanol brasileiro, mas defendeu a produção sustentável de álcool combustível e a criação de modelos de certificação que garantam o processo. “A Amazônia é uma região extremamente crucial e a mensagem que o presidente Lula levou à Europa precisa ser seguida para termos boa base de cooperação”, afirmou a comissária, segundo a CNA.

O governo quer instituir um selo socioambiental para apoiar as exportações. A possibilidade de plantio de cana na Amazônia é um dos motivos de pressão contra o etanol brasileiro. Na viagem à Europa, em setembro, Lula descartou o cultivo de cana na

Amazônia, mas o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em entrevista concedida algumas semanas depois, admitiu o plantio em áreas degradadas.

Ontem a comissária almoçou com Gilman Viana e integrantes do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. Antes, reuniu-se com o ministro interino da Agricultura, Silas Brasileiro.

O Nobel da Terra – O Globo – Opinião – Editorial – 16/10/2007

Prêmio realça necessidade de os países se unirem para salvar planeta O prêmio Nobel, como tudo que tenta escolher um vencedor entre inúmeros concorrentes, não é perfeito. Mas o da Paz deste ano foi muito feliz ao agraciar Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês) por seu trabalho no combate ao aquecimento global e na conscientização de pessoas e governos da importância disso para a Humanidade.

Gore é o político americano que, tendo perdido na Justiça as eleições de 2000 para Bush (embora vencesse no voto popular), reinventou-se como campeão da defesa do meio ambiente, tendo seu documentário “Uma verdade inconveniente” conquistado o Oscar em 2006. O IPCC, criado em 1988, reúne 3 mil cientistas (nove deles brasileiros) para estudar os efeitos das mudanças climáticas e traçar estratégias para neutralizá-las. É uma combinação perfeita: Gore, o comunicador a despertar a consciência do mundo. E o IPCC, que trabalha para produzir diagnósticos e indicar tratamentos.

O Nobel da Paz não tem como obrigar ninguém a mudar de atitude.

O que é uma pena. Pois o de 2007 reforça a necessidade de os países unirem esforços em busca de um modelo de crescimento sustentado e não predador do meio ambiente. O IPCC concluiu ser de 90% a probabilidade de o aquecimento global ser produzido pelo homem. Mas observou que já existe tecnologia adequada para detê-lo.

De imediato, os céticos precisam se convencer da justiça da luta. Governos egoístas política e economicamente falando, como o atual americano, recusam-se a aderir ao Tratado de Kioto, mas precisam fazê-lo, como é óbvio.

Países superpopulosos em crescimento acelerado, como China e Índia, padecem da agressão que vêm impondo ao meio ambiente.

Na China, principalmente, há rios condenados, desertificação galopante e poluição desenfreada nos grandes centros urbanos. Esses países devem se dar conta de que, no seu caso, o padrão de consumo ocidental é meta totalmente inviável, que esgotará a Terra.

Nem tão populoso, nem de tão rápido crescimento, não escapa o Brasil de assumir a responsabilidade que lhe toca, deixando de lado a hipócrita rejeição de metas que limitem a emissão de poluentes e abraçando o compromisso solidário com o futuro do planeta.

China agora prega modelo sustentável – O Globo – Capa – 16/10/2007

O presidente chinês defendeu uma mudança no padrão de crescimento para os próximos anos capaz de tirar da China o rótulo de país poluidor, paraíso da pirataria e gerador de desigualdade. Hu Jintao propôs também o diálogo com Taiwan. Página 28

Por uma China sustentável – Gilberto Scofield – O Globo – Mundo – 16/10/2007

Presidente diz ao PCC que crescimento deve vir sem dependência, corrupção ou desigualdade

PEQUIM Num discurso de 2h25min transmitido ao vivo pela TV, o presidente chinês, Hu Jintao, abriu ontem o 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC) reafirmando a necessidade de o partido continuar no comando das reformas que vêm modernizando o país, mas anunciando uma mudança no padrão de crescimento para os próximos anos capaz de tirar da China a pecha de nação poluidora, paraíso da pirataria e geradora de desníveis cada vez maiores entre ricos e pobres.

Segundo Hu, que prevê o fim do processo de industrialização da China em 2020, quando os chineses terão sua renda per capita quadruplicada (hoje é US\$ 2.042), o atual modelo de crescimento chinês . fortemente dependente de investimentos e exportações, focado na indústria, poluidor, baseado em larga e desqualificada mão-de-obra e no consumo descontrolado de matérias-primas . será substituído por um modelo mais racional.

. Faremos a transição de uma economia dependente de investimentos e exportações para uma combinação onde o consumo doméstico será igualmente importante. O perfil da economia, hoje em processo de industrialização, vai incluir também o desenvolvimento do setor de serviços. E em vez da ênfase no uso intensivo de recursos naturais e mão-de-obra, vamos priorizar o desenvolvimento tecnológico e científico, a qualificação do trabalho e a gerência focada na inovação . afirmou.

Mao Tsé-Tung sofre duas críticas

Hu Jintao colocou no centro de seu mais importante pronunciamento desde que passou a ocupar o posto de secretário-geral do PCC, em 2002, temas novos considerados secundários por muitos dentro do partido, como o estímulo à inovação, à conservação ambiental, ao consumo racional de energia e à redução nos desníveis entre campo e cidade, ricos e pobres. Ou seja, a China entra num novo ciclo de reformas com o objetivo de alcançar o crescimento sustentável.

Para isso, Hu não se furtou a citar várias vezes teses do reformador Deng Xiaoping, o líder que abriu o país às idéias capitalistas, como a .emancipação da mente. (abrir-se às mudanças) ou a .prosperidade para todos..

Mao Tsé-tung foi citado poucas vezes e, ainda assim, sua acirrada defesa da tese de luta de classes como motor revolucionário foi duramente criticada.

. Parar ou mudar o curso das reformas só vai nos levar a um beco sem saída . disse Hu. . Devemos continuar a emancipar nossas mentes, procurar a verdade nos fatos, manter-nos em dia com a realidade dos nossos tempos, perseverar nas mudanças e inovações e afastar-nos da rigidez e da estagnação.

Transparência na escolha de líderes A fala de Hu Jintao foi impregnada dos conceitos que o presidente quer ver inscritos na Constituição do partido, como .desenvolvimento científico. e .sociedade harmoniosa., teses que pregam justamente mais

qualidade ao crescimento econômico, em contraposição ao conceito de enriquecimento a qualquer preço, estimulado pelo grupo ligado ao ex-líder Jiang Zemin. É uma forma de equiparar-se a líderes anteriores, cujos pensamentos norteiam o partido até hoje (Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin).

O presidente da China fez ainda uma acalorada defesa do trabalho de modernização e crescimento da economia empreendido pelo PCC nos últimos anos e elogiou os esforços de profissionalização no partido.

Ele prometeu processos mais transparentes e democráticos para a escolha de lideranças dentro e fora do PCC, mas apontou pontos fracos, em especial a corrupção crescente nos quadros.

Para atingirmos os objetivos de reforçar a capacidade de governança do partido devemos garantir que o PCC exercite auto-disciplina e seja rigoroso com seus membros. Eles devem estar preocupados em servir ao povo, devem ser pragmáticos e incorruptíveis. . afirmou. . Todos os membros do partido, especialmente os líderes, devem ser impecáveis nos padrões morais e ter um papel impecável na sociedade.

Marina Silva defende integração entre ambiente urbano e recursos hídricos _ Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 16/10/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu na manhã desta terça-feira (16), durante a abertura da XVIII Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em Brasília, a inclusão da questão urbana na agenda de recursos hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo Marina Silva, dentre as inúmeras mudanças feitas na estrutura do ministério no primeiro semestre, decidiu-se incluir a questão urbana como parte da linha de ação da Secretaria de Recursos Hídricos. "Temos toda uma agenda voltada para a gestão dos mananciais e isso dialoga muito fortemente com uma política que atenda às demandas dos ambientes urbanos e que, muitas vezes, a gente não trata como deveria tratar. Acho que estamos dando alguns passos importantes nessa direção", esclareceu a ministra.

Ela defendeu a participação popular nos processos de gestão de recursos hídricos. "Não há como pensar gestão de recursos hídricos, num País de dimensões continentais como Brasil, sem um forte processo de participação popular. Nesse caso, os comitês de bacia se constituem de fundamental importância", ressaltou.

Na reunião, o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Luciano Zica, falou sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, encaminhada pelo presidente Lula em setembro para apreciação do Congresso Nacional. Zica explicou aos conselheiros os pontos fortes da política, como a logística reversa, um mecanismo que permite responsabilizar todos os segmentos da sociedade pela destinação dos resíduos. "Esse é um instrumento econômico, social e ambiental indispensável à boa gestão da política dos resíduos sólidos do Brasil", destacou Zica.

A reunião do CNRH encerra na própria terça-feira. Na pauta, constam propostas de moções e resoluções. O conselho é composto por representantes dos governos federal, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade civil.

Agricultura e conservação: incentivo ou punição? - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/10/2007

A discussão é a seguinte: o governo federal está elaborando um zoneamento agroecológico e a partir dele, e com base no aprimoramento do zoneamento agropecuário tradicional, vai elaborar ações para que a ocupação do território brasileiro, por meio da produção agropecuária, se dê em bases ambientalmente mais sustentáveis. Embora seja prematuro julgar o que vem por aí como resultado, o momento ainda permite discussões de cunho conceitual sobre implementação de políticas que emergirão a partir desse trabalho.

A motivação central para a preparação desse zoneamento é a constatação de que a preservação de florestas, matas e áreas ambientalmente mais frágeis não vai ocorrer da forma como o governo espera se o Estado brasileiro não interferir na expansão da produção agropecuária. A percepção aqui é de que as exigências ambientais já impostas sobre a agricultura pela legislação brasileira não seriam suficientes para garantir os objetivos de conservação e preservação a serem definidos, ou já definidos, por nosso atual governo.

Este artigo não visa a julgar esses objetivos. É importante, no entanto, avaliar as alternativas de políticas que podem ser utilizadas para que eles sejam atingidos. Existem duas alternativas mutuamente excludentes que precisam ser cotejadas: desenvolvimento de um conjunto de incentivos que levem os produtores a se alinhar com os objetivos de conservação e preservação, ou seguir pelo caminho do “certo” e do “errado” e buscar a implementação do “certo”, de acordo com o desejo de algum mágico formulador de política de Brasília, pela via da punição. Já posso afirmar que, avaliando os discursos de autoridades, a segunda alternativa é a preferida pelo governo brasileiro. O problema, e o governo precisa reconhecer isto antes de criar políticas que venham restringir o uso da terra pelos produtores, é que a alternativa da punição não vai funcionar.

O dilema entre uso de incentivos e do poder de coerção do Estado - neste artigo, chamado de punição - é um debate antigo na economia e no direito. Simplificando, economistas preferem a primeira opção e juristas tendem a preferir a segunda. O Estado brasileiro tem, por tradição, optado pelo caminho da coerção. Temos uma enorme dificuldade de formular políticas que estimulem a sociedade a buscar seu próprio equilíbrio. No Brasil, muito em função da nossa escassa tradição liberal, existe a percepção de que quem deve definir esse equilíbrio é o Estado. Quando o objeto de política é um bem público - no caso, florestas, matas e outros ecossistemas -, é aceito como dogma que apenas o Estado sabe dizer o que é “certo” ou “errado” e a sociedade, sendo incapaz de preservar os recursos naturais por auto-regulação, precisa ser guiada por leis e sistemas rígidos de punição.

Para dar um exemplo pertinente a este artigo, basta olhar o Código Florestal. Parece impressionante, mas, se existe um consenso que é propalado em unívoco entre produtores e ambientalistas, no Brasil e no mundo, é o fato de que a legislação florestal brasileira é uma das mais modernas da atualidade. Isso porque não se encontram por aí países que exijam que seus produtores preservem 20%, 35% ou 80% de sua propriedade com a vegetação florestal original da região onde ela está localizada. Estrangeiros tendem a se surpreender com isso e, freqüentemente, nos perguntam: que tipos de instrumentos o governo utiliza para incentivar o produtor a cumpri-la? A verdade é que não há incentivo algum para o produtor cumprir as exigências de conservação. Ele deve cumprir simplesmente porque está previsto em lei.

O que interessa aqui é que o Brasil optou pela alternativa da punição na definição do papel do setor agrícola na conservação florestal. O que defendo neste artigo é que, se o governo optar pelo caminho da punição nas ações que emergirão a partir do zoneamento agroecológico, vai fracassar. Nem os objetivos de estimular uma produção agropecuária mais amigável ambientalmente serão atingidos, nem o governo verá o setor produtivo engajado nesse processo. Se a punição funcionasse, o zoneamento agroecológico não seria necessário, porque o próprio Código Florestal estaria garantindo o equilíbrio entre produção e conservação.

Se, até hoje, o papel de conservação florestal do setor agropecuário foi imposto pelo Estado e, mais recentemente, pela ação das ONGs, essa experiência mostra que um equilíbrio balanceado só será alcançado se o agronegócio participar ativamente do processo. Coerção e punição, portanto, não são a saída. Incentivos são a única estratégia de política com alguma chance de sucesso.

Está em curso um processo de mudança no agronegócio: conservação de ecossistemas e redução de emissões de gases efeito estufa não são mais, necessariamente, entendidos como imposições exógenas. Ainda que lentamente, e circunscritos às cabeças das boas lideranças e dos pensadores do setor, ambos os itens estão se transformando em papéis naturais da atividade agropecuária. Se eu estivesse no papel de formulador de políticas, procuraria entender esse processo e tirar proveito dele.

O governo tem à sua disposição um leque de mecanismos de incentivos que podem ser utilizados para transformar o zoneamento agroecológico num objetivo do setor, em vez de uma imposição de Estado. Esses incentivos, no entanto, pressupõem um novo conceito de política agrícola, incluindo aí aquelas voltadas para produtores comerciais e familiares. Mais do que isso, esses instrumentos exigem um longo e transparente processo de negociação, que, na ótica do governo, pode não ser bem aceito. As políticas que nascerão do zoneamento agroecológico vão dizer-nos se o Estado brasileiro evoluiu o suficiente para aceitar a via dos incentivos como forma mais eficiente de buscar os objetivos de conservação e preservação no meio rural.

André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br

50% do desmate é em área pequena - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Nacional
– 17/10/2007

Terrenos de até 50 hectares têm mais derrubada de árvore, indicando pulverização da devastação da floresta

Mais de 50% do desmatamento atual na Amazônia ocorre em pequenos e médios terrenos, de até 50 hectares. Segundo o diretor de ações na Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, André Lima, essa é uma alteração na dinâmica observada antes na região, quando grandes terrenos, com 150 hectares ou mais, eram derrubados.

Efeito das operações realizadas nos últimos três anos para conter o corte, a pulverização hoje é um dos desafios do governo para conter o desmatamento em 2007 e em 2008 - que pode apresentar um crescimento, depois de três anos em queda, conforme o Estado mostrou ontem. “A dinâmica observada neste ano é um pouco diferente. Os grandes desmatamentos caíram e aumentaram os pequenos e médios”, diz. “Isso pede uma estratégia diferenciada de combate.”

Se em 2004 o governo desenhou estratégias de controle da derrubada em 700 polígonos (seções da Amazônia, usadas para monitoramento por satélite), hoje são mais de 2.000 a serem analisados, devido à pulverização. O coordenador do Instituto Centro de Vida, de Mato Grosso, lembra que os grandes desmatamentos são mais fáceis de detectar por órgãos fiscalizadores. “A sociedade cobra mais, então quem desmata fica mais cauteloso.”

Ontem, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou, no Acre, que o Exército poderá colaborar no combate ao desmatamento na Amazônia, caso os órgãos responsáveis pelo setor solicitem.

Já o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse que o ritmo do desmatamento teve “ligeiro aumento” nos meses de agosto e setembro, mas isso não permite dizer que a taxa anual será maior. “Os números acendem a luz amarela, (mas) não podemos ter pânico. Estamos trabalhando para reverter os números.”

NEAD estabelece parcerias na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 17/10/2007

Com o objetivo de ampliar e reforçar a atuação na Região Norte do País, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dá início, nesta semana, a uma série de atividades no estado do Pará. A idéia é, em seguida, alcançar Amazonas, Acre e demais estados. Nesta quarta (17) e na quinta-feira (18), o coordenador-geral do NEAD, Carlos Mário Guedes de Guedes, participa da XVI Assembléia Nacional da Cáritas, em Castanhal (PA). O evento irá discutir alternativas de inclusão social para a Amazônia e buscar estratégias de preservação das riquezas ambientais da região.

Na oportunidade, o NEAD formalizará parceria com a Cáritas com o propósito de elaborar um diagnóstico sobre o potencial da Economia Popular Solidária, da Economia Familiar Camponesa e da Economia Extrativista praticadas em territórios do Pará. “A cooperação visa produzir subsídios para a formulação e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e à reforma agrária. Além disso, busca contribuir para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos trabalhadores que atuam com a economia solidária”, explica Guedes.

Intercâmbio - Para discutir a realização de atividades de extensão e intercâmbio de conhecimento, o coordenador do NEAD vai se reunir com representantes de três importantes centros de ensino e pesquisa do estado, ainda no dia 18, em Belém: do Museu Paraense Emílio Goeldi – ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia – ; do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (Neaf/UFPA); e da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra).

A finalidade do encontro é, conforme Guedes, aprofundar o entendimento sobre o protocolo de cooperação técnica que será assinado entre o NEAD e essas instituições, para a elaboração de estudos e pesquisas sobre os temas relacionados ao desenvolvimento rural, reforma agrária, agricultura familiar, incluindo iniciativas relacionadas às manifestações sociais e culturais no meio rural e sobre a memória da reforma agrária. Na sexta (19), Guedes tratará de temas preparatórios ao programa Territórios da Cidadania com o secretário de Integração Regional do Pará, André Farias, e com o diretor-superintendente do Sebrae no estado, Hildegardo Nunes. O programa deve ser lançado pelo governo federal em novembro.

A Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que acontecerá em 2008, será abordada em reunião com o secretário de Agricultura do Pará, Cássio Pereira. “A idéia fundamental é estender as ações do NEAD e agregar parcerias, uma vez que o Pará é prioritário para o MDA, por concentrar um contingente significativo de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária”, destaca Guedes.

Projeto altera código florestal - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007

O projeto de lei que altera o Código Florestal e permite a exploração comercial de áreas irregularmente desmatadas está previsto para ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente da Câmara. O texto, relatado pelo deputado Jorge Khoury (DEM-BA), permite o plantio de espécies exóticas, como eucalipto e dendê, em parte de áreas de florestas desmatadas, desde que quesitos sejam respeitados. Representantes do Ministério do Meio Ambiente, ambientalistas e do setor produtivo se reuniram para tentar um consenso. Empresários reivindicam a manutenção da possibilidade de recuperar áreas em outros Estados, algo inaceitável por ambientalistas. Khoury diz estar disposto a fazer mudanças.

Crédito de carbono atrai japoneses - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios
- 17/10/2007

Empresas japonesas que emitem grandes quantidades de gases-estufa deverão aumentar suas compras de créditos de carbono de projetos de países em desenvolvimento, com destaque para a agricultura brasileira. A combinação de um forte terremoto em julho - que desativou uma importante usina nuclear do país, sobrecarregando as termelétricas - e o calor recorde deste verão em Tóquio (39°C) elevaram o consumo de energia no país para o maior patamar desde a Segunda Guerra.

Na semana passada, a Federação de Companhias de Energia Elétrica do Japão (FEPC) anunciou sua intenção de incrementar em 70% as aquisições de créditos de carbono para o período de 2008-2012, frente às compras do ano passado. Passaria dos atuais 70 milhões de toneladas de CO2 para 120 milhões.

Segundo Hajime Uchida, gerente-geral do Departamento de Meio Ambiente do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, os projetos de co-geração com bagaço de cana são especialmente atraentes para os empresários japoneses. "No futuro breve estaremos importando etanol do Brasil. Esse seria um primeiro contato", disse. Ele destaca também o interesse por projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), dado o know-how que os japoneses têm no setor elétrico.

O banco prepara seu segundo "pacote" de empresas brasileiras aptas a oferecer projetos ao Japão. A primeira experiência ocorreu em dezembro de 2006, com dez projetos e a comercialização de cerca de 2 milhões de créditos para o grupo de energia Chugoku Electric Power, de Hiroshima. Agora, o braço brasileiro do Sumitomo estima agrupar mais empresas, de pequeno e médio porte, e chegar à marca de 6 milhões de créditos.

"O benefício do Protocolo de Kyoto tem que atingir as pequenas empresas", diz Uchida. "É um ponto que eu sempre destaco para os japoneses é que o Brasil está fazendo a coisa direito, com preocupação com a sustentabilidade. Isso é importante para nós. Queremos manter a filosofia de Kyoto".

Há 17 anos no grupo, Uchida realizou a primeira venda mundial de carbono do Sumitomo Mitsui, o que lhe rendeu elogios da matriz e culminou com a criação do departamento de meio ambiente no Brasil em 1º de janeiro deste ano.

Em agosto, outro grande banco japonês anunciou interesse por projetos brasileiros. O JBIC (Banco do Japão para Cooperação Internacional) lançou em parceria com o Unibanco uma linha de financiamento de US\$ 50 milhões destinada exclusivamente a projetos que resultem na venda de créditos de carbono para empresas japonesas.

O Japão é um dos países desenvolvidos que, sob as regras do Protocolo de Kyoto, é obrigado a reduzir em 5% suas emissões de gases do efeito estufa até 2012, tomando como base os níveis de 1990. O país ainda não atingiu essa meta.

'Mundo deve ajudar a salvar Amazônia' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007

Um dos vencedores do Prêmio Nobel da Paz afirma que região terá papel fundamental para regulação do clima

A comunidade internacional não pode questionar a soberania do Brasil sobre a Amazônia sob o pretexto de cuidar do meio ambiente ou evitar mudanças climáticas. O recado é do vencedor do prêmio Nobel da Paz, Rajendra Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Em entrevista ao Estado, Pachauri deixa claro que a Amazônia terá um papel fundamental no clima mundial nas próximas décadas e que os países, juntamente com o Brasil, devem negociar um acordo para ajudar o País a manter a floresta. Pachauri, que esteve em Genebra ontem para lançar uma nova iniciativa ambiental ao lado do ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, garantiu que não custará muito ao mundo tomar medidas para evitar as mudanças climáticas. Mas alerta que uma mudança no estilo de vida será necessário. Eis os principais trechos da entrevista:

O governo brasileiro está tendo dificuldades em manter a cobertura florestal na Amazônia. O que pode ser feito? A Amazônia é um dos maiores recursos naturais com que o mundo conta hoje para lutar contra as mudanças climáticas. Mas as decisões do governo brasileiro, e, portanto, do povo brasileiro, precisam ser soberanas sobre a região. A Amazônia está no território brasileiro e ninguém pode modificar isso ou mesmo questionar essa realidade.

O meio ambiente, portanto, não coloca em questão a soberania brasileira na Amazônia? De forma nenhuma. A comunidade internacional precisa entender isso e avaliar como pode colaborar para que o Brasil mantenha a cobertura florestal da Amazônia.

Como então deve ser o envolvimento internacional na Amazônia para garantir sua manutenção? Há algumas opções. Uma delas seria negociar um acordo para a preservação de florestas em todo o mundo. Nesse caso, seria negociada uma espécie de valor para a conservação da floresta, que seriam os recursos necessários para que a mata seja mantida intacta, inclusive com criação de alternativas econômicas para a população da região. E países ricos poderiam contribuir financeiramente para garantir que a floresta não seja destruída. Obviamente isso é algo que os governos precisam negociar e não posso prever como poderia ocorrer. Certamente essa não será uma negociação fácil.

O sr. acredita que na Convenção do Clima da ONU, que ocorre em Bali, em dezembro, os países possam começar a aproximar posições para um plano de combate às mudanças climáticas? Minha esperança é que possam avançar. Vejo que um número cada vez maior de líderes está tomando consciência do problema que enfrentamos.

Temos de agir agora. Mesmo que as emissões de CO₂ se estabilizem, os efeitos ainda serão sentidos por séculos.

O senhor afirmou na semana passada, ao receber o Prêmio Nobel, que os países emergentes não podem repetir, em seu desenvolvimento, os mesmos erros dos países ricos no passado. Como é que devemos então nos desenvolver?O modelo de desenvolvimento precisa ser revisto por completo. Sabemos que o modelo utilizado pelos países ricos nas últimas décadas não funcionou em termos ambientais e estaremos sentindo os efeitos disso por décadas ainda. O que eu digo é que Brasil, Índia e China não podem repetir esse modelo e encontrar tecnologias e padrões que garantam um desenvolvimento sustentável. Será de interesse desses próprios países desenvolver esse modelo. O que precisamos é de um novo estilo de vida para o mundo, inclusive com novos hábitos alimentares. Se eu pudesse dar uma recomendação, até pediria para o consumo de carne diminuir. Mas o uso da água para irrigação e outros aspectos da vida precisam mudar.

Mas o governo brasileiro alega que pode custar caro e que não está na hora de limites serem colocados para o crescimento do País.

Os custos de mitigar os problemas não são tão grandes como dizem. Além disso, temos a capacidade técnica para implementar as medidas. É uma falácia dizer que milhões perderão empregos se exigências ambientais forem colocadas. Chegamos a um cálculo que mostra que o mundo precisaria de 0,6% do PIB mundial por ano para atacar os problemas. No total, necessitaríamos de menos de 3% do PIB. Acredito, portanto, que há espaços na economia para ajustar esses gastos, mesmos nos países emergentes. Caso contrário, todos sofreremos. Na América Latina, a produção de grãos pode cair em 30% até 2080 se nada for feito. Na África, a queda seria de 50% até 2020. O racionamento de água, que hoje afeta 12 milhões de latino-americanos, pode chegar a 81 milhões em 2020. Por isso digo que precisamos usar nossos cérebros agora para ver quais são as opções mais eficientes e que não gerariam tantas perdas à economia para redefinir nossa estratégia de desenvolvimento nos países emergentes.

O senhor vem alertando que a produção de etanol deve respeitar critérios ambientais e que não pode ocorrer sem um planejamento. Qual sua avaliação sobre a situação do etanol no Brasil?Não quero entrar ainda mais nessa polêmica. Mas apenas posso dizer duas coisas: existe o etanol bom e o etanol mau. O que está sendo produzido no Brasil é o bom já que é produzido a partir da cana-de-açúcar. A questão é garantir que a expansão seja planejada.

Adiado exame de lei sobre florestas - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007

Projeto polêmico reduz de 80% para 50% obrigação de proprietário recuperar área particular desmatada

Ambientalistas venceram a primeira disputa e conseguiram adiar, em duas semanas, a votação do projeto que altera as regras para a recuperação de florestas em áreas particulares. O projeto, de número 6424/05 e relatado pelo deputado Jorge Khoury (DEM-BA), permite aos proprietários de florestas devastadas na Amazônia recuperar uma área menor do que hoje é recomendado: em vez de 80%, eles teriam de recompor 50%. Nos 30% de diferença, produtores poderão plantar palmáceas (como o dendê) ou outras espécies exóticas à floresta.

A proposta também traz maiores facilidades para o uso do mecanismo de compensação: se não houver possibilidade de o proprietário recuperar a área devastada, ele se compromete a preservar uma área equivalente, desde que seja no mesmo bioma.

Nesta semana, o setor produtivo, Ministério do Meio Ambiente e representantes de organizações não-governamentais tentaram chegar a um consenso. Para integrantes do governo, o projeto é uma oportunidade de melhorar o Código Florestal, de 1965, garantir a preservação de florestas intactas e, ao mesmo tempo, incentivar o uso econômico de áreas que já foram destruídas.

Para um grupo de parlamentares, no entanto, essa é uma medida arriscada. Eles temem que todos os avanços obtidos durante a negociação na Câmara sejam retirados do texto durante a discussão no Senado. O receio se explica. Em outras oportunidades, avanços obtidos na Câmara por ambientalistas foram enterrados ao chegar ao Senado.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) defende a rejeição do projeto. “De fato é preciso fazer alterações no Código Florestal. Mas o melhor é que a proposta de mudança seja feita na Câmara. Se formos apenas os revisores, corremos o risco de ver as alterações totalmente rejeitadas.” Para o deputado, há condições de barrar o projeto na próxima reunião da comissão. “Se a proposta fosse votada hoje (ontem), certamente seria rejeitada.”

O relator Khoury tinha a mesma avaliação. Frustrado, afirmou que a versão acordada anteontem em reunião na comissão havia desagradado deputados da bancada ruralista. Ele não esperava, porém, que a ala ambientalista fosse apresentar empecilhos. “Fiz concessões de todos os lados. A proposta traz pontos que desagradam os dois setores. Sinal de que o texto está bom”, afirmou.

O projeto vale para todo o País. Para outros biomas, a área de reserva legal fica mantida em 20%. Mas o proprietário pode fazer a recuperação em outras áreas. “Pelo texto, regiões desmatadas nos vários biomas brasileiros, como a mata atlântica e o cerrado, poderiam ser usadas sem maiores entraves”, avalia o coordenador de campanha na Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário. “Por isso passamos a chamar o projeto de Floresta Zero”, completou.

Adário afirma que a proposta discutida tem pontos positivos, como a obrigação de fazer o cadastramento georreferenciado para regularizar o imóvel rural, assim como a possibilidade de autoridades suspenderem autorizações para novos desmatamentos em regiões críticas.

“Hoje o que temos é um caos fundiário, o que torna difícil punir proprietários que derrubam áreas protegidas de forma irregular.” Ele, porém, também considera arriscado deixar o projeto andar. “Não há clima no Senado para que uma versão que amarre o setor produtivo seja aprovada.”

Greenpeace é 'sitiado' por madeireiros no Pará - Carlos Mendes – Estado de São Paulo
– Vida & - 18/10/2007

Madeireiros de Castelo dos Sonhos, no sudoeste do Pará, estão em conflito desde terça-feira com oito ativistas do movimento ambientalista Greenpeace. Os ambientalistas acusam os madeireiros de tentarem impedir o transporte de uma tora de castanheira de 13 metros de comprimento até São Paulo e Rio, onde faria parte de uma exposição cultural sobre o aquecimento global.

O transporte da árvore havia sido autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas ontem pela manhã o próprio órgão cassou a licença, alegando que o fez para não agravar o conflito na cidade, onde fiscais realizam uma operação contra o desmatamento.

Os ambientalistas refugiaram-se na sede do Ibama e foram cercados por aproximadamente 300 madeireiros e empregados de serrarias da região. Eles atravessaram oito caminhões na rua, impedindo a carreta que transportaria a castanheira de deixar o local. O motorista do veículo foi obrigado pelos madeireiros a levar a tora para outra rua da cidade.

No início da noite, os madeireiros deixaram que os ativistas saíssem do prédio. Saíram com escolta da Polícia Militar apenas até os limites da cidade. A tora ficou.

"Preservação cabe a ricos", diz Nobel – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo –Brasil – 18/10/2007

Para Rajendra Pachauri, presidente do IPCC, países desenvolvidos devem ter cota maior na proteção ambiental

Em entrevista para a Folha, cientista indiano rejeita críticas a pesquisas sobre mudança climática e frisa elos entre ambiente e paz

Foi somente no dia 4 de outubro, oito dias antes do anúncio do prêmio, que o indiano Rajendra Pachauri soube que o painel sobre mudança climática da ONU (IPCC), que preside desde 2002, era candidato ao Nobel da Paz.

"Eu estava em Londres e um jornalista me contou, mas não acreditei", disse Pachauri ontem, durante breve passagem por Genebra, onde está sediado o painel da ONU. "Quando voltei ao hotel, liguei o computador e vi no Google que era verdade, mas que havia outras 180 nomeações. Achei que era impossível que ganhássemos."

A descrença começou a se dissipar na manhã do anúncio, na última sexta-feira, quando dezenas de jornalistas se concentraram em frente ao Instituto de Energia e Recursos da Índia, em Nova Déli, onde Pachauri vive e trabalha. Desde então, Pachauri tem sentido orgulho e um certo desconforto por ter se tornado, junto com o ex-vice-presidente americano Al Gore, com quem o IPCC dividiu o Nobel, a "cara da mudança climática". "O problema é que a mudança climática é geralmente associada a catástrofes. Será que eu tenho essa cara?", brincou o indiano de 67 anos -que aparenta bem menos- durante uma homenagem que seus colegas de IPCC lhe prestaram na sede da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Em entrevista à Folha numa das salas da OMM -onde participou ontem do lançamento do Fórum Humanitário Mundial, entidade encabeçada pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan-, Pachauri admitiu que a preservação do ambiente não pode ser uma prioridade para países em desenvolvimento e disse esperar que o Nobel concedido ao IPCC deixe clara de uma vez por todas a ligação entre as mudanças climáticas e as instabilidades políticas.

FOLHA - Que impacto o sr. espera que o Nobel da Paz tenha na conscientização mundial sobre os riscos das mudanças climáticas?

RAJENDRA PACHAURI - A grande importância desse prêmio é consolidar a ligação entre o ambiente e a paz. Cada vez mais pessoas estão se dando conta de que as consequências das mudanças climáticas, como as secas, têm um enorme impacto na estabilidade de certas regiões do mundo, como em Darfur, no Sudão. Por exemplo, se falta água em uma determinada região, um número maior de pessoas terá que disputar os recursos de outras, e isso gera conflitos. O valor do Nobel da Paz é ressaltar o esforço coletivo dos cientistas do IPCC, que fazem um trabalho sério para alertar para os riscos das mudanças climáticas, não só para a natureza, mas para as relações entre as pessoas.

FOLHA - Há uma discussão entre os países desenvolvidos e os emergentes sobre a responsabilidade de cada um na preservação do ambiente. Qual a sua opinião?

PACHAURI - A responsabilidade não é a mesma. Países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, têm que cuidar de seus interesses mais urgentes, como o desenvolvimento e o combate à pobreza, isso me parece lógico. Não é justo exigir desses países a mesma responsabilidade na preservação do ambiente que dos países desenvolvidos, que estão em outro estágio de conforto e progresso. A comunidade internacional precisa entender que as responsabilidades não podem ser divididas em partes iguais.

FOLHA - Como o sr. responde às críticas de que as previsões e análises do IPCC são exageradas, em alguns casos até alarmistas?

PACHAURI - Como podem chamar de exageradas análises feitas por acadêmicos respeitados, que foram divulgadas em publicações de prestígio? É uma irresponsabilidade desacreditar essas previsões e um perigo minimizar os riscos das mudanças climáticas para o futuro da humanidade.

FOLHA - O sr. já está pensando no discurso que fará quando receber o Nobel e como aproveitará a ocasião para divulgar a mensagem do IPCC?

PACHAURI - [Risos] Nunca treino meus discursos com antecedência. Mas a mensagem será a mesma que o prêmio quis ressaltar: preservar o ambiente é o mesmo que preservar a paz.

Desmatamento cresce 8% na Amazônia – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2007

Estimativa divulgada pelo governo abarca período de julho a setembro; no Pará, devastação explode em áreas protegidas - Retomada dos preços da carne, do milho e da soja e volta da grilagem são causas prováveis da virada na tendência de redução

Duas novas análises prenunciam um ano de 2008 com motosserras e tratores a toda na Amazônia. O governo federal divulgou ontem uma estimativa que mostra que o desmatamento cresceu 8% no período de junho a setembro de 2007 em comparação com o mesmo período de 2006. E dados produzidos por um sistema independente de monitoramento da floresta indicam que um dos pilares da política do governo federal para conter a devastação -as unidades de conservação criadas no Pará- começa a dar sinais de fadiga.

Os dados do governo são estimativas feitas pelo Deter, o sistema de detecção do desmatamento em tempo real por imagens de satélite desenvolvido pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Eles mostram que, na média dos nove Estados amazônicos, o desmatamento em julho, agosto e setembro cresceu 4%, 53% e 107% em comparação com os mesmos meses de 2006, respectivamente. O mês de junho foi o único que apresentou queda -de 33%-, seguindo a tendência do ano anterior.

"É um aumento significativo, que mostra um recrudescimento do desmatamento", afirmou à Folha o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. "Difícilmente a taxa de 2007/2008 ficará na queda observada neste ano", afirmou o cientista, referindo-se aos 30% de desaceleração estimados pelo Deter para 2006 e comemorados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Aumentos significativos foram observados em Rondônia, Mato Grosso e Pará. No primeiro Estado, a devastação cresceu acachapantes 602% em setembro, em comparação com setembro do ano passado.

Corte sem reservas - A estimativa independente, feita pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e divulgada hoje na internet, mostra que no Pará a devastação explodiu nas unidades de conservação criadas pelo governo federal no sul do Estado nos últimos anos para combater a grilagem: 25% do desmatamento no Estado entre agosto de 2006 e julho de 2007 aconteceu em áreas protegidas.

As maiores derrubadas estão justamente na zona de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), onde o governo criou em 2005 um mosaico de reservas de 8 milhões de hectares, tido como um dos maiores trunfos da política de ordenamento fundiário do Ministério do Meio Ambiente. Também há desmatamentos na região de Carajás e na Terra do Meio, área de conflito fundiário que recebeu unidades de conservação após o assassinato da freira Dorothy Stang, em 2005.

O fenômeno representa uma reversão da tendência histórica do desmatamento: em toda a Amazônia, até julho de 2006, a devastação em áreas protegidas representava em média apenas 1,16% do total.

"O padrão de desmatamento em unidades de conservação no Pará é alarmante. Foi uma surpresa para nós", disse Adalberto Veríssimo, do Imazon.

O pesquisador é um dos criadores do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento), ferramenta que usa imagens de satélite para acompanhar a ação do homem sobre a floresta mês a mês. O sistema, que já é usado para monitorar Mato Grosso há quatro meses, acaba de ser ampliado ao Pará.

O SAD-Pará tem a princípio uma boa notícia para a ministra Marina Silva (Meio Ambiente): o corte raso no Estado caiu 54% em agosto de 2007, se comparado ao mesmo

mês do ano passado. Isso destoa do Deter, que aponta um aumento de 59% no Estado nesse mesmo período.

Mesmo essa queda, no entanto, tende a estar superestimada, devido à presença de nuvens que impediram a observação de áreas importantes.

A má notícia é que o fato de que há tantas derrubadas acontecendo em unidades de conservação federais e terras indígenas pode ser um sinal de que os grileiros estão de volta à ativa no Pará, depois de dois anos reprimidos pelo governo.

Segundo Veríssimo, os grileiros estão apostando na impunidade. "O governo aumentou sua exposição ao risco quando criou as unidades de conservação em áreas de conflito fundiário [BR-163 e Terra do Meio], mas não conseguiu estabelecer sua presença ali", disse o pesquisador. Uma vez que a maioria das reservas da região ficou apenas no papel, sem implementação efetiva, as áreas foram reinvasadas.

Commodities - A estimular os grileiros está a elevação dos preços das commodities, em especial a carne, o milho e a soja. O mercado desses bens passou dois anos desaquecido, período que viu o desmate cair. O governo teme que o reaquecimento, as eleições municipais do ano que vem e a própria taxa baixa de desmatamento de 2006 tragam junto uma explosão das derrubadas.

"O ano de 2008 vai ser quente para nós", disse o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Ele diz que os dados do Imazon sobre as unidades de conservação do Pará são algo "absolutamente fora da história da Amazônia", e que precisam ser analisados.

Capobianco afirma, no entanto, que ainda não dá para falar de aumento total na taxa de desmatamento de 2007, já que após setembro começa uma redução natural da atividade agrícola devido às chuvas.

O governo está revendo o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e pretende reforçar a fiscalização e o fomento às atividades sustentáveis, além de aumentar a eficiência da arrecadação das multas por crime ambiental.

"Francamente, estamos trabalhando com um cenário que não é de catástrofe."

Votação adiada – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 18/10/2007

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados adiou ontem por cinco sessões a votação do projeto de lei que altera o Código Florestal brasileiro. Segundo o deputado Ricardo Tripoli (PSDB/SP), vice-presidente da comissão, a proposta deverá ser votada em 15 dias. Governo, ambientalistas e o setor produtivo não chegaram a um acordo em relação ao texto final. A maior polêmica é a reposição florestal obrigatória por lei.

A agenda internacional do meio ambiente - Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/10/2007

Poucas vezes o Prêmio Nobel da Paz foi tão justamente atribuído quanto o deste ano, que distinguiu Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. O político americano, após sua duvidosa derrota para George W. Bush em 2000, dedicou-se de corpo inteiro a promover a consciência dos graves perigos que provocam as mudanças climáticas resultantes da ação do homem. Seu filme, *Uma verdade inconveniente*, foi um excelente instrumento de comunicação de massa e contribuiu para que a questão das emissões de gases de efeito estufa esteja presente na mente de milhões de pessoas em todo o mundo. Já o IPCC, presidido pelo cientista indiano Rajendra Pachauri, produziu em poucos anos um trabalho científico colossal, jogando por terra todas as crendices que duvidavam dos efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Existe na ONU uma velha piada segundo a qual um camelo é um cavalo desenhado por um comitê. O IPCC não é um camelo nem sequer um comitê, é um foro de cientistas para o intercâmbio de pesquisas e avaliações sobre o efeito das mudanças climáticas. Não é, portanto, um órgão de negociação entre governos nem visa a criar normas para reger o comportamento das nações e das sociedades: seu foco é apenas o diagnóstico científico e não está sujeito aos condicionamentos políticos que geralmente levam a soluções de compromisso mais diluídas. E este diagnóstico foi claríssimo: se não forem tomadas medidas importantes para reverter os efeitos dos gases estufa que causam o aquecimento global, haverá consequências graves na forma de desertificação de regiões tropicais, derretimento de geleiras e elevação do nível do mar ameaçando as cidades costeiras, fortes prejuízos para a agricultura mundial e para a fauna, entre outras.

Em todo o mundo, o que era um tema marginal, quase restrito aos ecologistas, se transformou num dos tópicos políticos mais em foco. Nos Estados Unidos, por exemplo, a questão figura em posição destacada na agenda do já intenso debate para as eleições presidenciais de 2008, em parte porque está associada à questão crucial de como evitar a dependência do petróleo importado e, de outro lado, porque a devastação de Nova Orleans pelo furacão Katrina funcionou como um alerta dramático sobre os perigos dos fenômenos naturais acelerados pela ação humana. Até o presidente Bush - apelidado de “texano tóxico” no passado, por suas fortes ligações com as empresas de petróleo - está agora tentando parecer construtivo, após ter denunciado o tímido acordo de Kyoto sob a alegação

de que inibiria o crescimento da economia norte-americana. A própria China, que hoje é a campeã mundial da poluição, acaba de fazer da proteção ao meio ambiente uma de suas prioridades, inovando assim significativamente.

Mas se pode dizer que as condições estão dadas para um amplo acordo internacional sobre o aquecimento global? A resposta não é clara. Ela começará a ser esboçada em Bali, nas próximas semanas, quando se iniciam negociações governamentais com este objetivo. Há duas categorias de dificuldades:

Questões políticas - Não está claro qual será o grau de engajamento dos dez países que são os maiores responsáveis na tarefa de impor limites às emissões de CO₂. Os europeus parecem ser os únicos que têm uma postura positiva já definida. Por diversas razões, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia, a Indonésia e o nosso Brasil (grande emissor de CO₂ por causa do desmatamento da Amazônia) manifestam relutância em aceitar uma disciplina internacional.

Questões de método - Está havendo um grande debate sobre quais seriam os métodos mais eficazes para combater o aquecimento global. A fórmula mais amplamente preconizada tem origem já no acordo de Kyoto: limitar as emissões e permitir que se desenvolva um comércio internacional de créditos de excedentes de carbono, conhecido pelo título em inglês cap and trade. Em outras palavras, os países aceitariam a obrigação de restringir suas emissões de CO₂, mas haveria estímulo que pudesse compensar suas emissões pela aquisição de certificados de projetos que absorvam gases de efeito estufa. Muitos consideram que este esquema é de viabilidade duvidosa pela dificuldade de estabelecer as cotas, controlar as emissões e os próprios projetos, verificar a observância dos compromissos e implementar um sistema ambicioso de comércio de créditos de carbono. Para estes analistas, a única alternativa viável seria a criação de um imposto proporcional às emissões, destinando-se os fundos arrecadados ao desenvolvimento de tecnologias não poluentes, inclusive na área de energia, para a proteção das florestas.

Creio que o debate que vai se iniciar em Bali será longo e complexo. Finalmente, entretanto, deverá resultar numa fórmula global de compromisso. Os governos não podem mais evitar a adoção de medidas universais de controle das emissões de CO₂.

O Brasil encontra-se curiosamente em posição paralela à dos Estados Unidos, opondo-se a medidas universais e preconizando apenas que cada país tenha suas próprias metas e métodos de controle. Continuamos, assim, na contramão, como disse recentemente o professor José Goldenberg. É lamentável que seja assim no momento em que, ao contrário das fanfarras presidenciais, o Ministério do Meio Ambiente informou nesta semana que o desmatamento cresceu fortemente nos últimos três meses, em particular em Mato Grosso e em Rondônia.

Luiz Felipe Lampreia, professor de Relações Internacionais da ESPM, foi Ministro das Relações Exteriores (1995-2001)

Inpe vê clara tendência de aceleração do desmatamento na Amazônia - Simone Menocchi – Estado de São Paulo – Vida & - 19/10/2007

O desmatamento na Amazônia avançou 8% quando se compara a área total destruída no período entre junho e setembro deste ano com aquela devastada no mesmo período de 2006. As informações são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que, por meio do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), fez a avaliação dos estragos, que tendem a aumentar.

Conforme o Estado antecipou na terça-feira, o governo federal prepara ações emergenciais para conter a retomada da curva ascendente de desmatamento. Segundo dados do Deter e outros, independentes, a derrubada - que foi controlada por três anos consecutivos - ganhou novo impulso em 2007.

O aumento dos preços das commodities, como a soja, é um dos motivos que transformaram este em um ano complicado. Além desse incentivo econômico ao desmatamento, ocorre uma seca prolongada na região Norte, que estende o período propício para o corte e a queimada das árvores. Finalmente, com a proximidade das eleições municipais, em 2008, há receio de que o controle possa ser relaxado por motivação política.

Isolando os dados por Estados da região amazônica, surgem evoluções que assustam muito mais do que a média de 8%. “Aumentos substanciais, de mais de 600%, foram observados em Rondônia”, ressalta o pesquisador Dalton Valeriano, coordenador do Programa Amazônia, do Inpe, referindo-se à variação entre setembro de 2006 e setembro de 2007.

Segundo o Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), coordenado pela organização não-governamental Imazon, o número de focos de calor no Pará, por exemplo, aumentou 15%, passando de 1.674 pontos de incêndio em agosto de 2006 para 1.920 em agosto deste ano.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO - Pelo menos 65% do desmatamento detectado pelo SAD no Pará ocorreu em áreas de conservação ambiental e terras indígenas, que são áreas protegidas na Terra do Meio e na BR-163. O Inpe divulgou apenas pontos de indícios de desmatamento, o que não retrataria a área total.

No acumulado do ano, entre agosto de 2006 a julho de 2007 o desmatamento total no Pará alcançou 1.726 quilômetros quadrados e a perda de floresta nas unidades de conservação foi significativa, atingindo 21% do total de terras de preservação ambiental.

PF descobre venda ilegal de madeira - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Nacional
– 19/10/2007

Quadrilha enviava a outros países matéria-prima para instrumentos

A Polícia Federal, com apoio da Polícia Militar de Minas Gerais e do Instituto Estadual de Florestas (IEF), começou ontem em seis Estados (MG, ES, SP, RJ, BA e PI) e no Distrito Federal a Operação Wood Stock, para desarticular uma quadrilha especializada na extração e exportação ilegal de madeira jacarandá-da-Bahia (*Dalbergia nigra*), usada na fabricação de instrumentos musicais. Até o fim da tarde, a PF havia cumprido 19 dos 25 mandados de prisão temporária expedidos.

O jacarandá-da-Bahia é classificado pelo Ibama como espécie ameaçada de extinção e sua exploração está proibida. A madeira, encontrada em área de mata atlântica, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, está também listada na Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, acordo internacional para a preservação de espécies.

Foram cumpridas também dezenas de mandados de busca e apreensão. Em vários endereços, a PF recolheu toras e lâminas da madeira nobre, além de instrumentos musicais. A maior parte dos mandados de prisão foi cumprida em Minas. Entre os presos, estão dois policiais militares, acusados de facilitar o esquema.

Apontado como o contrabandista e chefe da organização, Rodrigo Pereira Moreira foi preso na zona sul da capital mineira. Foram apreendidos instrumentos musicais, obras de arte, kits de jacarandá-da-Bahia e uma quantia em dinheiro. Ele tem dupla cidadania (brasileira e americana) e se apresentou como luthier (fabricante artesanal de instrumentos). A PF também pediu buscas em Massachusetts (EUA), onde Moreira tem casa e empresa.

Os kits da madeira (fundos laterais, escalas e cavaletes) eram remetidos para Estados Unidos, Japão e Canadá pelo correio. A madeira também era enviada por navios em contêineres. “Fizemos uma consulta aos Correios, e nos informaram que nos últimos quatro anos ele exportou mais de 13 toneladas e, só de tarifa postal, gastou quase R\$ 500 mil”, disse Tatiana Alves Torres, chefe da Delegacia de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da PF.

Os kits eram vendidos nos EUA por cerca US\$ 400 e um violão podia ser comercializado pelo valor de US\$ 5 mil a até US\$ 10 mil. A quadrilha disponibilizava na internet informações e instrumentos para venda e aceitava encomendas pelo endereço eletrônico.

Repique no desmate em setembro não afeta cifra anual, ainda em queda; agronegócio pode iniciar novo ciclo de devastação

O DESMATAMENTO na Amazônia brasileira voltou a crescer -8%, nos últimos quatro meses, sobre o mesmo período de 2006- após três anos em queda. As taxas estão longe do recorde de 2004 (27 mil km²), mas não é desprezível a chance de que esteja em gestação o "cenário de catástrofe" descartado pelo Ministério do Meio Ambiente. As cifras do desmatamento sempre foram um ponto nevrálgico. Descontada alguma mentalidade colonialista ainda presente em países desenvolvidos, a preocupação de seus cidadãos com uma floresta a milhares de quilômetros de distância não é de todo impertinente. Na Amazônia está o maior remanescente contínuo de floresta tropical do globo, e o Brasil concentra cerca de 60% desse patrimônio.

Não se trata só de valorização sentimental da natureza. A Amazônia concentra em quantidade incontrastável três ativos com potencial para influenciar cada vez mais o rumo da economia mundial: biodiversidade, água e carbono fixado (na queima da mata, ele alcança a atmosfera e ajuda a agravar o efeito estufa). O estoque e a produtividade do ecossistema nessas áreas lhe conferem alto valor estratégico, ainda que isso hoje traga pouco benefício para mais de 20 milhões de brasileiros na região.

Enquanto não se desenvolvem arranjos produtivos que agreguem mais valor aos produtos desse acervo biológico, permanece o incentivo a dilapidar o capital natural. Grileiros e madeireiros ilegais são acionados por pecuaristas interessados na abertura de novas áreas, após vender sua terra já desmatada a empresários do agronegócio, como a soja que avança por Mato Grosso e na região de Santarém (PA). Quando sobem os preços da commodity, como agora, a engrenagem se põe em marcha no chamado Arco do Desmatamento, que inclui ainda Rondônia.

Não surpreende, assim, ver as taxas de desmate de setembro nesses Estados crescerem 59% (PA), 84% (MT) e até 602% (RO), na comparação com setembro de 2006. Também houve aumentos em relação ao mês anterior (respectivamente 191%, 48% e 65%). É preocupante o caso do Pará: um quarto do desmatamento ocorrido ali de agosto de 2006 a julho de 2007 atingiu unidades de conservação, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Esgota-se, portanto, o expediente de decretar reservas sem dotá-las de pessoal e equipamentos. Ainda que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, feche 2007 com uma taxa anual abaixo de 10 mil km² (pois a data-base do desmatamento é 1º de agosto, anterior ao repique), seu ministério será talvez obrigado a retomar grandes ações de repressão com a Polícia Federal para conter a tendência.

O ímpeto da fronteira agrícola já não parece deter-se diante da interdição fundiária nas áreas protegidas. Ele só será disciplinado com um zoneamento agroecológico abrangente da Amazônia, desde que ele também não fique no papel, e com o avanço da experiência de concessões florestais inaugurada há um mês em Rondônia -maior aposta do governo para legalizar, monitorar e reduzir o impacto da exploração madeireira.

A agenda do clima – Luiz Felipe Lamprea - O Globo – Opinião – 19/10/2007

Poucas vezes o Prêmio Nobel da Paz foi tão justamente atribuído quanto o deste ano, que distinguiu Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. Ambos prestaram um grande serviço. O IPCC fez um diagnóstico claríssimo: se não forem tomadas medidas importantes para reverter os efeitos dos gases estufa que causam o aquecimento global, haverá consequências graves na forma de desertificação de regiões tropicais, derretimento de geleiras e elevação do nível do mar ameaçando as cidades costeiras, fortes prejuízos para a agricultura mundial e para a fauna, entre outras. Gore foi muito eficaz com a divulgação dessa mesma mensagem na comunicação de massa.

Em todo o mundo, o que era um tema marginal, quase restrito aos ecologistas em geral, transformou-se num dos tópicos políticos mais em foco. Nos Estados Unidos, por exemplo, a questão figura em posição destacada na agenda do já intenso debate para as eleições presidenciais de 2008, em parte por que está associada à questão crucial de como evitar a dependência do petróleo importado e, de outro lado, porque a devastação de Nova Orleans pelo furacão Katrina funcionou como um alerta dramático sobre os perigos dos fenômenos naturais acelerados pela ação humana. Até o presidente Bush — apelidado de “texano tóxico” no passado, por suas fortes ligações com as empresas de petróleo — está agora tentando parecer construtivo. A própria China, que hoje é a campeã mundial da poluição, acaba de fazer da proteção ao meio ambiente uma de suas prioridades inovando assim significativamente.

Mas pode-se dizer que as condições estão dadas para um amplo acordo internacional sobre o aquecimento global? A resposta não é clara. Ela começará a ser esboçada em Bali nas próximas semanas, quando se iniciam negociações governamentais com esse objetivo.

Há dois tipos de dificuldades: 1. Questões políticas. Não está claro qual será o grau de engajamento dos dez países responsáveis na tarefa de impor limites às emissões de CO₂. Os europeus parecem ser os únicos que têm uma postura positiva já definida.

Por diversas razões, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia, a Indonésia e o nosso Brasil (grande emissor de CO₂ por causa do desmatamento da Amazônia) manifestam relutância em aceitar uma disciplina internacional.

2. Questões de método. Há um debate internacional sobre quais seriam os métodos mais eficazes para combater o aquecimento global. A fórmula mais amplamente preconizada (trade and cap, em inglês) consiste em limitar as emissões e fomentar o comércio internacional de créditos de excedentes de carbono. Em outras palavras, os países aceitariam a obrigação de restringir suas emissões de CO₂, mas haveria estímulo para que possam compensar suas emissões através de projetos que absorvam gases de efeito estufa. Para os analistas que duvidam da viabilidade desse mecanismo complexo, a única alternativa viável seria a criação de um imposto proporcional às emissões, destinando-se os fundos arrecadados ao desenvolvimento de tecnologias não poluentes, inclusive na área de energia, à proteção das florestas, por exemplo.

Creio que o debate que vai se iniciar em Bali será longo e complexo. Os governos não poderão, entretanto, omitir-se, nem evitar a adoção de medidas universais de controle das emissões de CO₂. O Brasil encontra-se curiosamente em posição dúbia, paralela à dos EUA, preconizando apenas que cada país tenha suas próprias metas e métodos de controle. Continuamos assim na contramão, como disse recentemente o professor José Goldenberg.

É lamentável que seja assim no momento em que, ao contrário das fanfarras recentes, o Ministério do Meio Ambiente informou nesta semana que o desmatamento cresceu fortemente nos últimos três meses, em particular em Mato Grosso e Rondônia.

'Salvação da lavoura' pode estar no cerrado brasileiro - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios - 19/10/2007

Cinco árvores e arbustos do cerrado podem ser a solução para a agricultura brasileira no cenário de mudanças climáticas e aumento da temperatura. Esta é a aposta de técnicos da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que têm se debruçado no tema. "O cerrado brasileiro é um armazém de soluções genéticas", diz Eduardo Delgado Assad, chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, em Campinas. "É aí que está a salvação da lavoura".

Trata-se, por ora, apenas de uma forte suspeita - ninguém, ainda, está mapeando os mistérios genéticos da Sucupira preta, dos Pau-Terra da Folha Grande e da Folha Miúda, do Pacari e do Faveiro. Estas cinco desconhecidas são as mais frequentes de um conjunto de 38 plantas recorrentes nos 204 milhões de hectares de cerrado, indica um estudo fito-sociológico conduzido por cinco anos pela Embrapa Cerrado e a Universidade de Brasília. São encontradas do Mato Grosso do Sul ao sul do Maranhão e chegam às franjas da Amazônia. "Estas plantas têm uma elasticidade genética fantástica. Toleram baixas e altas temperaturas, épocas de chuva e situações de deficiência hídrica. Não é possível que este celeiro de genes não tenha soluções para nós", afirma Assad.

Mapear o genoma destas plantas e identificar o que as torna tão maleáveis a diferentes episódios climáticos é difícil, leva pelo menos dez anos e depende de investimentos de mais de R\$ 50 milhões. São plantas não domesticadas e representam investimento de risco. Mas é na biodiversidade do cerrado - o bioma de menor ibope nas bandeiras do movimento verde -, e também na caatinga, que estarão muitas respostas para o futuro, acredita Assad. "Acabar com o cerrado é dar um tiro no pé", diz.

A Embrapa Informática fica dentro do campus da Universidade de Campinas, a Unicamp, e trabalhos de agricultura e clima são desenvolvidos em conjunto entre as duas instituições há 15 anos. Desta parceria em bio-informática surgiu, em 2000, o agritempo, site com cinco mil acessos diários de agricultores e agrônomos. Em trinta dias deve surgir um filhote maior, uma plataforma de pesquisas em mudanças climáticas reunindo trabalhos de 16 unidades da Embrapa, da Unicamp, da USP, da universidade de Viçosa e de vários outros centros de pesquisa. Vem sendo desenhada há dez meses sob a coordenação de Assad.

Dos estudos já finalizados surgem pistas claras que o aquecimento global provocará uma nova geografia de produção agrícola no País. A observação do passado sugere o cenário futuro: em setembro de 2004 bastou que as temperaturas médias no Estado de São Paulo registrassem uma alta de 4 graus durante uma semana para provocar morte de aves e queda drástica na produção de ovos. Um estudo da Unicamp calculou a perda na produção de leite, aves, ovos e pequenos animais em US\$ 50 milhões, cita o professor Hilton Silveira Pinto, diretor associado do Centro de Pesquisas Meteorológicas aplicadas à Agricultura, o Cepagri. "A produção de leite e carne é extremamente sensível às ondas de calor", diz. É um cenário de horror: pintinhos de um dia e frangos morrem, porcos e vacas abortam, ovos saem sem casca. Quando os termômetros marcam mais de 33 graus, a produção de leite cai

pela metade. A solução é criar sistemas de alerta que avisem os fazendeiros a tempo para ligar ventiladores nos aviários, sugere o professor.

Outro trabalho toma como base o zoneamento de risco climático brasileiro e os horizontes de aumento da temperatura sugeridos pelo IPCC, braço científico das Nações Unidas. "A pergunta foi: se subir a temperatura, o que acontece com as colheitas?", diz Assad. O rendimento agrícola foi re-simulado em áreas de baixo risco climático, com aumentos de 1, 3 e 5,8 graus. "Pegamos, por exemplo, a melhor situação de soja no Brasil: plantio em novembro, ciclo de 120 dias e solo argiloso, e subimos um grau para ver o que ocorre".

O resultado é que soja, café e feijão são altamente suscetíveis; milho e cana são mais resistentes. O aumento de um grau faz com que a produção nacional de café caia 58% e a perda seja de R\$ 58 bilhões. A planta de café aborta a flor e não dá fruto. A confusão piora se dias secos e frios se intercalam a chuvas repentinas e aumento da temperatura - estas oscilações prejudicam a qualidade do café misturando grãos maduros a grãos verdes. Com a soja, em 100 hectares de cultivo em área de baixo risco, basta um grau a mais na temperatura para ameaçar 25% da produção. Se os termômetros subirem e a umidade também, fungos devem proliferar e atacar com mais intensidade os cultivos de feijão.

Neste panorama, a tendência é que culturas se desloquem. Seringueira e cacau podem migrar da Bahia e se desenvolver bem no Estado de São Paulo. Os paulistas podem perder produtividade com as safras de café arábica, mas ainda ter sucesso com o robusta, mais resistente ao calor. Experimentos com café têm sido feitos no Sul do Paraná, onde as tradicionais geadas já não acontecem. "Não vamos fazer terrorismo climático e dizer que a agricultura brasileira vai pra cucuia", diz Silveira Pinto. "Há soluções na substituição de culturas, em técnicas de sombreamento, em pesquisas de híbridos e transgênicos", resume Assad. É aí, reforça, que entram as plantas do cerrado.

Nos últimos dez anos, várias das 41 unidades de pesquisa da Embrapa tocaram 212 projetos relacionados a mudanças climáticas, um investimento próximo a R\$ 30 milhões. São estudos de sequestro de carbono, de remuneração por serviços ambientais, de sistemas de plantio direto. Nesta prática, que já toma 23 milhões de hectares no País, culturas de soja e milho são alternadas e o agricultor, depois da colheita, planta em cima da palhada. Mais água e nutrientes se mantêm no solo, evitam-se queimadas, a planta desenvolve mais e o sequestro de carbono é de 500 quilos de CO₂ por hectare.

Outra linha de trabalhos que se amplia é a rede agrogases, onde são medidas emissões de metano, um gás-estufa formado no processo digestivo dos rebanhos. Os primeiros números estimam a emissão em 60 a 70 quilos de metano por animal/ano. Há estudos para mudar a dieta dos animais.

Para o tamanho do problema, os recursos são tímidos e costumam vir de CNPq ou Finep, dois financiadores do Ministério da Ciência e Tecnologia, e da própria Embrapa. No Ministério da Agricultura, o tema mudanças climáticas é difuso e se esparrama em programas ambientais que incentivam rotação de pecuária e lavoura, plantio de florestas comerciais, adubação verde ou maior eficiência no uso de água. Mas não existe rubrica específica para questões climáticas, reconhece Edilson Guimarães, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O orçamento total da Embrapa moveu-se pouco nos últimos dois anos. Foi de R\$ 1,037 bilhão, em 2006, para R\$ 1,060 bilhão este ano.

Climatologista Carlos Nobre defende zoneamento especial para novas plantações - Cientista do Inpe se declara favorável a uma meta de desmatamento zero e diz que Nobel para painel da ONU foi derrota de Bush

O climatologista e membro do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) Carlos Nobre, que integrou a equipe de 600 cientistas de todo o mundo premiada com o prêmio Nobel da Paz pelo relatório sobre mudanças climáticas globais, disse ontem em Campinas (95 km de SP) que a expansão do plantio da cana-de-açúcar é uma ameaça à Amazônia.

Ele defendeu um zoneamento nacional para este tipo de agricultura. "[A cana] É potencialmente uma ameaça. Tem de ter um zoneamento nacional. O que os estudos indicam é que a vocação da Amazônia não é propícia para o plantio da cana", disse ele. O climatologista disse também que defende a tendência de desmatamento zero na Amazônia. Para ele, há muitas áreas já destruídas e que estão abandonadas, podendo servir para uso da agricultura ou da pecuária.

"Sou a favor da tendência ao desmatamento zero, porque não é necessário desmatar", disse. "O desmatamento está alicerçado numa lógica muito fortemente embasada na ilegalidade. É uma indústria da ilegalidade e tem dinheiro envolvido", afirmou.

"Não tem sentido você expandir a fronteira agrícola antes de dar melhor uso para as áreas já desmatadas. Boa parte das áreas desmatadas terão de ser recuperadas."

Bush - Nobre afirmou que o reconhecimento do relatório que deu o prêmio à equipe -dividido com o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore- representou uma derrota para o presidente norte-americano George W. Bush.

"A derrota do Bush foi a contundência do relatório e o fato de que ele [Bush] teve que se vergar ao relatório. Ele teve que mudar o discurso por causa do relatório. Ele não mudou fundamentalmente. Ele mudou só o discurso", disse o cientista, que já foi chefe do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos) do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Reconhecimento - "O prêmio Nobel ajuda para que haja um grande reconhecimento de que essas conclusões são sérias e que ele [relatório do IPCC] nocauteia os céticos", disse Nobre, antes de iniciar uma palestra sobre mudanças climáticas no país. O IPCC é um órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) responsável por pesquisas sobre mudanças climáticas.

"O presidente Bush criticou demais o IPCC e a premiação vem resgatar uma credibilidade do processo, que tem um método transparente e único", afirmou. "Não é mais

proibido dizer, no governo americano, que são sim as ações humanas que são as responsáveis pela maior parte do aumento do aquecimento global."

Irreversível - Para Nobre, as mudanças climáticas pelas quais passa o mundo são irreversíveis. "Os gases que nós já colocamos na atmosfera vão permanecer na atmosfera por milênios. O impacto já foi dado pelo que já fizemos. Todo mundo tem que entender que este é um problema que não tem mais conserto. Não dá mais para reverter o aquecimento global. O que nós fazemos é lutar para minimizar o impacto."

Projeto de lei reduz proteção à Amazônia, afirmam ONGs – Folha de São Paulo – Ciência – 20/10/2007

DA REDAÇÃO - O projeto de lei em tramitação no Congresso que permite recuperar com dendê áreas desmatadas na Amazônia é uma ameaça à integridade dos ecossistemas e, na prática, reduz a proteção legal à floresta. A opinião é de nove organizações ambientalistas, que estão exigindo a revisão da proposta.

O substitutivo ao PL 6.424, que deve ser votado nos próximos 15 dias em duas comissões na Câmara dos Deputados, muda o Código Florestal Brasileiro, lei que prevê que 80% da área de propriedades rurais na Amazônia deva ter a floresta preservada. O código determina, ainda, que produtores rurais cuja propriedade tenha sido desmatada além do limite devam recuperar a reserva legal plantando espécies nativas ou comprando áreas com floresta para ampliação de unidades de conservação.

O projeto que altera a lei, proposto pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), com um anexo do ex-deputado José Thomaz Nonô e substitutivos do deputado Jorge Khoury (DEM-BA), prevê que até 30% da reposição florestal possa ser feita por meio do plantio de espécies exóticas de palmeira para aproveitamento comercial.

Ou seja, em vez de reflorestar, o proprietário poderá plantar dendê, planta usada na produção de biodiesel. "Na prática, esse dispositivo significa a redução da reserva legal na Amazônia para 50%, pois o uso de espécies exóticas reduz as funções ecossistêmicas das florestas nas propriedades privadas", afirmam as ONGs, em uma análise do texto legal.

Segundo os ambientalistas, "a proposta, tal como apresentada, contribui para a redução da cobertura florestal em um momento em que surgem os primeiros sinais de um aumento nos índices de desmatamento".

O projeto foi encaminhado pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), à Comissão de Agricultura, que pediu para analisá-lo. O Ministério do Meio Ambiente quer ganhar tempo e votá-lo juntamente com mecanismos que incentivem a produção em áreas degradadas.

Permanece limitada a capacidade do governo de inibir a ação de grileiros, madeireiros e seus sócios

Em agosto, duas colunas neste espaço ofereceram informações contraditórias sobre desmatamento na Amazônia brasileira. A primeira, no dia 5 daquele mês, previa aumento no corte de florestas com a subida dos preços de commodities como soja e carne bovina. A segunda, duas semanas depois, apontava erro no primeiro texto, diante de dados de satélite que indicavam queda no desmate pelo terceiro ano consecutivo.

Ambas as colunas estavam certas, e também erradas. O desflorestamento de fato vinha caindo, pelo menos até junho ou julho. Mas começou a subir de novo, forte, em agosto. Apesar disso, ainda está distante da cifra escandalosa de 2003/ 2004, a segunda maior área devastada de todos os tempos (27.429 km²).

Eis o dado do Sistema Deter, acompanhamento em "tempo real" (poucas semanas de defasagem entre coleta de imagens por satélites e processamento dos dados) operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) orientar a fiscalização: de junho a setembro, foram derrubados 4.570 km² de mata amazônica, contra 4.250 km² no mesmo período do ano anterior.

Isso dá um aumento de 8%, como noticiou a Folha na quinta-feira. O MMA ainda se contorcia para dizer que não estava ocorrendo um aumento substantivo, só uma desaceleração da queda. O ano de 2007 terminaria ainda com uma redução na taxa de desmatamento, argumentava.

A série histórica de estatísticas oficiais iniciada em 1988 leva em conta o período de agosto a julho. Como até três meses atrás a taxa vinha caindo, tendo registrado -33% de variação em junho e oscilação de 4% em julho (no confronto com os mesmos meses de 2006), o ano-desmate 2006/2007 terminará, sim, com redução.

Marina Silva terá, portanto, mais um relatório positivo sobre desmatamento anual para apresentar. Mas já não será um retrato fiel da situação quando se iniciar a reunião das Nações Unidas sobre mudança climática de Bali, Indonésia, em dezembro. Ali o Brasil e outros países emergentes serão pressionados a adotar metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, como já fizeram vários países desenvolvidos no quadro do Protocolo de Kyoto.

Três quartos das emissões brasileiras vêm do desmatamento. Em agosto deste ano, ele aumentou 53% sobre agosto de 2006 (passou de 474 km² a 723 km²). Em setembro, mais 107% (de 687 km² a 1.424 km²).

Como de hábito, a aceleração é mais acentuada nos Estados que compõem o chamado Arco do Desmatamento. Rondônia, aquela Unidade da Federação em que Lula vai erguer os monumentos hidrelétrico-desenvolvimentistas de Santo Antônio e Jirau, no rio

Madeira, teve aumento de 602%. Em Mato Grosso, terra de Blairo Maggi e portanto de soja, foram 84%. No Pará de tantas unidades de conservação criadas na gestão Marina Silva, 59% (e maior área total, 655 km km2).

É bom repetir: 4.570 km km2 de desmate nos melhores meses (mais secos) para derrubar e queimar floresta não chega a ser um desastre (ainda que a área represente três vezes a do município de São Paulo).

A aceleração inegável, no entanto, vem sugerir que permanece limitada a capacidade do governo federal de inibir a ação predatória de grileiros, madeireiros e seus sócios no avanço da frente agropecuária, sobretudo quando capitalizados pelo aumento nos preços de commodities.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Brasil terá 1º crédito de carbono por plantar mata nativa _ Fabíola Salani – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/10/2007

Projeto de reflorestamento da AES Tietê em SP, pioneiro do tipo no mundo, ganha aval da ONU para vender crédito ambiental - Empresa prevê retirar da atmosfera 3 milhões de toneladas de CO2, o que representaria R\$ 130 mi em Bolsas internacionais

O primeiro projeto de reflorestamento de matas nativas do mundo com direito a gerar créditos de carbono -a "moeda" que ajuda a frear o aquecimento global- foi aprovado sexta-feira pela comissão da ONU (Organização das Nações Unidas) responsável pelo tema. E ele fica no Brasil.

É um projeto de reflorestamento de matas à beira de rios e de reservatórios de água que geram energia da AES Tietê, no Estado de São Paulo.

A empresa já reflorestou 1.450 hectares, mas o projeto prevê o plantio de espécies nativas em uma área total de 10 mil hectares.

A aprovação pela ONU significa que os créditos ambientais gerados com esse projeto valem como parte das metas de redução de emissões de gases que aceleram o efeito estufa dentro do Protocolo de Kyoto, acordo assinado por 175 países para redução da geração de tais gases. Deles, 36 têm metas de corte a cumprir até 2012. "Nossa expectativa é que o projeto retire 3 milhões de toneladas de CO2 da atmosfera", afirmou Demóstenes Barbosa da Silva, diretor de gestão de meio ambiente e créditos de carbono da AES Tietê.

Por que retirar? Porque a árvore, para crescer, usa o CO2 presente na atmosfera. Ele é a sua "comida", que, ao ser absorvido pela planta, desenvolve e forma seu tronco. Cada tonelada de gás carbônico retirada da atmosfera nesse projeto vira um certificado, que pode ser, com a decisão da comissão da ONU, vendida a países e empresas que tenham metas a cumprir.

Se a previsão do gerente da AES se confirmar, esse projeto vai, então, gerar 3 milhões de créditos de carbono. Hoje, esse montante seria equivalente a cerca de R\$ 130 milhões em Bolsas internacionais.

Para levar o projeto adiante e replantar as espécies necessárias ao reflorestamento da área total prevista, Barbosa calcula que seja preciso desembolsar o equivalente a R\$ 80 milhões hoje. Ele destaca que são plantadas na área do projeto de 80 a 126 espécies nativas distintas -das quais é necessário coletar a semente e desenvolver a muda antes de colocá-la no solo, para que ela se desenvolva.

Pioneirismo - A decisão do comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da ONU não é benéfica apenas para a AES Tietê, que passa a poder ganhar dinheiro com os créditos de carbono que gera. Ela abre uma nova possibilidade para projetos equivalentes no país. "É sem dúvida uma grande notícia para o Brasil. Agora precisamos buscar novas matas nativas para recuperar", disse Marco Antonio Fujihara, especialista em créditos de carbono da Key Associados e da Totum.

Potencial desperdiçado - Mirelle de França e Liana Melo – O Globo – Economia – 21/10/2007

Governo mantém aposta em hidrelétricas, apesar de vocação para outras energias limpas...

Apesar de o Brasil ter grande potencial para investir em fontes alternativas para ampliar a capacidade de geração de energia do país — e, assim, fugir do risco de apagão elétrico — o governo não pretende apostar, tão cedo, em opções que fujam do modelo tradicional, como a energia eólica.

De acordo com o presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Maurício Tolmasquim, as usinas hidrelétricas ainda são prioridade, ao lado, em menor escala, das termelétricas movidas a bagaço de cana-de-açúcar.

— Por que não iríamos aproveitar esse potencial imenso? Até porque usamos apenas um terço de nossa capacidade de gerar hidreletricidade.

Além disso, é uma energia limpa e muito mais barata — afirmou o presidente da EPE, ao ressaltar que o megawatt/hora das usinas hidrelétricas custa cerca de R\$ 125, contra R\$ 200 da energia produzida nos parques eólicos.

— Já existe um equilíbrio da oferta e da demanda até 2011. Até lá, a proposta é investir em co-geração via bagaço de cana. Só em novos projetos no Mato Grosso do Sul e em Goiás, estimamos uma capacidade de 3 mil MW. Posteriormente, seria a vez das hidrelétricas. A eólica, hoje, não é prioridade, talvez dentro de 20 ou 25 anos — frisou Tolmasquim, que descartou a possibilidade de leilões de energia eólica no médio prazo.

Já a energia nuclear, segundo o presidente da EPE, tem um papel fundamental na matriz energética brasileira. Para Tolmasquim, a utilização de todo o seu potencial deverá acontecer apenas quando a energia hidrelétrica se tornar escassa, por volta de 2020: — Nossa estratégia de voltar a investir no setor tem muito a ver, também, com a necessidade de mantermos nossa capacidade tecnológica. Daí o plano de retomar Angra 3 e ainda construir novas usinas a partir de 2015.

Usinas a carvão despontam em leilão

Outra surpresa, segundo ele, é o aumento dos investimentos em usinas térmicas a carvão. No último leilão de energia nova — realizado na terça-feira passada — as usinas que utilizam esse combustível na geração foram o grande destaque, inclusive em relação aos preços, mais competitivos, girando em torno de R\$ 125.

— É uma boa alternativa, que tem se mostrado competitiva. Não podemos chamar de energia 100% limpa, uma vez que não é possível evitar a emissão de gás carbônico (CO₂). Mas os impactos estão cada vez mais reduzidos no que diz respeito à emissão de outros componentes como óxido de nitrogênio (NO_x) e dióxido de enxofre (SO₂) — explicou.

Do outro lado do balcão, os investidores parecem ter entendido os sinais do governo. Na carteira de projetos de energia elétrica do BNDES, as operações aprovadas para a construção de hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) correspondem a investimentos totais de R\$ 12,49 bilhões e R\$ 4,88 bilhões, respectivamente, em 81 projetos. Os dados, referentes às aprovações entre 2003 e outubro deste ano, mostram, por sua vez, apenas três projetos de energia eólica, com investimentos totais de R\$ 898 milhões. O destaque tem sido para a biomassa a partir do bagaço de cana, com 19 projetos que somam R\$ 1,35 bilhão.

— As PCHs e os projetos de cogeração de biomassa têm crescido muito. No caso das eólicas, a demanda ainda está muito devagar — disse Ernesto Costa, responsável pelo departamento de fontes alternativas de energia no banco.

Com os preços do petróleo nas alturas e do gás natural batendo recordes e a crescente preocupação com o futuro da oferta de energia, a segurança energética entrou na pauta do dia e, tudo indica, para não sair mais. Só que, segundo estudiosos do assunto, o governo estaria negligenciando a vocação natural do país para as energias renováveis alternativas, como a eólica e a solar.

Devido à alta dependência em relação à energia hidráulica — que domina 75,9% da oferta nacional de energia elétrica — o país projetou para o mundo uma imagem irretocável, construída com base na sua matriz elétrica.

— Não falta projeto de energia renovável, mas sim uma estratégia clara para o setor. O governo fala em investir em fontes renováveis, como biomassa, mas não anuncia qualquer tipo de política específica para estimular o setor — critica Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação dos Programas de PósGraduação em Engenharia (Coppe), da UFRJ.

Angra 3 paralisada na Casa Civil

A opção pelas hidrelétricas parece ser, segundo Pinguelli, a única escolha realmente clara na política energética do governo. Só que ele questiona se essa fonte renovável é mesmo limpa. Cada represa construída faz surgir lagos que, segundo ele, alagam terrenos de mata virgem e contribuem para a destruição da biodiversidade. As termelétricas não são ecologicamente aconselháveis, continua, já que queimam combustíveis não renováveis e emitem gases na atmosfera.

— Estão sujando a matriz energética brasileira — critica Jörgdieter Anhalt, diretor do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (Ider), que está preocupado com a proliferação das usinas de carvão, sobretudo porque o Brasil não tem experiência na área e a legislação é pouco restritiva.

A política energética do governo será discutida no EcoPower, uma conferência internacional que vai ocorrer no Brasil em novembro. Especialistas como o físico José Goldemberg, assessor científico do encontro, está convencido de que o Brasil é um país privilegiado devido ao uso intensivo das hidrelétricas, enquanto no mundo apenas 13% da energia utilizada são renováveis.

— Enquanto o mundo se move em direção as energias renováveis alternativas, o governo está preferindo as opções mais tradicionais — critica Sérgio Cole, da Universidade de Santa Catarina.

O diretor da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), Francisco Rondinelli, concorda em parte com as críticas e aproveita para cutucar o governo. Apesar de aprovado no Conselho de Política Energética, Angra 3 continua paralisada na Casa Civil e não tem previsão de sair de lá, o que significa que a diversificação da matriz energética não tem prazo para deixar o papel.

Energia eólica poderia atrair por ano US\$ 2 bi de investimentos privados - Letícia Lins e Isabela Martin – O Globo – Economia – 21/10/2007

Brasil tem potencial para gerar mil vezes mais que os atuais 200MW

RECIFE e FORTALEZA. O Brasil pode melhorar sua imagem ambiental no exterior, se der à energia eólica tratamento igual ao que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem dispensando aos biocombustíveis em suas andanças pelo mundo. Para isso, seria preciso apenas que o governo fizesse leilões para comprar mil megawatts (MW) anuais gerados a partir do vento. Com a iniciativa, induziria o setor privado a injetar por ano US\$ 2 bilhões na economia e reduziria o risco de apagões.

A avaliação é de Everaldo Feitosa, vice-presidente da Associação Mundial de Energia Eólica, com sede em Bonn, na Alemanha. Os leilões, diz, são uma oportunidade para fazer “uma revolução movida a vento”, capaz de transformar a Região Nordeste. É lá que foram identificadas as melhores condições para o desenvolvimento desse tipo de energia no país. O Brasil tem potencial para gerar 200 mil MW de energia eólica, mas a capacidade instalada atual é de somente 200MW.

— As jazidas de vento do país estão entre as melhores do mundo. Temos ventos bem comportados, enquanto as jazidas dos Estados Unidos e da Europa enfrentam ciclones e turbulências. No Nordeste temos um verdadeiro tesouro.

Feitosa lembra ainda que o Nordeste é a região do planeta com melhor complementaridade eólica-hídrica.

Os meses de junho, julho e agosto, quando ocorrem as menores vazões do Rio São Francisco, coincidem com a época em que o volume de ventos é abundante na região. O Velho Chico abastece oito usinas, que respondem por 90% da energia gerada no Nordeste.

Pioneiro no país, Ceará terá mais 14 usinas até 2008

O professor acredita que a energia eólica tem preço competitivo, em comparação a novas hidrelétricas e linhas de transmissão da Amazônia. O custo do megawatt/hora da

eólica, diz ele, se equipara ao da hidrelétrica, se computados os custos ambientais e sociais: — A usina eólica não exige despejo da população, e a área pode continuar sendo usada pela agricultura.

Um dos estados que abrigam as condições mais adequadas para o desenvolvimento da energia eólica é o Ceará. Sobre seus 573 quilômetros de litoral varrem os chamados ventos “bem educados”, assim classificados porque têm duas características apontadas como vantagens competitivas na produção de energia eólica: velocidade e direção constantes.

O estado foi o primeiro a instalar usinas de geração de energia a partir dos ventos em escala comercial, nos anos 90.

A produção atual de 17,4MW de seus três parques eólicos (Mucuripe, Taíba e Prainha) vai saltar para 500,53MW até 2008 quando deverão ser concluídas outras 14 usinas.

Todas as 14 usinas foram contratadas pelo Programa Federal de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), implantado em 2002, e vão consumir R\$ 2,1 bilhões em investimentos. Um grupo de investidores portugueses, ligados ao Citibank, e a fabricante de equipamentos argentina Impsa estão à frente de parte das usinas. A previsão do Proinfa é de 1.400MW de energia eólica instalados no Brasil até 2008, com investimentos de US\$ 3 bilhões.

Capazes de atender a 50 mil residências, as três usinas cearenses em operação foram as primeiras no mundo construídas sobre dunas móveis com o know-how e equipamentos da Wobben Windpower, subsidiária da empresa alemã Enercon, fabricante de aerogeradores de grande porte. Segundo o gerente de vendas da empresa, Eduardo Leonetti Lopes, o potencial brasileiro foi o que atraiu para o Ceará.

— No Brasil há potencial, mercado e investidores interessados.

O que definirá o tamanho do crescimento nos próximos anos é a garantia de compra e tarifas atraentes — diz Lopes.

Em três anos, com a conclusão das 14 novas centrais eólicas e a viabilização de mais uma usina com potência de 60MW no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o Ceará atingirá 577,9MW de energia eólica.

Com base nesses números, o diretor de Infra-estrutura da Agência de Desenvolvimento do Ceará (Adece), Adão Linhares Muniz, afirma que, em 2010, o estado será auto-suficiente.

Hoje, 98% da energia consumida vêm de fora.

Ainda segundo dados oficiais, a fonte eólica vai permitir a economia de 2,1 bilhões de metros cúbicos de água por ano, e um milhão de tonelada de dióxido de carbono deixará de ser jogada na atmosfera anualmente.

Também haverá uma economia de R\$ 336 milhões em investimentos de geração.

AMAZÔNIA AMEAÇADA – Maurício Thuswohl - Agência Carta Maior – 22/10/2007

PL que altera Código Florestal avança no Congresso

Sustentado pela bancada ruralista, projeto em tramitação na Câmara prevê o plantio de até 30% de espécies exóticas em áreas de Reserva Legal na Amazônia. Criticado pelo movimento socioambientalista, o PL 6424/05 quer impulsionar produção de biocombustíveis na região.

Maurício Thuswohl – Carta Maior

RIO DE JANEIRO – Passada a euforia provocada pelos sucessivos anúncios de redução no ritmo do desmatamento e pela aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas no Congresso, começa a se desenhar para esse último trimestre de 2007 um cenário um tanto sombrio para as florestas brasileiras. Provocado por questões econômicas objetivas, o aumento do desflorestamento nos estados de Rondônia e Mato Grosso, já confirmado pelo governo federal, alarma o movimento socioambientalista. Em Brasília, um Projeto de Lei que andava meio esquecido há dois anos e prevê alterações no Código Florestal de forma a reduzir as áreas de reserva florestal legal volta a ganhar força entre os parlamentares e pode representar uma nova ameaça à Amazônia.

Elaborado em 2005 pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PL 6424 já foi aprovado no Senado e atualmente encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, onde é embalado pela bancada ruralista. Sua aprovação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável era dada como certa na semana passada, mas foi evitada pela mobilização de última hora de deputados e militantes de organizações socioambientalistas.

A reunião chegou a ser instalada na quinta-feira (18) mas, após sucessivas intervenções dos deputados Fernando Gabeira (PV-RJ), Sarney Filho (PV-MA), Paulo Teixeira (PT-SP), Édson Duarte (PV-BA), Ricardo Trípoli (PSDB-SP) e Juvenil Alves (sem partido-MG), todos pedindo que a proposta fosse mais bem discutida, a votação na comissão foi suspensa por um prazo de dez sessões: “Esperamos que, até lá, seja possível corrigir os vários e graves erros desse projeto”, afirma Gabeira.

Segundo o Código Florestal brasileiro, é considerada Reserva Legal, dentro de cada propriedade, uma área mínima determinada de vegetação nativa que cumpra a função ecológica de habitat para a biodiversidade e/ou fornecedora de serviços ambientais como estoque de produtos florestais, proteção do solo e corpos d’água, controle de pragas e incêndios e captação de carbono da atmosfera, entre outros. A atual legislação brasileira estabelece que a área de Reserva Legal deve ser de 80% na Amazônia, 35% na região de Cerrado que esteja nos estados da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do país.

O principal objetivo do PL 6424/05 é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico,

incluindo as palmáceas. Com isso, se aprovado, o projeto permitirá o avanço do plantio em larga escala de matéria-prima para a produção de biocombustíveis, sobretudo o dendê:

Vamos conversar com as ONGs, mas minha intenção é manter a idéia básica do PL. Permitir atividade econômica em 30% das Reservas Legais é o único meio de manter preservados os 50% restantes”, afirma o deputado Jorge Khoury (DEM-BA), relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente.

ONGs repudiam - Em nota pública de repúdio ao PL 6424/05 divulgada na quinta-feira (18), treze importantes organizações do movimento socioambientalista afirmam que o projeto “aumenta de forma inconseqüente e sem o devido embasamento técnico-científico as formas de compensação [nas Reservas Legais], permitindo novos mecanismos que terão um impacto significativo na biodiversidade e conservação das florestas brasileiras e no ordenamento territorial da paisagem rural do país”.

Assinado por organizações como Amigos da Terra, Greenpeace, WWF, Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), entre outras, o documento afirma ainda que “houve pouca participação [nas discussões em torno do PL] de representantes de organizações da sociedade civil, em especial das instituições que atuam em outros biomas igualmente importantes, como Caatinga e Cerrado, e pouco envolvimento da opinião pública brasileira”.

Veja abaixo quais são, na opinião das organizações do movimento socioambientalista, os principais pontos críticos do PL 6424/05, com seus respectivos comentários:

1 - A possibilidade de recuperação de 30% da Reserva Legal na Amazônia com espécies exóticas, incluindo palmáceas: “Na prática, esse dispositivo significa a redução da Reserva Legal na Amazônia para 50%, pois o uso de espécies exóticas reduz as funções ecossistêmicas das florestas nas propriedades privadas”.

2 - A possibilidade de compensação de reserva legal em outra bacia, no mesmo estado e bioma: “Este dispositivo estabelece a possibilidade de manter bacias hidrográficas sem áreas de floresta, com impactos ecológicos significativos, desestimulando a recuperação de áreas degradadas e a conseqüente recuperação de sua função de fornecedora de serviços ambientais tais como a produção de água e chuva para outros estados brasileiros”.

3 - A possibilidade de cômputo da Área de Preservação Permanente (APP) no percentual de Reserva Legal: “Em algumas regiões do país isso pode significar que a Reserva Legal deixe de existir, pressupondo equivocadamente que a função ecológica e econômica da Reserva Legal possa ser cumprida pelas APPs, onde o seu manejo é mais restritivo”.

4 - A compensação da Reserva Legal mediante doação de área para regularização fundiária de terras de comunidades tradicionais ou a recuperação ambiental de áreas degradadas no mesmo estado em territórios de povos e populações tradicionais,

assentamentos rurais ou em florestas públicas destinadas a comunidades locais: “Trata-se da transferência de ônus da regularização da reserva legal de propriedades privadas para comunidades tradicionais, restringindo a possibilidade dessa comunidade em decidir sobre o uso do seu território. A compensação obrigará a comunidade a manter essa área sob o mesmo regime da Reserva Legal. Trata-se de uma transferência de responsabilidade do poder público a terceiros. No caso da recuperação, cria um ônus pela responsabilidade de manutenção das áreas a serem recuperadas”.

5 - A falta de vinculação da concessão de crédito à regularização ambiental das propriedades rurais: “Com isso, mantém-se a possibilidade de acesso ao crédito rural pelas propriedades que desmataram áreas acima do permitido pelo Código Florestal brasileiro”.

6 – A falta de incentivos econômicos para recuperação e manutenção da Reserva Legal: “Perde-se a oportunidade de propor mecanismos econômicos para viabilizar um modelo de desenvolvimento econômico baseado na floresta em pé, explorando os seus produtos e serviços de forma sustentável”.

Desmatamento avança ao norte de MT - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007

Portal da Floresta, região setentrional do Estado, está sendo devastada pelo ciclo do boi e pelo corte de madeira

O nome de Alta Floresta não corresponde mais fielmente à realidade. A cidade, uma das principais de Mato Grosso, com 49 mil habitantes, está cercada por pasto, assim como outros municípios do Portal da Amazônia, região no extremo norte do Estado. Imagens feitas por satélite demonstram que, em agosto, três das dez cidades mato-grossenses que mais desmataram no mês estão nessa região: Apicás, Nova Bandeirante e Novo Mundo. Outras quatro (Colniza, Itaúba, Santa Carmen e São Félix do Araguaia) estão coladas ao Portal. Ali, onde o bioma amazônico é predominante, ficaram concentrados 11% dos focos de calor detectados em setembro.

Em comum, todas vivem atualmente o ciclo do boi. É o segundo estágio da tríade madeira-gado-soja, indicado como a principal força econômica por trás do desmatamento no Estado. O local passa atualmente pela consolidação do processo de derrubada da floresta, visto antes na parte sul e central de Mato Grosso. A exceção é Colniza, no extremo noroeste, que sofre forte influência de quem desmata em Rondônia.

Como mostrou ontem reportagem do Estado, Rondônia apresentou uma alta de 600% na taxa de desmatamento entre setembro de 2006 e de 2007, segundo o Ibama, impulsionada pela grilagem. Em Mato Grosso, onde o desmatamento cresceu 107% entre

junho e setembro em relação ao ano passado, o Estado visitou cinco municípios (Alta Floresta, Carlinda, Novo Mundo, Marcelândia e Peixoto de Azevedo) e sobrevoou a região.

Perto das zonas urbanas e ao longo das estradas, há apenas poucos fragmentos florestais, isolados como ilhas, cercados por pastagens. Áreas de proteção permanente - topos de morros e margens de rio - são com frequência mera figura jurídica. Na maior bacia hidrográfica do mundo, no Estado onde estão importantes nascentes, já há rios assoreados e erosão em morros, tal qual o Sudeste e o Centro-Oeste.

A área ainda possui grandes extensões de floresta no interior. Porém, estão cada vez mais pressionadas à medida que o desmatamento sobe na direção norte. A busca por madeiras nobres e o avanço do gado já pressionam unidades de conservação e terras indígenas ainda mais norte, em Mato Grosso, Amazonas e Pará, que formam um cinturão de áreas protegidas (veja mapa ao lado).

Algumas iniciativas locais tentam minimizar o impacto e evitar que a pobreza chegue após o esgotamento dos recursos naturais. Porém, ainda são tímidas e enfrentam obstáculos para sua implementação (leia box ao lado).

Uma seca excessiva e prolongada atingiu o Estado em 2007. O resultado é que não há horizonte em Mato Grosso nesta época do ano. Pela janela do avião, a 15 mil pés, é possível observar como a fumaça das queimadas, seja para renovar o pasto, seja para queimar floresta, deixou o céu branco e difuso. “A seca foi muito forte neste ano, o que promoveu o fogo no campo”, diz Sérgio Henrique Guimarães, da ONG Instituto Centro de Vida. “Quando chegou a liberação das queimadas, a chuva ainda não havia começado.”

A situação agora é melhor do que há duas semanas, quando chegaram as primeiras chuvas do inverno amazônico, que se estende até abril. Contudo, não foram capazes de dissolver o material particulado em suspensão. Ainda que com menos frequência do que um mês atrás, há quem aproveite o atraso das águas para queimar mais vegetação.

“Esse aí é só um foguinho”, diz José “Ceará”, de 59 anos, funcionário de uma fazenda em Peixoto de Azevedo (o dono, identificado como Artur, diz que o fogo começou com uma bituca de cigarro). A queimada toma o pasto e Ceará precisa cuidar para que o gado não seja atingido. Ele chegou ao Portal em 1982, atrás do garimpo. Com o fim do ouro, ficou.

Ainda é possível encontrar veios abertos onde aventureiros procuravam minério duas décadas atrás, inclusive dentro do Parque Estadual do Cristalino. Poucos enriqueceram: “Ouro não pára na mão”, diz. Há garimpeiros trabalhando no Parque Nacional do Juruena, criado em 2006.

HOMENS SEM TERRA - O norte de Mato Grosso foi colonizado na década de 80. Sob o lema “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, propaladas pelo governo militar, empresas colonizadoras levaram para a região um grande contingente de gaúchos, catarinenses e paranaenses, seguidos por nordestinos, que buscavam uma vida melhor.

Como em outras áreas da Amazônia, faltou governança. Grandes extensões de terras foram griladas e a posse era dada a quem derrubasse primeiro a mata. Ainda hoje o índice de irregularidades é elevado. A maioria das propriedades rurais não está cadastrada no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Os motivos que levam à deficiência são variados. Segundo o prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante, a burocracia atrapalha. “O plano de manejo para extração de madeira só é aprovado quando o proprietário comprova a posse. Para isso, exige-se que ele tenha desmatado até 20%. E se ele não quer desmatar, se quer explorar os 100% da propriedade de forma sustentável? Aí ele não consegue o plano”, diz Diamante.

Contudo, a falta de adesão ao Simlam também passa por irregularidades fundiárias e ambientais. O próprio prefeito, que vendeu lotes na área quando chegou, nos anos 80, diz que “90% do desmatamento em toda a região aconteceu de forma ilegal”. Já Ceará diz que ainda hoje, “de Matupá até Sinop, só o lado esquerdo da estrada (BR-163) tem papel”.

Marcelândia tenta conter aumento da pecuária – Estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007

Marcelândia, no norte de Mato Grosso, trabalha atualmente para implantar a Agenda 21 no município a partir de 2008. O documento nasceu na Eco-92, conferência ocorrida no Rio em 1992 que indica diretrizes para o desenvolvimento sustentável. Assim como muitas outras cidades amazônicas, nasceu e cresceu baseada no desmatamento sem planejamento e controle da floresta amazônica.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o município, com 12 mil quilômetros quadrados, desmatou pouco mais do que 3 mil km², ou 25% de seu território. “Não precisamos desmatar mais do que 30%”, afirma o prefeito, Adalberto Diamante. Mas o Inpe não computa o corte seletivo, quando o madeireiro tira apenas as árvores com alto valor comercial e deixa as demais. Essa operação não é medida pelo satélite, que “vê” apenas as clareiras grandes.

Marcelândia é terra de madeireiros, como foi o próprio prefeito, e obteve 151 mil metros cúbicos de madeira em tora só em 2005. Diamante afirma que a população apóia a implementação da Agenda 21 e que as Áreas de Proteção Permanente (APPs) que foram desmatadas serão recuperadas. A cidade é parte da Bacia do Xingu e, sem suas matas ciliares, a saúde do Rio Xingu é ameaçada.

Marcelândia é também, assim como as outras cidades do Portal da Amazônia, palco do avanço do gado. Segundo o IBGE, são 14 mil habitantes e 197 mil cabeças de gado, ou seja, 14 bois para cada pessoa. A expectativa de especialistas é que, em 2008, as pastagens cresçam na Amazônia, devido ao aumento do preço da carne.

O prefeito promete trabalhar contra a tendência. Com a Agenda 21, ele pretende implantar um zoneamento ecológico-econômico. “O planejamento vai influenciar para conter o desmatamento”, afirma. O maior empecilho, diz, é o Ministério Público, que não aprova os planos de manejo.

Ele também espera diversificar a economia local, para evitar a dinâmica econômica chamada de boom-colapso. Um estudo feito pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que o avanço da fronteira na Amazônia tem sido marcado por degradação dos recursos naturais, violência e por um crescimento econômico rápido e não-sustentável, seguido muitas vezes de um colapso social, econômico e ambiental.

Relatório sobre a região será levado a Lula - Tânia Monteiro – estado de São Paulo – Vida & - 22/10/2007

Ministro da Defesa, Nelson Jobim, visitou a área na semana passada e vai sugerir providências

“O Estado tem de ocupar o seu espaço para eliminar o vazio de poder que existe na Amazônia.” A síntese é do ministro da Defesa, Nelson Jobim, depois de passar a semana passada inteira em visita a 17 unidades militares da região e ser informado de que na fronteira do Estado de Rondônia com a Bolívia o desmatamento, de setembro do ano passado a setembro deste ano, cresceu 600%. Jobim vai fazer um relatório sobre tudo o que viu na região e entregá-lo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Dizendo-se “impressionado” com os relatos de militares, do Ibama e da Polícia Federal (PF) sobre desmatamento e falta de projetos de desenvolvimento sustentável para a região, o ministro Jobim firmou a convicção de que “o reaparelhamento das Forças Armadas é um assunto nacional, e não apenas uma questão meramente administrativa, de manter um determinado setor do poder público mais ou menos equipado”. Trata-se, acrescentou o ministro da Defesa, de criar condições “para um bom trabalho em defesa da Pátria”.

‘VAZIO DE PODER’ - Além da devastação da mata para exploração das madeiras, Jobim notou que há uma pressão sobre a região claramente provocada pela expansão da agropecuária. “Isso mostra a necessidade de um critério econômico de desenvolvimento sustentável porque é preciso definir as formas de sustentação das populações.”

Ele fez questão de levar outras autoridades na visita à Amazônia, como a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que ficou dois dias na área, e até ministros do

Superior Tribunal de Justiça (STJ). “As visitas (das demais autoridades) são necessárias porque ajudam a tomar as decisões”, defendeu o ministro da Defesa.

O general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, fez coro com Jobim sobre o “vazio de poder” e disse esperar que o Exército chegue ao final de 2008 com cerca de 28 mil homens na região. Hoje, estão lá 23,5 mil.

Apesar disso, ele admite que o aumento de efetivo não é o fundamental para a defesa da Amazônia. “É importante melhorar as condições de trabalho de quem já está lá e terminar a instalação dos quartéis planejados”, disse.

Cassol sugere fundo para a Amazônia – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2007

Filho de uma família de pioneiros em Rondônia, o governador Ivo Cassol (sem partido), 48 anos, resume em sua trajetória a saga da colonização do Estado, expõe as contradições do progresso provocadas pelas sensíveis questões ambientais e revela a origem de uma região que parece vocacionada para o agronegócio.

Dono de fazendas, madeireira e do maior grupo privado de geração energia elétrica do Norte do país, o catarinense Cassol garante que Rondônia está no "caminho certo" para consolidar-se como "Eldorado" do agronegócio. Morador da região de Rolim de Moura desde 1977, Cassol veio aos 18 anos para Rondônia em busca de oportunidades e, com a ajuda do pai e de cinco irmãos, fez da exploração das novas terras da família, ricas em mogno e cerejeira, o caminho para o sucesso empresarial que pavimentou sua carreira política.

"Gaúcho" que deu certo, Cassol tem hoje patrimônio declarado de R\$ 20 milhões e, embalado pelo sonho de virar senador em 2010, traça um cenário favorável à produção local na próxima década. Ele prega a "radicalização" na industrialização da matéria-prima produzida no Estado. "Temos que crescer o setor de transformação, parar de exportar matéria-prima e agregar valor aqui", disse ao Valor.

Em seus planos, o governador quer elevar em 50% a produção de leite - hoje em 2,1 milhões de litros por dia -, incentivar o aproveitamento de derivados como o soro e aumentar o rebanho estadual a 18 milhões de cabeças de gado em cinco anos.

"A pecuária avança forte. E se os frigoríficos pagarem preços melhores, vamos ter gado confinado e uma escala de abate ainda melhor", prevê. Ele comemora a instalação de quatro novas plantas de abate de gado e diz que três laticínios começarão, em breve, a processar 600 mil litros de leite por dia. "Hoje, temos uma indústria de soro de leite e podemos ter mais três ou quatro. Vamos consolidar esse setor no Estado", afirma.

De jeito simples e direto, o que não raras vezes provoca polêmica, Cassol avisa que continuará a atrair as indústrias com incentivo fiscal. E diz que manterá a todo custo o diferencial de área livre de febre aftosa. "Aqui, fazemos o dever de casa. Se entrar gado de fora, não alisamos. Matamos mesmo", afirma o governador. Recentemente, houve suspeitas, não confirmadas, de ocorrência de um foco numa fazenda de Theobroma, na região central do Estado.

Alvo de críticas de ONGs ambientalistas em razão dos índices de desmatamento de Rondônia, Ivo Cassol afirma apostar no reflorestamento, mas rebate as acusações contra os madeireiros. "As derrubadas se dão em áreas da União. O Estado não tem como agir", informa. "Mas madeireiro não é bandido. Combatemos os maus empresários e fortalecemos os bons. Aliás, nunca se combateu tanto as derrubadas e as queimadas como agora". O Estado ainda tem, segundo ele, 70% das florestas em pé. "Os ambientalistas que tenham dignidade para preservar a Amazônia", ataca.

Pragmático, o governador diz que "ninguém quer botar a mão no bolso" para garantir o futuro da região amazônica. E sugere, não sem antes cutucar seus adversários de ONGs, algumas alternativas para a questão. "A sociedade tem que pagar. Fazer um fundo e compensar. É fácil exigir e achar que somos trouxas aqui na Amazônia. Não ganhei nada para preservar. Sou contra a hipocrisia", critica.(MZ)

Modelo econômico e degradação ambiental – Gilberto Dupas – Folha de São Paulo – Opinião – 23/10/2007

GILBERTO DUPAS

A era da abundância em recursos naturais terminou - É a opção pela acumulação de capital em detrimento do bem-estar social amplo

TENSÕES ENTRE expansão econômica e conservação do meio ambiente são inevitáveis. O motor dinâmico do capitalismo, a destruição criativa schumpeteriana, exige contínuo sucateamento em escala global e novos produtos sendo transformados em objeto de desejo pela propaganda, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais, degradação do meio ambiente e escassez de energia.

Como a saúde e as atividades da espécie humana dependem do bom funcionamento de ecossistemas que estão colapsando e de materiais que passaram a escassear, corremos um sério risco de desestabilização. Cerca de 12% de todas as espécies de aves, 23% dos mamíferos, 25% das coníferas e 32% dos anfíbios estão ameaçados de extinção e mais da metade dos ecossistemas vitais são explorados de maneira não sustentável.

Ar, água, solo e, em conseqüência, agricultura e alimentos estão contaminados por moléculas químicas inéditas suscetíveis de induzir a câncer, má-formação e esterilidade. A era da abundância em recursos naturais terminou. O poder econômico continua garantindo que as novas tecnologias "darão um jeito". Mas, para inúmeros cientistas respeitáveis, mais alguns passos da humanidade na direção errada e o irreparável pode acontecer, tendo as gerações futuras como vítimas.

Resta saber se a sociedade tem vontade e capacidade para agir, ou seja, se o quadro é reversível ou se uma tragédia já está programada.

A questão das escolhas é crítica. Um caso clássico -sob indução da indústria automobilística- é a prioridade do transporte individual sobre o coletivo, apesar de não

haver impedimento tecnológico ou financeiro para que as grandes cidades movimentem sua população de forma limpa e eficiente.

A questão é determinar quem define essas escolhas e em benefício de que grupos ou lógicas.

Joan M. Alier identifica quatro principais correntes em luta na questão ambiental: os ecologistas profundos, os ecoeficientes, os ecologistas sociais e os antiecologistas. Os primeiros, cultivadores da vida silvestre e do amor aos bosques primários e cursos d'água, julgam imperiosas as ações que visem preservar o que sobrou da natureza original fora da influência do mercado.

Já os ecoeficientes temem os efeitos do crescimento econômico sobre áreas nativas e os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes da industrialização, da urbanização e da agricultura moderna, mas crêem no desenvolvimento sustentável e na otimização da utilização dos recursos.

Suas propostas: ecoimpostos, mercados de licenças de emissões, novas tecnologias voltadas para a economia de energia e de matérias-primas e "precificação" visando um correto "metabolismo" industrial e o controle da degradação ambiental.

Finalmente, os ecologistas sociais, adeptos da justiça ambiental ou do ecologismo dos pobres, alertam para os impactos da degradação do meio ambiente sobre os excluídos e para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos em direção aos países periféricos. Estados Unidos e União Européia importam grande parte do petróleo e das matérias-primas que consomem. Já a América Latina os exporta seis vezes mais do que os importa. O resultado é que as fronteiras de petróleo e gás, alumínio, cobre, eucalipto e óleo de palma, camarão, ouro e soja transgênica avançam em direção à periferia. À medida que se expande a escala da economia global, mais resíduos são gerados, os sistemas naturais são comprometidos e se vão os direitos das gerações futuras. Já o poderoso lobby antiecologista conta com forte apoio do setor privado e de governos pressionados por metas de crescimento econômico de curto prazo.

Estamos diante da opção privilegiada pela acumulação de capital em detrimento do bem-estar social amplo. Como produzir uma mudança radical de modelo se o mercado livre é a lei e os grandes atores econômicos têm total liberdade de definir a direção dos vetores tecnológicos? Alguma chance de o próprio mercado se auto-regular? Quem poderá, em nome do futuro da sociedade, determinar restrições e direções dessa mudança? Trata-se de uma tarefa imensa de reconversão da lógica privada de produção. Quem vai ser capaz de enfrentar essa batalha gigantesca em nome do futuro da civilização?

GILBERTO DUPAS, 64, é presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), coordenador geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e autor de "O Mito do Progresso" (Unesp), entre outras obras.

Relatório apresentado por comitê de cientistas pede investimento de US\$ 18 bi por ano a partir de 2012 para "limpar" planeta - Para José Goldemberg, coordenador da pesquisa, Brasil deveria ser bem mais rigoroso com sua política de eficiência energética

O físico José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, que coordenou a produção do estudo

As grandes economias do mundo têm até 2012 para começar a investir US\$ 18 bilhões por ano em energia limpa -o dobro do que se gasta hoje-, se quiserem montar um cardápio energético mais sustentável.

A estimativa faz parte de um relatório divulgado ontem, feito por 15 especialistas de vários países, a pedido do InterAcademy Council, órgão que reúne as principais academias de ciência do mundo. José Goldemberg, físico da USP, é um dos coordenadores do estudo.

"O relatório é técnico. Não tem nada de político. O documento mostra o que deve ser feito para que se possa ter uma matriz mais sustentável, o que ajuda também na questão da mudança climática", disse o especialista em energia à **Folha**. Tanto o álcool brasileiro quanto a energia nuclear são tecnologias aprovadas, mas com ressalvas (leia texto à direita).

O texto já foi apresentado tanto ao ministro de Ciência e Tecnologia do Brasil, Sergio Rezende, quanto ao primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao. O outro coordenador do estudo é Steven Chu, cientista de origem chinesa radicado nos Estados Unidos. A proposta agora é fazer a ONU (Organização das Nações Unidas) abraçar a idéia. Basicamente, explica Goldemberg, a eficiência energética e uma maior distribuição de energia são os grandes desafios das próximas décadas.

"Os países desenvolvidos, e também o Brasil, têm muita gordura para queimar em termos de energia, sem prejudicar a qualidade de vida das pessoas", afirma o pesquisador. Os dados do relatório ajudam a ilustrar algumas discrepâncias em termos de consumo energético. Os norte-americanos precisam de 14 megawatts/ hora por ano para sobreviverem. Os europeus conseguem manter seus padrões de vida usando metade disso.

Considerada o grande problema energético do planeta devido a seu crescimento acelerado à base de carvão, a China também tem cura: só modernizando suas termelétricas, o gigante asiático cortaria 30% das suas emissões.

"No Brasil, por exemplo, o governo deveria criar medidas mais eficazes de eficiência energética", concorda Goldemberg. Para o professor, assim como ocorre na Califórnia (EUA), deveriam ser criadas exigências mais rígidas para os fabricantes de eletrodomésticos. "Por que não estabelecer limites de consumo para geladeiras ou lâmpadas?"

O mercado global de carbono também é apontado como uma solução para a crise energética. Os créditos de carbono poderiam bancar parte do desenvolvimento tecnológico necessário para "limpar" o planeta, mas com um porém: o preço da tonelada de carbono deveria ser de US\$ 27 a US\$ 41 (hoje ele está mais perto de US\$ 10).

Luz para todos

Segundo o brasileiro, o outro assunto delicado é o dos chamados excluídos energéticos.

"Temos no mundo hoje 2,6 bilhões de pessoas que não têm acesso à energia elétrica ou geram energia apenas a partir de métodos arcaicos, como a queima de madeira." De acordo com Goldemberg, colocar essas pessoas no mercado energético não só é possível como também não vai causar tanto impacto no clima: a "inclusão energética" custaria apenas US\$ 50 bilhões e aumentaria as emissões de carbono de 1% a 2%.

Biocombustível é aprovado com ressalvas – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 23/10/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - O estudo do InterAcademy Council, batizado "Iluminando o Caminho", coloca os biocombustíveis em evidência, assim como a energia nuclear. Mas as duas tecnologias foram aprovadas com ressalvas.

No caso do álcool brasileiro, explica José Goldemberg, pesquisador da USP e um dos coordenadores do estudo, a saída em termos científicos é investir em pesquisas que consigam extrair o combustível a partir da celulose. Isso daria um rendimento energético até dez vezes maior.

"A queima da cana, por exemplo, gera poluição atmosférica regional. E ainda existe o risco da pressão sobre as florestas."

O uso da energia nuclear, apesar de Goldemberg ser contra, também foi abordado. "O problema é como evitar o uso militar e o que fazer também com o lixo atômico." (EG)

Concentração de CO₂ é recorde – O Globo – Ciência – Capa – 23/10/2007

Terra dá sinais de fraqueza em suas defesas naturais

As atividades humanas lançam CO₂ na atmosfera numa velocidade cada vez maior. A concentração de dióxido de carbono subiu 35% entre 2000 e 2006. Ao mesmo tempo, os processos naturais que poderiam reduzir esse impacto — a capacidade de absorção das florestas e, principalmente, dos oceanos — dão sinais de enfraquecimento. As informações são de um estudo, divulgado ontem na “Proceedings of the National Academy of Sciences” (PNAS, na sigla em inglês), mostrando que essa combinação causa uma pressão no clima mais intensa do que se imaginava.

Combustíveis fósseis, as maiores fontes

Os dados reforçam as conclusões dos relatórios divulgados neste ano pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês). Neles, os cientistas, vencedores do Prêmio Nobel da Paz, mostraram que as emissões de gases do efeito estufa aumentaram em 70% entre 1970 e 2004. Sem medidas de combate, essas emissões poderiam crescer entre 25% e 90% nas próximas décadas. Entre 2000 e 2006, atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento contribuíram com o lançamento de 4,1 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera, levando a uma taxa de crescimento anual de 19,3 ppm (partes por milhão). Segundo o estudo, feito por cientistas de diversas entidades (como as universidades de Stanford e Cambridge), essa é a maior taxa desde que a medição começou, em 1959. A taxa de crescimento de CO₂ na atmosfera está significativamente maior do que aquela verificada nas décadas de 80 e 90, que era, respectivamente, de 1,58 e 1,49 ppm, por ano. A atual concentração de CO₂ é de 381 ppm, a maior dos últimos 650 mil anos e provavelmente a maior dos últimos 20 milhões de anos. Embora tal crescimento já tenha sido notado, o estudo dá ênfase às causas. — A perda da capacidade de absorção da terra e dos oceanos está contribuindo para o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera — diz Chris Field, um dos autores do estudo.

Mudanças nos padrões dos ventos no sul do Atlântico, resultantes do aquecimento global, trouxeram águas ricas em carbono para a superfície, reduzindo a sua capacidade de absorver os excessos de CO₂ da atmosfera. Em terra, onde o crescimento das plantas é o principal mecanismo para resgatar o CO₂ da atmosfera, grandes secas reduziram essa capacidade.

A queima de combustíveis fósseis constituiu a maior fonte de emissões, diz o estudo, com uma média de 7,6 bilhões de toneladas por ano, entre 2000 e 2006. Um salto significativo, já que nos anos 90 esse valor havia ficado em torno de 6,5 bilhões de toneladas.

Oceanos têm poder de absorção reduzido

Outra pesquisa recente, feita por cientistas da Universidade de East Anglia, mostrou que, entre a segunda metade dos anos 90 e o começo dos anos 2000, a capacidade de absorção de CO₂ pelos oceanos foi reduzida à metade.

Durante dez anos, os pesquisadores estudaram a absorção do CO₂ a partir de equipamentos instalados em navios mercantes que cruzaram o Atlântico Norte. As descobertas foram consideradas surpreendentes pelos cientistas, que esperavam que a diminuição ocorresse de forma mais lenta por causa da grande massa de água do oceano.

Como foi a primeira vez que tais dados foram medidos, os pesquisadores disseram não poder atribuir o fenômeno às mudanças climáticas causadas pelo homem, mas alertaram que essa diminuição pode intensificar os efeitos do aquecimento global.

Projeto de Lei que altera Código Florestal avança no Congresso – Maurício Thuswohl
– Agência Carta Maior – 23/10/2007

Passada a euforia provocada pelos sucessivos anúncios de redução no ritmo do desmatamento e pela aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas no Congresso, começa a se desenhar para esse último trimestre de 2007 um cenário um tanto sombrio para as florestas brasileiras. Provocado por questões econômicas objetivas, o aumento do desflorestamento nos estados de Rondônia e Mato Grosso, já confirmado pelo governo federal, alarma o movimento socioambientalista. Em Brasília, um Projeto de Lei que andava meio esquecido há dois anos e prevê alterações no Código Florestal de forma a reduzir as áreas de reserva florestal legal volta a ganhar força entre os parlamentares e pode representar uma nova ameaça à Amazônia.

Elaborado em 2005 pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PL 6424 já foi aprovado no Senado e atualmente encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, onde é embalado pela bancada ruralista. Sua aprovação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável era dada como certa na semana passada, mas foi evitada pela mobilização de última hora de deputados e militantes de organizações socioambientalistas.

A reunião chegou a ser instalada na quinta-feira (18) mas, após sucessivas intervenções dos deputados Fernando Gabeira (PV-RJ), Sarney Filho (PV-MA), Paulo Teixeira (PT-SP), Édson Duarte (PV-BA), Ricardo Trípoli (PSDB-SP) e Juvenil Alves (sem partido-MG), todos pedindo que a proposta fosse mais bem discutida, a votação na comissão foi suspensa por um prazo de dez sessões: “Esperamos que, até lá, seja possível corrigir os vários e graves erros desse projeto”, afirma Gabeira.

Segundo o Código Florestal brasileiro, é considerada Reserva Legal, dentro de cada propriedade, uma área mínima determinada de vegetação nativa que cumpra a função ecológica de habitat para a biodiversidade e/ou fornecedora de serviços ambientais como estoque de produtos florestais, proteção do solo e corpos d’água, controle de pragas e incêndios e captação de carbono da atmosfera, entre outros. A atual legislação brasileira estabelece que a área de Reserva Legal deve ser de 80% na Amazônia, 35% na região de Cerrado que esteja nos estados da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do país.

O principal objetivo do PL 6424/05 é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, incluindo as palmáceas. Com isso, se aprovado, o projeto permitirá o avanço do plantio em larga escala de matéria-prima para a produção de biocombustíveis, sobretudo o dendê: “Vamos conversar com as ONGs, mas minha intenção é manter a idéia básica do PL. Permitir atividade econômica em 30% das Reservas Legais é o único meio de manter preservados os 50% restantes”, afirma o deputado Jorge Khoury (DEM-BA), relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente.

ONGs repudiam - Em nota pública de repúdio ao PL 6424/05 divulgada na quinta-feira (18), treze importantes organizações do movimento socioambientalista afirmam que o projeto “aumenta de forma incosequente e sem o devido embasamento técnico-científico as formas de compensação [nas Reservas Legais], permitindo novos mecanismos que terão

um impacto significativo na biodiversidade e conservação das florestas brasileiras e no ordenamento territorial da paisagem rural do país”.

Assinado por organizações como Amigos da Terra, Greenpeace, WWF, Instituto Socioambiental (ISA), Rede Cerrado e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), entre outras, o documento afirma ainda que “houve pouca participação [nas discussões em torno do PL] de representantes de organizações da sociedade civil, em especial das instituições que atuam em outros biomas igualmente importantes, como Caatinga e Cerrado, e pouco envolvimento da opinião pública brasileira”.

Veja abaixo quais são, na opinião das organizações do movimento socioambientalista, os principais pontos críticos do PL 6424/05, com seus respectivos comentários:

1 - A possibilidade de recuperação de 30% da Reserva Legal na Amazônia com espécies exóticas, incluindo palmáceas: “Na prática, esse dispositivo significa a redução da Reserva Legal na Amazônia para 50%, pois o uso de espécies exóticas reduz as funções ecossistêmicas das florestas nas propriedades privadas”.

2 - A possibilidade de compensação de reserva legal em outra bacia, no mesmo estado e bioma: “Este dispositivo estabelece a possibilidade de manter bacias hidrográficas sem áreas de floresta, com impactos ecológicos significativos, desestimulando a recuperação de áreas degradadas e a conseqüente recuperação de sua função de fornecedora de serviços ambientais tais como a produção de água e chuva para outros estados brasileiros”.

3 - A possibilidade de cômputo da Área de Preservação Permanente (APP) no percentual de Reserva Legal: “Em algumas regiões do país isso pode significar que a Reserva Legal deixe de existir, pressupondo equivocadamente que a função ecológica e econômica da Reserva Legal possa ser cumprida pelas APPs, onde o seu manejo é mais restritivo”.

4 - A compensação da Reserva Legal mediante doação de área para regularização fundiária de terras de comunidades tradicionais ou a recuperação ambiental de áreas degradadas no mesmo estado em territórios de povos e populações tradicionais, assentamentos rurais ou em florestas públicas destinadas a comunidades locais: “Trata-se da transferência de ônus da regularização da reserva legal de propriedades privadas para comunidades tradicionais, restringindo a possibilidade dessa comunidade em decidir sobre o uso do seu território. A compensação obrigará a comunidade a manter essa área sob o mesmo regime da Reserva Legal. Trata-se de uma transferência de responsabilidade do poder público a terceiros. No caso da recuperação, cria um ônus pela responsabilidade de manutenção das áreas a serem recuperadas”.

5 - A falta de vinculação da concessão de crédito à regularização ambiental das propriedades rurais: “Com isso, mantém-se a possibilidade de acesso ao crédito rural pelas propriedades que desmataram áreas acima do permitido pelo Código Florestal brasileiro”.

6 – A falta de incentivos econômicos para recuperação e manutenção da Reserva Legal: “Perde-se a oportunidade de propor mecanismos econômicos para viabilizar um modelo de desenvolvimento econômico baseado na floresta em pé, explorando os seus produtos e serviços de forma sustentável”.

Nem tudo o que brilha é verde - Boaventura de Sousa Santos – Agência Carta Maior – 24/10/2007

A questão ambiental entrou finalmente no discurso público e na agenda política, o que não deixa de causar alguma surpresa aos ativistas dos movimentos ecológicos, sobretudo àqueles que militam há mais tempo e se habituaram a ser chamados de utópicos e inimigos do desenvolvimento.

A surpresa é tanto maior se se tiver em conta que o fenômeno não parece estar relacionado com uma intensificação extraordinária da militância ecológica. Quais, pois, as razões?

Ao longo das últimas quatro décadas, os movimentos ecológicos foram ganhando credibilidade à medida que a investigação científica foi demonstrando que muitos dos argumentos por eles invocados se traduziam em fatos indesmentíveis – a perda da biodiversidade, as chuvas ácidas, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a escassez de água, etc. – que, a longo prazo, poriam em causa a sustentabilidade da vida na terra. Com isto, ampliaram-se os estratos sociais sensíveis à questão ambiental e a classe política mais esclarecida ou mais oportunista (ainda que por vezes disfarçada de sociedade civil, como é o caso de Al Gore) não perdeu a oportunidade para encontrar nessa questão um novo campo de atuação e de legitimação

Assim se explica o importante relatório sobre a “conta climática” de um economista nada radical, Nicholas Stern, encomendado por um político em declínio, Tony Blair. Neste processo foram “esquecidos” muitos dos argumentos dos ambientalistas, nomeadamente aqueles que punham em causa o modelo de desenvolvimento capitalista dominante.

Este “esquecimento” foi fundamental para a segunda razão do atual boom ambiental: a emergência do ecologismo empresarial, das indústrias da ecologia (não necessariamente ecológicas) e, acima de tudo, dos agrocombustíveis cujos promotores preferem designar, *et pour cause*, como biocombustíveis.

As reservas que os movimentos sociais (ambientalistas e outros) levantam a este último fenômeno merecem reflexão tanto mais que, tal como aconteceu antes, é bem provável que só daqui a muitos anos (tarde demais?) sejam aceites pela classe política e opinião pública. A primeira pode formular-se como uma pergunta: é de esperar que as indústrias da ecologia resolvam o problema ambiental quando é certo que a sustentabilidade

econômica delas depende da permanente ameaça à sustentabilidade da vida na terra? A eficiência ambiental dos agrocombustíveis é uma questão em aberto que, aliás, se agravará com a “segunda geração de agrocombustíveis” que, entre outras coisas, inclui a introdução de plantas (árvores) geneticamente modificadas.

Por outro lado, a produção dos agrocombustíveis (cana do açúcar, soja e palma asiática) usa fertilizantes, polui os cursos de água e é já hoje uma das causas da desflorestação, da subida do preço da terra e da emergência de uma nova economia de plantação, neo-colonial e global. A segunda reserva está relacionada com a anterior e diz respeito ao impacto da expansão dos agrocombustíveis na produção de alimentos. No início de Setembro, o bushel de trigo (cerca de 36 litros) atingiu o preço recorde de 8 dólares na bolsa de mercadorias de Chicago. Más colheitas (derivadas das mudanças climáticas), o aumento da procura pela China e a Índia e a produção de agrocombustíveis foram as razões do aumento e a expectativa é de que a subida continue.

O aumento do preço dos alimentos vai afetar desproporcionalmente populações empobrecidas dos países do Sul, pois gastam mais de 80% dos seus parcos rendimentos na alimentação. Ao decidir atribuir 7,3 biliões de dólares em subsídios para a produção de agrocombustíveis, os EUA produziram de imediato um aumento (que chegou a 400%) do preço do alimento básico dos Mexicanos, a tortilla. Reside aqui a terceira reserva: os agrocombustíveis podem vir a contribuir para a desigualdade entre países ricos e países pobres. Enquanto na UE a opção pelos agrocombustíveis corresponde, em parte, a preocupações ambientais, nos EUA a preocupação é com a diminuição da dependência do petróleo.

Em qualquer dos casos, estamos perante mais uma forma de protecionismo sob a forma de subsídios à agro-industria, e, como a produção domestica não é de nenhum modo suficiente, é, de novo, nos países do Sul que se vão buscar as fontes de energia. Se nada for feito, repetir-se-á a maldição do petróleo: a pobreza das populações em países ricos em recursos energéticos.

O que há a fazer? Critérios exigentes de sustentabilidade global; democratização do acesso à terra e regularização da propriedade camponesa; subordinação do agrocombustível à segurança e à soberania alimentares; novas lógicas de consumo (se a eficiência do transporte ferroviário é 11 vezes superior à dos transportes rodoviários, porque não investir apenas no primeiro?); alternativas ao mito do desenvolvimento e numa nova solidariedade do Norte para com o Sul. Neste domínio, o governo equatoriano acaba de fazer a proposta mais inovadora: renunciar à exploração do petróleo numa vasta reserva ecológica se a comunidade internacional indenizar o país em 50% da perda de rendimentos derivados dessa renúncia.

Boaventura de Sousa Santos é sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

Cientistas querem o dobro do investimento atual em energia limpa - The New York Times, Nova York – Estado de São Paulo – Vida & - 24/10/2007

Especialistas em energia reunidos pelas academias científicas mundiais anteontem recomendaram fortemente que as nações se afastem do carvão e de outros combustíveis - principais fontes dos gases causadores do efeito estufa e do aquecimento global - e ofereçam novas opções de energia para os 2 bilhões de pessoas que ainda cozinham seus alimentos queimando lenha ou estrume.

Num relatório encomendado pelos governos da China e do Brasil, os 15 especialistas recomendaram, no mínimo, uma duplicação dos orçamentos de pesquisa em energia tanto públicos como privados e um encargo firme - e crescente - sobre as emissões de gases causadores do efeito estufa para estimular uma transferência dos investimentos para tecnologias mais limpas e mais eficientes.

O relatório Iluminando o Caminho - Rumo a um futuro de energia sustentável, de 200 páginas, foi postado online em www.interacademycouncil.net pelo InterAcademy Council, uma associação que representa as 150 academias científicas e de engenharia do mundo. Bruce Alberts, ex-presidente da Academia Nacional de Ciências dos EUA, disse que as academias defenderiam as propostas com os respectivos governos.

O relatório inclui uma série de recomendações de pesquisas, políticas econômicas e iniciativas de longo prazo no setor privado. Três pontos foram destacados como merecedores de atenção imediata: aumento da eficiência do uso de combustíveis fósseis; desenvolvimento de técnicas para capturar e armazenar, com pouca despesa, os bilhões de toneladas de dióxido de carbono emitidos e sistemas para obter energia do sol e de outras fontes renováveis.

Expansão agrícola do País será 'espetacular' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/10/2007

Mas OCDE alerta para impactos no meio ambiente

O Brasil será o maior exportador de soja do mundo em 2009 e, em dez anos, venderá mais carne que todos os seus concorrentes juntos. As projeções são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que destaca o crescimento “espetacular” da agricultura brasileira nos próximos dez anos.

Mas a entidade não esconde o temor pelo impacto desse crescimento no meio ambiente. Para a OCDE, o País tem a “difícil tarefa” de resolver o dilema entre proteger as florestas e aproveitar as oportunidades de negócios. Outro problema é a concentração cada vez maior de terras que nem a reforma agrária poderá reverter.

As projeções para a agricultura mundial até 2016 não deixam dúvida de que o futuro do etanol definirá o volume de terra destinado aos demais setores, e até definirá o preços das commodities. Nesse cenário, a OCDE estima que o Brasil tem tudo para avançar na produção.

Segundo as projeções da entidade, as exportações devem promover o “retorno de um sólido crescimento no Brasil”, com taxas do PIB beirando 4% por ano até 2016. Nem mesmo o real valorizado deve ser um problema para a expansão das exportações nacionais de produtos agrícolas. A OCDE, porém, não descarta que a demanda internacional pelos alimentos brasileiros possa acabar gerando inflação no País.

Outra preocupação da entidade é com o impacto da expansão agrícola do Brasil no meio ambiente. “As autoridades brasileiras se confrontam com a difícil barganha entre os benefícios econômicos da expansão agrícola e os benefícios ambientais da preservação da floresta”, diz o relatório, que destaca a Amazônia como apenas um desses dilemas. “O impacto dos pesticidas e do uso agrícola da água sobre os recursos são outras preocupações geradas pelo sistema produtivo no Brasil”, alerta a OCDE.

Apesar disso, as projeções são de crescimento da produção em quase todas as áreas. No setor de carnes, por exemplo, o País vai chegar a 2016 superando o volume de todos os demais concorrentes juntos e dominará 28% da carne exportada no planeta. Isso significa um total de exportações superior às vendas de Estados Unidos, Canadá, Argentina e Austrália somados. Hoje, o País tem 23% desse mercado. Segundo as projeções, o mercado mundial de carne deve aumentar em 7 milhões de toneladas até 2016. Já as vendas brasileiras devem adicionar outras 3 milhões de toneladas do mercado, chegando a 8,4 milhões de toneladas de carne.

O Brasil ainda vai superar as exportações dos Estados Unidos em soja até 2009, com seu crescimento de 3,9% por ano na produção. Em dez anos, a produção no País aumentará em mais de 54% e o Brasil responderá por 38% da produção mundial. A expansão ocorrerá tanto graças ao aumento da produtividade como da área plantada.

Em termos de exportação, o País somará 18 milhões de toneladas até 2016. Na prática, o Brasil passará a ter 41% do mercado, ante os 30% de que dispõe hoje. A OCDE destaca que os exportadores de soja são beneficiados por políticas tributárias.

CONSUMO - Ao contrário das últimas décadas, porém, os maiores índices de crescimento do consumo não estão nos países ricos, mas nos emergentes. Para a OCDE, os países exportadores devem se focar nesses mercados, se de fato querem expandir suas vendas. No setor de carnes, por exemplo, o aumento do consumo nos países emergentes será de 3,2% por ano, ante 0,9% nos países ricos.

O mesmo deve ocorrer com o consumo de manteiga, que terá alta de 3,4% ao ano nos países em desenvolvimento e estagnação nos ricos. No caso do açúcar, a alta será de 2,2% por ano nos emergentes, ante 0,5% nos países desenvolvidos. O resultado é a queda na participação dos países ricos entre os principais consumidores e a transformação da China na maior importadora de soja do mundo.

De fato, a OCDE prevê que a década pode ser a melhor em crescimento da história. Isso graças à entrada de países emergentes nos mercados. Nem mesmo a crise americana seria um problema, já que poderia ser rapidamente superada. Brasil, Índia, China e Rússia teriam uma participação cada vez maior na economia mundial e serão a chave para o desempenho positivo até 2016. J.C.

NÚMEROS

28 % - da carne exportada no planeta em 2016 será proveniente do Brasil, ante 23% atualmente

3,9 % - ao ano é o crescimento da produção de soja brasileira

54 % - é a projeção de crescimento da produção de soja em 10 anos

41 % - do mercado mundial da soja deverá ser do Brasil nos próximos 10 anos, ante os 30% atuais

Marina Silva destaca participação da sociedade na formulação de política pública – Sítio Eletrônico do MMA – 25/10/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse nesta quinta-feira (25), no Rio de Janeiro, que aposta na contribuição da sociedade para a formulação, implementação e correção de políticas públicas, especialmente nas que terão de ser elaboradas para enfrentar as conseqüências do aquecimento global. A ministra destacou que são as pessoas que ajudam o governo a avançar. "O Plano Nacional de Recursos Hídricos, os planos de Combate ao Desmatamento e de Combate à Desertificação, por exemplo, são contribuições da sociedade. Nós estamos apenas transformando essas idéias em políticas públicas", acrescentou.

A ministra participou do lançamento, no estado, da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), um dos principais canais de participação e controle social nesta área. A solenidade, na tarde desta quinta-feira, contou com a presença do secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc, do superintendente do Ibama-RJ, Rogério Rocco, e do diretor do Jardim Botânico, Guido Gelli, entre outras autoridades.

As duas primeiras edições da CNMA, em 2003 e 2005, envolveram cerca de 150 mil pessoas. Esta terceira etapa deve atrair ainda mais o interesse da sociedade civil, governos e setor privado, já que discutirá as Mudanças Climáticas. O temporal que assolou o Rio de Janeiro na última-quarta feira mostra a urgência das discussões sobre o tema.

De acordo com os últimos estudos encomendados pelo MMA, o Rio de Janeiro é uma das cidades mais vulneráveis às conseqüências das mudanças clima, com tendência de maior número de enchentes e de chuvas de maior intensidade. "Não há mais espaço para continuar errando. Tudo o que fizermos daqui para frente terá de ter um sentido de prevenção", disse a ministra.

O modelo de gestão participativa, por meio de conferências nacionais, é adotado pelo governo federal desde 2003. O objetivo é viabilizar o compartilhamento de poder e a

co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Até março do próximo ano ocorrem as conferências nos estados, que possuem a prerrogativa de eleger os delegados que participarão da plenária nacional, marcada para maio de 2008.

A escolha de delegados segue a seguinte proporcionalidade: sociedade civil (40%), setor empresarial (30%), setor governamental (20%), sendo 5% de representantes de governos municipais; comunidades tradicionais (5%) e povos indígenas (5%).

As resoluções irão subsidiar a criação o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, em elaboração pelo governo federal. A iniciativa conta com a participação de diversos ministérios e estabelecerá as ações estratégicas que o País deverá adotar no que concerne aos aspectos de mitigação e adaptação a esse fenômeno. *Fonte: CNMA

A Amazônia vai a Bali - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/10/2007

Não chega a ser surpresa ver a Amazônia de volta ao noticiário, com a retomada de altos índices de desmatamento, principalmente em Mato Grosso (107% mais de julho a setembro, comparado com igual período de 2006), Rondônia (mais 53%) e Acre (mais 3%) - com a agravante de 25% do desmatamento ser em áreas protegidas (unidades de conservação e áreas indígenas), que deveriam estar sob vigilância estreita dos governos federal e estaduais (Estado, 16/10). Outras notícias dizem que o índice de desmatamento em toda a Amazônia, nesses três meses, já acusa aumento de 8%. A maior devastação ocorreu exatamente na zona de influência da rodovia BR-163, onde o governo federal criara reservas, assim como na região de Carajás e na Terra do Meio.

Não chega a ser surpresa, porque os técnicos mais informados sobre a região sempre alertaram: a redução do desmatamento nos anos anteriores se devia muito mais a preços baixos na agropecuária do que a avanços no monitoramento e fiscalização. E, de fato, simultaneamente com o avanço no desmatamento se vê que a cotação da soja chegou há poucos dias a níveis recordes na Bolsa de Chicago, ao mesmo tempo que crescem as exportações nacionais de carne. Também não se pode esquecer que o governo federal repassou a competência para licenciar desmatamentos a secretarias estaduais, quando muitos dos governos ou são francamente a favor da expansão das lavouras de soja, pastagens e plantios de cana em áreas florestadas ou não têm estruturas adequadas para essas tarefas.

E pode piorar. A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados discute projeto de modificação no Código Florestal para reduzir a recomposição de reservas obrigatórias em áreas de floresta de 80% para 50% - o que significaria liberar cerca de 47 milhões de hectares, segundo técnicos (o aumento da reserva legal em áreas de floresta subiu para 80% após o desastre de 1999, quando o índice de desmatamento na Amazônia

chegou perto de 30 mil quilômetros quadrados anuais). E o desmatamento, ao contrário do que apregoam seus defensores, não beneficia a população mais necessitada. Segundo o Imazon, os 43 municípios amazônicos que concentram 90% da cobertura florestal removida têm produto bruto inferior em 60% ao produto médio da Amazônia; 30% deles acusaram queda no valor de seu produto entre 2000 e 2004.

As más notícias chegam num momento particularmente delicado, quando se aproxima a reunião da Convenção do Clima, marcada para início de dezembro, em Bali. Ali, certamente haverá um foco centrado na questão amazônica, já que o desmatamento, mudanças no uso do solo e queimadas respondem por quase 75% das emissões brasileiras que intensificam o efeito estufa - quando o Brasil já é o quarto maior emissor do planeta, mas não quer aceitar compromissos de redução. E quando se agravam as notícias sobre problemas com o clima no País.

Nas últimas semanas chegaram informações sobre uma seca inédita (na temperatura e na duração) no Centro-Oeste. Bananal, a maior ilha fluvial do planeta, deixou de sê-lo, ao menos temporariamente, já que secou o Javaé, um dos braços fluviais formadores da ilha. Em Goiás, são muitos os rios que secaram, inclusive parte do lendário Rio Vermelho dos poemas de Cora Coralina. Também no Nordeste e no Tocantins o panorama é grave. São preocupantes os prejuízos com atraso no plantio de milho e soja no Estado de São Paulo, as perdas na floração do café, a falta de pastagens reduzindo a produção leiteira. No País, 6 milhões de pessoas já aforam afetadas este ano por problemas nessa área (Estadão Online, 9/10). Os prejuízos chegam a R\$ 4,9 bilhões. E 146,7 mil pessoas foram vítimas diretas de inundações e desabamentos, 40,2 mil ficaram desabrigadas.

Que fará o Brasil em Bali? Já propôs a criação de um fundo internacional para recompensar países que reduzam o desmatamento - mas sem metas obrigatórias. Coincide em parte com o que sugere o presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pashauri (Estado, 18/10), para quem “a Amazônia terá um papel fundamental no clima mundial nas próximas décadas”; mas “não se deve questionar a soberania brasileira na área”. De qualquer forma, ele acha que “o modelo utilizado pelos países ricos nas últimas décadas não funcionou em termos ambientais” e que “Brasil, Índia e China não podem repetir esse modelo”, precisam de “um novo estilo de vida”, novos hábitos alimentares, redução do consumo de carne, mudanças na irrigação. Difícil.

Há dez anos, em novembro de 1997, quando começou a ocupar este espaço, o autor destas linhas, escrevendo sobre a reunião de Kyoto que se aproximava, afirmou que o mundo vivia “um impasse dramático” - já sabia da insustentabilidade dos modelos vigentes, geradores de mudanças climáticas, mas não conseguia definir novas regras válidas universalmente. Não saiu do impasse. No protocolo ali firmado, o máximo que se conseguiu formular foi uma redução de 5,2% nas emissões dos países industrializados (sobre os níveis de 1990). Mas Estados Unidos (o maior emissor) e Austrália (a maior exportadora de carvão) não homologaram o protocolo. E as emissões continuam crescendo, quando o IPCC diz que seria necessário reduzi-las em dois terços até 2050, para evitar que a temperatura do planeta suba além de 2 graus Celsius - com conseqüências ainda mais dramáticas.

Curioso é que o Brasil apresentou em Kyoto uma proposta de calcular quanto cada país contribuiu com suas emissões para a concentração de gases que já estão na atmosfera - e atribuir a cada um deles uma responsabilidade de redução proporcional a essa contribuição. A proposta foi aprovada em princípio, para ser submetida a novas avaliações científicas. Mas até o Brasil a esqueceu e hoje rejeita qualquer compromisso.

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Governo estuda metas para reduzir desmatamento na Amazônia - Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 26/10/2007

É a 1ª vez que País admite assumir compromissos; Marina Silva diz que controle depende de ajuda internacional

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem no Rio que o governo federal começou a discutir metas para reduzir o desmatamento na Amazônia. Segundo ela, porém, isso só poderá ser feito com recursos externos. “Queremos mudar o modelo de desenvolvimento, mas para isso precisamos ser ajudados, até porque a diminuição do desmatamento favorece o planeta inteiro”, afirmou.

- ONU divulga [relatório](#) sobre a situação ambiental no mundo

É a primeira vez que o governo brasileiro admite alterar sua posição histórica de recusar qualquer meta de controle de suas próprias emissões de gases do efeito estufa. As principais contribuições do País para o aquecimento global são justamente o desmatamento e as queimadas na Amazônia.

Marina participou ontem de reunião com representantes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), organizada pelo governo do Rio e pela Companhia Vale do Rio Doce. Ela disse que “se é difícil para países ricos mudar a matriz energética, para países em desenvolvimento é difícil mudar os seus modelos de desenvolvimento”. “Se nós reduzirmos 100% das emissões e os países ricos não diminuirão 80%, nós seremos igualmente prejudicados e a Amazônia pode virar uma savana”, acrescentou.

Na semana passada, foram divulgados dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que indicam aumento médio de 8% do desflorestamento na região amazônica. “O Brasil inteiro está preocupado com o aumento de 8% no desmatamento da Amazônia”, afirmou a ministra. Ela ressaltou, porém, que a taxa caiu nos últimos três anos.

Ainda assim, Marina anunciou a entrada da Força Nacional de Segurança (FNS) em ações de proteção ambiental. “Vamos continuar sem baixar a guarda. O objetivo é o desmatamento ilegal zero.”

Quanto à retomada da curva ascendente do desmatamento, ela a atribui à seca prolongada e ao aquecimento do mercado. Para 2008, a ministra acrescenta as eleições municipais como fator que pode levar a taxa para cima - “o nosso teste de fogo”.

“Quando a fiscalização foca determinado local, eles espirram para outro. Agora temos um sistema que acompanha. Antes, ficava atirando no escuro”, disse. Nos últimos três anos, ambientalistas e analistas disseram que a queda dos preços da soja e da carne ajudaram a manter o corte sob controle - hipótese refutada pelo ministério.

Ontem, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente divulgou relatório que mostra como os recursos naturais estão sendo exauridos. Segundo o documento, o consumo é mais rápido do que a Terra consegue repor. **COM REUTERS**

Aquecimento global preocupa e rende premiação – Estado de São Paulo – Vida & - 26/10/2007

Este ano, o ex-vice-presidente americano Al Gore e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, pelas iniciais em inglês) ganharam o Prêmio Nobel da Paz por suas campanhas contra o aquecimento global. Esta é mais uma prova de que as questões climáticas estão cada vez mais em evidência no mundo todo. Em fevereiro, o IPCC divulgou um novo relatório sobre o tema. De acordo com o documento, o aquecimento atual não é parte do ciclo natural do planeta, mas uma consequência de um estilo de vida (como dependência de combustíveis fósseis para geração de energia e desmatamento em larga escala) iniciado na Revolução Industrial e ainda praticado pelos 6,5 bilhões de habitantes da Terra. A concentração dos três principais gases estufa (dióxido de carbono, metano e óxido nítrico) só cresceu a partir do fim do século 18. E o efeito prático mais imediato da concentração exagerada desses gases é o aquecimento global. A temperatura do ar, dos oceanos, da neve e do gelo vem subindo. Al Gore revela dados interessantes no documentário Uma Verdade Inconveniente.

Presidente reuniu propostas de três meses de discussões patrocinadas pelo governo

Plano é vago em relação a pontos controvertidos, como biocombustível e taxa do carbono; ambientalistas dizem haver ambiguidades

DA REDAÇÃO - Para recuperar o atraso francês em questões ambientais, o presidente Nicolas Sarkozy anunciou ontem um pacote de iniciativas, como a supressão até 2010 das lâmpadas incandescentes, suspensão do cultivo de organismos geneticamente modificados e a reforma de 400 mil moradias ao ano para que gastem menos energia.

Sarkozy soube coreografar o lançamento de sua "revolução ambiental", em cerimônia no palácio presidencial assistida pelo ex-vice-presidente americano Al Gore, Prêmio Nobel, e o presidente da Comissão Européia, José Manuel Barroso.

Antes de ser eleito, em maio, o presidente prometera "uma Grenelle do ambientalismo", menção às negociações que em 1968 ampliaram os direitos trabalhistas, ocorridas em Paris na rua de Grenelle.

Nos últimos três meses reuniram-se agricultores, empresários e ambientalistas, formulando propostas que foram discutidas entre quarta-feira e ontem num "congresso". Pontos divergentes do encontro foram citados genericamente por Sarkozy ou transformados em temas que o governo pretende estudar ou encaminhar para debate parlamentar.

É o caso do imposto sobre o carbono, que os ambientalistas queriam impor aos veículos poluentes como forma de combater o efeito estufa, mas que o Medef, confederação empresarial, só aceitaria se compensado pelo corte de tributos.

A solução intermediária foi paliativa: taxar caminhões que atravessam a França. O governo dará como opção transportá-los em trens especiais.

Pontos consensuais - Entre os pontos consensuais anunciados estão o corte em 20%, até 2012, do consumo de energia dos prédios públicos e a obrigatoriedade de os domicílios terem janelas duplas para economizar em calefação.

Os ambientalistas queriam que a França cobrasse mais imposto dos produtos de países que não são signatários do Protocolo de Kyoto sobre o aquecimento global -caso dos EUA. A sugestão foi encaminhada à União Européia, que legisla sobre importação.

A proposta de diminuir em 10 km/h a velocidade máxima nas auto-estradas francesas foi arquivada porque, embora economize combustível, é altamente impopular. Mas o governo deverá instalar mais 2.000 km de linhas do TGV (trens de alta velocidade), para desestimular as viagens de carro.

Sarkozy disse que congelaria a construção de novas centrais nucleares, que produzem 80% da eletricidade local. Reservará em quatro anos 1 bilhão (R\$ 2,6 bilhões) para a pesquisa de fontes de energia renováveis.

É nesse ponto que entram os biocombustíveis, sobre os quais Sarkozy nada disse. "Em lugar de plantar alimentos, os agricultores estão sendo forçados a produzir energia para nossos automóveis, o que é uma insanidade", disse o dirigente do Partido Verde alemão, Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes das barricadas estudantis de Maio de 1968, em Paris.

O governo concluirá em um ano estudo sobre a redução pela metade do consumo de pesticidas. A França foi recentemente multada pela UE pelo uso "abusivo" desses produtos. A oposição francesa não gostou. A Aliança pelo Planeta, que congrega 80 entidades, afirmou existirem "avanços", mas também "ambigüidades" nas medidas anunciadas.

O PLANO DE SARKÔ

Reforma de 400 mil casas/ano para baixar gasto de energia

Imposto sobre caminhões estrangeiros que entrem no país

Lâmpadas incandescentes proibidas a partir de 2010

Ampliação do TGV para desestimular viagens de carro

1 bilhão em quatro anos para pesquisas energéticas

Redução de 50% do consumo de pesticidas em dez anos

Congelamento da construção de centrais nucleares

Fim do cultivo de organismos geneticamente modificados

Suspensão da construção de auto-estradas, exceto ao redor de grandes cidades

Kyoto não será totalmente cumprido, diz vice do IPCC – Folha de São Paulo – Ciência
– 26/10/2007

DA SUCURSAL DO RIO - O vice-presidente do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), Mohan Munasinghe, afirmou ontem no Rio que está confiante na adoção de metas mais rígidas de redução das emissões de carbono numa segunda versão do Protocolo de Kyoto, acordo internacional que estabeleceu metas até 2012 para redução dos gases de efeito estufa.

Segundo ele, apesar de os EUA não terem participado do primeiro acordo e de algumas metas dificilmente serem atingidas, há mais consenso hoje para adotar regras mais rígidas a partir de 2012.

"Sabemos que, infelizmente, algumas metas do Protocolo de Kyoto não serão atingidas, mas esperamos que o pós-Kyoto tenha regras ainda mais rígidas. Hoje, há mais pressão por parte da sociedade sobre os políticos."

Ontem, numa reunião na Indonésia, representantes de governos do mundo todo concordaram em fixar 2009 como data-limite para produzir o acordo substituto de Kyoto. As negociações começam em dezembro, em Bali.

Questionado sobre a viabilidade de um novo acordo mesmo sem os EUA, Munasinghe respondeu que "talvez haja mudanças no governo americano". Ele afirmou também que o cenário é favorável a um comportamento mais responsável por parte das empresas.

O economista cingalês participa no Rio de um encontro organizado pelo governo do Estado e pela Companhia Vale do Rio Doce para a aplicação no Estado das sugestões feitas pelo IPCC para atacar o aquecimento global.

IPCC: ações locais contra aquecimento - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 26/10/2007

Emissões de CO₂ estão crescendo mais rapidamente do que o previsto

O aquecimento é global, mas as ações contra as mudanças climáticas têm que ser locais. O aviso é do vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), o cingalês Mohan Munasinghe.

— O aquecimento não afeta só o Brasil, mas o mundo todo.

Mesmo assim, precisamos enfrentá-lo a partir de medidas locais — disse Munasinghe, durante um encontro sobre mudanças climáticas, ontem, no Rio. — Temos que ver os impactos em cada área e tentar nos adaptar a eles.

Adaptação e redução de impactos foram as palavras chaves do primeiro dia do encontro, que teve a participação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e de diversas autoridades e especialistas do setor; entre eles, a indiana Rutu Dave, também integrante do IPCC. Ela ressaltou a importância do desenvolvimento econômico em harmonia com o meio ambiente.

— Se continuarmos no ritmo atual, nos desenvolvendo e gerando grandes emissões (de gases do efeito estufa), teremos que enfrentar medidas rigorosas para reduzir esses impactos.

Na abertura do encontro, o secretário estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc, prometeu acabar com os lixões no Rio “em quatro anos”. Já a ministra Marina Silva destacou os esforços do governo brasileiro na redução do desmatamento.

— O Brasil tem tido uma mobilização significativa em relação a esse problema — disse ela, embora o Inpe tenha registrado um aumento de 107% na derrubada de árvores em alguns estados, como Mato Grosso, entre junho e setembro deste ano.

Para o vice-presidente do IPCC, proteger e aumentar as áreas verdes têm impactos em outras áreas também.

— Tornar o planeta mais verde também é bom para a economia porque cria empregos — disse ele ao GLOBO.

Munasinghe concordou com as críticas que o IPCC recebeu de setores da comunidade científica, que reclamaram da defasagem dos dados utilizados pelo painel em seus relatórios.

— São críticas procedentes. Mas o IPCC não produz dados. Apenas os analisa e tira conclusões.

E a conclusão é que as emissões de CO2 realmente estão crescendo mais rapidamente do que previmos.

Desenvolvimento territorial agiliza concessão de créditos em SE – Sítio Eletrônico do MDA – 26/10/2007

A aplicação de um sistema de trabalho baseado no respeito às similaridades sócio-econômicas e culturais dos municípios vem garantindo resultados expressivos em uma das principais áreas de atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Sergipe.

Com base em um modelo de desenvolvimento estabelecido pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que determina a atuação da autarquia por territórios (conjunto de municípios com características afins), a superintendência do instituto vem melhorando seu desempenho na concessão de créditos e auxiliando no desenvolvimento de milhares de famílias assentadas no estado.

Os créditos, que proporcionam condições para a subsistência, no momento de implantação dos projetos de assentamento, a construção e a reforma de moradias e a implementação de atividades produtivas, são considerados instrumentos fundamentais para o resgate da cidadania e o desenvolvimento sustentável das famílias assentadas.

Em Sergipe, graças à otimização promovida pelo trabalho concentrado em territórios, a autarquia tem alcançado maior agilidade no cumprimento dos procedimentos (empenho, pagamento e execução), fazendo com que os recursos sejam transformados em benefícios sociais de forma mais rápida.

Os resultados obtidos pelo trabalho são tão satisfatórios, que a experiência desenvolvida no estado começa a ser levada também a regiões vizinhas. Na última semana, entre os dias 16 e 18 de outubro, servidores da autarquia em Alagoas participaram de um treinamento específico no Incra/SE, com o objetivo de aplicar o modelo de trabalho implantado em Sergipe naquele estado.

Além do treinamento, o encontro promoveu a difusão de informações e o intercâmbio de experiências visando melhorar a prestação dos serviços realizados pelo Incra na região.

Oficinas estimulam parcerias para Corredores Ecológicos – Sítio Eletrônico do MMA – 26/10/2007

As oficinas de Capacitação em Elaboração de Subprojetos organizadas pelo Projeto Corredores Ecológicos já atenderam cerca de 40 entidades interessadas em atuar nos minicorredores prioritários: o central Mata Atlântica e o central Amazônia. A primeira oficina foi oferecida em Porto Seguro, a segunda em Ilhéus e a terceira ocorrerá em Valença. Em novembro, os cursos serão oferecidos no Espírito Santo.

Segundo Renata Pires Lima, analista ambiental do Projeto, as oficinas vêm cumprindo satisfatoriamente seu objetivo pois estão promovendo articulações para formação de parcerias que futuramente poderão atuar nas áreas dos minicorredores. Os interessados devem responder aos editais lançados pelo projeto cujo prazo termina no dia 21 de dezembro. Mais informações sobre os editais no endereço: www.mma.gov.br/corredoresecológicos

MMA discute ações para incrementar combate ao desmatamento com ministérios – Marluza Mattos – Sítio Eletrônico do MMA – 26/10/2007

Os 40 municípios com maiores índices de desmatamento, localizados no Pará, em Rondônia e no Mato Grosso, serão alvo de novas operações do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, segundo informou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela participou no final da tarde desta sexta-feira (26) de uma reunião com representantes dos ministérios da Defesa, por meio do Exército, do Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra, da Justiça, por meio da Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, e da Casa Civil - todos órgãos operadores do plano. O objetivo foi discutir estratégias para continuar intensificando as ações de comando e controle no combate ao desmatamento na região.

"Nós já fizemos reuniões com os superintendentes do Ibama na Amazônia, mais especificamente nos três estados em questão. Nosso objetivo, nesse momento, é agregar um conjunto de novas ações ao plano, principalmente em função do período atípico que temos em 2008, a eleição. Geralmente, nessa fase, as dificuldades para a fiscalização aumentam", explicou a ministra em entrevista coletiva.

Hoje, cerca de 23 operações já estão em andamento nesses 40 municípios e outras 20 devem ser implementadas nas próximas semanas. "O trabalho de inteligência com a Polícia Federal continua, o trabalho das operações de rotina do Ibama continua. O que estamos fazendo é acrescentar operações em áreas que no nosso entendimento precisarão de reforços", disse Marina Silva. Ela explicou ainda que há uma tendência para que haja uma maior integração com os estados, que eles desenvolvam de forma integrada seus planos estaduais de combate ao desmatamento.

Recentemente, Marina Silva e o ministro da Justiça, Tarso Genro, criaram um destacamento da Força Nacional de Segurança para acompanhar as questões ambientais.

Em setembro, a Força Nacional passou a se integrar ao plano e, atualmente, está tendo atuação importante numa operação no município Buriticupu, no Maranhão. "Ela dá todo o apoio de segurança ao trabalho dos nossos analistas ambientais, dos nossos fiscais", acrescentou a ministra.

A participação da Força Nacional é um sinal do esforço permanentemente do governo em incrementar o trabalho feito desde 2004, quando foi lançado o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal, desenvolvido por 13 ministérios sob a coordenação da Casa Civil. As 31 ações estratégicas do plano são divididas em três eixos: ordenamento territorial e fundiário; monitoramento e controle; e fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Nos últimos três anos, houve uma queda na taxa acumulada de desmatamento da região de 49% e a previsão é de que esse percentual aumente para aproximadamente 65% quando os dados referentes ao período 2006-2007 forem consolidados - o que significa que o País terá evitado a emissão de 0,5 bilhão de toneladas de CO₂ na atmosfera. Entre agosto de 2004 e julho de 2005, foi registrada uma queda de 31% na taxa e a área desmatada ficou em 18.793 km². No período seguinte, a redução foi de 25%, com 14.030 km² desmatados. Para 2006-2007, a expectativa é de uma nova queda, desta vez de 30%, com uma área abaixo de 10.000 km² pela primeira vez. "Nosso desafio é fazer com que essa tendência de queda permaneça em 2008", reafirmou Marina Silva.

O resultado imediato da implementação do plano se deu em diferentes áreas. Em três anos, foram aplicadas multas no valor de R\$ 4 bilhões. Nas 22 operações de inteligência feitas em parceria com a Polícia Federal - o Ibama, apenas, desenvolveu 400 operações na região - foram presas 665 pessoas, sendo 120 servidores do instituto. Também foram desconstituídas 1.500 empresas ilegais, embargadas 66 mil propriedades envolvidas com grilagem de terras, apreendidos centenas de caminhões, tratores e motosserras.

Foram implantadas 12 novas bases operativas do Ibama nas áreas onde o desmatamento se manifestava com mais intensidade. O Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) foi aperfeiçoado e dois novos sistemas criados: de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e de Detecção da Exploração Florestal (Detex), este último em finalização. O Prodes e os dois sistemas aumentaram o controle social sobre as ações do governo nessa área, já que todos os dados gerados por eles são disponibilizados para a sociedade.

Em 2006, também foi implantado um sistema mais eficiente e transparente de fluxo de produtos florestais, o Documento de Origem Florestal (DOF), que substituiu as Autorizações de Transportes de Produtos Florestais (ATPFs). O valor das multas por hectare de floresta derrubada ilegalmente subiu de R\$ 1,5 mil para R\$ 5 mil.

A Amazônia ganhou mais de 20 milhões de hectares de unidades de conservação (UCs) e outros 10 milhões foram homologados como terras indígenas. Além disso, cerca de 3,9 milhões de hectares foram destinados a Projetos de Assentamentos Sustentáveis, entre assentamentos extrativistas, projetos de desenvolvimento sustentável e assentamentos florestais. Pelo menos 10.300 cadastros de imóvel rural de médias e grandes propriedades

foram inibidos nos municípios onde o desmatamento era mais intenso e o Incra retomou o processo de regularização fundiária na região. Também foram criados mecanismos para proteger emergencialmente regiões ameaçadas, como a Área sob Limitação Administrativa Provisória (Alap) - decretada pelo poder público no caso da necessidade de realização de estudos para a criação de UCs - caso de 15,4 milhões de hectares na região de influência da rodovia BR-319, no Amazonas.

Novos instrumentos legais que viabilizam o desenvolvimento de atividades econômicas em bases sustentáveis, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas, também tiveram influência importante nesse cenário. Sancionada em março de 2006, ela disciplinou a exploração florestal em regime de manejo florestal sustentável sob a supervisão do Poder Público, instituiu o Serviço Florestal Brasileiro e criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Nas próximas semanas, será lançado o primeiro edital para licitação de uma área destinada ao manejo sustentável na Amazônia, conforme prevê essa lei. A Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, será alvo de concessão florestal, por meio de licitação pública, e a União receberá o pagamento pelo uso dos seus recursos naturais. No total de 220 mil hectares, apenas 90 mil (cerca de 40%) serão manejados. Os recursos arrecadados com as concessões serão aplicados em monitoramento, fiscalização e regulação do setor e no fomento a atividades florestais sustentáveis.

Aliado ao Plano de Combate ao Desmatamento, está o planejamento socioambiental de obras de infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia que liga Cuiabá a Santarém, que deu origem ao Plano BR-163 Sustentável. Foi nessa área também que, em 2006, o governo criou o 1º Distrito Florestal Sustentável, uma área delimitada segundo aspectos geoeconômicos e sociais, onde são implementadas atividades baseadas no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de políticas públicas de vários ministérios.

Além disso, há esforços importantes que se aliam ao combate ao desmatamento como a expansão da floresta plantada com a recuperação de áreas degradadas, por meio do incentivo à participação de pequenos produtores. A área de florestas naturais sob manejo sustentável e proteção de áreas de alto valor para conservação também cresceu. O ministério ainda está trabalhando em busca de incentivos que apoiem o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia. O programa de capacitação de mão-de-obra, com ênfase no manejo florestal sustentável e no extrativismo, está sendo intensificado depois da criação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor).

O Plano de Combate ao Desmatamento faz parte do Plano Amazônia Sustentável, principal estratégia de política ambiental integrada do governo federal, cujas diretrizes orientam ações transversais na região. O PAS também orienta o Plano BR-163 Sustentável.

EUA deverão ajudar a reduzir emissão de gases poluentes, espera vice do IPCC - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2007

O vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), o cingalês Mohan Munasinghe, acredita que a posição dos Estados Unidos de não colaborar para a redução das emissões de gases que contribuem para o aquecimento global deve mudar no próximo acordo, a entrar em vigor a partir de 2013. Até 2012 vale o Protocolo de Kyoto, que os Estados Unidos, maior emissor de gases poluentes do mundo, não assinaram.

Em dezembro deste ano, os 180 países signatários das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima se reúnem em Bali, na Indonésia, para iniciar as discussões das políticas para reduzir a emissão do novo acordo. "Talvez haja mudanças no governo dos Estados Unidos, então acho que teremos progresso. Haverá mais pressões sobre as políticas dos governos", disse Munasingue, que esteve no Brasil para discutir as conclusões do último relatório do IPCC sobre mudanças climáticas com representantes da iniciativa privada e das diferentes esferas de governo do Brasil.

"Não sou pessimista sobre os Estados Unidos ou outro país em particular porque os governos mudam e a população está cada vez mais favorável a ações contra as mudanças climáticas", disse. Para ele, a posição americana de colocar barreiras ao Protocolo de Kyoto faz parte do passado, inclusive porque os Estados e cidades americanas pressionam para a adesão. Outro fato, diz ele, é o aumento do nível de importância dado pelas empresas para o tema da responsabilidade social e ambiental. "Os grupos empresariais estão preocupados com questões ambientais e sociais e não apenas em gerar lucros", completou.

Para Munasingue, Kyoto foi desapontador. Por isso, espera regras mais rígidas e uma implementação apropriada do novo acordo. A previsão do IPCC é de que nos próximos 30 anos, a emissão de gases irá crescer de 50% a 100%. O caminho, sugere ele, é não só mostrar a necessidade de atuar através de políticas de governo, mas principalmente por meio de mudanças nos processos produtivos das empresas. Ele defendeu ainda que a negociação do novo protocolo seja feita de forma globalizada e é contra a atuação de um país em separado ou em bloco. "Há países ou grupos que podem ter mais influência que outros", disse.

Munasinghe defendeu o estabelecimento de metas para redução e mitigação de emissão de gases pelos países ricos e pelos em desenvolvimento.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que a posição brasileira sobre a fixação de metas na reunião de Bali está em discussão interna no governo, mas demonstrou que o compromisso em diminuir o desmatamento é suficiente. Ela citou que o desmatamento na Amazônia caiu 30% em 2007 para 9,6 mil quilômetros quadrados, segundo estimativa do governo. Nos últimos três anos, a queda do desmatamento acumulou 65%, o equivalente a 500 mil toneladas. "Isso representa 20% do que teria que ser reduzido pelos países ricos no mesmo período", disse a ministra.

"Vamos defender que tenhamos a continuidade do Protocolo de Kyoto, que aumentem as metas dos países ricos. Os países em desenvolvimento devem assumir o compromisso de reduzir o desmatamento", afirmou. O Brasil, disse Marina Silva, ainda tem a vantagem de ter 45% de sua matriz energética baseada em fontes renováveis, enquanto os países ricos têm uma média de apenas 6%.

A ministra, contudo, disse que 2008 será um ano atípico, pois concentrará ano eleitoral, seca e reaquecimento do preço das commodities. "Estamos trabalhando para que em 2008 não aconteça um retrocesso", afirmou.

Ruralistas assumem projeto de reserva legal - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 28/10/2007

Deputados da Comissão de Agricultura serão responsáveis por alterações no Código Florestal

Diante da derrota na Comissão de Meio Ambiente, parlamentares da bancada ruralista decidiram tomar as rédeas da discussão do projeto que altera as regras relativas ao uso e recuperação de florestas em terras privadas. Pediu - e ganhou - o direito de a Comissão de Agricultura avaliar a proposta. Na prática, a discussão volta à estaca zero.

Deputados da Comissão de Agricultura farão as alterações que acharem necessárias na proposta aprovada no Senado e somente então encaminharão o texto para a Comissão de Meio Ambiente. Para quem acompanha a tramitação, a manobra é vista como uma oportunidade de ouro para ruralistas consolidarem sua posição e, depois, concentrarem forças para uma aprovação rápida na Comissão de Meio Ambiente.

O deputado Sarney Filho (PV-MA) já avisou que vai entrar com recurso para a proposta passar pelo plenário da Câmara. “O assunto é delicado e agora não é o momento adequado para ele ser avaliado”, afirmou. O projeto, polêmico, prevê a redução da área de reserva legal na Amazônia dos 80% atuais para 50%, em regiões onde a floresta já foi derrubada. Nos 30% de diferença, proprietários hoje em situação irregular poderão plantar espécies exóticas, entre elas dendê.

A proposta também amplia as formas de compensação de áreas devastadas em todo o País: donos de áreas em situação irregular poderão, em vez de fazer a recuperação em sua propriedade, “adotar” reservas em outras áreas, desde que sejam do mesmo bioma.

PERIGOS - Ambientalistas listam uma série de perigos na proposta. Em termos gerais, dizem, ela reduziria a reserva legal - área mínima de florestas e outros ecossistemas naturais, que, por lei, devem ser conservados. Na região amazônica, a reserva hoje deve ocupar 80% da propriedade. Nas demais regiões do País, 20%. O setor produtivo, por sua vez, afirma que a proposta traz um incentivo para proprietários recuperarem áreas abandonadas há tempos.

A divisão criada pelo projeto transcende partidos. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vê no projeto uma boa ocasião para fazer alterações no Código Florestal. E outros setores do governo consideram a proposta uma ótima oportunidade para ampliar o investimento no plantio de dendê - fundamental no programa predileto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o de biocombustível.

A frouxidão para aprovação do projeto poderia transformar-se numa forma de pagamento para ruralistas, cujo apoio pode ser fundamental, por exemplo, para a prorrogação da CPMF.

“A proposta é recheada de imperfeições, por isso a batizamos de Floresta Zero”, afirmou o coordenador da Campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário. Ele admitiu estar apreensivo com o rumo do projeto, que, em sua avaliação, foi pouco discutido pela sociedade. Para ele, a estratégia do MMA de tentar transformar a proposta é extremamente perigosa. “Estão negociando perigosamente o futuro da Amazônia.”

Governo planeja ações na Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & - 27/10/2007

Os 40 municípios com maiores índices de desmatamento, no Pará, em Rondônia e Mato Grosso, serão alvo de novas operações do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O desmatamento na Amazônia cresceu 8% nos últimos quatro meses.

Força Nacional agirá contra a devastação – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2007

Decisão foi anunciada pela ministra do Meio Ambiente, em resposta a aumento de 8% no desmatamento na Amazônia

Plano do governo prevê 20 ações de emergência em 40 municípios; tropas vão apoiar fiscalização durante conflitos com madeireiros

A Força Nacional de Segurança Pública será mobilizada para conter o aumento do desmatamento na Amazônia, anunciou ontem à noite a ministra Marina Silva (Meio Ambiente), depois de reunião com o diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Paulo Lacerda, e representantes dos ministérios da Casa Civil, Justiça, Defesa e do Desenvolvimento Agrário.

A mobilização é a primeira resposta ao crescimento de 8% no desmatamento da Amazônia registrado entre os meses de junho e setembro em relação ao mesmo período de 2006. Não foram divulgados detalhes das 20 novas operações que ocorrerão em 40 municípios anteriormente identificados e que concentram quase metade da atividade de derrubada de árvores na região.

Esses municípios ficam nos Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Rondônia é o caso mais grave de desmatamento recente. Em setembro, imagens de satélite monitoradas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectaram mais de 600% de aumento na devastação.

Desde o mês passado, a Força Nacional de Segurança foi acionada pela primeira vez para conter o desmatamento na reserva biológica de Gurupi, no município de Buriticupu (MA). Treinados especialmente, contingentes da Polícia Federal e dos órgãos de segurança

pública dos Estados podem ser mobilizados apenas em situações emergenciais ou excepcionais.

Segundo Marina Silva, as tropas vão apoiar as equipes de fiscalização em situações de maior violência. "Os madeireiros costumam usar a população contra os fiscais em manifestações mais agressivas", disse.

O objetivo das novas operações é conter o crescimento no ritmo do desmatamento da Amazônia, que só terá repercussão nos resultados de 2008. Os números oficiais deste ano só deverão ser anunciados em novembro, quando fica pronta a análise dos dados do Prodes, sistema do Inpe que dá a taxa oficial de desmatamento.

O Prodes é mais lento, mas mais preciso que o Deter, que usa imagens de satélite em tempo real e forneceu a estimativa de crescimento de 8%. Será levado em conta o saldo acumulado até julho.

Marina Silva disse que o desmatamento em 2007 deverá fechar em 9.600 quilômetros quadrados, o que representará uma redução de 65% no volume anual de devastação em relação aos 27 mil quilômetros quadrados de desmatamento registrados em 2004, ano do anúncio do plano de combate ao problema.

"Vamos trabalhar considerando uma situação atípica", reiterou a ministra, preocupada especialmente com o aumento do preço das commodities -como a carne, o milho e a soja- e com a proximidade das eleições municipais de outubro de 2008. "Em períodos eleitorais, a governança ambiental fica mais difícil", comentou ela. "Teremos um grande teste de fogo para o combate ao desmatamento", reiterou.

Marina Silva contabilizou, como resultado das fiscalizações feitas desde 2003, a apreensão de 1 milhão de metros cúbicos de madeira. Enfileirados, os troncos das árvores derrubadas tomariam a distância entre São Paulo e o Rio de Janeiro, comparou. Também foram aplicados cerca de R\$ 3 bilhões em multas, dos quais o ministério não sabe quanto teria sido pago. Os madeireiros recorrem das multas, assim como do confisco de motosserras, tratores e caminhões usados no corte.

'Preço das commodities é teste para a Amazônia' - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/10/2007

Marina Silva: ministra do Meio Ambiente

Ministra diz também que discurso ambíguo sobre desenvolvimento e meio ambiente é da sociedade e está dentro do governo

Em seu segundo ano como ministra do Meio Ambiente, em 2004, Marina Silva enfrentou dados desastrosos: 27 mil quilômetros quadrados de área amazônica foram

desmatados. Diante de um dado tão ruim para o governo, a ministra não teve dificuldade para convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fazer um plano nacional de combate ao desmatamento. Mas, desde que assumiu, Marina tem tido embates constantes no governo contra visões pouco sustentáveis de desenvolvimento. “Essa ambigüidade não é do governo, é da sociedade.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

Dados já divulgados sobre o desmatamento da Amazônia apontam que, ao contrário dos últimos anos, pode haver crescimento neste ano. O ministério confirma?

Tem uma variação do dado no mês de julho, agosto e setembro - crescimento de 3% em julho, agosto mais de 50%, setembro 107% - que, somando tudo dá um aumento de 8% no ano. A sociedade inteira está acompanhando. A análise dos dados que levam a essa variação aconteceu também no ano passado. Esses são os meses mais complicados de todo o período. Mas já estamos operando em cima dessas informações. Essas variações do desmatamento vêm acontecendo todos os anos. A diferença agora é que, desde 2004, nós temos um sistema novo que permite o acompanhamento do desmatamento em tempo real e o sistema é aberto.

Mas, mesmo essas variações acontecendo todos os anos, neste ano é do mesmo nível? Não houve crescimento comparativo?

Não é o mesmo nível. Com certeza, é diferente. Como governo não posso fazer chutômetro. Existem outras variáveis que precisam ser analisadas, é um dado que precisa ser limpo. Mas não vou ficar aqui dizendo que tem que tirar isso ou aquilo, parecendo que estou querendo minimizar as coisas. É claro que tem diferença. Eu não quero chegar à conclusão de que a solução para o Brasil é imaginar que de fato não temos como ter governança ambiental sobre o problema do desmatamento. Aí a solução seria recair num processo de desqualificação da nossa produção agrícola de um modo total. Nós estamos apostando que é possível produzir com sustentabilidade ambiental, social e econômica. Nossa meta é desmatamento ilegal zero. Se não tivéssemos um processo de vigilância como esse, com certeza se estaria atuando no escuro. O governo não está.

O fato de o preço da soja e de outras commodities terem subido no mercado mundial tem influência na ampliação do desmatamento?

Nos últimos anos, quando começou a se registrar uma queda, também o preço dos grãos tinha caído e tornara-se menos interessante ampliar as plantações. Não posso concordar com aqueles que acham que esses resultados que conseguimos são mero fruto da queda das commodities, que não houve nenhuma influência do Plano Nacional de Combate ao Desmatamento. Eu não apostaria em ter ficado olhando o desmatamento ir de 18 mil km quadrados para 27 mil e dizer: não, as commodities vão cair e vai cair o desmatamento. Só dentro do Ibama, 120 pessoas foram presas.

Mas, mesmo com o plano, pelo fato de existir essa possibilidade de aumento do desmatamento, contrariando a tendência dos últimos anos, isso não pode estar acontecendo pela influência da demanda maior por commodities?

Com certeza. Não se tem uma movimentação em cima do nada. A governança ambiental vai ser testada exatamente agora. É um teste se de fato há possibilidade de governança em um momento em que há elevação de preços das commodities. Aí vamos poder testar, saber se ela tem apenas uma possibilidade relativa em períodos de queda dos preços ou se funciona de qualquer forma. Não é vantagem para a Amazônia, para os biocombustíveis para o agronegócio em geral passar a idéia de que estamos em uma situação de perda de controle. Isso não é verdade.

O governo não precisa, talvez, trabalhar mais com os Estados para tentar frear esse avanço do desmatamento, mas, ao mesmo tempo, encontrar alternativas viáveis economicamente?

Uma das maiores reclamações nessas regiões é justamente o fato de que, com a quantidade de reservas de vários tipos, é difícil o desenvolvimento da região. O Plano de combate ao desmatamento, lançado em 2005, era um plano federal, a ser feito pelo governo federal. Era uma ação emergencial para conter um desmatamento que vinha crescendo assustadoramente. Hoje precisa ser revisado para incluir os Estados. Não há como você tentar governar essas regiões (Norte), onde moram 20 milhões de pessoas, tentar conter o desmatamento com base apenas em repressão e fiscalização, com Ibama, a Polícia Federal, o Exército e a Polícia Rodoviária Federal. Essa parte de repressão nós fazemos, é a parte sobre a qual somos responsáveis. É preciso trabalhar para organizar essas áreas, definir como serão usadas essas terras. Afinal, temos 175 mil km² de área aberta que estão abandonados ou semi-abandonados e podem ser usados para que não se tenha que avançar sobre florestas. Em menos de dois anos, nós, do ministério, conseguimos aprovar uma lei de gestão de florestas públicas - e estamos fazendo o primeiro leilão. Fizemos o que é de nossa competência.

O governo Lula não tem um discurso um tanto ambíguo em relação ao meio ambiente? A sra. já teve que enfrentar, no próprio governo, várias brigas para tentar impor essas idéias de desenvolvimento sustentável, como na questão das licenças ambientais e, mais recentemente, na questão da plantação de cana-de-açúcar na região amazônica, levantada pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Essa ambigüidade não é do governo, é da sociedade. Não podemos achar que ela não está representada dentro do governo. E que, quando o governo consegue fazer todas essas ações que mencionei, não é o governo. Isso não é a ministra que fez. É o governo com as suas ambigüidades. Até porque essa idéia de associar desenvolvimento com preservação ambiental é um desafio muito novo. Claro que as pessoas vão se sentir inseguras. O mesmo congresso que aprovou a lei de florestas públicas teve dificuldade agora de aprovar o instituto Chico Mendes para implementar as unidades de conservação. Eu fiquei muito feliz quando o ministro Stephanes anunciou que faria uma portaria proibindo cana-de-açúcar na Amazônia. É a melhor coisa que ele faz em benefício do biocombustível. Imagino que se, com todo o esforço que fizemos, não houvesse uma queda no desmatamento, teríamos que nos virar para explicar isso, mesmo que a produção de etanol não seja na Amazônia. Os interesses econômicos internacionais iriam fazer essa associação e não conseguiríamos evitar.

Qual é o Estado hoje em que há maior dificuldade de trabalhar?

O Estado de maior dificuldade é Rondônia. No início, era também Mato Grosso, mas depois da Operação Curupira (ação da Polícia Federal, em junho de 2005, que prendeu funcionários do Ibama e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado envolvidos em desmatamento ilegal) se estabeleceu um processo de cooperação. O Pará vem fazendo, desde a gestão anterior, Amazonas também. Vamos trabalhar agora os planos estaduais de combate ao desmatamento. Não há como prosseguir apenas com um plano federal. Os governos estaduais vão ajudar na elaboração desses planos. Com esse pequeno fôlego, de uma redução de 65% nos últimos anos, já se pode sonhar que os Estados venham a assumir também a sua parte, porque é isso que fará a diferença.

Quem é: Marina Silva - É ministra do Meio Ambiente desde 2003 e foi a mais jovem parlamentar a ocupar uma vaga no Senado, em 1994, reeleita em 2002. Alfabetizou-se aos 17 anos. Foi empregada doméstica e costureira. Aos 26, formou-se em História pela Universidade Federal do Acre. Recebeu diversos prêmios no Brasil e no exterior.

Marina vence batalha e cana será proibida na Amazônia e no Pantanal - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007

Expansão do desmatamento obriga o governo a adotar restrição, que será definida em zoneamento ambiental

O zoneamento ambiental da cana-de-açúcar vai proibir o cultivo da planta na Região Amazônica e no Pantanal. O trabalho de zoneamento fica pronto em junho do ano que vem. A decisão, tomada na semana passada, foi o desfecho para o mais recente embate enfrentado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, depois que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admitiu a possibilidade da cultura da cana-de-açúcar nas áreas degradadas da Amazônia.

O veto foi uma decisão pragmática do governo. Ao mesmo tempo em que o aumento da produção de etanol é um dos projetos mais caros ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ameaça de que, pela primeira vez em três anos, o desmatamento na Amazônia pode ter voltado a crescer, assusta a quem tenta vender a idéia do Brasil como um País ecologicamente correto.

A última crise enfrentada pela ministra Marina Silva expôs, mais uma vez, a ambigüidade do governo quanto se trata de desenvolver o País e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente.

O primeiro embate, ainda em 2003, foi em torno do projeto que definiria como seria feita a liberação do plantio de transgênicos no País: enquanto a área agrícola queria liberar

os organismos geneticamente modificados (OGMs), alegando que o Brasil iria ficar para trás na pesquisa e na economia, o Meio Ambiente queria tornar mais dura a legislação e ter o poder de veto. Marina perdeu, mas parcialmente, já que a liberação dos transgênicos ainda é um processo trabalhoso no País e pode, como aconteceu recentemente com o milho, ser barrado com ações na Justiça.

O segundo confronto, em relação à demora do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em conceder licenças ambientais, fez com que boa parte do instituto e vários assessores de Marina perdessem seus cargos. A crise, fomentada pelo próprio presidente Lula - que passou a reclamar em público da demora - levou a uma reestruturação do Ibama, que foi dividido em dois para melhorar a fiscalização e a agilidade.

O fato de algumas commodities, como a soja, terem se valorizado no mercado de grãos faz com que o Brasil volte a enfrentar, pela primeira vez desde o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento, em 2005, um mercado internacional aquecido. O panorama que se desenha poderá ser uma prova de fogo para o governo Lula e sua tentativa de manter uma imagem ecologicamente correta.

“A política do governo não é vocacionada para que se faça respeitar a legislação ambiental. É muito mais uma manifestação superficial, nas solenidades. É dirigida muito mais para a destruição”, acusa Sergio Leitão, diretor de políticas públicas da ONG Greenpeace. A ONG viu com preocupação os dados que mostram um aumento no desmatamento desse ano.

A avaliação é que as políticas do governo são muito frágeis para enfrentar o mercado de grãos aquecido. “Nós comemoramos os esforços do governo em aumentar o controle e a fiscalização, mas as iniciativas não são suficientes para tornar permanente a queda no desmatamento. Até agora só enfrentamos um mercado em baixa”, disse Leitão.

Esse é o mesmo temor do deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos principais integrantes da Frente Ambientalista da Câmara dos Deputados. Gabeira teme que a pressão pela produção de etanol empurre as plantações de soja para dentro da Amazônia, já que a cana ainda não pode ser plantada naquela região. “O discurso do presidente Lula sempre tem garantido que não vai haver desmatamento por causa da cana-de-açúcar, mas a verdade é que já existe. E a capacidade de controle no Brasil está longe de ser o que deveria.”

Depois do anúncio de Stephanes de que o governo iria até mesmo dar incentivos para a plantação de cana-de-açúcar na Amazônia, a reação de Marina terminou por abafar o caso, e o ministro da Agricultura voltou atrás. Mas, dentro do ministério, ainda há resistências contra o veto à cana na Amazônia. Há setores defendendo que a decisão final seja tomada em definitivo quando o zoneamento terminar.

Uma semana depois das declarações de Stephanes, o Ministério do Meio Ambiente chegou a preparar uma nota a ser assinada pelos dois ministros, declarando que “é decisão do governo não induzir e não permitir a plantação da cana-de-açúcar e a instalação de

usinas de álcool em áreas da Amazônia e do Pantanal, por se tratar de ambientes frágeis, com elevados atributos naturais, solos não adaptados e distância dos grandes centros consumidores”. A nota não chegou a ser divulgada.

FRASES - Sergio Leitão - Diretor do Greenpeace

“A política do governo não é vocacionada para que se faça respeitar a legislação ambiental”

Fernando Gabeira - Deputado federal (PV/RJ)

“A capacidade de controle no Brasil está longe de ser o que deveria”

Cana avança agora na terra do zebu - João Domingos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007

Em Uberaba, canaviais tomam espaço antes dedicado à pecuária e já preocupam autoridades locais

A chegada da cana-de-açúcar a Uberaba está mudando rapidamente a economia da cidade. Neste ano, foram plantados 60.750 hectares de cana, ante 40 mil no ano passado. O avanço deu-se sobre 8 mil hectares de pastagens e cerca de 9 mil hectares de terras antes cultivadas com lavouras de soja, de acordo com o secretário de Agricultura, José Humberto Guimarães. Outros 4 mil hectares não tiveram especificação de local. O rebanho bovino, que era de 228 mil cabeças, do bezerro mamando ao gado adulto, caiu para 220 mil.

“Deve cair mais um pouco”, avisa José Olavo Borges Mendes, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). “Fazer o quê? O fazendeiro tem de seguir a lei da sobrevivência, voltar-se para onde há mais lucro. E arrendar a terra para a plantação de cana é um bom negócio.” Para José Olavo, apesar de os preços do gado e do leite terem melhorado, a tendência será a de transformar o rebanho de Uberaba em uma espécie de elite bovina. Só assim, diz, será possível competir com a cana.

Preocupada com o crescimento das lavouras de cana, a Câmara Municipal aprovou uma lei segundo a qual a área plantada com ela não pode ultrapassar 10%. Mas a lei não foi levada em consideração. Dos 454.051 hectares de todo o município de Uberaba, 60.750 (13,3%) já estão ocupados com a cana, de acordo com Guimarães. A previsão da Secretaria de Agricultura é de que até 2012 a área de plantio da cana dobrará, para 122.112 hectares. O prefeito Anderson Aduato (PR) enviou à Câmara projeto de lei que aumenta a área de plantio para 30%. Deverá aprová-lo, pois tem 11 votos entre os 14 vereadores de Uberaba.

Guimarães acha que os criadores de gado têm de diversificar suas atividades, modernizando-as, com muito mais investimentos em tecnologia. Hoje, a lucratividade da pecuária é infinitamente menor do que a do plantio de grãos, como soja e milho, e a da cana. Para se ter uma idéia, na pecuária extensiva (de pasto), é necessário um hectare para cada cabeça de gado. Num ano, o lucro com um bezerro bom é de pouco mais de R\$ 90.

O conflito que se verifica em relação às pastagens não deverá atingir a produção de grãos, de acordo com Guimarães. Hoje, a soja produz entre 50 e 55 sacas de 60 quilos por hectare; o milho, 110 sacas. “O negócio de grãos passa por um momento excelente. Soja e milho é que dão dinheiro. Hoje empatam e às vezes até ganham da cana”, afirma Guimarães, técnico aposentado do Banco do Brasil, que trabalha há quase 40 anos nessa área. O conselho que ele dá aos pecuaristas é a prática da criação por confinamento. “Assim, eles podem arrendar parte das pastagens, porque metade delas está degradada. A pecuária terá de melhorar sua eficiência. E vai melhorar, porque os pecuaristas já perceberam isso. Hoje o leite está sendo bem pago”, afirma.

Como o preço do leite aumentou, a Secretaria da Agricultura pretende orientar os criadores de gado a fazer a rotatividade dos pastos. Assim, numa área bem menor, o produtor conseguirá promover a alimentação adequada para o rebanho, com produtividade maior. Experiências mostraram que o método faz a média de produção de leite por vaca aumentar de 6 litros para 10 litros. “A área do pasto vai ser reduzida, mas não haverá prejuízo para o pecuarista, que terá melhor plantel”, afirma Guimarães.

Ele lembra que, em 1985, quando a soja chegou à região, houve muita especulação sobre o fim das pastagens e do gado. “Começamos com 50 mil toneladas de soja; hoje, produzimos 650 mil. O rebanho bovino continua do mesmo tamanho. O que há é uma adequação de todas as atividades à nova realidade do negócio no mundo”, diz o secretário. Quanto maior a mecanização, maior o lucro. Uberaba tem hoje mais de 3 mil tratores e 400 colheitadeiras.

O município é o maior produtor de soja e milho de Minas Gerais e o terceiro do País. “E vai continuar crescendo, porque no cultivo da cana é necessário fazer o plantio de ao menos 20% de grãos, para a renovação dos canaviais”, explica Guimarães.

Nos 60.750 hectares de cana, foram plantados 3.933 hectares de milho, 3.324 de soja, 1.500 de girassol, 1.541 de sorgo e outros grãos, num total de 13.040 hectares. “O arrendamento de terras é um excelente negócio e ajuda a diversificar o plantio. Ora pode entrar cana, ora entra milho e soja. O produtor sabe que a monocultura é um arraso, acaba com qualquer terra”, afirma o secretário.

Com o avanço da cana na região de Uberaba, três grandes usinas já operam no município. A Usina Caeté plantou 53.100 hectares e tem projeção para chegar a 80.100 hectares em 2012. A Uberaba está com 6.526 hectares e deverá chegar a 12.548 daqui a cinco anos. A Vale do Tijuco, que neste ano trabalha com 1.124 hectares, quer plantar 26.464 em 2012.

Cana não atrapalha a produção de alimentos, afirma CNA – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/10/2007

Confederação faz as contas e diz que plantio alcançará 8% da área destinada à agricultura

O presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Edison José Ustulin, não vê possibilidade de o crescente plantio da cana atrapalhar a produção de alimentos no País. Ele diz que a área do plantio de cana alcançará no máximo 8% da destinada à agricultura, isso quando o País estiver produzindo o máximo possível, de 350 bilhões a 400 bilhões de litros de etanol. Hoje, a produção é de 20,5 bilhões. “Não será preciso usar um metro de terra de cerrado ou da Amazônia”, afirma.

Ustulin cita números para apostar que a cana-de-açúcar não vai atrapalhar a produção de alimentos. “Dos 62 milhões de hectares plantados com grãos e outros tipos de alimentos, 7 milhões estão ocupados com a cana.” A pecuária, segundo ele, tem 220 milhões de hectares de pasto. “Desses, 90 milhões de hectares podem ser utilizados na agricultura. Dos 90 milhões da agricultura, somente 23 milhões de hectares podem receber cana, por causa das características da terra.”

Ele faz uma soma, para reafirmar que a cana não é uma ameaça. “Sete milhões atuais, com 23 milhões, somam 30 milhões de hectares, que podem ser usados para o plantio da cana, sem entrar em nenhuma nova área, sem desmatamento”, afirma. “Se destinarmos dessa área de 30 milhões de hectares 65% à produção de etanol, teremos mais ou menos 20 milhões de hectares para o álcool.”

Hoje, segundo Ustulin, a produção é de 7 mil litros de álcool por hectare. “Temos capacidade de chegar a 140 bilhões de litros. Mas podemos ir a muito mais. Com a transformação de toda a matéria-prima em álcool (bagaço e folhas), que chamamos de verticalização industrial, dá para chegar a 280 bilhões de litros. E, com o avanço da tecnologia, com novas formas de produção e modernização das usinas, mais irrigação, chegaremos à produção máxima, que será de 350 bilhões a 400 bilhões de litros. Isso é mais do que suficiente para abastecer meio mundo. Hoje nossa produção é de 20,5 bilhões.”

Portanto, afirma Ustulin, por maior que seja o plantio, o máximo que se chegará com a cana será de 8% da área agricultável do País. Atualmente, 1,5% da área total é usada. “Não será necessário derrubar nada de cerrado nem de mata.”

Ele prevê que a pecuária extensiva, de pastos, terá de dar lugar à intensiva, de confinamento, porque essa é a tendência mundial. “Com a modernização da atividade de pecuária, gado e cana vão conviver sem problema. A cana fornecerá a ração para o gado. Portanto, poderemos produzir em conjunto açúcar, álcool e proteína. Não há risco”, afirma.

CONFLITO - O conflito entre a cana, o gado e outras culturas já chegou em cidades de grande potencial de produção agrícola e pecuária. Em Rio Verde (GO), com o

apoio de 47 entidades, o prefeito Paulo Roberto Cunha (PP) aprovou na Câmara Municipal, em 2006, lei que restringe o plantio de cana a 10% da área agricultável da cidade.

Como são 500 mil hectares, a cana só poderá ocupar 50 mil. No ano passado, só em Goiás a área plantada com cana aumentou 17%. Neste ano, ainda não há números exatos, mas calcula-se que o crescimento pode ter chegado a mais 25%. Ao todo, com algumas em processo de instalação, o Estado de Goiás já tem 27 usinas.

Segundo o prefeito Paulo Roberto Cunha, o mais preocupante na expansão da cana é a interferência no modelo econômico da cidade, já consolidado com multiplicidade econômica. Só a Perdigão, que atua na área de alimentos, gera 6 mil empregos e tem um plano de expansão de R\$ 500 milhões para os próximos cinco anos.

Ao tomar a decisão de limitar a cana, o prefeito lembrou que perderia receita. Mas disse que preferiu agir assim, para evitar comprometer a multiplicidade de negócios na cidade.

A guerra pós-Kyoto – Folha de São Paulo – Opinião – Editoriais – 28/10/2007

A MUDANÇA climática em curso contaminou de vez a agenda política global. Sintoma disso está na febre de relatórios alarmantes sobre o tema. Só nesta semana foram dois, um do Conselho Interacademias, que reúne agremiações científicas de 15 países, outro do Programa da ONU sobre Meio Ambiente (Pnuma). Conclusão de ambos: o mundo faz muito pouco para dar conta da escala e da urgência do problema.

O primeiro documento, "Iluminando o Caminho", reuniu 15 especialistas sob coordenação de Steven Chu (EUA) e José Goldemberg (Brasil). O segundo, "Panorama Ambiental Global" (ou "GEO-4"), 390 estudiosos. O foco de "Iluminando o Caminho" é a geração de energia. É a maior fonte dos gases lançados pelo homem na atmosfera, que já contribuíram para aquecê-la quase 1C no século 20 (outros 1,8C a 4C virão até 2100).

O grosso desses gases resulta da queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) em usinas termelétricas. Para reduzir sua emissão, seria preciso aumentar a eficiência energética, usar fontes mais limpas (energias renováveis, como solar, eólica e biocombustíveis) e recapturar os gases produzidos. Isso depende de tecnologia radicalmente inovadora, e o relatório propõe um esforço de guerra nessa direção: no mínimo duplicar o gasto em pesquisa no setor.

Acabrunhante, porém, é a insuficiência de iniciativas existentes, como o Protocolo de Kyoto, diante da inércia dos combustíveis fósseis. As emissões seguem em alta. A fonte de energia mais suja (carvão) é a que mais cresce, do Brasil à China.

O segundo período de Kyoto, pós-2012, entra em discussão em dezembro. Prevê-se nova guerra de posições entre países ricos e pobres sobre cortes obrigatórios de emissões, quando o que o planeta pede são ações.

Carbono inorgânico – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 28/10/2007

Agroecologia está restrita a 2% da produção agrícola mundial

A inércia das idéias feitas é a saúva do conhecimento -ou acabamos com ela, ou ela ainda acabará conosco. O lugar-comum sobre baixa produtividade e alto custo da agricultura orgânica ("agroecologia" pode ser um nome menos tautológico) é o correlato perfeito da noção não menos precária de que só a biotecnologia (transgênicos na vanguarda) poderá livrar o mundo da fome.

Nenhuma das afirmações acima foi ainda adequadamente testada e provada até agora, mas ambas estão na base das noções predominantes sobre a agricultura. Enquadrado por essa moldura de aço, o debate público não encontra espaço para apreciar conclusões divergentes, como as que emergiram da Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar, realizada em Roma, entre os dias 3 e 5 de maio. Só agora o relatório final do encontro organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura) chegou ao conhecimento da coluna. Pode ser obtido, em espanhol, no endereço <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/012/J9918S.pdf>. Os 350 participantes de 80 países, filiados a 66 governos, 45 ONGs, 24 institutos de pesquisa e 31 universidades, remaram com esforço contra a corrente, sem nenhuma garantia de que chegariam a algum lugar.

Seu ponto de partida é o paradoxo do sistema alimentar internacional, que tem uma face dupla. Primeira: o suprimento de comida é suficiente para alimentar toda a humanidade, mas 854 milhões de pessoas passam fome no mundo. Segunda: o uso de insumos químicos na agricultura não pára de crescer, mas a produção de grãos caiu por dois anos consecutivos (1% de 2004 a 2005 e 2,7% de 2005 a 2006).

A turma da conferência em Roma pode ser quixotesca, mas não rasga estatísticas. Reconhece no documento a necessidade de aumentar a produtividade da agricultura em 56% até 2030, só que vê um papel para a agroecologia nesse desafio.

Pelas simulações, a conversão da agricultura mundial para padrões orgânicos -que excluem pesticidas e fertilizantes à base de nitrogênio- resultaria num suprimento de 2.640 a 4.380 quilocalorias diárias por pessoa. O mínimo recomendado é 2.200.

Não se trata de trocar seis por meia dúzia. Os defensores da agricultura orgânica sustentam que suas práticas consomem 33% a 56% menos energia que a convencional, dobram a quantidade de carbono seqüestrado no solo, reduzem 48% a 60% as emissões de

CO2 e retêm 20% a 40% mais água no solo. Ou seja, são muito melhores para mitigar os efeitos do aquecimento global e da escassez de água que rondam o planeta.

Seria imprudente tomar essas afirmações por verdades comprovadas. Elas estão sujeitas, no entanto, a corroboração empírica. Só que a agroecologia permanece restrita a 2% da produção agrícola mundial, se tanto, e não passa de um gueto exótico nas escolas de agronomia.

Nelas imperam as saúvas biotecnológicas, que podam sem cessar os brotos de um programa de pesquisa comparativa -perfeitamente racional- sobre a sustentabilidade dos estilos agrícolas concorrentes.

Diz uma velha máxima do ativismo político que é preciso ser pessimista na análise e otimista na ação. Há momentos sinistros, porém, em que a realidade monopoliza toda a margem para o pessimismo e ainda condena o otimista à análise, lodaçal que separa um oceano de boas intenções e medidas sensatas da terra firme em que homens de carne e osso carbonizam o próprio futuro.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

Desmatamento volta a crescer na Amazônia – Sítio Eletrônico da CONTAG – 29/10/2007

Cinquenta e nove por cento no Pará, mais de 84% no Mato Grosso, inacreditáveis 602% em Rondônia. Não dá mais para contestar: após três anos sucessivos de queda, o ritmo do desmatamento da Amazônia brasileira voltou a crescer no segundo semestre de 2007. Fatores econômicos objetivos, como o aumento da demanda e dos preços da soja no mercado internacional e o início da construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, e até mesmo subjetividades políticas, como o início das negociações visando às eleições municipais, são os motores da retomada do desmatamento, que já é admitida pelo governo federal.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), baseados em imagens de satélite obtidas pelo sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), a área total devastada na Amazônia entre junho e setembro deste ano foi 8% maior do que no mesmo período em 2006. No entanto, se levado em conta somente o mês de setembro, o aumento da devastação é, segundo as informações do Deter, de significativos 107%. De posse dessas informações, o governo afirmou que pretende rever o Plano de Combate ao Desmatamento de modo a intensificar o número de operações nos três estados mais problemáticos.

O caso mais espantoso é o de Rondônia que, nos últimos doze meses, teve um aumento do desmatamento de 602% em comparação ao período anterior, passando de 42 km² de área devastada em setembro de 2006 para 295 km² em setembro deste ano. De acordo com as imagens do Inpe e os relatórios produzidos pelo Ibama, o desmatamento no estado se concentra em uma região que começa na capital, Porto Velho, e passa pelos municípios de Jaciparaná, Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Costa Marques, ao longo da fronteira com a Bolívia.

Além dessas cidades, segundo o Ibama, a grilagem de terras em Rondônia teve um aumento considerável nos últimos meses nas áreas conhecidas como Nova Dimensão, União Bandeirantes, Taquara e Pau D'arco. Técnicos do Ibama e militantes do movimento socioambientalista creditam o enorme aumento do desmatamento no estado à proximidade do início da construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. Outro fator que permitiu esse aumento, segundo os críticos, foi o afrouxamento no licenciamento e na fiscalização ambientais desde que a responsabilidade por ambos saiu da esfera do governo federal e passou para o governo de Rondônia.

Em Mato Grosso, o aumento do preço da soja já se faz sentir na carne da floresta, que viu o desmatamento crescer 84% nos últimos doze meses, em comparação ao período anterior. Alguns dos municípios campeões da devastação - Alta Floresta, Nova Bandeirante, Novo Mundo e Apiacás, entre outros - estão situados no chamado Portal da Amazônia, na fronteira norte do estado. Outros, como São Félix do Araguaia e Colniza, ficam logo ao lado. As áreas desmatadas recentemente, no entanto, não servirão diretamente ao plantio de soja, sendo transformadas, a princípio, em meras pastagens. É a segunda etapa do perverso trinômio madeira-gado-soja que destrói a Amazônia.

O Pará teve um aumento de 59% do desmatamento nos últimos doze meses, em comparação ao período anterior. O mais preocupante na situação paraense, de acordo com as imagens coletadas pelo Inpe, é que o desmatamento recrudescer sobretudo na chamada Terra do Meio e ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), duas áreas consideradas historicamente vulneráveis, e também dentro das Unidades de Conservação. Tudo indica que a agressão às UCs está se intensificando, pois cerca de 25% da devastação ocorrida no Pará nos últimos três meses se deu em áreas teoricamente protegidas.

"Desmatamento Escandaloso" - O aumento do desmatamento parece pegar de surpresa alguns setores do governo. Em visita à Rondônia na semana passada, o ministro Nelson Jobim (Defesa), após percorrer e sobrevoar regiões de fronteira com a Bolívia ao lado dos comandantes do 6º Batalhão de Infantaria de Selva, classificou de "escandaloso" o desmatamento que viu com os próprios olhos: "Eu achava que era exagero da mídia, mas não imaginava ver o que vi. Há um completo desconhecimento no resto do país sobre o que está acontecendo em Rondônia", disse.

De volta à Brasília, Jobim anunciou que vai elaborar um relatório sobre o que viu na Amazônia. O documento trará uma série de sugestões que, promete, serão entregues pessoalmente à colega Marina Silva (Meio Ambiente) e ao presidente Luiz Inácio Lula da

Silva: "O Estado tem de ocupar o seu espaço para eliminar o vazio de poder que existe na Amazônia", avalia o ministro, que pretende contar com a ajuda das Forças Armadas.

A ministra Marina Silva, por sua vez, afirmou que nos próximos dias irá discutir medidas adicionais de combate ao desmatamento com Lula e Jobim, e também com os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Tarso Genro (Justiça) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário): "Com o aquecimento da economia e as eleições municipais, a Amazônia enfrentará dois testes de fogo em 2008", disse, sem esconder sua preocupação.

Fonte: site Agência Carta Maior

ONGs e empresas fazem aliança pelo Cerrado – Estado de São Paulo – Vida & – 29/10/2007

Convencer grandes empresas da importância das práticas sustentáveis de produção para que, como compradoras, elas pressionem os produtores rurais e, assim, eles comecem a adotar atividades que conservem a biodiversidade. É com essa proposta que será lançada na quarta-feira, em São Paulo, a Aliança pela Conservação do Cerrado, uma iniciativa da Conservação Internacional e das empresas Bunge e Oréades.

“A idéia é formar uma aliança entre empresas do agronegócio e organizações não-governamentais para que a atividade econômica que hoje é desenvolvida no Cerrado, como plantação de cana e soja, não seja uma coisa insustentável, como tem sido até agora”, afirma Ricardo Bomfim Machado, diretor do Programa Cerrado-Pantanal da Conservação Internacional. “Vamos começar agora, mas pretendemos agregar o maior número possível de empresas e de organizações.”

Apesar de ser considerada a savana tropical mais rica do mundo, com cerca de 12 mil espécies de plantas, o Cerrado é também a principal região agrícola do País, concentrando 35% da produção brasileira. Com isso mais de 55% da área original já foi desmatada e apenas 5,5% estão sob algum tipo de proteção.

Além disso, a maior parte do que resta do Cerrado está em propriedade privada. Diante dessas proporções, o projeto decidiu focar diretamente nas grandes empresas, que compram os produtos dos proprietários rurais. “Elas têm maior poder de pressão e também maior capilaridade. Se formos bater de porta em porta não vamos chegar a lugar nenhum”, diz Machado.

Parques fluviais – Carlos Minc – O Globo – Opinião – 30/10/2007

As emissões de gases poluentes aumentam, o verde minguia, os desertos avançam, as geleiras derretem.

Como defender o planeta e a qualidade de vida? Ecologistas e técnicos do Rio de Janeiro formularam um conceito integrador e ousado, que começa a ser posto em prática, em parceria com a iniciativa privada. A concepção do projeto Parque Fluvial pressupõe o enfrentamento dos principais desafios ambientais da atualidade: garantir a quantidade e a qualidade da água doce, reconstituir a biodiversidade das espécies e neutralizar as emissões de carbono.

O Parque Fluvial é uma construção socioambiental que aporta um novo olhar sobre a defesa dos rios.

Estes sofrem processo de degradação, margens ocupadas por habitações precárias, desmatamento, lixões, areais, lançamento de esgoto doméstico e industrial. Essas agressões provocam assoreamento e poluição dos corpos hídricos, destroem as matas ciliares, tornando o tratamento da água para abastecimento mais caro e complexo, com uso crescente de produtos químicos, como o cloro e o sulfato de alumínio, e a conta é paga pelo contribuinte. O Parque Fluvial está assentado em premissas básicas:

1. criar áreas de preservação ao longo das margens dos rios;
2. fortalecer os comitês de bacias hidrográficas com participação da sociedade civil;
3. formular, em conjunto com os órgãos ambientais e as universidades, planos de reflorestamento com espécies da Mata Atlântica e implantação de equipamentos de educação ambiental, de gestão local e de atividades culturais, intercalados com a reconstituição da mata ciliar;
4. envolver as prefeituras locais, órgãos públicos e empresas privadas, garantindo terras e recursos;
5. planejar a manutenção das espécies plantadas por quatro anos, no mínimo, garantindo recursos e remunerando proprietários e agricultores pela manutenção das matas ciliares. Note-se que, sem a manutenção, a perda chega a 80% das mudas plantadas.

O Rio de Janeiro pretende implantar dez parques fluviais em quatro anos. O primeiro deles é o Parque Fluvial do Guandu, com um milhão de árvores, que começaram a ser plantadas em setembro, com apoio do Comitê de Bacia do Guandu e apoio da Vale do Rio Doce e da Petrobras, com orientação do IEF e da UFRRJ e uso do trabalho de detentos. O Guandu abastece nove milhões de pessoas, suas águas estão menos volumosas e mais poluídas, e os custos da estação de tratamento atingem R\$ 18 milhões/ano. O segundo será o Parque Fluvial do Macacu, com o plantio de dois milhões de árvores, numa parceria com Cedae e Águas de Niterói. Esta bacia abastece Itaboraí e Niterói, que sofrem com falta de água devido aos desmatamentos, lixões e areais desde Cachoeiras de Macacu até a ETA de Imunana-Laranjal.

Outros parques serão implantados no Rio Estrela, que nasce em Petrópolis e tem sua foz nos manguezais degradados entre Caxias e Magé, com apoio da Petrobras; no Rio Piabanha, com apoio da AES, que construirá pequenas centrais hidroelétricas; na foz do Rio Paraíba do Sul, em São João da Barra, com apoio do empreendimento do Porto Açu.

A meta é plantar 20 milhões de espécies nativas em quatro anos, recompondo a biodiversidade, aumentar a vazão de água nesses rios, melhorando sua qualidade, e capturar milhões de toneladas de emissões de carbono, dobrando a área protegida no estado.

Apenas a APA Guandu, criada em março, protegeu 74 mil hectares.

Essa proposta arrojada depende da educação ambiental, das parcerias com as empresas privadas (PPPs Ambientais), da manutenção e da continuidade. É um projeto da área ambiental do governo do Rio que o Ministério do Meio Ambiente pretende adotar para o país, pois seus três objetivos – água, biodiversidade e clima – são prioridades nacionais.

CARLOS MINC é secretário do Ambiente do Rio de Janeiro.

Destacados desafios para o desenvolvimento sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 30/10/2007

“O desafio é grande. É preciso capacidade de diálogo e reconhecer as diferenças e potencializá-las num processo de construção coletivo e solidário de um novo padrão de desenvolvimento”. Foi assim que o ministro interino do Desenvolvimento Agrário (MDA), Marcelo Cardona, abriu a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), nesta terça-feira (30), em Brasília.

O desafio a que se refere está ligado ao assunto principal da pauta da reunião: a discussão do documento-base da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), que acontecerá no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, entre os dias 25 e 28 de junho de 2008.

“A conferência deve ser capaz de valorizar e apoiar-se em tudo aquilo que já construímos e assumir novos desafios”, enfatizou Cardona. Para o ministro interino, não basta anunciar “o que queremos”. “É preciso, acima de tudo, criar um amplo convencimento na sociedade brasileira de que um novo rural é possível, além de criar condições políticas e programáticas para continuar construindo esse modelo”, acrescentou.

Política nacional - O objetivo da Conferência é formular uma política nacional de desenvolvimento sustentável para o meio rural que contemple todas as forças sociais e as diversidades regionais. O tema do evento, Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade, explicita essa perspectiva.

Para o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, que coordenou os trabalhos de hoje do Condraf, o tema da Conferência carrega os valores e conceitos que se quer dar ao novo paradigma de Brasil rural. De acordo com ele, o discurso sobre gente, sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade norteará os debates durante o evento em Olinda e em suas fases preparatórias (leia abaixo).

A abertura da 5ª Reunião Extraordinária do Condraf foi realizada às 9h no Hotel San Marco, no Setor Hoteleiro Sul.

Documento-base - Na reunião de hoje do Condraf, foi discutido o roteiro do documento-base da I CNDRSS. Esse roteiro, elaborado pela Subcomissão de Conteúdo e Metodologia do Condraf, tinha sido aprovado durante a 29ª Reunião Ordinária do

Conselho, no final de agosto. O secretário Humberto Oliveira explicou que o documento é um estímulo para o debate. “Posteriormente, ele agregará as contribuições vindas dos territórios e, durante a I CNDRSS, será consolidado”, informou.

Segundo Vera Azevedo, do Condraf, o documento-base foi dividido em duas etapas. Na primeira, intitulada Brasil Rural que Temos, foi feito um retrato do Brasil rural com uma análise da sustentabilidade dos principais sistemas de produção que existem no meio rural brasileiro, um balanço das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, além de uma descrição do cenário internacional.

Na segunda parte, o título é Brasil Rural que Queremos. Nela, foram apresentados elementos e princípios que compõem a atual visão de Brasil rural e explicitam o Brasil rural que se quer alcançar com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Nesse momento, são apresentados quatro eixos estratégicos de trabalho: Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental; Reforma Agrária e Acesso à Terra; Participação Política e Organização Social; e Direitos e Cidadania.

Como serão as conferências - De acordo o regimento interno da I CNDRSS, haverá, antes do evento nacional, etapas preparatórias do evento. O regimento, também aprovado na 29ª Reunião Ordinária do Conselho, orientará toda a realização da Conferência.

Roseli Andrade, do Condraf, explicou que no período preparatório serão realizadas as conferências municipais, intermunicipais, territoriais e os eventos temáticos e setoriais, que ocorrerão entre 1º de novembro de 2007 e 30 de janeiro de 2008.

Entre 15 de março e 30 de abril do ano que vem, ocorrerá a fase de preparação estadual, quando serão realizadas as conferências estaduais em todos os estados do País e no Distrito Federal.

O que é o Condraf - O Condraf é um órgão colegiado integrante da estrutura do MDA, composto por 38 membros, sendo 19 instituições de representação dos poderes públicos em suas diferentes esferas e 19 organizações representantes da sociedade civil. É um espaço de articulação voltado para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar.

Minas Gerais ganhará mais dois territórios rurais – Sítio Eletrônico do MDA – 30/10/2007

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais se reúne nesta terça-feira (30), em Belo Horizonte, para a escolha de dois novos territórios rurais que integrarão a lista do estado. Atualmente, são 11 territórios que englobam 178 municípios mineiros.

De acordo com o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais (MDA/MG), Rogério Correia, foram apresentadas 15 propostas de diversos sindicatos, prefeituras e entidades sociais com interesse em receber apoio do ministério para o desenvolver suas cadeias produtivas.

A seleção de novos territórios deve obedecer as diretrizes da Portaria nº 5 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), publicada em 2005. O documento determina que as propostas atendam limites estabelecidos pela secretaria em cada Unidade da Federação e que os processos passarão, necessariamente, pelas institucionalidades territoriais para deliberação antes de serem encaminhados ao conselho para fins de análise e manifestação.

Além do MDA, participam da reunião representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Secretaria de Agricultura Estadual e de entidades civis. A SDT/MDA apóia 120 territórios rurais em todo o País, compostos por 1848 municípios.

Iluminando o roteiro para o pós-Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 30/10/2007

Os resultados do Protocolo de Kyoto nem se aproximam daqueles que foram sonhados por seus articuladores e tão repetidos por ingênuas torcidas. Apesar de terem sido irrisórias as metas atribuídas a cada país - emissões de carbono em 2010 apenas 8% inferiores às de 20 anos antes (ainda menos em vários casos) - somente um parzinho de nações de peso poderá apresentar balanço positivo: Alemanha e Reino Unido. É verdade que o vexame não será completo para dois outros dos grandes emissores - França e Holanda -, já que poderão exibir talhos próximos a 2%. Outros países que também se valerão dessa atenuante quase não contam: Bélgica, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Reduções verdadeiramente significativas só ocorrerão em uma dezena de economias destroçadas do Leste Europeu, entre as quais só chegam a ter alguma importância relativa as da Polônia, da Romênia e da República Checa. Por isso, não há dúvida de que em 2008-2012 as emissões terão aumentado na maioria dos países com metas, ao lado dos recalcitrantes EUA e Austrália e de intrépidos emergentes como a China, Índia, África do Sul, Brasil e México. Um fracasso retumbante.

Diante desse panorama, o que pensar das perspectivas de outro regime para depois de 2012? A resposta mais comum é afirmar que tudo dependerá de quem vier a ocupar a Casa Branca no início de 2009. As inequívocas mudanças de percepção sobre os riscos do aquecimento global, particularmente entre os americanos, já teriam criado as condições

políticas para se chegar a algum compromisso mais sério e global. E, nesse embalo, também seria provável que a semiperiferia se dispusesse a aceitar algum tipo de compromisso, mesmo que diferenciado.

Esse raciocínio considera, portanto, que foi bom o arranjo institucional construído em Kyoto, e que ele só fez água por não ter sido ratificado pela principal potência mundial. Ou seja, com uma possível mudança no tabuleiro político, a questão poderia ser resolvida com a fixação de novas metas de emissão. E não seria mero "mais do mesmo" porque algum outro tipo de responsabilidade viria a ser assumido pelos principais países emergentes. Como, por exemplo, um basta ao desmatamento de florestas tropicais.

Relatório da InterAcademy Council dá uma contribuição importante à tese de que a emissão de carbono tem que custar muito caro

Todavia, pode-se pensar exatamente o oposto. Que o arranjo de Kyoto foi é boboca, pois teria levado a resultados semelhantes mesmo sem dissidência americana. Não devido à ilusória esperteza dos emergentes que conseguiram ficar de fora para aumentar impunemente suas emissões. Afinal, isso só foi um valioso presente político aos republicanos de Bush. A bobagem foi muito mais séria, pois a arquitetura institucional do acordo foi equivocadamente copiada do Protocolo de Montreal sobre a camada de ozônio e de esquemas anteriores de combate à chuva ácida. Nesses dois casos, o desafio era criar estímulos para a adoção de inovações tecnológicas já disponíveis. Além disso, os poucos atores envolvidos, fossem governos ou empresas atingidas, só tinham a ganhar com o esquema de limites às emissões acoplados ao livre comércio de permissões ("cap-and-trade"). Uma proposta que não funciona quando ainda se depende é de descobertas científicas, e quando são 170 os países que precisam chegar a um acordo que incentive o surgimento das inovações.

Por isso, não poderia ter sido mais oportuno o relatório "Iluminando o caminho: em direção a um futuro de energia sustentável", lançado há oito dias pelo InterAcademy Council, que articula as mais importantes academias de ciência e de engenharia do mundo, com sede na Holanda. Toda a ênfase está na necessidade de acelerar as pesquisas científicas e tecnológicas focadas nas possibilidades de descarbonização das matrizes energéticas. Claro, enquanto esses futuros modos de subverter a ditadura das energias fósseis não se viabilizarem, será imprescindível avançar em soluções paliativas, entre as quais se destacam nove: a) aumento da eficiência energética; b) redução da intensidade de carbono das economias; c) captura e seqüestro de carbono proveniente de combustíveis fósseis, em especial do carvão; d) uso da energia nuclear condicionado ao equacionamento de sua tripla restrição (custo, segurança e risco bélico); e) maior uso de energias renováveis já disponíveis; f) maior uso de biocombustíveis; g) tecnologias de armazenagem de energia; h) melhores infra-estruturas de transmissão; i) desenvolvimento de novos vetores energéticos, como o hidrogênio.

Todavia, tanto a aceleração das pesquisas de fronteira, quanto esses imprescindíveis avanços em soluções paliativas, dependerão de "sinalização de preço para a emissão de carbono", repete incansavelmente o relatório. Nas dezenas de páginas em que tal condicionante é mencionada, lê-se que tal sinalização deve ser "certa", "significativa", "realista", "clara", "robusta", "firme", "consistente" e "efetiva". Outras passagens garantem que já existiria razoável consenso de que o preço da emissão de uma tonelada de carbono

deveria estar hoje entre US\$ 100 e US\$ 150, o que significaria um preço entre US\$ 27 e US\$ 41 para a tonelada de CO₂.

Esses valores podem ser facilmente contestados, pois seus cálculos dependem de duas escolhas arbitrárias com evidentes pressupostos éticos: a de um teto para o aumento da temperatura (ou para a concentração de CO₂ na atmosfera) e a de uma taxa de desconto do futuro. Também não há clareza no relatório sobre a necessidade de se acoplar um imposto ao esquema de metas quantitativas de emissões, o que engendraria uma política híbrida ("cap-and-tax"). Mas tais insuficiências são bem secundárias se comparadas à relevância da contribuição desse relatório para o fortalecimento da tese de que emissão de carbono tem que custar caro. E isso só aumenta as chances de que a racionalidade econômica também seja convidada a participar da próxima reunião da Convenção do Clima, marcada para o início de dezembro em Bali.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br

Mudança na Amazônia é a que mais preocupa – Valor Econômico – Agronegócio - 30/10/2007

De todas as modificações propostas pela bancada ruralista no projeto de lei que deverá ser votado nesta semana em Brasília, a diminuição da área de reserva legal na Amazônia é a que mais preocupa as organizações ambientais.

O projeto permite às propriedades rurais da Amazônia Legal que destruíram os 80% de reserva previstos por lei a recuperação de 50%. Os outros 30% já degradados poderiam ser usados para a plantação de palmáceas, como o dendê. O óleo é utilizado para a produção de biodiesel - um dos carros-chefes do governo Lula.

A "flexibilização nas regras", como dizem seus defensores, poderia ter o efeito colateral perverso de elevar o desmatamento na maior floresta tropical do mundo, advertem especialistas, a exemplo do que ocorreu com a soja e, agora, a cana-de-açúcar.

De acordo com cálculos da Conservação Internacional (CI), a redução de 80% para 50% da reserva legal poderá provocar um desmatamento imediato de 47 milhões de hectares e perda de divisas de US\$ 23,6 bilhões somente em crédito de carbono.

Para ambientalistas, a aprovação do texto colocaria em maus lençóis o governo, que precisa explicar o aumento de 8% no desmatamento amazônico entre julho e setembro, em relação ao mesmo período de 2006. Além disso, o governo participará em dezembro da COP13, em Bali, onde países em desenvolvimento pressionarão para que o Brasil adote metas de desmatamento.

Criado em 1965, o Código Florestal previa reserva de 50% nas áreas florestais da Amazônia. Em 2001, subiu para 80% após os índices recordes de desmatamento no final dos anos 90. **(BB)**

Polêmica sobre reserva legal volta à tona - Bettina Barros – Valor Econômico –
Agronegócios - 30/10/2007

José Antonio Borghi tinha 25 anos quando comprou 240 promissores hectares na região de Maringá. A terra fértil do Paraná, disputada por agricultores de cidades e Estados vizinhos atraídos pelos bons resultados dos grãos, soava como a promessa de um futuro tranquilo e renda garantida. Eram os anos 80 e, naquela época, Borghi podia ser considerado um sujeito de sorte: além de arrebatar a terra cobiçada, encontrou a área sem uma sombra de árvore. Estava pronta para plantar.

"Paguei mais caro pela propriedade porque a terra tinha um índice de aproveitamento de 90%", relembra o agricultor, que hoje fornece soja, milho e trigo para as duas maiores cooperativas do Paraná, Coamo e Cocamar. "Ninguém compraria uma área que fosse verde e improdutiva".

O que Borghi, nem qualquer agricultor daqueles dias, imaginaria é que duas décadas depois ele seria cobrado judicialmente por isso. Contra ele há uma ação civil pública movida por uma ONG local por dano ao meio ambiente. Borghi é questionado porque sua propriedade não tem a chamada reserva legal, um percentual mínimo de cobertura florestal nativa exigido pelo Código Florestal brasileiro. Por lei, o agricultor paranaense deveria ter preservado ao menos 20% da sua área com florestas - no caso, 48 hectares da propriedade.

Borghi recorreu e aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Seu raciocínio é claro e simples: "Quando comprei a terra já não havia floresta e eu é que tenho que arcar com esse ônus? Quem tem que pagar é quem desmatou ou quem tinha que fiscalizar e não fiscalizou", argumenta ele.

A questão é um extrato de uma antiga polêmica ambiental do país, trazida à tona novamente pelo Congresso Nacional. No centro do debate, polarizado com ambientalistas de um lado e a bancada ruralista na outra, a discórdia: Como compensar milhares de hectares de mata derrubados? Quem é responsável por essa conta?

Se nenhum fato novo surgir, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados tentará definir as respostas nesta semana. Após várias emendas e adiamentos, será votado o projeto de lei número 6.424/2005, que prevê alterações no Código Florestal, de 1965. Aprovado pelo Senado, o PL foi enviado à Comissão de Agricultura da Câmara e pode ir à sanção presidencial ainda este ano.

Proposto pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), o projeto traz duas importantes mudanças. A primeira possibilita ao produtor compensar a reserva legal em bacia hidrográfica ou bioma diferentes de onde está a propriedade, considerando-se áreas prioritárias definidas pelo Estado. Agrada sobretudo a produtores do Sul e Sudeste, onde a fertilidade joga para cima o valor da terra.

A segunda modificação diz respeito à Amazônia Legal, onde a obrigatoriedade da reserva em áreas florestais é de 80% (só é possível derrubar 20% da mata). O projeto permite aos produtores que desmataram além do limite recuperarem apenas 50% com espécies nativas, sendo que os 30% restantes poderiam ser "aproveitados" com o plantio de palmáceas, como o dendê. Na prática, seria a redução da reserva legal.

O que está em jogo é o interesse de gerações de brasileiros que cresceram com "reclames" de TV encorajando, à margem da lei, o desmatamento para fazer do Brasil o gigante agrícola que é.

Mas também há os interesses de um vasto (cada vez maior) grupo preocupado com a sustentabilidade do país. O desejo de crescer nas décadas passadas arrasou com 93% da Mata Atlântica e quase 80% do Cerrado, um bioma vital por englobar as mais importantes

bacias hidrográficas. Sem florestas, alterações significativas ocorrem no regime de chuvas, afetando o solo e o clima.

Para o advogado Antonio Monteiro, do Pinheiro Neto Advogados, a Amazônia deveria ser preservada, sobretudo quando o mundo discute as mudanças climáticas e seus impactos. Mas ele faz coro à defesa de que a vocação agrícola de uma região deveria servir como critério para a recomposição da reserva legal.

"Não houve uma base científica para determinar o percentual de reserva legal. Foi uma opção política da época. Não faz sentido criar reserva em uma área que é campeã em sacarose por hectare", afirma o advogado, referindo-se a um cliente do setor sucroalcooleiro. Ele prossegue com os números de um eventual prejuízo: dono de terras com valor de mercado de R\$ 3 milhões, seu cliente perderia cerca de R\$ 1 milhão por ano em produção de cana se tivesse que cumprir os 20% de reserva legal exigidos por lei.

A bancada ruralista tem na ponta da língua contas já feitas. Citando estudo do IEA (Instituto de Economia Agrícola), Rodrigo Brito, da Confederação Nacional de Pecuária e Agricultura (CNA), diz que o Estado de São Paulo registraria queda no PIB agrícola de até R\$ 20 bilhões por ano e perda de 800 mil empregos "se todo mundo reparasse os 20%".

Segundo os agricultores, cumprir a lei se torna difícil porque além da reserva legal o Código Florestal determina ainda a manutenção das Áreas de Proteção Permanente (APP), como a mata ciliar. Os ruralistas defendem uma flexibilização nas regras para que as APPs sejam incluídas nas contas da reserva legal.

Ana Cristina Barros, da The Nature Conservancy (TNC), explica que a reserva está associada a um problema "básico" - a falta de um cadastro nacional de propriedades rurais. "Esse é o dilema da soja, do boi. Onde estão as fazendas, de quem são, qual é o seu passivo? Sem essas informações não há sequer capacidade de planejamento", diz ela. E sem os cadastros se torna difícil pensar em compensação financeira para quem mantiver a floresta de pé, como requerem os agricultores.

A falta de cadastro impossibilita números exatos sobre o vazio verde do país. Mas os próprios governos arriscam: menos de 10% das propriedades têm reserva legal averbada em cartório.

Santa Catarina experimenta uma nova técnica para recuperar área degradada -

Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 30/10/2007

Uma nova técnica de recuperação de áreas degradadas começa a ser colocada em prática por empresas de Santa Catarina. O setor florestal vem encabeçando um movimento que substitui o tradicional plantio ordenado de mudas por uma técnica que tem como base a chamada nucleação. Essa técnica consiste, em linhas gerais, em criar um núcleo de vida na área degradada, atraindo animais ao local, e deixando que o próprio ambiente se recrie ao longo do tempo, com pouca interferência do homem.

O professor Ademir Reis, do departamento de biologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem sido o embaixador dessa técnica no Estado, que acabou sendo adotada neste ano pelos procuradores do Ministério Público Estadual nas sugestões de recuperação dos Termos de Ajustamento de Conduta para diferentes setores, desde as empresas de carvão aos produtores de arroz, que assim como o setor florestal, devem recuperar áreas de preservação permanente, próximas a rios.

"Sugerimos essa técnica, que pode ser complementada por outras", diz Rogério Castro, assessor técnico do centro de apoio do Ministério Público Estadual. Segundo ele, praticamente todas as mineradoras de SC têm passivo ambiental, e mais da metade dos produtores de arroz. Ele viu nessa forma de recuperação qualidades como sistema simples, custo mais baixo e pouco auxílio técnico.

O novo processo de recuperação tem como premissa que os animais são vitais para o sistema evolutivo das florestas tropicais. Ao atraí-los para áreas degradadas, trazem sementes para polinização e recriam o ambiente próximo ao que ele já foi, com o mínimo de interferência do homem. "Trazê-los significa trazer a vida que está faltando no local, acionando o gatilho para que a natureza se recupere sozinha", diz, destacando que 90% das sementes dependem dos animais. Reis defende que o sistema tradicional, que planta mudas e deixa a floresta limpa e organizada, comum em áreas de recuperação, não é adequado porque não forma no local uma comunidade de plantas (produtores), decompositores (microorganismos) e consumidores (animais), e diz que alguns projetos feitos dessa forma no Brasil há 20 anos não deram resultados satisfatórios e começam a ser repensados. A nucleação usa "artifícios" em uma porção de 5% da área degradada. No local, são feitas pequenas transposições de solo, são construídos abrigos para fauna e são colocados poleiros artificiais - galhos secos que servem de local de pouso para pássaros - para que depois os animais conduzam o processo de recuperação para os demais 95%.

Entre os que começaram a usar a técnica está o grupo Battistella. Ulisses Ribas Júnior, diretor florestal da empresa, diz que houve mudanças na legislação a partir dos anos 80, ampliando a distância que os cultivos de pinos deveriam estar de faixas ciliares, de 5 metros para 30 metros. Com isso, a empresa teve de se readaptar.

(Ribas Júnior) conheceu a técnica de nucleação em 2000, e segundo ele, a Battistella deve concluir o processo de recuperação até 2011. A técnica foi aplicada em 270 hectares e faltam 300. O projeto de recuperação levou a Battistella a pensar em criar, no longo prazo, uma empresa só para a área de venda de serviços de recuperação ambiental. "A idéia é caminhar para isso".

A nucleação, de acordo com Reis, pode demorar mais tempo do que a técnica tradicional para ocupação completa da área com vegetação, mas ele crê na sua maior sustentabilidade. As pesquisas em SC, no entanto, ainda não levaram o prazo estimado de 25 a 30 anos para comprovação completa de sua eficácia. O que se sabe, de experiências que já foram iniciadas, é que as áreas estão respondendo bem aos primeiros processos. Ele destaca que um hectare onde há quatro anos havia pinos, por exemplo, já há 48 espécies diferentes de árvores crescendo, cujas sementes foram trazidas por animais.

Outras empresas também estudam a aplicação da nucleação. A Renova, de Rio Negrinho, que recupera entre 40 e 50 hectares por ano, segundo Mármonn Nadolny, engenheiro florestal, deve usar pelo menos parte da técnica no seu cultivo. Está em análise projeto que não faz intervenção na área degradada, usando "banco de sementes do próprio solo". Ele diz que nesse caso a empresa retira o pinos e faz o controle para que essa espécie não germine, dando espaço para que outras que estão no solo germinem.

Para Daniel Caetano Oller, analista ambiental do Ibama-SC, a técnica da nucleação tem apresentado resultados excelentes em áreas que passaram a usá-la há cerca de dois anos. Ele, porém, diz que não é contra o plantio de mudas tradicionais e considera que as técnicas devem ser pensadas segundo as características de cada área, podendo a muda ser uma alternativa em locais em que não há uma fauna ao redor da área degradada, o que seria fundamental para o processo da nucleação proposto por Reis.

Ameaça à proteção do consumidor e das águas - Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman Benjamin e Fabio Feldmann – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/10/2007

Em tempos de aquecimento global e valorização do consumidor, a Câmara dos Deputados caminha para aprovar, hoje, uma nova Lei do Parcelamento do Solo Urbano, que retrocede, de maneira dramática, nas principais conquistas da atual legislação ambiental e do Código de Defesa do Consumidor (CDC). No atacado, são louváveis os objetivos do PL 3.057 naquilo que pretende facilitar a regularização dos denominados “assentamentos informais”, isto é, favelas e cortiços de todo o País. Muitos desses aglomerados urbanos estão localizados em áreas ambientalmente protegidas, nas margens de reservatórios de abastecimento público, como a Billings e a Guarapiranga.

O PL é realista, já que inviável a remoção pura e simples dessas verdadeiras cidades, construídas, por falta de opção, à margem da lei. Deveria, no entanto, seguir dois critérios filosóficos: a distinção entre passivo urbanístico-ambiental e loteamentos futuros; e evitar que a flexibilização dos requisitos legais aproveite a loteadores de alto padrão que, por cobiça, aterraram nascentes, destruíram rios e desmataram na calada da noite.

Os bons propósitos do PL, contudo, foram atropelados por uma série de dispositivos que, pegando carona no forte apelo social de seu conteúdo, acabaram, por pressão de poderosos lobbies, sendo incorporados ao texto. O paradoxo dessas “inovações” é que em nada ampliam ou melhoram a proteção da população pobre e dos sem-teto. Ao contrário, promovem verdadeira contra-revolução no CDC e na legislação ambiental. Os riscos dessas mudanças ambientais ganham dimensão nacional quando se sabe que municípios estão declarando como área urbana ou de expansão urbana a totalidade de seu território! Em outras palavras, um PL que seria, em tese, aplicável apenas às cidades acaba por incidir sobre todo o município, afastando, no que com ele conflitar, o Código Florestal e outras normas ambientais.

De cara, o PL anistia todos os condomínios civis (seriam os do Lago Paranoá, em Brasília?) e clubes de campo (os “ranchos” construídos ilegalmente às margens dos principais rios e reservatórios do País, inclusive no Pantanal) em situação irregular. Não satisfeito, passa uma borracha também nos crimes dos loteadores de luxo que ocuparam e desmataram matas ciliares, amparados em licenças municipais expedidas, irregular e astuciosamente, por invasão de competência própria da autoridade estadual. Além disso, na contramão da tendência de fortalecimento das chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), o PL admite sua privatização e incorporação ao perímetro do lote, algo vedado na legislação atual. A prevalecer a nova regra, surgirão os lotes-APP e, a partir daí, a legalização da construção de muros que quebrem a continuidade de dunas, matas ciliares, manguezais e restingas.

No caso de rios e reservatórios, o PL reduz a faixa mínima de mata ciliar dos atuais 30 para 15 metros, admitindo, como se o retrocesso já fosse pouco, que o Plano de Bacia Hidrográfica possa ir além e dispensar inteiramente essas exigências, com isso liberando as construções até o início da lâmina d’água. Mais preocupante ainda é a mudança que se faz na forma de cálculo da metragem das matas ciliares. Já não serão medidas a partir do “nível

mais alto em faixa marginal” dos rios e reservatórios, como previsto hoje no Código Florestal. A contagem será “a partir de suas margens”, o que implicará redução gigantesca das matas ciliares das regiões de alagados, inviabilizando que sejam protegidos em sua totalidade. Aí está o Pantanal, formado por milhares de riachos e córregos que se encaixam como uma luva na nova definição do PL.

Para completar o desmonte da legislação ambiental, o PL cria, ainda por falta de clareza de sua redação, a licença urbanístico-ambiental tácita, por simples decurso de prazo. Como se não bastasse, seu artigo 3º afasta, pela via transversa, todas as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), não escapando nem as que protegem os ecossistemas mais vulneráveis. Ou seja, a partir da aprovação do PL, o Conama, cujas normas formam o coração da legislação ambiental, continuará a reger todo o setor produtivo, menos os loteadores.

Finalmente, sumiram todos os requisitos ambientais, previstos em versões anteriores do PL, para regularização fundiária de favelas. Isso quer dizer que, se nenhuma exigência consta da lei, nem há referência a normas do Conama, a urbanização de ocupações informais ficará inteiramente ao talante da autoridade municipal.

Mais diretos e gritantes são os retrocessos no CDC, aprovado por unanimidade no Congresso e que até hoje, nos seus quase 20 anos, nunca foi alterado para pior. Pois o PL modifica, em profundidade, a sistemática atual, consolidada na jurisprudência do STJ, de devolução das prestações pagas, na hipótese de o consumidor, mesmo que por desemprego ou enfermidade, desistir do negócio. A vencer a proposta em votação, o consumidor só terá direito à devolução após a venda do imóvel pelo loteador (verdadeira condição potestativa) e, ainda assim, no mesmo número de parcelas pagas. Ou seja, se o consumidor pobre tiver pago 120 parcelas mensais de R\$ 50 por um lote popular, receberá a devolução em dez anos! Mas não é só. O PL também busca dificultar a tutela judicial do consumidor, ao prever, ao oposto do CDC, que a ação civil do consumidor nunca poderá ser proposta no seu domicílio, sendo competente apenas o foro da localização do imóvel.

É politicamente injustificável pegar carona num projeto de lei, elaborado a pretexto de salvar os vulneráveis, para nele se incluam dispositivos que tiram ou reduzem direitos a eles já garantidos. Espera-se que o relator do PL 3.057, deputado Renato Amary - empresário moderno da construção civil e experiente administrador municipal - possa encontrar inspiração para esse tema no ex-deputado Geraldo Alckmin, do mesmo PSDB, que foi um dos principais responsáveis pela existência do CDC.

Ada Pellegrini Grinover, professora da Faculdade de Direito da USP, é presidente da Comissão de Juristas que elaborou o CDC. Antonio Herman Benjamin, ministro do STJ, é membro da Comissão de Juristas que elaborou o CDC. Fabio Feldmann, ex-deputado federal, foi secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Posição será defendida na Conferência de Bali

Os ministros do Meio Ambiente da União Européia (UE) defenderão que todos os países desenvolvidos devem cortar suas emissões de dióxido de carbono entre 20% e 30% em 2020 com relação aos níveis de 1990. Essa é a posição que o grupo levará para a próxima Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que acontecerá em Bali, na Indonésia, em dezembro, determinada em uma reunião ministerial ontem.

A UE espera que, na ocasião, sejam debatidas as bases para o acordo global que substituirá o Protocolo de Kyoto, a partir de 2013. Os europeus devem enfrentar a oposição dos Estados Unidos, que não ratificaram o protocolo e defendem o desenvolvimento de tecnologias limpas para lidar com o efeito estufa, sem metas de redução de emissão.

A linha foi detalhada em um documento único e segue o plano já defendido pela primeira-ministra alemã, Angela Merkel, na última reunião do G-8. O objetivo é evitar que a temperatura média global não suba mais do que 2°C acima da estimada antes da Revolução Industrial.

A União Européia também defenderá que, a exemplo de seus países-membros, pelo menos 20% da energia consumida em 2020 seja originária de fontes renováveis. Estima-se que os biocombustíveis representam hoje, na Europa, 10% do que é usado em veículos.

Para o comissário europeu para o tema, Stavros Dimas, as negociações em Bali serão difíceis devido à posição americana. Por outro lado, ele espera que países em desenvolvimento, por enquanto livres de metas mandatórias de redução das emissões, apresentem contribuições significativas.

Nesse sentido, a ministra espanhola, Cristina Narbona, disse que o documento abre espaço para o fortalecimento de mecanismos financeiros internacionais. O foco é a implementação, pelos países em desenvolvimento, de tecnologias menos danosas ao ambiente e à manutenção de florestas como sumidouros de carbono.

O ministro português do Meio Ambiente e presidente do conselho ministerial, Francisco Nunes Correia, afirmou que a posição é uma “carta de navegação comum” dos países europeus dentro da estratégia contra as mudanças climáticas. Segundo ele, a única posição contrária partiu da Polônia, que pediu a inclusão de uma referência sobre o uso sustentável de florestas - “um pequeno problema técnico” que será resolvido pela presidência da UE, disse Correia.

Noruega doa € 17 mi para Amazônia - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007

O governo da Noruega anunciou ontem que destinará € 17 milhões nos próximos três anos para a proteção da floresta amazônica. O anúncio foi feito após reunião entre a ministra brasileira do Meio Ambiente, Marina Silva, e seu colega norueguês, Erik Solheim, em Oslo, onde discutiram os desafios das mudanças climáticas, especialmente o desmatamento.

Isenção de imposto para área conservada – Estado de São Paulo – Vida & - 31/10/2007

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou ontem parecer do projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) as áreas rurais preservadas além do limite exigido pela legislação atual. Hoje, para a isenção, a lei exige declaração oficial de “interesse ambiental” da área. O projeto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

Guia de bons negócios na Amazônia - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/10/2007

Jornalista holandês reúne em livro casos de negócios sustentáveis na floresta

Couro de jacaré, 'couro' feito com borracha, bebidas energéticas à base de açaí e madeira certificada são alguns exemplos de oportunidades de negócios na Amazônia que vêm dando certo ao apostar na exploração não-predatória da floresta. Os casos foram levantados pelo jornalista holandês Meindert Brower, que passou os últimos dois anos na Amazônia catalogando negócios que pudessem auxiliar na preservação dos recursos naturais e produzir riqueza para as comunidades locais. O resultado da pesquisa foi reunido no livro Amazon Your Business: Opportunities and solutions in the rainforest, recém-lançado na Europa.

'Minha idéia foi reunir os exemplos de negócios economicamente viáveis, mas que ao mesmo tempo tivessem uma comprovação de práticas ambientais corretas', diz Brower.

Entre os 18 empreendimentos listados no livro estão quatro empresas brasileiras. Uma delas é a fabricante de cosméticos Natura. As outras três são pequenas empresas da região: a Iiba, companhia de produtos de madeira certificada de Rio Branco, no Acre; a Tawaya, que fabrica sabonetes tendo como matéria-prima o fruto do murumuru, uma palmeira nativa; e a Treetap, que produz o chamado couro vegetal - um tecido emborrachado que pode ser usado para fabricar bolsas, calçados e brindes corporativos.

O livro traz também exemplos de empresas estrangeiras que estão ganhando dinheiro com os recursos da floresta: caso da Sambazon, empresa americana de açaí orgânico, a suíça Precious Wood, de madeira certificada, e a francesa Guayapi Tropical, que fabrica bebidas e cosméticos à base de guaraná.

Para Brower, as oportunidades para empresários brasileiros dispostos a explorar esses crescentes nichos tendem a crescer, pois redes de lojas especializadas em produtos naturais, como a Whole Foods, e gigantes do consumo, como a Unilever, estão buscando produtos com apelo ambiental. 'Sustentabilidade está se tornando uma forte tendência de consumo de massas e a marca Amazônia é forte', diz.

O couro vegetal da Treetap é um exemplo de sucesso fora do País. A empresa exporta 80% da produção de 20 mil lâminas de couro vegetal por ano, e dá sustento para 50 famílias de seringueiros da região de Boca do Acre (AM). Cada família funciona como um núcleo de produção autônomo, de modo que o produto é beneficiado na própria região extrativista e os seringueiros obtêm uma remuneração mais justa pela borracha. 'O mercado não paga mais que R\$ 2 pelo quilo da borracha. Nesse sistema de produção, os seringueiros conseguem vender por R\$ 16', diz Beatriz Saldanha, presidente da Treetap.

Até ambientalistas convictos concordam em um ponto: para diminuir as taxas de desmatamento, é preciso criar oportunidades de renda para os 20 milhões de habitantes da Amazônia. 'É melhor floresta manejada que pasto', diz o engenheiro florestal Marcelo Marquesini, do Greenpeace. Marquesini diz que até a exploração controlada pode ser arriscada. 'Não há estudos que atestem que o extrativismo não vai exaurir os recursos no futuro, embora o risco seja menor que o da extração de madeira.'

NEGÓCIOS DA AMAZÔNIA

Treetap: Empresa brasileira, produz o 'couro vegetal', um tecido emborrachado usado para fazer bolsas e outros acessórios

Iiba: Empresa de Rio Branco (AC), fabrica produtos como artigos de decoração feitos com madeira certificada com o selo FSC

Tawaya: Localizada em Cruzeiro do Sul (AC), produz sabonetes a partir do murumuru coletado por comunidades extrativistas

Repsa: Empresa boliviana que produz chocolates gourmet com uma espécie de cacau nativo

Fan: Organização que beneficia couro de jacaré criado em cativeiro na Bolívia, com geração de renda para comunidades locais

Green Gold: Empreendimento de mineração controlada de ouro na Colômbia, feito em pequenas áreas e sem uso de mercúrio

Precious Woods: Empresa suíça de extração e produção de toras de madeira certificadas com o selo FSC

Transformando a verdade inconveniente – Luiz Flavio Borges D'Urso – Folha de São Paulo – Opinião – 31/10/2007

É hora de calcular quanto cada cidadão e cada país precisa fazer para salvar o planeta dessas catástrofes ambientais anunciadas

"UMA VERDADE inconveniente", título do documentário idealizado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Albert Arnold Gore Jr., sensibilizou aqueles que decidem o vencedor do Prêmio Nobel da Paz até a Academia de Hollywood, que lhe premiou com um Oscar.

O filme sobre a degradação do meio ambiente também colaborou para incluir a questão climática na agenda prioritária do mundo e deixou um recado do próprio Al Gore que ecoa em nossos corações e mentes: "Enfrentamos uma verdadeira emergência planetária. A crise climática não é uma questão política, é um desafio moral e espiritual para toda a humanidade".

Para engrandecer o aviso da gravidade do problema, o Prêmio Nobel foi dividido com o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), cujo presidente, o cientista indiano Rajendra Pachauri, se tornou uma das vozes mais atuantes contra o modelo de desenvolvimento que transforma o clima e leva ao aquecimento global.

Mas o que podemos fazer no nosso cotidiano? Sem dúvida, promover a educação ambiental de forma incansável para que as futuras gerações adquiram novos valores e tenham uma transformadora percepção sobre a questão, uma vez que tudo o que comemos, como moramos, como nos deslocamos, o que consumimos e como descartamos nosso lixo impacta todos os seres e o planeta.

É nesse processo de conscientização que se insere a Campanha em Defesa do Meio Ambiente da OAB-SP, a ser lançada hoje. Entre outras iniciativas, pretende mudar hábitos e atitudes dos estudantes da rede pública por meio do projeto OAB Vai à Escola, que há 11 anos vem levando cidadania a milhões de estudantes por meio do trabalho de 10 mil advogados voluntários. Também quer propor medidas simples, como o recolhimento do óleo de cozinha, transformando esse resíduo altamente poluidor em energia ou sabão, uma vez que um litro de óleo basta para poluir 1 milhão de litros de água.

Temos também um imenso arsenal para defender o planeta minuciosamente detalhado na Agenda 21, mas pouco se fez efetivamente nesse sentido. Passados exatos 15 anos desde o estabelecimento do documento-agenda na Conferência das Nações Unidas que debateu o meio ambiente e sua interface com o desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992),

precisamos urgentemente fazer um balanço dos nossos avanços no cumprimento de metas e propostas nele contidas.

É hora de calcular quanto cada cidadão e cada país precisa fazer para salvar o planeta de tantas catástrofes ambientais anunciadas em maior ou menor grau. Nisso, o documento traz a sábia divisão das responsabilidades.

A Agenda 21 nada mais é do que um plano de propostas de ações para serem adotadas em níveis local e nacional para chegar num resultado global. Organizações do sistema das Nações Unidas, todos os governos, entidades da sociedade civil e cada cidadão devem fazer sua parte para mitigar práticas que impactam o meio ambiente. Ou seja, constitui-se na mais abrangente tentativa de orientar a sociedade mundial para um novo padrão de desenvolvimento, que tem como base a convergência de ações que tratem da sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como um todo.

Naturalmente, a Agenda 21 é um dos compromissos assumidos. Além dela, resultaram desse processo quatro outros acordos de abrangência universal -a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre Mudanças Climáticas, que tem merecido as mais calorosas discussões porque os resultados maléficos do aquecimento global chegam todos os dias. É possível esquecer o furacão Katrina, o derretimento de geleiras milenares, a desertificação de terras antes agricultáveis, a seca na floresta amazônica, para citar as mais contundentes? Nada é impossível. Mas por que parece tão difícil avançarmos no cumprimento das propostas do ecologicamente correto? Certamente porque ainda não houve, na conduta da elite político-econômica mundial, a verdadeira e necessária integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões, com a sublimação do moderno conceito socioambiental a determinar que homem e natureza são entes indissociáveis. A cegueira torna a verdade da degradação ambiental inconveniente, mas é preciso abrir os olhos para a nossa responsabilidade e para o fato de que todo ato poluidor não é isolado, tem reflexos sobre toda a humanidade e sobre o planeta.

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO, 47, advogado criminalista, mestre e doutor pela USP, é presidente da OAB-SP (seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil). Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Territórios goianos aprovam projetos de infra-estrutura 2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 31/10/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) investirá cerca de R\$ 2 milhões nos territórios rurais de Goiás em 2008 (**veja abaixo**). Os recursos, oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), são para implantação de ações de infra-estrutura.

Os projetos que receberão os recursos foram selecionados na última terça-feira (30), durante reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Esse colegiado é formado pela Delegacia Federal do MDA em Goiás (MDA/GO) e por representantes de entidades governamentais, não governamentais e sociedade civil dos territórios em questão. Os projetos selecionados foram definidos nas plenárias do colegiado de cada território, realizadas ao longo deste ano.

A prefeitura de cada município beneficiado fica responsável pela aplicação dos recursos repassados pela SDT/MDA. Após a realização das ações de infra-estrutura, entidades da agricultura familiar dos respectivos municípios, como associações de assentamentos e/ou cooperativas, tornam-se as responsáveis pela gestão desses empreendimentos.

Projetos aprovados

Território Estrada de Ferro

- *Aquisição de equipamentos para unidade de beneficiamento do mel (Orizona/GO);*
- *Aquisição de equipamentos de segurança para cooperativa de crédito (Orizona/GO);*
- *Aquisição de equipamentos para fenação (Urutaí/GO);*
- *Aquisição de cinco tendas para feira (Pires do Rio/GO);*
- *Construção e aquisição de equipamentos para agroindústria de beneficiamento de frutas (Pires do Rio/GO);*
- *Construção de galpão e aquisição de equipamentos para armazenagem do fruto do baru (Caldazinha/GO);*
- *Implantação de viveiro de plantas nativas do Cerrado (Urutaí/GO);*
- *Aquisição de 34 jogos de irrigação para as hortas orgânicas (Gameleira de Goiás e Silvânia/GO).*

Território Médio Araguaia

- *Construção de galpão e aquisição de equipamentos para Unidade de Processamento de Mandioca e Panificação (Iporá/GO);*
- *Aquisição de jogos para inseminação artificial (Iporá, Amorinópolis, Arenópolis, Ivolândia, Jaupaci, Novo Brasil e Santa Fé de Goiás/GO);*

- *Aquisição de colhedora de forragem (Amarinópolis, Arenópolis, Ivolândia, Jaupaci, Novo Brasil e Santa Fé de Goiás/GO);*

- *Construção da casa do mel e aquisição de equipamentos apícolas (Iporá/GO).*

Território Vale do Rio Vermelho

- *Aquisição de caminhão para transporte dos tanques isotérmicos (Itapuranga/GO);*

- *Aquisição de tanque isotérmico para caminhão para coleta de leite (Itapuranga/GO);*

- *Aquisição de tanque isotérmico para caminhão para coleta de leite (Itapuranga/GO);*

- *Aquisição de um chassi para o tanque-julieta (Itapuranga/GO).*

Território Vale do São Patrício

- *Construção e aquisição de equipamentos para Agroindústria de beneficiamento de frutas (Jaraguá/GO);*

- *Aquisição de caminhão basculante (Santa Isabel/GO).*

Projetos intermunicipais

- *Construção da sede administrativa e operacional da Cooparpa e Credijat (Jataí/GO);*

- *Aquisição de um veículo e de de três computadores (Jataí/GO).*

Oficina prepara documento-base preliminar sobre o MacroZEE Brasil – Lucia Leão –
Sítio Eletrônico do MMA – 31/10/2007

As alterações climáticas, com a elevação das temperaturas e a redução da oferta de água, vão provocar profundas mudanças no mapa agrícola do País. Culturas de clima temperado, como o café e algumas frutíferas, por exemplo, precisarão ser deslocadas da região Sudeste para o Sul, enquanto plantas mais resistentes a adversidades climáticas, como a cana-de-açúcar e o eucalipto, podem se expandir por todas as regiões, apresentando-se como alternativa econômica embora muitas vezes de alto risco ambiental. Este quadro, apresentado nesta quarta-feira (31) pelo técnico da Embrapa Giampaolo Pelegrino durante oficina promovida pelo Consórcio ZEE Brasil, é, para o coordenador do evento Marcos Del Prette, representante do Ministério do Meio Ambiente, mais uma demonstração da urgência do MacroZoneamento Ecológico-Econômico, que será o principal instrumento para o poder público ordenar a ocupação e uso do território e promover o desenvolvimento de forma sustentável.

Já existem vários estudos e zoneamentos para áreas determinadas e com objetivos específicos. São importantes instrumentos de gestão que precisam ser desengavetados e amarrados entre si para que cumpram efetivamente seus objetivos, afirmou Del Prette referindo-se aos zoneamentos apresentados pelo técnico da Embrapa e por Walter Marques, que também participa do encontro representando a CPRM.

Giampaolo Pelegrino baseou sua palestra no "Zoneamento de Risco Climático", que já é realizado há quase 20 anos pela Embrapa. Os técnicos da empresa trabalham com base em observações e monitoramentos anuais e previsões da comunidade científica. Além de orientar os produtores, o zoneamento também baliza a concessão de créditos e os prêmios dos seguros agrícolas. O levantamento de dados é feito em todo o território nacional, mas, por força de um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a empresa não divulga os dados relativos à região amazônica para não estimular a substituição da floresta por qualquer tipo de cultura.

"Nós temos, com o Ministério da Agricultura, um acordo de cavalheiros, pelo qual a Embrapa condiciona a divulgação do zoneamento de risco climático na Amazônia para os estados que aprovem ZEE. Por enquanto é só Rondônia", revela Del Prette.

As oficinas, que se realizam desde o dia 30 no auditório do Ministério da Defesa, reúnem técnicos de todos os órgãos e empresas integrantes do Consórcio ZEE Brasil para debater e produzir artigos para o Documento-Base Preliminar, que será disponibilizado ao público em DVD até o fim deste ano. Ele deve apresentar um panorama das transformações territoriais recentes e das tendências de uso e ocupação que vão subsidiar a agenda de sustentabilidade e definir estratégias de gestão ambiental.

**Seminário vai debater integração de sistemas hídricos e urbanos - Suelene Gusmão –
Sítio Eletrônico do MMA – 31/10/2007**

Começa no dia 5 de novembro, às 14h, no auditório do Dnit, o seminário "Recursos Hídricos no Ambiente Urbano: Integração de Sistemas", promovido pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do MMA. O encontro pretende dar início à construção de uma agenda de trabalho que busque a integração dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Gestão Urbana.

O seminário é destinado a prestadores de serviço de saneamento, entidades técnicas e acadêmicas, lideranças comunitárias, colegiados do Singreh e Sisnama, organizações dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade. Durante três dias, os participantes vão debater assuntos como: Água no Ambiente Urbano: na busca da sustentabilidade; Gestão da Água no Espaço Urbano; Controle e Participação Social. Será ainda debatido o anteprojeto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

